FERNANDO LUIZ ARAÚJO SOBRINHO

TURISMO E DINÂMICA TERRITORIAL NO EIXO BRASÍLIA- GOIÂNIA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território.

Orientadora: Prof.a Dr.a Beatriz Ribeiro Soares

Uberlândia/ MG
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
Setembro/ 2008

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A663t Araújo Sobrinho, Fernando Luiz, 1968-
Turismo e dinâmica territorial no eixo Brasília - Goiânia / Fernando Luiz Araújo Sobrinho. - 2008.
447 f . : il.

Orientadora: Beatriz Ribeiro Soares
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia.
Inclui bibliografia.

1.Geografia urbana – Teses. 2. Turismo - Teses. 3. Desenv-
vimento regional - Goiás – Teses. Desenvolvimento regional – Dis-
trito Federal (Brasil) – Teses. II. Universidade Federal de Uber-
lândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 911.375

Elaborado pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de Catalogação e Classificação
mg- 09/08

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TURISMO E DINÂMICA TERRITORIAL NO EIXO BRASÍLIA-GOIÂNIA

FERNANDO LUIZ ARAÚJO SOBRINHO

Orientadora: Prof.a Dra. Beatriz Ribeiro Soares

COMISSÃO EXAMINADORA

_____

Prof.a Dr.a Beatriz Ribeiro Soares – Presidente
Universidade Federal de Uberlândia
Instituto de Geografia

_____

Prof.a Dr.a Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira – Examinadora externa
Universidade Federal de Goiás
Instituto de Estudos Sócio-Ambientais

_____

Prof.a Dr.a Denise Labrea Ferreira – Examinadora interna
Universidade Federal de Uberlândia
Instituto de Geografia

_____

Prof. Dr. Vicente Fonseca – Examinador externo
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Assessoria de Cooperação Internacional – Presidência Cnpq

_____

Prof. Dr. William Rodrigues Ferreira – Examinador interno
Universidade Federal de Uberlândia
Instituto de Geografia

Setembro de 2008

Para Divaldo Joaquim de Araújo,
Meu pai,

Que me ensinou a amar a Geografia e
viajar pelo Brasil na boleia do seu caminhão

Para Cleonice Pereira de Araújo,
Minha mãe,

Amor maior da minha vida

Não há fé inabalável senão aquela que pode encarar a razão face a face, em todas as épocas da Humanidade **(Allan Kardec, Evangelho Segundo o Espiritismo)**

Espíritas! Amai-vos, eis o primeiro ensinamento; instruí-vos, eis o segundo **(O Espírito da Verdade, Paris, 1860)**

AGRADECIMENTOS

O ato de agradecer é dádiva de Deus. Nenhum homem é auto-suficiente para seguir a caminhada da vida sem precisar de ninguém. Nesse breve período de cinco anos em que fiz parte do programa de Doutorado da Universidade Federal de Uberlândia, contei com o apoio e ajuda de muitas pessoas. Algumas serão lembradas e ficarão impressas nessas páginas; infelizmente não conseguirei me lembrar de todas, mas agradeço a Deus por ter tido a oportunidade de dividir o caminho por algum tempo com elas.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, causa inicial e primária de todas as coisas, que tudo sabe, tudo vê e tudo ouve. Sem a graça divina nada teria feito e esse trabalho não teria existido.

Agradeço de todo o coração à Prof.a Beatriz Ribeiro Soares, que me acolheu como orientando e aceitou o desafio de vencer as dificuldades e produzir a tese. O prazer das descobertas e das discussões foi dividido entre ela e seus alunos. A sua paciência, o tratamento carinhoso e os constantes incentivos foram para mim exemplos a serem seguidos.

Aos colegas do programa de doutorado, Anete, Maria Elisa, Paulo, Henrique, Nágela, Winston, bem como os professores do Instituto de Geografia, em especial: Prof.a Denise Labrea, Prof. Roosevelt dos Santos e Prof. William Rodrigues Ferreira.

Aos meus familiares, que durante esses anos sempre me apoiaram e me fizeram muito feliz em retornar ao lar em Uberlândia. À minha mãe, Cleonice, que superou tantas dificuldades; às minhas irmãs Rosa, Maria Luíza e Glória, que muito me orgulham; aos meus sobrinhos Rodolfo, Juliana, Ana Luíza, Isadora e Estênio, que são a minha esperança no futuro.

Aos amigos de Uberlândia que moram eternamente em meu coração: Marco Túlio, Gleice, André Sabino, Iara e William.

Aos meus irmãos de coração, que dividem comigo momentos de alegria e tristeza: Elisângela, Denise e Gilberto Aguiar. Vocês são muito importantes em minha vida. Agradeço a Deus por todos os momentos que dividi com vocês.

Aos professores do Colégio Militar de Brasília, desejo que esse trabalho seja um incentivo ao aperfeiçoamento profissional de todos. Ao Coronel Sérgio de Jesus Oliveira, que contribuiu para a minha liberação durante a fase de conclusão das disciplinas. Aos amigos que fiz nessa “jovem casa de velhas tradições”, em especial Valderez, Sônia, Cinthia Demeterco, Rosendo, Cláudio, Ênio, Coronel Pires, e a todos aqueles que não tive como enumerar.

Para as queridas professoras Maria Del Mar, Beatriz Albernaz, da UPIS, e a equipe de Língua Portuguêsa do Colégio Militar, que me ajudaram na revisão e produção do resumo.

Aos muitos amigos que fiz no Ministério do Turismo: Sônia Dias, Leonardo Brant, Benita, Bárbara, Cristiano, Marcos Gislom e Daniela.

Aos professores dos Departamentos de Geografia e Turismo da UPIS: Edila Ferri, João Mendes, Antônio Cajado, Dálio Ribeiro, Regina Maris, Vicente Fonseca, Lúcio Carlos, entre tantos outros amigos que muito me incentivaram ao conhecimento do Distrito Federal e Entorno. Em especial ao Prof. Rômulo Ribeiro, que em sua generosidade produziu/ organizou os mapas e figuras da tese.

Aos muitos alunos que conheci ao longo de minha vida profissional. Vocês são a esperança de continuidade. São tantos, mas alguns são especiais em minha vida, pois se tornaram meus amigos: Luciene, Fernanda Anjos, Lúcia Carluccio, Idalina Neta, Suelly Persil, Luís Daniel, Carmem Celanira, Leonardo Brant, Ângela Silva, Tatiana Alves, José Alves, Luiz Fernando Spanner, Cláudio Vianna, Frederico, Carolina Castro, Fernanda, Aika Avelina, Cláudio Costa, Verônica, desculpem-me, aqueles que não mencionei, mas todos moram em meu coração.

Ao apoio espiritual que tenho do grupo de estudos da Comunhão Espírita de Brasília, em especial ao querido "Seu Írio", Dona Terezinha, Rose, Soraya, Cinthia, Alexandre, Marcelo, Ilka, Fernanda, Cristinha Moita, Tatiana e tantos outros amigos que conheci em meus 11 anos de doutrina espírita. Aos mentores espirituais que são o meu abrigo seguro nesse mundo de "provas e expiações", Dr. Bezerra de Menezes, André Luís, Emmanuell, Doutor Inácio Ferreira e Dona Amélia Rodrigues, que zelam por mim.

À mãe Diana e Dona Pastora, seus exemplos de caridade me tornaram uma pessoa melhor. A todas as crianças do Lar Rita de Cássia e Recanto da Paz, o desejo de um futuro melhor.

Ao amigo Gilwan Campos, que possibilitou, através do Rotary Clube, tantos contatos importantes nas prefeituras do Entorno de Brasília. Ao grande amigo Prof. Sebastião Fontineli França, que sempre me apoiou e me deu conselhos valiosos na escola da vida.

Ao Dr. Rui Montenegro e demais diretores da UPIS pela oportunidade de tantos anos de trabalho e aprendizado.

A Diana Meirelles da Motta, do IPEA, que me abriu tantas "portas" e a quem devo enorme admiração e consideração.

À Kátia Regina Cerqueira, minha irmã de longa data. Aos amigos Nilzangela, Cláudio, Maria Célia e Moíses Naves, apesar da distância física, nunca me esquecerei de vocês e sinto enorme saudade dos nossos primeiros anos de Brasília. A Marislene e Marco Antônio Badanhan, pelos momentos de alegria e boa mesa.

A todas as pessoas que entrevistei, que me forneceram dados e abriram as portas durante as pesquisas de campo nos municípios goianos e no Distrito Federal.

Enfim, agradeço a Deus e a todas as pessoas com que convivi e que me ajudaram a produzir esse trabalho. Graças a Deus, Graças a Jesus.

EPÍGRAFE

O HOMEM DE BEM

O verdadeiro homem de bem é aquele que pratica a lei da justiça, de amor e de caridade em sua maior pureza. Se interroga a consciência sobre seus próprios aos, pergunta a si mesmo se não violou essa lei; se não fez o mal e se fez todo o bem que podia; se negligenciou voluntariamente uma ocasião de ser útil; se ninguém tem o que reclamar dele; enfim, se fez a outrem tudo o que quereria que se fizesse para com ele. Tem fé em Deus, em sua bondade, em sua justiça e em sua sabedoria; sabe que nada ocorre sem sua permissão e se submete, em todas as coisas, à sua vontade. Tem fé no futuro; por isso, coloca os bens espirituais acima dos bens temporais. Sabe que todas as vicissitudes da vida, todas as dores, todas as decepções, são provas ou expiações, e as aceita sem murmurar. O homem, possuído do sentimento de caridade e de amor ao próximo, faz o bem pelo bem, sem esperança de recompensa, retribui o mal com o bem, toma a defesa do fraco contra o forte, e sacrifica sempre seu interesse à justiça.

E encontra satisfação nos benefícios que derrama, nos serviços que presta, nos felizes que faz, nas lágrimas que seca, nas consolações que dá aos aflitos. Seu primeiro movimento é pensar nos outros antes de pensar em si, de procurar o interesse dos outros antes do seu próprio. O egoísta, ao contrário, calcula os lucros e as perdas de toda ação generosa. Ele é bom, humano e benevolente para com todos, sem preferência de raças nem de crenças, porque vê irmãos em todos os homens. Respeita nos outros todas as convicções sinceras, e não lança o anátema àqueles que não pensam como ele. Em todas as circunstâncias, a caridade é o seu guia; diz a si mesmo que aquele que leva prejuízo a outrem por palavras malévolas, que fere a suscetibilidade de alguém por seu orgulho e seu desdém, que não recua à idéia de causar uma inquietação, uma contrariedade, ainda que leve, quando pode evitá-lo, falta ao dever de amor ao próximo, e não merece clemência do Senhor.

Não tem ódio, nem rancor, nem desejo de vingança; a exemplo de Jesus, perdoa e esquece as ofensas, e não se lembra senão dos benefícios; porque sabe que lhe será perdoado como ele próprio houver perdoado. É indulgente para com as fraquezas alheias, porque sabe que ele mesmo tem necessidade de indulgência, e se lembra destas palavras do Cristo: aquele que está sem pecado lhe atire a primeira pedra. Não se compraz em procurar os defeitos alheios, nem em colocá-los em evidência. Se a necessidade a isso o obriga, procura sempre o bem que pode atenuar o mal. Estuda as suas próprias imperfeições e trabalha, sem cessar, em combatê-las. Todos os seus esforços tendem a poder dizer a si mesmo no dia de amanhã, que há nele alguma coisa de melhor do que na véspera.

Não procura fazer valorizar nem seu espírito, nem seus talentos às expensas de outrem; aproveita, ao contrário, todas as ocasiões para ressaltar as vantagens dos outros. Não se envaidece nem com a fortuna, nem com as vantagens pessoais, porque sabe que tudo o que lhe foi dado, pode lhe ser retirado. Usa, mas não abusa, dos bens que lhe são concedidos, porque sabe que é um depósito do qual deverá prestar contas, e que o emprego, o mais prejudicial para si mesmo, é fazê-los servir à satisfação de suas paixões. Se a ordem social colocou homens sob a sua dependência, ele os trata com bondade e benevolência, porque são seus iguais perante Deus; usa de sua autoridade para erguer-lhes o moral e não para os esmagar com o seu orgulho; evita tudo o que poderia tornar a sua posição subalterna mais penosa. O subordinado, por sua vez, compreende os deveres da sua posição, e tem o escrúpulo em cumpri-los conscienciosamente. (Cap. XVII, no 9) O homem de bem, enfim, respeita em seus semelhantes todos os direitos dados pelas leis da Natureza, como gostaria que os seus fossem respeitados. Esta não é a enumeração de todas as qualidades que distinguem o homem de bem, mas todo aquele que se esforce em possuí-las, está no caminho que conduz a todas as outras.

Cap. XVII Sede Perfeitos. *O Evangelho Segundo o Espiritismo.* Allan Kardec.

RESUMO EM LÍNGUA VERNÁCULA

O presente trabalho tem por objetivo compreender a dinâmica da produção territorial do turismo no eixo Brasília-Goiânia. Pensamos que além do espaço, base física, faz-se necessário, também, discutir em que medida as possibilidades de desenvolver a atividade turística na região podem ser pontuadas. A tese a ser discutida é a de que existe uma atividade turística que ordena o espaço no Entorno do Distrito Federal. As cidades-cabeça da rede urbana regional, respectivamente Brasília e Goiânia, exercem forte influência sobre os municípios mais próximos, sendo o turismo uma das diversas manifestações dessa dinâmica territorial. Na medida em que a "cultura do viajar" se instala nos centros urbanos metropolitanos, criam-se demandas direcionadas a atender essa "necessidade de utilização do tempo-livre" com atividades de turismo e lazer.Portanto, os municípios próximos passam a receber investimentos públicos e privados para oferecer infra-estrutura e atrativos ao mercado em expansão. O turismo cria estruturas para sua consolidação de acordo com as especificidades locais (questões políticas, atrativos, empreendedores), denotando assim uma hierarquia com municípios turísticos e em desenvolvimento da atividade. Foram feitos levantamentos de dados junto aos órgãos oficiais de turismo nos municípios pesquisados bem como no Estado de Goiás, Distrito Federal e no Ministério do Turismo. Inicialmente, no primeiro capítulo faz-se uma breve discussão sobre o tema da pesquisa, metodologia, objetivos e as dificuldades encontradas. No segundo capítulo é feita uma breve digressão sobre o turismo e suas facetas, sem a pretensão de esgotar o assunto. No terceiro capítulo, há a caracterização do eixo Brasília-Goiânia. Os capítulos seguintes irão mostrar os diferentes níveis de desenvolvimento do turismo nos municípios goianos, a partir da caracterização de seus indicadores socioeconômicos, os atrativos turísticos e o atual estágio de desenvolvimento da atividade. Nos dois últimos capítulos, discutem-se os diferentes usos e possibilidades do turismo no eixo, bem como se há de fato "a região turística de Brasília", além das conclusões que comprovam que de fato o turismo produz uma dinâmica territorial que ocupa "espaços" em detrimento de outros, produz desenvolvimento e contradições.

Palavras Chave: Turismo, Desenvolvimento Regional, Eixo Brasília-Goiânia.

ABSTRACT

The objective of the present study is to understand the dynamics of the elaboration of the territorial tourism that occurs between Brasília and Goiânia. It is crucial to discuss not only space and physical structures, but it is also important to verify how the different touristic activities can be distinguished. This thesis will show that there exists a sort of touristic activity that organizes space in the surrounding suburbs of Distrito Federal. The main cities in the urban region, respectively Brasília and Goiânia have strong influence over the nearest counties, and tourism is one of the diverse manifestations of this territorial dynamic. As the culture of travel settles in the urban metropolitan centers, there are certain demands that are created to attend the "need of utilization of free time" including pleasure and touristic activities. In this manner, the nearby counties start receiving public and private investments so that they can offer infrastructure and attractions for the expanding market segment. Tourism is able to create structures for its own consolidation according to the local specific aspects (political issues, attractive activities, entrepreneurs) showing thus a hierarchy between the touristic counties and those with developing activities. Data was gathered in the official tourism organs in the counties of research as well as in the State of Goiás, Distrito Federal and at the Ministry of Tourism. The first chapter of this thesis briefly describes the research theme, methodology, objectives and the difficulties encountered throughout this research. The second chapter defines tourism and its facets in a light manner so that the subject is not dense. In the third chapter there is a characterization of the area between Brasilia and Goiania. The following chapters will show the different levels of the development of tourism in the counties of Goiás, with a basis on the characterization of the social economic indicators, the tourism attractions and the current stage of development of the touristic activity. In the last two chapters, the different uses and possibilities of tourism between Brasilia and Goiania are discussed, as well as the understanding if there is in fact a touristic region of Brasilia, besides the conclusions that truly prove that tourism produces a territorial dynamic that occupies spaces in detriment to other spaces, causes developments and contradictions.

Key Words: Tourism, Territorial Tourism, Brasilia and Goiania Axis.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo comprender la dinámica de la producción territorial del turismo en el eje Brasilia-Goiania. Consideramos que, más allá del espacio, base fisica, es menester también, discutir en qué medida pueden ser puntuadas las posibilidades de desarrollar la actividad turística en la región. Se discute la tesis de la existencia de una actividad turística que ordena el espacio en el Entorno del Distrito Federal. Las principales ciudades de la red urbana regional, respectivamente Brasilia y Goiania ejercen una fuerte influencia sobre los municipios más cercanos, siendo el turismo una de las diferentes manifestaciones de esa dinámica territorial. A medida en que la "cultura del viaje" se instala en los centros urbanos metropolitanos, se crean demandas con el fin de atender esa "necesidad de utilización del tiempo libre" con actividades de turismo y ocio. Por lo tanto, los municipios más cercanos empiezan a recibir inversiones públicas y privadas para ofrecer infraestructuras y atractivos a un mercado en expansión. El turismo crea estructuras para su consolidación según las especificidades locales (cuestiones políticas, atractivos, emprendedores) denotando, una jerarquía con municipios turísticos y en desarrollo de la actividad. Se obtuvieron datos en los organismos oficiales de turismo de los municipios investigados, amén del Estado de Goiás, Distrito Federal y en el Ministerio del Turismo. Inicialmente, el primer capítulo es hecha una breve discusión sobre el tema a ser investigado, metodología, objetivos y las dificultades encontradas. En el segundo capítulo es realizada una breve digresión sobre el turismo y sus facetas, sin la pretensión de agotar el asunto. En el tercer capítulo aparece la caracterización del eje Brasilia-Goiania. Los siguientes capítulos mostrarán los distintos niveles de desarrollo del turismo en los municipios goianos, a partir de la caracterización de sus indicadores socioeconómicos, los atractivos turísticos y el actual estado de desarrollo de la actividad. En los dos últimos capítulos, se discuten los diversos usos y posibilidades del turismo en ese eje, bien como si existe, de hecho, "la región turística de Brasilia", amén de las conclusiones que comprueban que, realmente, el turismo provoca una dinámica territorial que ocupa "espacios" en detrimento de otros, provocando desarrollo y contradiciones.

Palabra Clave: Turismo, Desarrollo Regional, Eje Brasilia-Goiânia.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01: Aeroporto de Pirenópolis 135

Imagem 02: Pirenópolis – lavra de extração de quartzito micáceo – Cachoeira da Usina 136

Imagem 03: Pirenópolis – sede municipal 154

Imagem 04: Centro Histórico 155

Imagem 05: Pousada dos Pireneus Resort 160

Imagem 06: Quinta Santa Bárbara 160

Imagem 07: Bairro Bomfim – grande concentração de pousadas 161

Imagem 08: Condomínio Rural Bomfim 161

Imagem 09: Condomínios na zona rural de Alexânia às margens da BR-060 175

Imagem 10: Chácaras de final de semana – zona rural de Alexânia 175

Imagem 11: Obra de duplicação da BR-060 sobre o rio Areias 191

Imagem 12: Clube Nova Flórida e Setor de Chácaras 212

Imagem 13: Abadiânia – Goiás: área urbana 247

Imagem 14: Bairro Lindo Horizonte – Abadiânia – Goiás 248

Imagem 15: Restaurantes de comida típica ao longo da BR-060 252

Imagem 16: Restaurante de comida típica 259

Imagem 17: Condomínios, postos de gasolina e restaurantes instalados às margens da BR-060 260

Imagem 18: Águas Lindas de Goiás – área urbana 323

Imagem 19: Barragem do Descoberto e arredores – Divisa do Distrito Federal e Goiás 328

Imagem 20: Águas Lindas de Goiás: BR-070 e Barragem do Descoberto 329

Imagem 21: Trecho urbano da BR-070 em Águas Lindas de Goiás 334

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Mapa rodoviário do Estado de Goiás e Distrito Federal 2007 124
Figura 02: Roteiro do Ouro 125
Figura 03: Argento – joalheria de prata 137
Figura 04: Cachoeira do Lázaro: RPPN Vargem Grande 137
Figura 05: Rua do Lazer (Rosário) – bares e restaurantes 138
Figura 06: Comércio de produtos artesanais no Centro Histórico 138
Figura 07: Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário (1728-1732) 144
Figura 08: Igreja do Bomfim (1750-1754) 145
Figura 09: Igreja Nossa Senhora do Carmo (1750-1754) 146
Figura 10: Theatro Pyrenopolis (1889) 146
Figura 11: Cine Teatro Pireneus (1919) 147
Figura 12: Fazenda Babilônia 147
Figura 13: Rua do Lazer (Rosário) final de semana 148
Figura 14: Ponte sobre o Rio das Almas (1899-1903) 148
Figura 15: RPPN Vargem Grande: Cachoeira do Lázaro 150
Figura 16: RPPN Vaga Fogo: trilha interpretativa 151
Figura 17: RPPN Vargem Grande: Cachoeira Santa Maria 151
Figura 18: Pousada dos Pireneus Resort 162
Figura 19: Anúncio de imobiliária 162
Figura 20: Fábrica de móveis Bambuvime 181
Figura 21: Fábrica de Cerveja Schincariol 183
Figura 22: Alambique Cambeba 183
Figura 23: Lago de Corumbá IV às margens da BR-060 (Rio Areias) 191
Figura 24: Igreja de Olhos D'Água 196
Figura 25: Rua do Distrito de Olhos D'Água 197
Figura 26: Placa de boas-vindas área urbana de Alexânia 208
Figura 27: Lira Center – local de parada de motoristas às margens da BR-060 209
Figura 28: Posto de gasolina BR Distribuidora – Distrito Serra do Ouro 209
Figura 29: Comércio de produtos agrícolas às margens da BR-060 – Distrito Serra do Ouro 210
Figura 30: Comércio de tachos de cobre – área urbana de Alexânia 210
Figura 31: Artesanato em palha produzido no Distrito de Olhos D'Água 211

Figura 32: Condomínio utilizado como segunda moradia em finais de semana e feriados 211
Figura 33: Piscina do Clube Nova Flórida 212
Figura 34: Parque Estadual da Serra dos Pireneus 232
Figura 35: Salto Corumbá 232
Figura 36: Cachoeira do Monjolinho 233
Figura 37: Prainha do rio Corumbá 233
Figura 38: Formações rochosas no Parque Estadual dos Pireneus 234
Figura 39: Pico dos Pireneus 234
Figura 40: Casarão no centro histórico de Corumbá de Goiás 236
Figura 41: Igreja Matriz Nossa Senhora da Penha de França 237
Figura 42: Escadarias da Igreja Matriz 237
Figura 43: Pousada no centro histórico 238
Figura 44: Cine Teatro Esmeralda 238
Figura 45: Rua do centro histórico com obras de restauração de imóveis 239
Figura 46: Parque do Cristo 239
Figura 47: Alusão à terra dos poetas e escritores em muro do centro histórico 240
Figura 48: Feira de artesanato e pequena produção rural – BR 060 248
Figura 49: Queijos, polvilho, farinha, pimenta e cerâmica. Produtos artesanais locais 249
Figura 50: Comércio de produtos artesanais ao longo do percurso da BR-060 249
Figura 51: Restaurante Jerivá, venda de comida típica goiana 252
Figura 52: Distrito Agroindustrial de Abadiânia, destaque para a indústria cerâmica 253
Figura 53: Venda de pequena produção rural às margens da BR-060 258
Figura 54: Venda de cerâmica às margens da BR-060 259
Figura 55: Propaganda de restaurante de comida típica às margens da BR-060 266
Figura 56: BR-060 trecho duplicado/ Restaurante Jerivá ao final da curva 266
Figura 57: Mural pintado no Centro Espírita Casa de Dom Ignácio 268
Figura 58: Sinalização comercial escrita em inglês no Bairro Lindo Horizonte 269
Figura 59: Sinalização turística escrita em inglês - BR-060 (entrada da área urbana) 269
Figura 60: Restaurante comunitário mantido pelo Centro Espírita Casa de Dom Ignácio 270
Figura 61: O medium João Teixeira de Faria, conhecido como João de Deus 270
Figura 62: Lago de Corumbá IV 271

Figura 63: Veículos de pescadores às margens da BR-060 e do Lago de Corumbá IV 271
Figura 64: Monumento aos garimpeiros. Resgate das origens do município 276
Figura 65: Rio Descoberto, fronteira entre o Distrito Federal e o município 277
Figura 66: BR-060, principal meio de acesso ao município de Santo Antônio do Descoberto 280
Figura 67: Placa de boas vindas na Avenida Goiás – principal via da área urbana ... 280
Figura 68: Praça da Matriz, ao fundo a igreja, o coreto e a estátua de Santo Antônio 287
Figura 69: Fachada Templo Eclético Universal 289
Figura 70: Templo Maior da Cidade Eclética 289
Figura 71: A venda de artesanato, alimentos e bebidas é uma das alternativas para os pequenos produtores rurais. Barracas às margens da BR-280 293
Figura 72: Estação de energia de Furnas Centrais Elétricas que atende ao Distrito Federal e Entorno 293
Figura 73: Chácara Shangri-lá – os condomínios de lazer são uma das formas de "produzir" o espaço para o turismo na zona rural de Santo Antônio do Descoberto .. 295
Figura 74: Pesque-pague Fagundes – um dos empreendimentos para atrair visitantes ao município de Santo Antônio do Descoberto 296
Figura 75: Barragem artificial construída para servir ao Pesque-pague Fagundes 296
Figura 76: Fábrica de Cimento Portland Itaú 300
Figura 77: Nascentes do rio Corumbá 312
Figura 78: Sinalização identificando empreendimento direcionado ao público evangélico 313
Figura 79: Recanto dos Pássaros – Toboágua 313
Figura 80: Recanto dos Pássaros 314
Figura 81: Cabana dos Pireneus 315
Figura 82: Portal de entrada do Parque Estadual da Serra dos Pireneus 315
Figura 83: Inauguração do Centro de Atendimento ao Turista (Prefeito e Vice-Prefeito) 316
Figura 84: Inauguração do Centro de Atendimento ao Turista 316
Figura 85: Hotel-fazenda Tabapuã dos Pireneus – Tirolesa de 567 metros de extensão 317
Figura 86: Hotel-fazenda Tabapuã dos Pireneus – turismo de aventura 317
Figura 87: Hotel-fazenda Tabapuã dos Pireneus – cachoeira do Palmito 318

Figura 88: Hotel-fazenda Tabapuã dos Pireneus – muro de escalada 318
Figura 89: Hotel-fazenda Tabapuã dos Pireneus – piscina e restaurante 319
Figura 90: Hotel-fazenda Tabapuã dos Pireneus – apartamentos 319
Figura 91: Abdel Imóveis, uma das várias empresas imobiliárias do município 326
Figura 92: Loja de materiais de construção Serra Forte 326
Figura 93: BR-070 no trecho urbano de Águas Lindas de Goiás, ao fundo o Lago do Descoberto 327
Figura 94: Lago do Descoberto limite entre o Estado de Goiás e o Distrito Federal .. 327
Figura 95: Lixo jogado na rua em pleno centro comercial 331
Figura 96: Centro comercial Águas Lindas 332
Figura 97: Feira do Tático, local que exerce a função de centro comercial da cidade. 332
Figura 98: Rio dos Macacos, um dos afluentes do rio Descoberto 342
Figura 99: Rio Descoberto no trecho abaixo da barragem: poucas alternativas de lazer 345
Figura 100: O lazer local se dá de forma irregular e sem o mínio de condições de higiene 345
Figura 101: Monumento do Cristo em estado de abandono 347
Figura 102: Parque do Cristo, marco na entrada da cidade 347
Figura 103: Hotel Morada da Serra, empreendimento irregular e que aluga quartos por hora 349
Figura 104: Recanto das Goianas, prostíbulo local 349
Figura 105: Boite Golden Night, uma das poucas alternativas locais de lazer 350

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Localização do eixo Brasília-Goiânia 98
Mapa 02: Municípios integrantes do eixo Brasília-Goiânia no Estado de Goiás 99
Mapa 03: Índice de Desenvolvimento Humano – Brasil 2000 104
Mapa 04: IDHM dos municípios goianos 2000 106
Mapa 05: IDHM no Distrito Federal 2000 107
Mapa 06: Localização do município de Pirenópolis - Goiás 127
Mapa 07: Localização do município de Alexânia – Goiás 174
Mapa 08: Localização do município de Corumbá de Goiás – Goiás 213
Mapa 09: Localização do município de Abadiânia – Goiás 246
Mapa 10: Localização do município de Santo Antônio do Descoberto – Goiás 272
Mapa 11: Localização do município de Cocalzinho de Goiás – Goiás 298
Mapa 12: Localização do município de Águas Lindas de Goiás 322
Mapa 13: 200 Regiões Turísticas do Brasil/ 3.819 municípios 388
Mapa 14: Regiões Turísticas do Estado de Goiás e Distrito Federal 389

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Fluxos de entrada de turistas internacionais/ ano (milhões) (1990-2003) 24
Tabela 02: Brasil: crescimento populacional e distribuição: urbano–rural (1980-2000) 96
Tabela 03: Brasil – Produto Interno Bruto 97
Tabela 04: Brasil – Renda Per Capita 97
Tabela 05: Eixo Brasília-Goiânia: população (2003)..... 101
Tabela 06: Eixo Brasília-Goiânia: produto interno bruto (2000) 101
Tabela 07: Eixo Brasília-Goiânia: renda per capita (2000) 101
Tabela 08: Eixo Brasília-Goiânia: índice de desenvolvimento humano (2000) 103
Tabela 09: Brasil: índice de desenvolvimento humano municipal (2000) 105
Tabela 10: Pólos industriais do Eixo Brasília-Goiânia: Estado de Goiás (2004) 117
Tabela 11: Pirenópolis-Goías: evolução demográfica do município (1991-2005) 128
Tabela 12: Pirenópolis – serviços de saneamento básico e moradia (2000) 130
Tabela 13: Região dos Pireneus – saneamento básico (2000-2004) 131
Tabela 14: Região dos Pireneus – taxa de mortalidade infantil – por grupo de mil crianças (1991/2000) 131
Tabela 15: Pirenópolis – taxa de mortalidade infantil – por grupo de mil crianças (1989-2003) 132
Tabela 16: Pirenópolis – setor de saúde/ mortalidade/ educação (2000) 132
Tabela 17: Pirenópolis – IDHM (2000) 133
Tabela 18: Pirenópolis – produção agrícola de lavouras temporárias/ permanentes (2003) 135
Tabela 19: Pirenópolis – frota de veículos (2004) 139
Tabela 20: Pirenópolis – produto interno bruto (2005) 140
Tabela 21: Atividades econômicas/ empreendimentos – Centro Histórico de Pirenópolis (2006) 158
Tabela 22: Alexânia – evolução da população (1991-2004) 176
Tabela 23: Alexânia – IDHM (2000) 177
Tabela 24: IDHM, por setor – Brasil, Goiás e Alexânia (2000) 177
Tabela 25: Alexânia – produção agrícola (2000 a 2003) 179
Tabela 26: Alexânia – efetivo pecuário (1998 a 2002) 179

Tabela 27: Alexânia – número de estabelecimentos, conf grau e dependência (2002) 184
Tabela 28: Alexânia – alunos matriculados por dependência administrativa (2003) .. 185
Tabela 29: Alexânia – abastecimento de água (2000) 188
Tabela 30: Alexânia – existência de banheiro ou sanitário (2000) 188
Tabela 31: Alexânia – destino do lixo (2000) 188
Tabela 32: Corumbá de Goiás e RIDE – pessoal ocupado por setor de atividade (1998) 215
Tabela 33: Corumbá de Goiás e RIDE – número de empresas e pessoal ocupado por empresa (1998) 216
Tabela 34: Corumbá de Goiás – evolução da população (1970-2000) 221
Tabela 35: Corumbá de Goiás, Estado de Goiás e Brasil – taxa de crescimento anual segundo a situação de domicílio (1970-2000) 221
Tabela 36: Corumbá de Goiás – calendário oficial de festas e eventos (2006) 241
Tabela 37: Abadiânia – evolução da população (1970-2004) 250
Tabela 38: Abadiânia – IDHM (1991-2000) 250
Tabela 39: Abadiânia – domicílios particulares permanentes/ salário mínio (2000) .. 251
Tabela 40: Abadiânia – efetivo da pecuária (1998-2005) 254
Tabela 41: Abadiânia – produção agrícola (2000-2005) 254
Tabela 42: Abadiânia – sistema de ensino (2000-2005) 257
Tabela 43: Santo Antônio do Descoberto – evolução demográfica (1980-2005) 274
Tabela 44: Santo Antônio do Descoberto – efetivo da pecuária (1998-2003) 275
Tabela 45: Santo Antônio do Descoberto – produção agrícola (2000-2004) 276
Tabela 46: Santo Antônio do Descoberto – frota de veículos (2004) 282
Tabela 47: Santo Antônio do Descoberto – abastecimento de água/ esgoto (2000-2004) 282
Tabela 48: Santo Antônio do Descoberto – consumo de energia elétrica (1999-2004) 283
Tabela 49: Santo Antônio do Descoberto – produto interno bruto (2004) 285
Tabela 50: Santo Antônio do Descoberto – serviços de alimentação (2006) 294
Tabela 51: Cocalzinho de Goiás – evolução da população (1991-2006) 300
Tabela 52: Cocalzinho de Goiás – efetivo da pecuária (1998-2005) 301
Tabela 53: Cocalzinho de Goiás – produção agrícola (2000-2005) 302
Tabela 54: Águas Lindas de Goiás – evolução demográfica (1991-2005) 324
Tabela 55: Águas Lindas de Goiás – efetivo da pecuária (1998-2003) 333

Tabela 56: Águas Lindas de Goiás – abastecimento de água/ rede de esgoto (2000-2004) 338
Tabela 57: Águas Lindas de Goiás – consumo de energia elétrica (1999/2004) 338
Tabela 58: Águas Lindas de Goiás – produto interno bruto (2004) 341
Tabela 59: Embarque e desembarque de passageiros no Distrito Federal (Ano 2005) 390

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Eixo Brasília-Goiânia: municípios integrantes no Estado de Goiás e Distrito Federal 100
Quadro 02: Pirenópolis: Turismo Cultural – atrativos (2007) 163
Quadro 03: Pirenópolis: Ecoturismo – atrativos (2007) 164
Quadro 04: Corumbá de Goiás: ecoturismo – atrativos (2006) 231
Quadro 05: Corumbá de Goiás: turismo cultural – atrativos (2006) 236
Quadro 06: Cocalzinho de Goiás: ecoturismo – atrativos (2006) 311
Quadro 07: Região Turística do Ouro/ Estado de Goiás: indicadores do turismo local (2006) 393

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AABB – Associação Atlética do Banco do Brasil

ABAV – Associação Brasileira de Agências de Viagem

ABCMI – Asssociação Brasileira de Clubes da Melhor Idade

ABIH – Associação Brasileira da Indústria Hoteleira

ABRASEL – Associação Brasileira de Bares e Restaurantes

ACORDE – Associação Comunitária de Desenvolvimento Sustentável de Olhos D´Água

AGETUR – Agência Goiana de Turismo

AMAB – Associação dos Municípios Adjacentes à Brasília

ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil

ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres

APA – Área de Proteção Ambiental

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

BRASILIATUR – Empresa Brasiliense de Turismo

BRB – Banco de Brasília

CAB – cabeças

CAT – Centro de Atendimento ao Turista

CELG – Centrais Elétricas de Goiás

CET – UnB – Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília

CODEPLAN – Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

DAIA – Distrito Agroindustrial de Anápolis

DAIAB – Distrito Agroindustrial de Abadiânia

EADI – Estação Aduaneira do Interior

EIA/ RIMA – Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto Ambiental

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo

FICA – Festival Internacional de Cinema Ambiental

FUNDEFE – Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal

GDF – Governo do Distrito Federal

HA – Hectare

HÁ – hectares

HAB – Habitante

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INFRAERO – Empresa de Infra-Estrutura Aeroportuária

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículo Automotor

ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis

MinC – Ministério da Cultura

MINT – Ministerio da Integração Nacional

MTur – Ministério do Turismo

OMT – Organização Mundial do Turismo

PAB – Programa do Artesanato Brasileiro

PERGEB – Programa Especial da Região Econômica de Brasília

PIB – Produto Interno Bruto

PNDPA – Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora

PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POC – Popualação Ocupada

PPA – Plano Plurianual

PPPs – Parcerias Público Privadas

PRÓ DF – Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Distrito Federal

PRODER – Programa de Desenvolvimento Local

PRODER – Programa Especial de Emprego e Renda

PRONAF – Programa Nacional da Agricultura Familiar

R$ - Real Brasileiro

RA – Região Administrativa

RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal

RINTUR – Relatório de Informações Turísticas

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

SDE DF – Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal

SEBRAE – Serviço Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEDUH DF – Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal

SEMARH – Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

SEPIN GO –Superintendência de Pesquisa e Informação do Estado de Goías

SEPLAN GO – Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás

SETUR DF – Secretaria de Turismo do Distrito Federal

SINDOHBAR – Sindicato dos Hotéis, Bares e Restaurantes do Distrito Federal

SUS – Sistema Único de Saúde

T – tonelada

TALC – Tourist Area Life Circle

TAP – Transportes Aéreos Portugueses

UEG – Universidade Estadual de Goiás

UFG – Universidade Federal de Goiás

UnB – Universidade de Brasilia

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UPIS – União Pioneira de Integração Social

US$ - Dólar Americano

ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico

SUMÁRIO

Capítulo 1 Introdução 01

1.1 Do tema as questões da pesquisa: primeiras aproximações 01
1.2 Metodologia 04
1.3 Estrutura e organização da pesquisa 14

Capítulo 2 Turismo e Espaço: referencial teórico-metodológico 17

2.1 Turismo: evolução do tema e conceitos 19
2.2 Consumo e produção do espaço turístico 37
2.3 Os espaços do consumo na sociedade pós-moderna 43
2.4 Territórios do turismo e do lazer 51
2.5 Planejamento e políticas públicas de turismo 53
2.6 Plano Nacional de Turismo 63
2.7 Inventário da Oferta Turística 66
2.8 Ciclo de vida das destinações turísticas 72

Capítulo 3 O Eixo Brasília-Goiânia: políticas públicas e produção do território 80

3.1 O Eixo Brasília-Goiânia: caracterização e perspectivas 80
3.2 As redes de transportes regionais 82
3.3 Cenário demográfico e econômico 96
3.4 Dinâmica territorial do Entorno do Distrito Federal 98

Capítulo 4 Os territórios consolidados do turismo no Eixo Brasília-Goiânia: os municípios turísticos 122

4.1 Pirenópolis: o principal destino turístico do eixo Brasília-Goiânia 127
4.1.1 Breve caracterização 127
4.1.2 As origens do município 140
4.1.3 A natureza enquanto recurso turístico 149
4.1.4 O destino Pirenópolis: análise da oferta turística 152

4.2 Alexânia 174
4.2.1 Caracterização socioeconômica 174
4.2.2 O quadro natural e a construção de Corumbá IV 190
4.2.3 De Olhos D'Água à Alexânia: transformações ao longo da história 194
4.2.4 O Turismo: uma das alternativas de desenvolvimento local 197

4.3 Corumbá de Goiás: o Roteiro dos Pireneus 213
4.3.1 A formação territorial do município 213
4.3.2 Indicadores socioeconômicos 215
4.3.3 A inserção regional de Corumbá de Goiás 220
4.3.4 A expansão do turismo e a transformação do território 222

Capítulo 5: Os territórios em processo de desenvolvimento do turismo no eixo Brasília-Goiânia: o turismo em busca de "novos produtos" 244

5.1 Abadiânia 245
5.1.1 Breve análise do papel regional de Abadiânia 245
5.1.2 A dinâmica territorial do município de Abadiânia 260
5.1.3 O despertar do turismo 262

5.2 Santo Antônio do Descoberto 272
5.2.1 As origens do município: do ciclo do Ouro à periferia de Brasília 272
5.2.2 Os recursos do turismo 285

5.3 Cocalzinho de Goiás 298
5.3.1 Breve histórico do município 298
5.3.2 Inserção regional e dinâmica municipal 301
5.3.3 O turismo uma nova atividade que produz o espaço 303

Capítulo 6: Municípios potenciais: os territórios "ainda" não utilizados pelo turismo 320

6.1 Águas Lindas de Goiás 321
6.1.1 Aspectos socioeconômicos 321
6.1.2 A ausência de atrativos turísticos e pobreza: fatores limitantes do turismo . 341

Capítulo 7: Ações para o desenvolvimento turístico do território regional: análise dos usos e possibilidades 352

7.1 A Teoria do Espaço Turístico: em busca da compreensão das diferentes formas de uso e ocupação 352
7.2 Territórios Turísticos e Região: os usos e possibilidades do Eixo Brasília-Goiânia 368
7.3 A "Região Turística de Brasília" 380
7.4 A região turística do Eixo Brasília-Goiânia: percepções do desenvolvimento do turismo 400

Capitulo 8: Considerações Finais 404

Referências bibliográficas 429
Endereços eletrônicos 445
Apêndice 446
Relação de entrevistados 446

ANEXO(S)

Anexos em CD-Room 447

1. Formulários da pesquisa RINTUR 447
2. As regiões turísticas do Estado de Goiás e Distrito Federal 447
3. Arquivos tese de doutorado 447

CAPÍTULO 1
INTRODUÇÃO

1.1 Do tema as questões da pesquisa: primeiras aproximações

É inegável a expansão do turismo em escala global. Considerada uma das atividades marcantes da pós modernidade, tem se mostrado rico em nuances e nos seus paradoxos. Essa expansão tem formas variadas, mas chama atenção duas: primeiro aquela que se dá sob a forma de apropriação dos espaços e pela conseqüente difusão nos mais variados cantos do mundo de modelos de exploração da atividade e; em segundo lugar, aquela que decorre do ingresso do grande capital mundial que tem concentrado sobremaneira os lucros da atividade. Há, portanto, uma extensão espacial e por vezes uso intenso e tenso dessas áreas, e por outro, uma acentuação da atividade rentista em torno desses crescentes mercados.

O Brasil não fugiu a essa tendência, nas últimas décadas do século passado, e nos primeiros anos do século XXI, o turismo se difundiu por grande parte do território nacional, com maior ou menor intensidade. Existem evidências desse desenvolvimento da atividade, como o crescimento dos fluxos (nacionais e internacionais), e entrada de grandes bandeiras da hotelaria, o aumento das freqüências dos vôos internacionais, e busca por institucionalizar a atividade nas diversas esferas de governo, elevando-a a um patamar de importância nos processos de desenvolvimento.

Esse último aspecto merece ser tratado de forma cuidadosa, pois não se pode atribuir a uma atividade essa centralidade excessiva, ganhando quase contorno de "redentora" de economias deprimidas. Se já tivemos exemplos históricos no mundo e no Brasil que a dependência de uma única atividade é extremamente perigosa, em momentos que os mercados eram menos fluidos e competitivos, calcule-se nesse momento da globalização e do uso intenso, e competitivo, dos territórios.

E mais, essa competição se dá sob a égide da atuação de grandes corporações. Esse grande capital apesar de usar o território, tem pouca solidariedade com ele, e com seu processo de desenvolvimento. Nos últimos anos assistimos a uma enorme relocalização de atividades de toda ordem não somente no mundo, e assim como no Brasil. O que dá o tom da relação das grandes empresas com os territórios e isso não é diferente no turismo.

Como forma de compatibilizar esses interesses contraditórios, a esfera pública tem perseguido o fortalecimento da atividade balizada em instituições e na sua regulação. Desde final da década de 1960 algumas ações vêm sendo adotadas, mas foi na década de 1990 que a adoção de políticas mais sistematizadas ganhou corpo na esfera pública. Algumas delas estão bastante concentradas espacial e setorialmente.

No sentido de atender o desenvolvimento da atividade e procurar dar-lhe um caráter mais relevante na agenda de governo foram formulados políticas, planos, e programas que atualmente estão sob a coordenação do Ministério do Turismo. A ação de maior expressividade do Ministério do Turismo - Mtur na gestão atual é o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil trata-se de tentativa de romper com essa concentração da atividade em determinados espaços que vem reproduzindo um modelo excludente de indivíduos e territórios a exemplo dos espaços interiores do país, que tem nas áreas litorâneas suas grandes concorrentes.

Assim, o presente trabalho tem por objetivo compreender a dinâmica da produção territorial do turismo no eixo Brasília - Goiânia. Pensamos que além do espaço, base física, faz-se necessário, também, discutir em que medida os usos e as possibilidades de desenvolver a atividade na região podem ser pontuadas.

A tese a ser discutida é a de que existe uma atividade turística que ordena o espaço no Entorno do Distrito Federal. As cidades pontas da rede urbana regional,

respectivamente Brasília e Goiânia exercem forte influência sobre os municípios mais próximos, sendo o turismo uma das diversas manifestações dessa dinâmica territorial.

Na medida em que "a cultura do viajar" se instala nos centros urbanos metropolitanos criam-se demandas direcionadas a atender essa "necessidade de utilização do tempo-livre" com atividades de turismo e lazer. Portanto, os municípios próximos passam a receber investimentos públicos e privados para oferecer infra-estrutura e atrativos ao mercado em expansão. O turismo cria estruturas para sua consolidação de acordo com as especificidades locais (questões políticas, atrativos, empreendedores) denotando assim uma hierarquia com municípios turísticos e em desenvolvimento da atividade.

A pesquisa busca compreender o processo histórico de ocupação/ produção do espaço no eixo de desenvolvimento Brasília-Goiânia, bem como correlacionar esses processos específicos à dinâmica territorial, enfatizando o turismo.

Dessa forma, para se compreender o desenvolvimento do turismo no eixo Brasília-Goiânia foi traçado referencial teórico-metodológico que buscou responder questões como: o que é realmente o turismo? Como ele se desenvolve? A partir de políticas públicas ou apenas das leis de mercado? Como ele produz o espaço dos pequenos municípios pesquisados?

O tema da pesquisa é inédito na perspectiva de compreensão do fenômeno do turismo no eixo Brasília – Goiânia. Foram identificados poucos trabalhos acadêmicos relacionados aos municípios em destaque e os mesmos denotam aspectos pontuais, como: gastronomia, cultura local, atrativos e empreendimentos. Outros trabalhos abordam a perspectiva do eixo enquanto propostas de desenvolvimento econômico não contemplando as especificidades dos municípios, mas apenas as potencialidades do agronegócio, da indústria e migrações.

1.2 Metodologia

Para embasar o trabalho, recorremos a autores que tratam diretamente da temática e de outras colaborações teóricas que contribuíram para estabelecer um norte para a discussão. No sentido de reforçar o conceitual teórico também foram utilizados dados e informações de fontes oficiais ou de instituições que tratam do tema. Portanto, foram feitos levantamentos juntos aos órgãos oficiais do turismo nos municípios pesquisados bem como em bancos de dados do Ministério do Turismo, EMBRATUR, Secretaria de Turismo do Distrito Federal, Agência Goiana de Turismo, INFRAERO, entre outras instituições.

A discussão é encaminhada no seguinte sentido: primeiro fazer breve digressão sobre o turismo e suas especificidades, sem a pretensão de esgotar o assunto; em um segundo momento estabelecer debate em torno do potencial para a atividade turística que existe na região objeto de nossa investigação, recorrendo à caracterização do eixo Brasília-Goiânia e dos municípios pesquisados para entender a inserção desse espaço no cenário atual do país, bem como, em um terceiro momento apontar quais seriam os entraves e fatores externos que podem se constituir em obstáculos ao desenvolvimento do turismo e; por fim, encaminhar o debate para as possibilidades de superação dessas limitações, não como uma "receita do sucesso", mas apontando para uma necessária reflexão do futuro do turismo na região central do Brasil.

A aplicação do questionário Rintur/ EMBRATUR através das pesquisas de campo possibilitou a identificação de diversos usos do espaço pelo turismo. Um dos primeiros questionamentos levantados é a hipótese de que o turismo de fato é uma atividade marcante no espaço regional do eixo Brasília-Goiânia.

O levantamento no questionário Rintur[1] contempla três grandes grupos de informações: dados gerais dos municípios, infra-estrutura do turismo e atrativos. A aplicação dessa metodologia de pesquisa possibilitou caracterizar a situação atual do turismo na dinâmica dos municípios, bem como identificar algumas de suas possibilidades e pontos fracos.

Essa primeira questão obteve resposta afirmativa, haja visto, a identificação de diferentes formas de usos e apropriações do espaço pela atividade turística e a confirmação de que o turismo representa uma forma significativa de geração de emprego e renda em cinco dos sete municípios pesquisados.

Ao iniciarmos a aplicação dos questionários junto as Prefeituras Municipais identificamos que dos sete municípios pesquisados, cinco deles possuem Secretarias de Turismo ou similares na estrutura organizacional das prefeituras, respectivamente: Santo Antônio do Descoberto, Alêxania, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás e Pirenópolis. Os outros dois municípios: Águas Lindas de Goiás e Abadiânia não possuem secretarias específicas do setor.

Em Águas Lindas a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico assume o papel de induzir o fomento à atividade. No caso de Abadiânia, devido à crise política verificada na atual gestão, o prefeito decidiu extinguir todas as secretarias e concentrar a administração do município na Chefia de Gabinete.

Foram consultadas diferentes fontes tais como: o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, o Ministério do Turismo - MTur, o Ministério da Integração Nacional - MINT, o Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília – CET/ UnB, a biblioteca das Faculdades Integradas da UPIS, o escritório do Brasília Conventions Bureau, a administração do Aeroporto Internacional de Brasília

[1] Relatório de Informações Turísticas Municipais (EMBRATUR) 2001.

sob responsabilidade da Infraero, a representação do Grupamento de Operações Turísticas da Polícia Militar do Distrito Federal e as Secretarias de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH/ DF e Turismo – SETUR/DF ambas do Governo do Distrito Federal.

Foram feitos levantamentos bibliográficos e de dados para a pesquisa na Agência Goiana de Turismo – AGETUR/ GO, órgão estadual responsável pelo turismo no Estado de Goiás

A partir do 2º semestre letivo de 2005 começaram a ser desenvolvidas as visitas aos municípios pesquisados em um total de sete municípios: Santo Antônio do Descoberto, Alexânia, Abadiânia, Águas Lindas de Goiás, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás e Pirenópolis, todos localizados no Estado de Goiás.

A primeira opção desenvolvida foi o levantamento fotográfico dos municípios pesquisados e a identificação de usos e possibilidades no que respeita ao turismo. Posteriormente foram feitas entrevistas com moradores locais, empreendedores, gestores de associações comunitárias, empresariais e de governança municipal, bem como visitantes.

As entrevistas não seguiram roteiro escrito pré-definido, mas privilegiaram o caráter espontâneo dos entrevistados à medida que perguntas relacionadas ao tema eram feitas. Em paralelo os principais atrativos turísticos e infra-estrutura específica do turismo (rede hoteleira, gastronomia, agenciamento, transportes, serviços e equipamentos de eventos e lazer) foram identificados e caracterizados.

O segundo momento foi dedicado especificamente aos órgãos gestores do turismo nos municípios. A primeira dificuldade encontrada foi conciliar a agenda dos secretários e prefeitos locais com a ida aos municípios. Encontramos grandes obstáculos representados pela falta de dados confiáveis e a desconfiança de empresários e

representantes das prefeituras no fornecimento de dados e informações. Uma das justificativas dada era o medo do entrevistador ter alguma relação com a Receita Federal ou o Ministério Público.

Nos municípios de Pirenópolis e Alexânia os secretários de turismo proporcionaram boa acolhida e o levantamento de informações foi facilitado junto à Prefeitura e ao trade do turismo. As maiores dificuldades foram vivenciadas nos municípios de Águas Lindas de Goiás e Abadiânia.

No período de setembro a dezembro de 2005 foram feitos vários contatos telefônicos e visitas a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico deste município, porém, não conseguíamos contatar o prefeito ou o secretário da pasta. Em janeiro de 2006 aproveitando o deslocamento para Cocalzinho de Goiás paramos em Águas Lindas e fomos à sede municipal. Ao chegarmos ao local havia um protesto de moradores locais e funcionários públicos, pois, o prefeito Sr. José Pereira Soares (em seu segundo mandato) havia sido afastado do cargo por corrupção e improbidade administrativa.

A divulgação de notícias vinculadas na impressa de Brasília e local sobre corrupção e desvio de verbas públicas colocou o município em "pé de guerra" com protestos, ameaças de depredação de prédios públicos e intervenção da tropa de choque da Polícia Militar de Goiás. Ao final do mês conseguimos contatar dois funcionários da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, que forneceram os dados e informações sobre o município, porém solicitaram a não divulgação de seus nomes por medo de represálias a partir de alguma informação dada.

O processo de pesquisa foi feito a partir de grande esforço pessoal e inúmeros deslocamentos ao local de pesquisa. O deslocamento a qualquer um dos municípios pesquisados demanda tempo e disponibilidade de agenda para os entrevistados. Muitos

proprietários de empreendimentos moram fora dos municípios e são encontrados apenas nos finais de semana, período de maior atividade turística.

O processo de levantamento de dados e informações municipais adotou a metodologia da EMBRATUR denominada RINTUR/ 2002 – Relatório de Informações Turísticas Municipais e o Inventário da Oferta Turística (versão 2005) do Ministério do Turismo. O processo oficial de inventariação dos municípios foi desenvolvido a partir do mês de agosto de 2006 e esses novos dados foram em parte aproveitados.

A área de pesquisa é delimitada por um sistema urbano-regional satelizado pelas duas maiores metrópoles da Região Centro-Oeste do Brasil, as cidades de Brasília e Goiânia, que abarca 65 municípios.

Entre esses, foram destacados sete municípios para a pesquisa, os quais representam 10% do total de municípios integrantes do eixo e foram escolhidos tendo em vista dois aspectos: a proximidade em relação à capital federal e o fato de que são atravessados pelas rodovias federais BR-060 e 070, as duas principais vias de interligação entre as duas cidades.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, foi feito levantamento a respeito das principais "interpretações teóricas" do turismo, o que proporcionou maior compreensão do fenômeno em escalas regional e local, bem como a forte influência da capital federal sobre os "pequenos municípios" ao seu redor mais imediato.

A análise das informações e a discussão nos colóquios permitiram estabelecer uma primeira constatação, a de que o turismo é uma atividade marcante na produção do espaço regional no eixo Brasília-Goiânia. As cabeças de rede urbana regional, respectivamente Brasília e Goiânia exercem forte influência sobre os pequenos municípios tanto na sua dinâmica geral nas atividades econômicas, nos setores de saúde e educação e mais especificamente nas atividades relacionadas ao turismo e lazer.

Toda uma estrutura econômica foi desenvolvida ao longo de décadas para atender as demandas do turismo: hospedagem, gastronomia, comércio, visitação a atrativos entre outras. Essa dinâmica só pode ser estabelecida a partir da configuração de duas grandes rodovias que caracterizam o eixo Brasília-Goiânia, as rodovias federais BR-060 e 070.

A implantação dessas estradas induziu a um primeiro processo de reorganização do espaço regional, os antigos núcleos municipais de Posse da Abadia e Olhos D'Água distantes da BR-060 perderam importância e entraram em decadência havendo a construção de novos loteamentos que posteriormente assumiram a função de sede municipal. As áreas urbanas de Abadiânia e Alêxania são resultado desse processo e do evento da construção da BR-060 no período da década de 1960.

Outra transformação significativa foi o direcionamento da economia dos municípios pesquisados para atender as demandas geradas por Brasília e Goiânia. Foi identificada a conversão da pequena produção rural para suprir os mercados dessas metrópoles, além da constituição de setor secundário através das indústrias cerâmicas, alimentos e bebidas, mobiliário, automóveis, vestuário entre outras direcionadas principalmente ao mercado de Brasília.

O levantamento de informações indicou que todos os municípios possuem algum tipo de infra-estrutura relacionada ao turismo, alguns apresentam indicadores mais fortes enquanto outros a atividade ainda é pouco expressiva. Em todos os municípios foram identificados atrativos potenciais e explorados, o que caracteriza o uso do território para as práticas de turismo e lazer. Ao longo da análise de cada município que é feita nos capítulos da tese é possível identificar claramente "a real situação" da dinâmica do turismo no eixo.

Diversos usos podem ser identificados através das suas respectivas formas: hotéis, pousadas, restaurantes, clubes, lojas de artesanato, empreendimentos de turismo rural e de aventura, eventos, empresas foram identificados. A existência de aparatos políticos (Secretarias) nas prefeituras bem como a existência de associações de guias, empresários e artesãos denota a importância da atividade. Em todas as entrevistas feitas ficou latente que o poder público e o trade turístico acreditam no setor como indutor de desenvolvimento regional, bem como no incremento nos usos e possibilidades representados pela duplicação da BR-060 e na utilização das margens do recém criado lago de Corumbá IV.

A Prefeitura de Alêxania identificou fluxo diário de 13 mil veículos enquanto que nos finais de semana e feriados essa marca chega a atingir 17 mil. Sem sombra de dúvida o fluxo de veículos e passageiros é intenso entre as duas metrópoles e os pequenos municípios ao longo dos eixos de ligação acabam por criar estratégias de sobrevivência se aproveitando desses fluxos.

Ao longo das rodovias é notória o número expressivo de empreendimentos (postos de gasolina, restaurantes, venda de artesanato, vendedores, feiras e barracas) para a venda dos produtos locais. A pequena produção agrícola e parte das atividades industriais estão direcionadas ao suprimento da demanda gerada pela criação de um corredor turístico de deslocamento e estada e pelas práticas de turismo.

O município de Pirenópolis apresenta a atividade turística mais estruturada e organizada com existência de diversas associações e órgãos de fomento. A importância dessa atividade em Pirenópolis começa a denotar expansão para os municípios vizinhos através da criação do roteiro turístico da “Serra dos Pirineus” e da “Estrada Real do Planalto Central”. Esses dois projetos ainda se encontram em faze de desenvolvimento,

mas representam real possibilidade de desenvolvimento do turismo com criação de novos empreendimentos e de infra-estruturas.

No ano de 2005 foi inaugurado o aeroporto de Pirenópolis bem como a nova ligação rodoviária integrando as BR's 060 e 070 através da GO-338 (Abadiânia, Planalmira, Pirenópolis). Essa nova via de ligação permitiu o redirecionamento do fluxo de turistas provenientes de Brasília que utilizam a BR-070 para chegar a Pirenópolis.

A distância aumenta em cerca de 30 km, porém, o turista diminui o tempo de deslocamento pelo fato de transitar em rodovia duplicada, bem sinalizada e que oferece melhor estrutura de apoio e acessibilidade a novos atrativos. A rodovia BR-070 é duplicada apenas no trecho dentro do Distrito Federal, cerca de 25 km e atravessa o município de Águas Lindas de Goiás que não oferece estrutura de apoio satisfatória e configura-se em área marcada pela pobreza e violência. Até o município de Cocalzinho de Goiás, a BR-070 não dispõe de estrutura de apoio como: postos de gasolina, restaurantes, bares, entre outros. Portanto, a configuração de uma nova via de acesso ao principal município turístico da região irá produzir novas transformações nesse "espaço" até então "desconhecido" para grande parte dos turistas.

Em relação às políticas públicas de formatação e promoção de roteiros turísticos integrados identificou-se que os municípios pesquisados encontram-se inseridos em quatro roteiros distintos: Grande Brasília, Distrito Federal Nativo, Integração Candanga e Região do Ouro.

Os roteiros foram criados pela Secretaria de Turismo do Distrito Federal e Agência Goiana de Turismo, sendo lançados no salão do turismo realizado no ano de 2005. Portanto, a região em estudo é objeto de políticas públicas no setor de turismo.

A análise preliminar dos dados levantados permitiu identificar que a região objeto de estudo passou por diferentes processos e usos do território, o primeiro período

compreendido pelas primeiras ocupações humanas que segundo BERTRAN (2000) remontam a períodos de cerca de 10.000 anos atrás.

O segundo período compreende o Ciclo do Ouro no Século XVII/ XVIII sendo caracterizado pelas entradas e bandeiras e pela constituição de rede urbana fortemente relacionada à mineração: Santa Luzia (atual Luziânia), Arraial de Couros (Formosa), Meia Ponte (atual Pirenópolis) e Santo Antônio do Descoberto. O esgotamento da mineração levou ao esvaziamento populacional e isolamento da região até a primeira metade do Século XX.

A terceira fase compreende a inserção do Centro-Oeste à dinâmica regional comandada pela região Sudeste e a modernização produtiva de seus espaços rurais. A criação de Brasília e Goiânia são eventos característicos desse período. O momento atual é caracterizado pelo processo de metropolização dessas cidades e a configuração de rede urbana composta de dois núcleos metropolitanos com diferentes escalas: Brasília (Nacional) e Goiânia (Regional) entremeados por diversos municípios havendo duas cidades médias: Anápolis e Luziânia e inúmeras pequenas cidades.

O turismo surge enquanto evento a partir da construção de Brasília. Os primeiros registros de viagens com fins turísticos foram feitos no período de construção da nova capital. Relatos dos jornais da época registram a presença de jornalistas, empresários, estrangeiros e brasileiros das mais diferentes regiões que vem à capital em construção conhecer as obras e monumentos.

Após a inauguração de Brasília e principalmente com a consolidação da nova capital (anos 1970), o turismo se consolida no Distrito Federal. A construção do novo aeroporto em 1972, a integração rodoviária, a transferência de órgãos públicos, a construção de hotéis, restaurantes, centros de convenção são elementos que justificam a expansão dos segmentos de turismo de negócios e eventos e cultural.

A transferência de funcionários públicos vindos da antiga capital, Rio de Janeiro e que já estavam habituados a viagens e práticas de lazer trouxeram ao Planalto Central novas demandas. A carência de locais para lazer e uso do tempo livre levou aos novos moradores do Distrito Federal a procurarem formas alternativas para a prática do turismo. Nos anos 1970, as redes de transporte aéreo e rodoviário ainda não eram tão eficientes. As grandes distâncias e os custos elevados de viagem faziam do turismo, enquanto produto e prática de uso do território, uma atividade ainda muito limitada.

A construção das rodovias BR-060 e 070 rompeu o isolamento dos municípios goianos. A descoberta de atrativos culturais e culturais representados pela riqueza da cultura goiana e dos centros históricos coloniais ainda não alterados, pela existência de bacias hidrográficas (Tocantins-Araguaia, São Francisco e Paraná) com inúmeros rios encachoeirados e propícios ao banho e contemplação levou ao surgimento dos primeiros fluxos turísticos tendo como origem Brasília e destino as cidades goianas do entorno.

Em um raio de cerca de 200 km ao redor do Distrito Federal surgem vários destinos turísticos com diferentes segmentos. Alto Paraíso de Goiás, Pirenópolis, Caldas Novas e Formosa em Goiás e Paracatu em Minas Gerais. Essas destinações não tinham estrutura para receber esses fluxos e nem o turismo nesse período era entendido como uma alternativa de desenvolvimento regional. O primeiro documento que denota o turismo enquanto política de desenvolvimento de cidades e regiões é a Carta de Quito (1968) elaborada em conferência da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO.

Conforme destaca MIRAGAYA (2003), os sistemas urbanos de Brasília e Goiânia apesar de próximos se desenvolveram com papéis e regiões de influência distintas. Com o maior grau de inserção do Centro-Oeste à dinâmica regional brasileira, a expansão das atividades do agronegócio e a modernização das redes de transportes

houve a aproximação e integração dos dois sistemas urbanos. Atualmente com a duplicação da BR-060 verifica-se nova redefinição do papel das pequenas cidades ao longo do eixo Brasília – Goiânia. Nesse processo o turismo assume papel significativo no desenvolvimento regional, como poderá ser comprovado nos capítulos seguintes.

Desde a criação do Clube Nova Flórida em Alêxania (1960) até a atualidade, o turismo criou fluxos pendulares entre os municípios e as capitais, projetou o espaço regional no cenário internacional, gerou demandas para a proposição de políticas públicas, causou impactos positivos e negativos que serão detalhados no transcorrer do trabalho. Portanto, defendemos a tese que o turismo é uma nova modalidade de "uso" do território do eixo Brasília – Goiânia o que pode ser comprovado pelas diferentes formas e possibilidades identificadas nos municípios ao longo do eixo.

1.3 Estrutura e Organização da Pesquisa

Durante o período de pesquisas de campo foram feitas visitas aos municípios, em específico aos órgãos públicos de gestão do turismo, empreendedores, atrativos. Para tanto foram feitas fotografias e entrevistas para verificar no local o real estágio de desenvolvimento do turismo.

O cotejamento das informações obtidas em pesquisa de campo e de gabinete permitiu o delineamento de uma proposta de compreensão do fenômeno turístico a partir de uma hierarquização dos municípios produzida pelo autor com as devidas contribuições da orientadora. Portanto, definimos a partir do entendimento do grau de desenvolvimento do turismo três categorias de municípios no eixo Brasília – Goiânia na seguinte ordem: municípios turísticos consolidados, municípios em consolidação do turismo e municípios potenciais.

Essa hierarquização só foi possível após conhecer a realidade do turismo no eixo Brasília-Goiânia nas pesquisas de campo e além disso irá nortear o desenvolvimento dos capítulos da tese e adotará os seguintes critérios:

- **Municípios Turísticos Consolidados:** são aqueles onde a atividade turística encontra-se estruturada sob a forma de órgão público de gestão e associações do setor privado, bem como faz parte de políticas públicas para o setor. O turismo enquanto atividade econômica representa então importante fonte geradora de renda e emprego no município além da existência de fluxo turístico contínuo ao longo do ano bem como a dotação de infra-estrutura de apoio (hospedagem, gastronomia, agenciamento, comércio local voltado ao atendimento das necessidades dos turistas, transporte e eventos)[2] e atrativos turísticos consolidados. Os municípios de Alexânia, Corumbá de Goiás e Pirenópolis encontram-se inseridos nessa categoria.
- **Municípios em Consolidação do Turismo:** são aqueles onde a atividade turística encontra-se em processo de estruturação através de órgão público de gestão e associações do setor privado, bem como faz parte de políticas públicas para o setor. A eficácia desses órgãos e associações ainda é limitada, mas verifica-se vontade política e empresarial em desenvolver a atividade mediante "o modelo" dos municípios turísticos. O turismo enquanto atividade econômica ainda não representa fonte tão significativa na geração de renda e emprego no município além da existência de fluxo turístico irregular ao longo do ano bem como a existência e ou criação de infra-estrutura de apoio (hospedagem, gastronomia, agenciamento, comércio local voltado ao atendimento das necessidades dos turistas, transporte e eventos) e atrativos turísticos em

[2] Critérios adotados a partir da metodologia do Inventário da Oferta Turística (2006): Organização Mundial do Turismo e Ministério do Turismo.

processo de consolidação. Os municípios de Abadiânia, Cocalzinho de Goiás e Santo Antônio do Descoberto encontram-se inseridos nessa categoria.

- **Municípios Potenciais:** são aqueles aonde a atividade turística encontra-se fracamente estruturada sob a forma de órgão público de gestão e associações do setor privado, bem como não faz parte de políticas públicas para o setor. O turismo enquanto atividade econômica não representa fonte significativa na geração de renda e emprego no município além da inexistência de fluxo turístico contínuo destinado ao município ao longo do ano bem como a dotação de infra-estrutura de apoio (hospedagem, gastronomia, agenciamento, comércio local voltado ao atendimento das necessidades dos turistas, transporte e eventos) e atrativos turísticos. O município de Águas Lindas de Goiás encontra-se inserido nessa categoria, o destaque enquanto potencial deve-se ao fato do fluxo turístico direcionado aos municípios da Serra dos Pireneus utilizar a BR-070 que corta a área urbana. Esse fluxo poderá no futuro induzir à criação de infra-estrutura no município configurando-se corredor turístico de estada.

Inicialmente desenvolve-se capítulo de discussão das questões teórico-metodológicas e políticas públicas de turismo. Em capítulo seguinte caracterizou-se o eixo Brasília-Goiânia em seus principais aspectos e nos capítulos seguintes agrupou-se os municípios de acordo com a proposta de hierarquização que visa agrupar municípios com características comuns afim de subsidiar políticas públicas futuras e a compreensão de que o turismo não ocorre de forma isolada de um contexto regional e nem se manifesta da mesma forma em todos os municípios.

A pesquisa espera contribuir com arcabouço teórico-metodológico para outros trabalhos e políticas futuras e a hierarquização mostra os diferentes estágios de desenvolvimento do turismo na região de estudo.

CAPÍTULO 2.

TURISMO E ESPAÇO: REFERENCIAL TEÓRICO - METODOLÓGICO

O turismo no século XXI enfrenta possibilidades e alternativas ainda não compreendidas no Brasil e no mundo. A permanente configuração de novas destinações e de práticas sociais e culturais permite a ampliação das atividades de entretenimento, gastronomia, lazer, esportes e deslocamentos pelo planeta.

O prazer da viagem e da descoberta de outros lugares tornou-se acessível a um número cada vez maior de consumidores. Por outro lado, a expansão do turismo em escalas global, regional e local encontra grandes dificuldades para sua plena expansão.

As crises econômicas e políticas, a falta de infra-estrutura física e de mão-de-obra qualificada, as grandes distâncias e, principalmente, a pobreza extrema de algumas "regiões turísticas" do mundo colocam-se como pontos a serem questionados e enfrentados pelas comunidades locais, governos e empresas do setor.

Para Bignami. (2005, p. 12):

> No turismo, uma imagem pode atrair o cliente, mas se a estrutura social é problemática e as condições regionais e as infra-estruturas são deficientes, essas irão atuar como uma imagem contraposta, diminuindo o interesse do consumidor e muitas vezes criando outra imagem repulsiva, comumente chamada de negativa.

A expansão dos transportes aéreos, a criação e utilização de novas tecnologias de informação, o reconhecimento da diversidade cultural dos lugares e a tentativa de inserção econômica dos países na dinâmica do mundo globalizado são questões que se colocam em paralelo ao contexto atual do turismo.

O turismo entendido como fenômeno constitui importante meio de geração de renda e emprego na atualidade, sendo esse aspecto o mais comumente levantado nas discussões sobre o tema.

Em diversos trabalhos, os benefícios e malefícios do turismo são apontados, originando assim a perspectiva descrita por Panosso Neto (2005, p. 19) como:

> Uma visão fragmentada e superficial desse fenômeno que necessita de uma interpretação minuciosa, fugindo dos textos acadêmicos reducionistas que simplesmente abordam uma ou duas de suas facetas.

Este estudo destaca os principais aspectos teórico-metodológicos que abarcam o turismo enquanto fenômeno geográfico e social, atividade econômica, prática social e uso do território. O estudo proposto nasce da tentativa de compreender e analisar o desenvolvimento da atividade turística no eixo Brasília–Goiânia.

A área de pesquisa é delimitada por um sistema urbano-regional satelizado pelas duas maiores metrópoles da Região Centro-Oeste do Brasil, as cidades de Brasília e Goiânia, o qual abarca 65 municípios.

Entre esses, foram destacados sete municípios para a pesquisa, os quais representam 10% do total de municípios integrantes do eixo e foram escolhidos tendo em vista dois aspectos: a proximidade em relação à capital federal e o fato de que são atravessados pelas rodovias federais BR-060 e 070, as duas principais vias de interligação entre as duas cidades.

A fundamentação teórica utilizada é uma tentativa de se esboçar algumas reflexões a respeito do turismo no eixo Brasília-Goiânia.

Diante da diversidade social, cultural e econômica encontrada nos municípios pesquisados, faz-se necessário compreender algumas contribuições teóricas feitas por diversos autores; e a partir dessas reflexões propor um novo "olhar" sobre os municípios pesquisados, comumente chamados de "Entorno do Distrito Federal", "região problema" ou "eixo de desenvolvimento".

2.1 Turismo: evolução do tema e conceitos

Ao iniciarmos as primeiras leituras sobre o turismo, deparamo-nos com uma afirmação de Castrogiovanni (2004) de que "o turismo propicia o movimento do mundo". Essa visão subjetiva envolve aspectos difíceis de serem avaliados, porém, revela a necessidade de se entender o turismo além dos aspectos econômicos, vistos historicamente como um conjunto de atividades envolvendo apenas a compra e venda de pacotes de viagem.

Em outra leitura, percebemos que o turismo é tido como uma experiência cultural e que o turista é um ser em formação, não um ser acabado, mas em contínua construção e transformação.

Para Panosso Netto (2004, p. 29):

> o turismo é uma experiência. É experiência no momento em que constrói esse "ser" turista. As impressões internas dessa ação não são formadas apenas na viagem, ou no deslocamento propriamente dito, mas também são vividas nos momentos que antecipam o ato do turismo e nos momentos que se seguem após o ser turista ter empreendido sua viagem.

A experiência turística não pode ser analisada desconsiderando o momento histórico do turista. Os bens e serviços oferecidos aos turistas, bem como a infra-estrutura são vivências tanto do turista quanto da comunidade receptora.

Essas relações complexas e conflituosas que envolvem o turista e a destinação dificultam a definição do termo turístico e sua abrangência, haja vista o fato de que a condição de turista dá-se quando ocorre o deslocamento para fora de seu local de origem, motivado por diferentes aspectos, como a busca de lazer e descanso, compras, conhecimento, prazer, etc.

A experiência é tanto vivência quanto história, portanto o turismo é também um fenômeno. Panosso Netto (2004, p. 30) reforça a idéia de que "o turismo é um

fenômeno de experiências vividas de maneira e desejos diferentes por partes dos seres envolvidos, tanto pelos turistas quanto pelos empreendedores do setor."

O turista é um sujeito em construção, em contínua formação. Dessa maneira, o turismo pode ser visto também como a busca de experiência humana, a busca da construção do "ser" interno do homem, fora do seu local de vivência cotidiana, não importando se ele está em viagem ou se já retornou, pois esse ser continua a sua experiência, a partir das recordações e lembranças da viagem, independentemente do tempo cronológico.

Pelas suas experiências no passado, no presente e pelas viagens que irá fazer no futuro é que se constrói o "ser turista" e configura-se o turismo como fenômeno, numa complexa rede de relações entre o turista, a infra-estrutura, as comunidades locais e o espaço geográfico.

É importante destacar que o turismo não nasceu de um documento escrito, de uma teoria, mas sim de uma prática humana historicamente produzida, de homens e mulheres que agiram em seus "locais de origem e destino", de sujeitos que vivenciaram experiências diferentes do cotidiano.

Pensar alternativas de análise do turismo é exercício que diversos pesquisadores têm desenvolvido nas últimas décadas. Na produção do referencial teórico, em diversas leituras foram identificadas as correntes estruturalistas, sistêmicas, economicistas, culturalistas, interdisciplinares, as quais têm tentado entender o que é o turismo e qual a melhor maneira de defini-lo.

Não se pode pensar o turismo apenas como atividade econômica ou prática social. Sua compreensão deve abarcar diferentes dimensões. Panosso Netto (2004, p. 43) diz que "uma definição mais precisa para o turismo é necessária e requerida para diversos propósitos."

O primeiro propósito é o de estudo, pois para se examinar um fenômeno faz-se necessário definir o que ele engloba; o segundo propósito é estatístico, tendo em vista que quando um fenômeno é medido, ele precisa estar definido; o terceiro é administrativo e legal, pois uma legislação poderia ser aplicada a algumas atividades e a outras não; e o quarto e último é o industrial, uma vez que atividades econômicas necessitam de estudos de mercado para o seu funcionamento e a formação de *clusters*.

Grande parte das teorias e publicações sobre turismo é produzida por pesquisadores que não tiveram a sua primeira formação de graduação na área do turismo, mas que em determinado momento de sua trajetória acadêmica passou a se interessar pela compreensão do fenômeno.

O estudo do turismo é considerado multidisciplinar, envolvendo diferentes áreas do conhecimento: Economia, Administração de Empresas, Arquitetura, Biologia, História, Geografia, Direito, Filosofia, entre outras.

Essa situação tende em grande parte dos trabalhos, consciente ou inconscientemente, a reduzir a compreensão do turismo à área de formação do pesquisador. Os estudiosos partem dos pressupostos de sua área do conhecimento e produzem aspectos fragmentados de um mesmo fenômeno. Não se tem ainda um discurso único sobre o tema. As diferentes abordagens e visões do turismo contribuem para o enriquecimento temático e para a criação de novas pesquisas.

O próprio conceito de turismo encontra diferentes definições, as quais serão descritas a seguir:

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT) (2003, p. 19) o turismo é definido como “as atividades que pessoas viajando para ou permanecendo em lugares fora do seu ambiente usual, por não mais do que um ano consecutivo, a lazer, negócios ou outros objetivos.”.

Outra definição de turismo, mais recente, adotada pela OMT (2006, p. 21) entende que "o turismo é a soma de relações e de serviços resultantes de um câmbio de residência temporário e voluntário motivado por razões alheias a negócios ou profissionais."

Os conceitos da OMT destacam o aspecto do deslocamento, o que estabelece forte relação entre transporte e turismo.

Conforme destaca Palhares (2003, p. 21):

> É fato, portanto, que o turismo não existe sem o transporte. No entanto, para aqueles que querem ir além do mero senso comum existente entre tais atividades, faz-se necessário defini-las, até mesmo para que possam ser mais bem compreendidas.

Palhares (2003, p. 22) ainda destaca que em estudos desenvolvidos para mensurar a importância socioeconômica do turismo na Nova Zelândia, entre os anos 1998 e 2000, "considerou-se uma distância mínima de 40 quilômetros a partir da residência dos viajantes para distingui-la como uma viagem turística."

Para Rejowski (2002, p. 12), o turismo transcende apenas o deslocamento, envolvendo outros aspectos em uma concepção sistêmica, a saber:

> O turismo é um fenômeno caracterizado pelo deslocamento temporário de pessoas de seu local de domicilio (núcleo emissor) para uma determinada localidade (núcleo receptor), com a permanência mínima de 24 horas e utilização de serviços e equipamentos turísticos. Envolve aspectos tanto econômicos, quanto sociais, naturais, culturais, políticos, compondo um conjunto de serviços e equipamentos interdependentes entre si, os quais são oferecidos ao turista por diferentes empresas turísticas.

No mundo contemporâneo, o turismo se insere como fenômeno de escala global. O turismo não se limita apenas ao contexto econômico em expansão, sendo visto como grande gerador de empregos e capital, contribuindo para o desenvolvimento de diversos locais do planeta.

Porém, essa primeira análise não explica o fenômeno em sua totalidade, pois como nos diz Rodrigues (1996, p. 9), "sua expressividade não se limita ao fato

econômico. É também e principalmente como fato social, que se configura materialmente, criando e recriando formas espaciais diversificadas."

É inegável discutir a importância do turismo na atualidade. A existência de grandes corporações, a geração de negócios, investimentos em capital, emprego e renda e a incorporação de *espaços* a essa dinâmica são realidades que devem ser analisadas e compreendidas em toda a sua complexidade.

A ciência geográfica deve buscar a análise e entendimento dessas formas, "buscando compreender sua estruturação e processos que as engendraram". (Rodrigues, 1996, p. 9)

Segundo Bezerra (2003, p. 9), o turismo "contribui com um índice de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, além de se constituir em instrumento disseminador de cultura e da conservação do meio ambiente."

A partir de dados da OMT (ano base 2004) organizados na tabela 1, pode-se observar o crescimento dos fluxos turísticos em escala global.

A análise dos fluxos indica que o turismo concentra-se em determinadas regiões do planeta, apesar do progressivo processo de globalização. Segundo Beni (2004, p. 30-31), "continua sendo uma atividade concentrada em algumas zonas do planeta, as quais Cazes denomina bacias turísticas ou lagos de férias." Respectivamente, a Bacia Europa - Mediterrânea, a Bacia América do Norte - Caribe e América Central e, finalmente, a Bacia Ásia - Pacífico (Japão, China, Austrália e Nova Zelândia).

Porém, o crescimento dos fluxos de turistas, a necessidade da oferta de novas destinações e a reprodução do capital impõe a expansão do turismo para o chamado mundo subdesenvolvido. É nesse contexto que a América do Sul e mais especificamente o Brasil estão inseridos.

Para Rodrigues (1996, p. 9), surge um novo desafio de análise, haja vista que "o turismo vem produzindo, consumindo e organizando espaços."

O turismo e as atividades correlacionadas são vistas como fator importante para qualquer economia local, regional ou nacional, pois o movimento constante de pessoas aumenta o consumo, incrementa as necessidades de maior produção de bens, serviços e empregos e, em conseqüência, a geração de lucros.

Tabela 01: Fluxos de Entrada de Turistas Internacionais/ ano (milhões) (1990-2003)

	Fluxos de Entrada de Turistas Internacionais/ ano (a)						**Cota (b)**
	1990	**1995**	**2000**	**2001**	**2002**	**2003**	**2003**
Mundo	451	545	686	684	703	691	100%
Europa	277,2	316,3	389,6	387,8	397,3	398,8	57,7%
Norte da Europa	32,4	41,5	46,9	44,9	46,4	47,4	6,9%
Europa Ocidental	113,8	112,2	139,7	135,8	138,0	136,1	19,7%
Europa Central/ Oriental	37,1	60,0	62,3	63,5	65,3	67,8	9,8%
Europa Meridional	93,9	102,6	140,8	143,7	147,6	147,6	21,4%
Ásia e Bacia do Pacífico	57,7	85,6	114,9	120,5	131,1	119,3	17,3%
Nordeste Ásia	28,0	44,1	62,5	65,9	74,1	67,6	9,8%
Sudeste Ásia	21,5	29,2	37,0	39,8	42,0	36,3	5,3%
Oceania	5,2	8,1	9,2	9,1	9,1	9,0	1,3%
Ásia Meridional	3,2	4,2	6,1	5,8	5,8	6,4	0,9%
Américas	91,7	109,0	128,2	122,2	116,6	113,0	16,4%
América do Norte	71,7	80,7	91,5	86,4	83,2	77,4	11,2%
Caribe	11,4	14,0	17,2	16,9	16,1	17,1	2,5%
América Central	1,9	2,6	4,3	4,4	4,7	4,9	0,7%
América do Sul	6,6	11,7	15,2	14,5	12,6	13,6	2,0%
África	15,0	20,7	28,6	29,2	29,9	30,8	4,5%
Norte da África	8,4	7,3	10,2	10,7	10,4	10,9	1,6%
África Subsaariana	6,6	13,4	18,4	18,6	19,5	20,0	2,9%
Oriente Médio	9,8	13,8	24,3	24,0	27,9	28,8	4,2%

Fonte: Organização Mundial do Turismo, 2004.
(a) valores expressos em milhões de pessoas
(b) participação no mercado global de turismo com base no ano de 2003

Segundo Bezerra (2003: p.6), o turismo "leva ao aumento de riquezas pela produção da terra, pela utilização dos equipamentos de hospedagem e transporte e pelo consumo ou aquisição de objetos diversos, de alimentação e de prestação dos mais variados serviços."

O turismo é um grande gerador de riquezas em escala global, tendo em vista possuir uma cadeia produtiva complexa, gerando emprego nos mais diversos setores da economia, seja ela formal ou informal.

A complexidade do fenômeno impõe dificuldades na adoção da abordagem da pesquisa, pois, ao mesmo tempo, o turismo é

> designado por distintas expressões: uma instituição social, uma prática social, uma frente pioneira, um processo civilizatório, um sistema de valores, um estilo de vida – um produtor, consumidor e organizador de espaços – uma indústria, um comércio, uma rede imbricada e aprimorada de serviços. (Rodrigues 1996, p. 17-18)

O papel que o turismo desempenha na economia regional depende da existência de atrativos (naturais, culturais, eventos), da infra-estrutura urbana, dos equipamentos turísticos e dos meios de acessibilidade ao mercado consumidor; portanto são estabelecidos fluxos (pessoas, capitais) e fixos, ou seja, os espaços construídos ou cooptados para o mercado.

Esse processo de produção, consumo e organização dos espaços é materializado por meio do planejamento estratégico dos lugares ou de forma espontânea. Cabe ressaltar o papel exercido pelo Estado Brasileiro na implementação de políticas públicas de turismo, as quais apresentam tênue relação com a iniciativa privada e o capitalismo global.

O turismo serve tanto à reprodução do capital globalizado, como à políticas para captação de divisas e até mesmo à lavagem de atividades ilegais (narcotráfico, prostituição, sonegação de impostos e corrupção).

No mundo atual, o espaço é tido como reserva de valor para a captação de recursos, portanto faz-se necessário compreender a inserção dos lugares e os papéis desempenhados nessa dinâmica.

No ano de 2005, segundos dados do Ministério do Turismo (MTur), o Brasil recebeu fluxo de cerca de 5,6 milhões de visitantes estrangeiros e fluxo interno de cerca de 44 milhões de pessoas. Como pode ser observado na fala de Mares Guia (2005)[3]:

> O turismo no Brasil apresenta um cenário amplamente favorável, com crescimento constante em todos os indicadores. Desde a criação do Ministério do Turismo, em 1.º de janeiro de 2003, as divisas geradas pelo turismo dobraram: saíram do patamar de US$ 1,998 bilhão em 2002 e deverão chegar a US$ 4 bilhões em 2005. Esse não é o único indicador de crescimento do setor nos últimos três anos. Os turistas estrangeiros, que somaram 3,783 milhões em 2002, podem alcançar os 5,6 milhões neste ano, um aumento de 48%. Os dados foram divulgados nesta terça-feira (20/12), em Brasília, pelo ministro Walfrido dos Mares Guia, durante a apresentação do balanço dos três anos de ações do MTur. O ministro mostrou que os desembarques internacionais, nacionais e receita cambial, considerados os principais indicadores de crescimento do turismo, apresentam constantes aumentos de desempenho. Os desembarques internacionais, que incluem brasileiros voltando ao país, nesses três anos saíram de 4,6 milhões devendo fechar o ano em 6,9 milhões, 49,8% a mais. Já os desembarques de vôos nacionais tiveram aumento de 33%, ao passarem de 33 milhões para cerca de 44 milhões de passageiros. Com a retração ocorrida em 2003, se compararmos apenas os dois últimos anos, o índice de crescimento ultrapassa 40% (de 30,7 milhões para 44 milhões). Esses resultados decorrem de uma política implementada nesse triênio que focou na qualificação profissional e empresarial e na estruturação da oferta turística brasileira, além da ampliação dos investimentos na promoção do Destino Brasil tanto no exterior quanto no próprio País. Com isso, segundo estimativas do Ministério do Trabalho e Emprego, a movimentação econômica do turismo gerou 560 mil empregos (100 mil, 210 mil e 250 mil, respectivamente, nesses três anos).

A palavra turismo vem do latim *grand tour* ou grande viagem, havendo registros relativos a esse termo desde as antigas civilizações, como a Grécia e Roma Antiga. A partir do Século XV, as ricas famílias burguesas organizavam viagens, nas quais os homens ainda jovens partiam com destino à Itália, ao sul da França e à Grécia, considerados berços da civilização ocidental.

[3] http://www.vermelho.org.br/diario/2005/1221/1221_turismo.asp em 20 de março de 2006 as 09 h.

Eram viagens longas, que chegavam a durar mais de dois anos, cujo objetivo era o aprimoramento intelectual dos jovens estudantes em contato com as riquezas do mundo antigo.

> As primeiras civilizações do Oriente Médio, Ásia e Mediterrâneo também deixaram provas escritas de suas experiências. Dizem que esses documentos revelam que, à medida que Grécia, Roma e China expandiram-se em função do comércio e das conquistas, suas classes superiores passaram a viajar frequentemente por prazer ou em missão diplomática. Alguns comentaristas, como Heródoto, escreveram sobre viagens e temporadas em outros lugares muito parecidos com as que temos hoje. (Ross , 2002, p. 20).

As origens do turismo são tão antigas quanto a própria história da humanidade. Em termos históricos, segundo Ignarra (2003, p. 15):

> O turismo se iniciou quando o homem deixou de ser sedentário e passou a viajar principalmente motivado pela necessidade de comércio com outros povos, podendo afirmar assim, que o turismo de negócios antecedeu o turismo de lazer.

Costa (2002, p. 14), diz que:

> Os antecedentes do turismo estariam nas caminhadas de longo percurso em busca por novos conhecimentos e lugares; expedições em busca do fim da terra e da fonte da juventude e nas peregrinações em trilhas sagradas e áreas intocadas cultuadas por diferentes povos. Da antiguidade até a metade do Século XX fica clara a busca por conhecimento cultural.

Com a expansão européia no Século XV, documentos sobre viagens multiplicaram-se na imprensa, os quais narravam as viagens de europeus, como nos diz Ross (2002, p. 20):

> A partir de meados do Século XVI os europeus do norte viajaram regularmente para as estações de águas em seus próprios países, para centros de estudos e para as ruínas das grandes civilizações clássicas do sul da Europa. Inicialmente limitado a nobres e diplomatas, esse circuito passou a ser lugar-comum.

Em 1830, a ferrovia Liverpool-Manchester, na Inglaterra, passou a ser importante via de deslocamento de turistas. “Thomas Cook, em 1841, cria a primeira agência de viagens de turismo, onde o trem e o navio passam a ser de extrema importância para o desenvolvimento dessa atividade” (Oliveira, 2005, p. 5). A

Revolução Industrial, o capitalismo, as transformações na estrutura social marcaram esse período e garantiram as bases para o desenvolvimento da sociedade capitalista, sendo o turismo uma de suas manifestações.

Porém, é a partir do Século XIX, principalmente após a Revolução Industrial, que o turismo passa a ser mais bem organizado, conforme enfatiza Lopes (1994, p. 17):

> A atividade turística se desenvolve, adaptando-se às necessidades surgidas a bojo da própria Revolução Industrial da expansão do capitalismo. Pouco a pouco, o turismo foi se organizando e identificando demandas de serviços específicos para um grande número de aristocratas, ricos empresários que viajavam para conhecer outras regiões, dentro de um programa de lazer.

E complementam Fromer e Vieira (2003, p. 57):

> O surgimento do turismo, assim como do próprio lazer, está associado às sociedades pós-industriais, à partilha do tempo social e a regulamentação de um tempo livre, desobrigado dos compromissos do trabalho. Não se pode pensar em deslocamentos turísticos sem remeter-se às profundas transformações que se processaram após a Revolução Industrial: o desenvolvimento de novas tecnologias (maquinário industrial, meios de transporte, descobertas científicas), a estratificação social, orientada por critérios produtivos capitalistas (destacando-se o surgimento da classe operária) e o desenvolvimento das grandes cidades industriais.

É nesse contexto "pós-Revolução Industrial que surgem e consolidam-se as viagens turisticamente organizadas" (Fromer e Vieira, 2003, p. 58), e que graças a Thomas Cook desenvolve-se o turismo de massa, como vemos na seguinte afirmação:

> Dizem que Thomas Cook, um metodista inglês partidário da Reforma, usou trens com locomotivas a vapor para levar os pobres do interior da Inglaterra, a exposições e encontros de seus partidários. Vendo as possibilidades comerciais do turismo em massa, é atribuída a ele a criação da moderna indústria do turismo: agências de viagem, reservas de lugar e de acomodação em hotéis, classificação dos alojamentos, cheques de viagem, horários e escalas dos meios de transporte e guias de turismo abrangentes. Acreditam que, a essa altura, o turismo em massa tenha se tornado um empreendimento internacional. (Ross, 2002, p. 20).

Para Ignarra (2003, p. 23):

> Já em 1910, o economista austríaco Herman Von Schullard definia o turismo como a soma das operações, especialmente as de natureza econômica, diretamente relacionadas com a entrada, a permanência e o deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região.

A partir da segunda metade do Século XX, o turismo evolui. No período do pós-guerra (anos 1950), as viagens internacionais começam a se tornar comuns devido à expansão das linhas aéreas comerciais, ao aumento e distribuição da renda familiar, à garantia de benefícios sociais como férias e o descanso semanal remunerado.

> A atividade turística depende do movimento de pessoas entre os pólos emissivos e receptores. Como esse movimento é sujeito a mudanças, que podem ser devido às políticas econômicas, aos fatores climáticos, a violência e até mesmo a disputa entre as diferentes destinações. (Boiteux, 2003, p. 12)

Andrade (2000, p. 43) assinala que "o turismo é o conjunto de viagens que tem por objetivo prazer ou motivos comerciais, profissionais ou outros análogos, durante o qual é temporária sua ausência da residência habitual."

Esse mesmo autor demonstra que o turismo é um fenômeno que envolve diversos setores da economia. Esses setores formam o chamado "mercado turístico", que envolve tanto a localidade receptora, como o visitante. "Turismo é o complexo de atividades e serviços relacionados aos deslocamentos, transportes, alojamento, alimentação, circulação de produtos típicos, atividades relacionadas aos movimentos culturais, visitas, lazer e entretenimento." (Andrade, 2000, p. 38)

A própria OMT (2006, p. 38) passa a incluir os negócios lucrativos em suas definições: "o turismo compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual por um período consecutivo inferior a um ano, por lazer, negócios ou outros."

É relevante também a preocupação com o bem-estar social, além da atividade financeira propriamente dita.

> Na promoção e desenvolvimento do turismo, visando contribuir para a expansão econômica, a compreensão internacional, a paz e a prosperidade dos países bem como para o respeito universal e a observância dos direitos do homem e das liberdades fundamentais, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião. (OMT , 2006, p. 5).

Conforme dados da OMT (2006), o turismo movimenta mais de US$ 3,5 trilhões (três trilhões e meio de dólares) anualmente, além de ser considerado como um dos ramos de atividade comercial que mais cresce no mundo. Calcula-se que mais de 180 milhões de pessoas vivam direta ou indiretamente dessa atividade.

Devido a esse crescimento, o turismo vem gerando interesses distintos e por isso passou a ser segmentado em diferentes áreas de atuação.

De acordo com Oliveira (2003, p. 11):

> A crescente importância do turismo se observa nos inúmeros artigos e trabalhos acadêmicos sobre o assunto, que tem promovido reflexões sobre as conseqüências desse envolvimento para o meio ambiente, tendo como impactos positivos a geração de empregos e a arrecadação de impostos.

Como é sabido, o turismo é um mercado em expansão. Essa atividade é um fenômeno social, pois influencia diversos setores da sociedade, provocando mudanças econômicas, políticas, sociais e ambientais. A atividade turística tem reflexos também no cotidiano das localidades e no imaginário dos indivíduos.

> Sua matéria-prima é constituída de bens tangíveis (a infra-estrutura e os equipamentos que permitem que as viagens se realizem) e intangíveis (o sonho ou o desejo das pessoas de viajar). Apesar de compreender o consumo de bens bastante concretos (hotéis, transporte, alimentação, souvernis, etc.), a principal característica do produto turístico vem de sua imaterialidade: consome-se o sonho da viagem na esperança de reter a sensação da satisfação que essa compra dele pode proporcionar. (Fromer e Vieira, 2003, p. 58)

Para melhor compreender o conceito de turismo, Fromer e Vieira (2003, p. 59) propõem a seguinte definição:

> Turismo é o conjunto de atividades e relações existentes nos deslocamentos temporais voluntários, realizados pelo afastamento da morada permanente – por diferentes motivos – com intenção de retorno, e a utilização total ou parcial dos bens e serviços orientados para a satisfação dos viajantes**.**

Simão (2001, p. 22) diz que “o turismo é o fenômeno de deslocar e permanecer transitoriamente em outro local, diferente daquele permanente de morada, provoca uma cadeia de ações que resulta na atividade turística”.

Para Lopes (1994, p. 19), a definição de turismo vai além do ato de deslocar-se de um lugar para outro, a saber:

> Podemos ver o ato de fazer turismo como uma viagem feita com prazer. Definir que turismo é apenas viajar agregado ao ato de usufruir do prazer, simplificou muito o nosso entendimento. Deixamos de levar em conta a grande componente do turismo, ou seja, a componente psicológica do indivíduo. O simples ato de viajar exige mudanças em sua rotina de vida. Consequentemente exige do indivíduo mudanças em seu comportamento e atitude. A sensação de liberdade e a imaginação passam a representar desejos e expectativas de uma aventura. A sensação prazerosa de coisas que estão por vir e que se imagina.

Um aspecto fundamental do turismo é o fato de sua demanda ser cada vez maior e mais diversificada. No entanto, ainda existem dificuldades para o atingimento igualitário de certos grupos sociais. “A terceira idade, por exemplo é um grupo pouco explorado por alguns segmentos da sociedade brasileira, inclusive o turístico”, como afirma Silva (2002, p. 5).

> O aspecto fundamental que impulsiona os indivíduos com 60 anos ou mais a viajar não está associado exatamente à quantidade de tempo livre, mas ao desejo de realizar nesse tempo atividades prazerosas e enriquecedoras, de concretizar determinados projetos sempre adiados no transcorrer da vida “produtiva”. O turismo, por meio de viagens, pode cumprir um papel fundamental na terceira idade, pois longe de ser uma atividade passiva, de mera contemplação e de imposições de roteiros e horários, constitui um instrumento ativo de conhecimento e participação social. Um fenômeno propiciador de experiências distintas e contrastivas daquelas experimentadas no dia-a-dia, e que, como se observou anteriormente, pode ser um veículo de autoconhecimento, de elevação da auto-estima e de realização pessoal. (Fromer e Vieira ,2003, p. 65).

O turismo se apresenta das mais variadas formas. Uma viagem pode ser feita percorrendo alguns quilômetros ou milhares deles, dependendo da localização da destinação; pode-se utilizar um ou vários meios de transporte; ter um tempo de permanência curto ou longo; utilizar-se de vários tipos de alojamento; destinar-se a uma ou a várias localidades.

A experiência da viagem envolve desde uma simples visita a parentes até o fechamento de grandes negócios. Deve-se destacar é o fato de que, independente da

motivação da viagem, o turista usufrui de diversos equipamentos e serviços para as suas necessidades.

A prática social da atividade turística pode levar pessoas a conhecer novos lugares e experimentar situações diversas daquelas vividas no cotidiano. O turismo contemporâneo expressa valores materiais e imateriais que podem se transformar em relevante motivação.

Conhecer um lugar novo é vivenciar os impactos das diferenças de cenários, trânsito, alimentação, hábitos, idioma e tantos outros fatores que representam a mudança de ambiente. “Experimentar tais sensações é uma das motivações do turista. Trata-se de relação instigadora entre indivíduo e ambiente, pois o indivíduo, como turista, é cliente de um sistema”. (Petrocchi, 2000, p. 14).

Para Beni (1998, p. 35), “o turismo é o estudo do homem longe de seu local de residência, da indústria que satisfaz as suas necessidades e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físico, econômico e sócio-cultural da área proposta”.

No entanto, o turismo não se constitui ciência porque não apresenta o acúmulo de conhecimentos necessários para alcançar essa categoria; para que isso aconteça, deve ser observado o cumprimento de requisitos imprescindíveis ao aprofundamento do tema.

O turismo não é indústria, apesar de ser comum o termo “indústria do turismo”. As atividades econômicas são classificadas em três grupos de atividades produtivas: setor primário (agricultura e extrativismo); setor secundário (indústria e construção civil); e setor terciário (comércio e prestação de serviços). Partindo dessa premissa, é evidente que o turismo não pertence ao setor primário, pois embora utilize os atrativos

naturais, não os extrai nem os produz; portanto utiliza esses atrativos mediante as visitas feitas para desfrutar das paisagens e das sensações.

> O turismo do ponto de vista geral da economia, só tende a ser favorecido, pois, além de ser importante fonte de receita para os países em desenvolvimento e mesmo os desenvolvidos, atende a uma necessidade crescente do ser humano por lazer e entretenimento, além de outras como o desenvolvimento espiritual e o aprofundamento cultural. (Dias, 2003b, p. 18).

O turismo se enquadra no setor terciário, pois para estar inserido no setor secundário deveria ser um produto proveniente da indústria (produção fabril) ou da construção civil, o que não é o caso, contrariando a expressão de que o turismo é uma "indústria sem chaminés" ou "indústria de viagens" e até mesmo "indústria da paz."

> O turismo é uma conseqüência de um fenômeno social, cujo ponto de partida é a existência do tempo livre e o desenvolvimento dos sistemas de transporte. Em torno das viagens feitas como uma das formas de aproveitar o tempo livre gerou-se um número de atividades, que, como muitas outras, não foram programadas. (Boullón, 2002, p. 37).

Grande parte dos autores pesquisados no levantamento bibliográfico afirma que o turismo é um ramo das ciências sociais e não das ciências econômicas e transcende a esfera das meras relações da balança comercial. "O turismo permite ao indivíduo que se distancie de seu meio e de seu cotidiano, tornando-se cada vez mais uma necessidade para o bem-estar humano". (Barreto, 2000, p. 4).

A atividade turística consiste em um tipo específico de deslocamento praticado pelo viajante, denominado turista. Existem diferentes tipologias de viajantes e o que os diferenciam entre si são características como o objetivo da viagem, o tempo de permanência fora de casa e o estado de espírito.

Para Banducci Júnior e Barreto (2001, p. 24),

> O turismo constitui um fenômeno social, dado que implica o deslocamento de grandes contingentes de pessoas que passam a ser habitantes temporários de locais nos quais não residem, ocasionando múltiplos impactos na sociedade receptora.

"O turismo é a atividade econômica que mais cresce no mundo contemporâneo". (Krippendorf, 2000, p. 12). Sua taxa de crescimento anual é de cerca de 4% e de acordo com a OMT (2006, p. 8):

> O turismo será a principal atividade de exportação, transferência de divisas e geração de empregos deste século, no entanto, o desenvolvimento do turismo só será possível na medida em que houver uma distribuição de renda que permita que segmentos cada vez mais amplos da população mundial possam viajar.

A existência do turismo deve-se a esse movimento espontâneo, em que a iniciativa privada e o poder público buscam satisfazer e atender às necessidades dos viajantes ao incorporar um número cada vez maior de serviços destinados a aumentar o conforto do turista e a multiplicar suas oportunidades de lazer.

Dessa forma, ao longo do tempo foi sendo formada uma trama de relações em torno da atividade turística. Tais relações caracterizam o seu funcionamento e constituem o que Beni (1999) chama de "sistema turístico ou sistur".

"Sistema é todo um organizado ou complexo: um agregado ou uma combinação de coisas ou partes, formando um todo complexo ou integral". (Petrocchi, 2000, p. 28). O sistema deve ser composto em seus diversos segmentos, os quais devem ser estudados tanto de forma isolada quanto em conjunto, sempre com o objetivo de compreender o funcionamento e as complexas relações que envolvem o turismo.

Os sistemas abertos como o turismo interagem de forma contínua com o espaço geográfico, atingem o equilíbrio dinâmico e conservam a capacidade de transformar o espaço e a sociedade. O capital e o mercado dão ao sistema o mecanismo de produzir transformações e produzir e reproduzir o espaço.

O crescimento do turismo no mundo atual desperta diferentes olhares e questões. Porém, é evidente a impossibilidade de se encontrar uma única explicação ou teoria que

defina o turismo. O turismo envolve estudiosos de diversas áreas, sendo assim inesgotável fonte de pesquisa, estudo e trabalhos.

Na visão de Beni (1999:20), "a atividade do turismo é um processo cuja ocorrência exige a interação simultânea de vários sistemas onde suas atuações somam-se para levar ao efeito final". Assim, o turismo tem um campo de estudos abrangente, complexo e pluricasual, como resultado do somatório dos recursos naturais, culturais, sociais e econômicos.

Assim, como a área de atuação do turismo é muito abrangente, os componentes do sistema turístico são os subsistemas ecológico, econômico, social e cultural, da superestrutura, da infra-estrutura, do mercado, da oferta, de demanda, de produção, de distribuição e de consumo.

A função de gestão do sistema turístico é responsabilidade constitucional do Estado brasileiro, que atua por meio do Ministério do Turismo, órgão responsável pela coordenação da atividade do setor. A operacionalização do sistema é, em sua maior parte, processada pela iniciativa privada, cabendo ao Estado o chamado processo de regulação do setor, ou seja, normatização, controle e definição de regras para seu desenvolvimento.

Beni (1999, p. 36) identifica três tendências para a definição do turismo, sejam elas no campo acadêmico, nas empresas ou nos órgãos gestores, que são: "a econômica, a técnica e a holística".

Nas definições econômicas, só são reconhecidas as implicações econômicas ou empresariais do turismo, considerando-o como atividade de atrair e transportar visitantes, alojá-los e satisfazer suas necessidades e desejos.

Já nas definições técnicas, fez-se necessária uma determinação do conceito de turista, que se distinguia de viajante, tendo em vista que as organizações

governamentais e da indústria do turismo tentavam controlar o tamanho e as características dos mercados turísticos. Assim, definiam-se turistas como visitantes temporários que permanecessem pelo menos vinte e quatro horas no lugar visitado, cuja finalidade de viagem pode ser classificada sob um dos seguintes aspectos: lazer e recreação, férias, saúde, estudo, religião, esporte, negócios, família, missões e conferências.

As definições holísticas procuram abranger a essência total do assunto, reconhecendo que o turismo abarca muitos aspectos, mas mantendo seu foco no principal: o turista.

Diante de tais tendências, muitos autores consideram de extrema dificuldade definir de forma precisa e abrangente o turismo, levando em consideração que o fenômeno é tão amplo e complexo, que se torna difícil expressá-lo em toda a sua plenitude, preferindo-se, muitas vezes, observar seus aspectos parciais ou pelo menos de algumas de suas realidades isoladas.

> É difícil encontrar uma base de coerência na abordagem da definição do turismo. Por isso, tem sido criadas definições para contemplar as necessidades e situações específicas. Mesmo assim, é vital que se façam tentativas na definição do turismo, não apenas para possibilitar sentido de credibilidade e propriedade aqueles envolvidos na atividade, mas também para considerações práticas de medição e legislação. (Cooper, 2001, p. 42).

Para Andrade (2000, p. 28):

> Aos peritos e pesquisadores de turismo, as terminologias turísticas denominadas específicas ainda se apresentam como passíveis de reformulação ou de calibragem, pois, além de apresentarem algumas inexatidões, são expressões de alcance amplo, fato que impede a tradução e o dimensionamento exato.

Diante da constatação de que “o turismo é um fenômeno complexo, produtor, consumidor e organizador do espaço” (Rodrigues, 1996, pgs. 17 e 18), faz-se necessário discutir a sua geografia. O próximo tópico irá mostrar o processo de produção do espaço turísitico e a sua relação com o consumo.

2.2 Consumo e produção do espaço turístico

> Parece haver acordo quanto ao fato de que a vida social, tomada como um todo se caracteriza pela incansante renovação das forças produtivas e das relações de produção, isto é, dos modos de produção. Cada modo de produção constitui uma etapa na produção da história e se manifesta pelo aparecimento de novos instrumentos de trabalho e novas práticas sociais. Como produzir e produzir espaço são sinônimos, a cada novo modo de produção (ou a cada novo momento do mesmo modo de produção) mudam a estrutura e o funcionamento do espaço. (Santos, 1996, p. 157).

A citação acima permite inúmeras reflexões sobre as transformações que ocorrem no espaço a partir da introdução ou intensificação de uma determinada atividade produtiva ou pelo estabelecimento de novas relações entre as cidades e seus territórios de influência.

O que pode ser observado é que as grandes cidades têm seus processos de reprodução estruturados a partir de momentos históricos voltados mais para os interesses do capital e de determinados agentes, do que aos desejos de outros agentes ou grupos sociais. O turismo como fenômeno produz o espaço e cria territórios, sendo motivo para a segregação e ampliação de formas recentes de desigualdades entre pessoas, empresas e lugares. Portanto, o turismo se apropria dos lugares, os produz e os transforma em objeto de consumo dos turistas, como pode ser verificado no seguinte relato:

> Não se trata somente do que consumir, mas de onde e a partir de quais estímulos, considerando ainda o papel dos lugares na configuração dos estratos sociais. Assim, para cada estrutura cultural, para cada densidade técnica, para cada nível de inserção ou de exclusão dos atores do meio urbano em engrenagens regionais, nacionais e globais, a cidade poderá evidenciar uma determinada quantidade de características que exigem análises mais detidas. (Portugez, 2001, p. 7).

Mesmo vivendo em um mundo globalizado, no qual as estratégias do capitalismo se apropriam dos espaços transformando-os em territórios produzidos e de consumo, não se pode entender que o mesmo fenômeno ocorra de forma homogênea em todos os lugares. Cada lugar guarda a sua especificidade.

O consumo do espaço é dotado de um aspecto importante, o caráter temporal e espacial, estrategicamente associado a signos: realização de sonhos e desejos em lugares específicos, criando a satisfação momentânea dos indivíduos/consumidores. Momentânea por causa da necessidade constante de reformulação do universo de ofertas.

Nas sociedades pós-modernas, o tempo livre converte-se cada vez mais em tempo de consumo, motivo pelo qual tem-se tornado parâmetro para observar o comportamento dos consumidores para além da "escolha dos lugares"; pois os indivíduos escolhem ainda a escala temporal em que permanecerão consumindo o espaço: se durante uma semana, quinze dias ou apenas final de semana. Não se trata somente de onde é o lugar, mas de quando e por quanto tempo será consumido pelo turista. O tempo livre é visto como recurso, objeto de manipulação do consumidor, o que se visualiza na seguinte observação:

> A mídia se encarrega cada vez mais de criar novas necessidades, que abstraem das pessoas alguns hábitos poucos rentáveis, geralmente desfrutáveis no tempo de ócio. O uso do tempo livre se converte em ato consumista dos espaços de comércio, de serviços e de lazer, de forma cada vez mais acrítica e cada vez mais intensa. (Portuguez, 2001, p 8)

Rodrigues (1997, p. 105-117) mostra que mesmo em momentos de descanso:

> O trabalhador tem seu tempo apropriado pelo modo de produção capitalista vigente, por meio de inúmeras estratégias de marketing, que tentam levá-lo ao lazer consumista como forma de evadir-se e alcançar uma forma de viver melhor.

No mundo atual, dá-se grande importância ao lazer como fruto da ampliação do tempo de ócio, considerado como "fenômeno da sociedade contemporânea, em particular das sociedades industriais do pós-guerra". (Rodrigues, 1997, p. 106).

Os discursos empregados tanto nos meios empresariais quanto acadêmicos dão conta de que o tempo livre é uma conquista da classe trabalhadora, visto que viajar ou

descansar é um direito adquirido, sendo necessário para o "bom desempenho" do trabalhador.

Para Foster (2002, p. 133):

> O lazer também tem seu papel importante, pois, a introdução da semana de trabalho mais curta é o fator principal que levou a um aumento do tempo lazer para muitas pessoas que sem redução dos salários, contribuiu na procura de produtos turísticos de todos os tipos**.**

Utilizar as férias para ficar em casa, passar mais tempo com a família e amigos, descansar por meio da leitura de um livro ou passear pela própria cidade são, dentro da atual lógica capitalista global, atividades bem menos importantes do que viajar.

Portuguez (2001, p. 8) destaca que:

> A população de grandes cidades já foi devidamente convencida de que feriados prolongados e férias são sinônimos de viagens. A deturpação da idéia de tempo livre chegou a tal ponto de as pessoas não saberem diferenciá-lo do tempo de não-atividade econômica.

Isso quer dizer que não se considera o tempo da família, da religião e da manutenção das necessidades básicas como livres, mas apenas aqueles momentos em que há diversão através de viagens.

> O tempo livre torna-se um tempo social e o lazer um produto da sociedade de consumo, mercadoria que se vende e se compra. A evolução atual da sociedade industrial mostra que o tempo livre, longe de ser um tempo privado do indivíduo, do seu encontro consigo mesmo, torna-se um tempo social, ou seja, criador de novas relações sociais carregadas de novos valores. (Rodrigues, 1997, p. 109).

A idéia de lazer, também cooptada pelo capital, leva grandes fluxos de consumidores a passar seu tempo livre em centros comerciais e *shoppings centers*, locais em que opções de divertimento como cinemas, boates, teatros, restaurantes, clubes misturam-se a lojas que vendem produtos que fazem parte de todo um cenário de desejo de consumo criado pelo capital por meio da mídia e que modifica o espaço.

Os espaços de turismo e lazer são produzidos e é para esses "lugares de felicidade" que se dirigem as pessoas durante o tempo de férias e descanso, para fazerem exatamente o que tantas outras fazem, seguindo um "modo de vida" criado e difundido pelos meios de comunicação e informação.

> Todos têm direito ao descanso e ao lazer incluindo férias periódicas pagas. Em 1980, a Declaração de Manila sobre turismo mundial declarava como finalidade básica do turismo a elevação da qualidade de vida e a criação de melhores condições de vida para todos os povos. Com essa declaração, podemos ver uma ênfase, do anterior direito de todos ao turismo, para declaração sobre a qualidade de demanda e a forma de demanda e ou experiência. (Cooper, 2001, p. 55).

O tempo livre das camadas de menor poder aquisitivo, ou seja, os mais pobres, também passa pelo mesmo processo de expropriação/ produção/ consumo. Desprovidos de maiores recursos para viajar e consumir as destinações turísticas, esses estratos sociais criam também alternativas para consumir o tempo livre: à beira do rio ou da represa, o acampamento, o churrasco, o forró, o pesque-pague, o retiro da igreja, os clubes de preços mais acessíveis. Oferecem-se ainda os chamados "shoppings populares", as feiras de rua, o mercado informal, entre outras alternativas.

A apropriação do tempo livre é fruto do próprio processo de consolidação do modelo de sociedade pós-moderna defendida por Molina (2003) e De Masi (2001). O que é ócio para uns, é trabalho para outros.

Enquanto consumidores de maior poder aquisitivo desfrutam do tempo de não-trabalho, outros buscam complementar a renda vendendo artesanato, trabalhando no restaurante, na pousada ou atuando como guia de excursões e passeios. As desigualdades sociais já podem ser percebidas pelo direito ou não ao tempo livre.

Esse modelo de sociedade de consumo, em que viajar é uma experiência a ser vivenciada e das oportunidades de consumo do espaço por intermédio das viagens, segundo Portuguez, (2001, p. 9):

> Tem gerado uma população urbana cada vez mais solitária, mais desequilibrada, com menos amigos e repleta de insatisfações. Ter tempo livre pode significar ter sofrimento para algumas pessoas, motivo pelo qual sempre se arranja o que fazer.

Essa idéia de cotidiano estressante faz parte para Rodrigues (1997, p. 38-39) de:

> Uma estratégia de promoção das viagens e do lazer fundamentada na ideologia do trabalho como algo sempre arrasador das energias vitais, como se viajar fosse sempre sinônimo de felicidade, reposição das energias e do bem-estar.

Tudo isso projeta no espaço produzido para o consumo uma necessidade criada pela mídia de ocupar o tempo livre em atividades de turismo e lazer. As agências de turismo, a mídia especializada e o poder público criam condições e "novas oportunidades" para o indivíduo de consumir o espaço e de se criarem novos "espaços para o consumo".

Para a sociedade é criada a necessidade de se ocupar o tempo livre e estimulado o seu desejo de prazer e enriquecimento pessoal. O desejo de alegria, a falta de compromissos e as ricas experiências transformam o cidadão comum no consumista, naquele que acredita que o ato de viajar e desfrutar das alternativas de lazer que a destinação oferece é uma alternativa à vida agitada dos grandes centros que já não podem mais oferecer a satisfação do tempo livre. Os sentimentos e os desejos humanos são transformados cada vez mais em objetos de manipulação social.

Cada necessidade humana é vista pelo capital como um segmento a ser perseguido. Para os religiosos, criam-se diferentes destinos de turismo religioso; Lourdes, Fátima, Aparecida do Norte, Trindade, Abadiânia e Alexânia são cidades que

têm no componente religioso um chamariz para o turismo. Para os amantes da natureza, criam-se roteiros de ecoturismo e de aventuras radicais.

O interesse pela história e cultura é apropriado no sentido de se conhecer uma cidade rica nesse conteúdo como Pirenópolis, Santo Antônio do Descoberto ou Brasília.

O prazer da saúde transforma-se na necessidade de restaurantes de comida "natural" e dos *spas* de tratamento; a satisfação da fome no consumo dos doces e produtos típicos de cada região e na comida denominada "típica". Enfim, esses tantos outros prazeres e necessidades inerentes à condição humana são capturados pelo mercado, que os transformam em produtos/ experiências que não podem ser perdidas e passam a ser necessárias para uma vida feliz.

Para Portuguez (2001, p. 10) a apropriação do prazer dá-se então em lugares determinados, durante horários específicos e, assim, as pessoas vivenciam a sensação de superação, pelo menos em parte, de suas neuroses pessoais.

Parece inacreditável que, cada vez mais, um número maior de pessoas sintam-se solitárias e desatendidas, mesmo estando em círculos familiares e de trabalho. Literalmente percebem-se sozinhas em plena multidão. O lugar mostra-se cada vez mais disfarçado de *slogans*.

Para o combate ao estresse do cotidiano, várias alternativas são dadas pelo mercado: remédios, exercícios físicos, auto-ajuda e, mais comumente, viagens.

Em resumo, o consumo é a grande alternativa ao tédio do cotidiano e nesse contexto as coisas que são produzidas em algum lugar e são vendidas em outro caracterizam o processo turístico. O espaço dessa forma vai sendo produzido, definido, reproduzido e redefinido à custa das mais diferenciadas necessidades humanas.

2.3 Os espaços do consumo na sociedade pós-moderna

O mundo atual é marcado pela aceleração do tempo (Santos, 1997) e o ritmo de velocidade das mudanças define as relações entre empresas, países, pessoas e, por conseqüência, as relações entre diferentes territórios. O tempo é visto como mais um elemento que pontua as diferenças sociais. Quem tem tempo de sobra, além do seu sustento garantido, é considerado um privilegiado.

A pós-modernidade defendida por Molina (2004) traz uma série de incertezas. E a velocidade acelerada das transformações torna difícil a real compreensão dos fenômenos que ocorrem no espaço geográfico. O consumo passa a ser considerado como algo inerente à existência do homem, ou seja, a maior quantidade de bens e serviços consumidos é o cartão de entrada no mundo pós-moderno, repleto de novidades e sensações.

A posse de bens e as experiências proporcionadas pelo consumo são elementos que definem a inserção do indivíduo na sociedade de consumo e garantem a "pretensa" sensação de segurança. Como nos diz Portuguez (2001, p. 11), "pode-se dizer que essa estrutura posta e cada vez mais reforçada pelo processo de globalização é fruto direto da cultura pós-moderna, ou seja, esse período histórico atual."

Os modelos de desenvolvimento desenvolvidos a partir do Século XIX e XX deram legitimidade ao discurso da modernidade. Esse fenômeno ocorreu com maior ênfase no Ocidente e suas regiões de influência, entre elas destaca-se o Brasil. Essas políticas desenvolvimentistas propunham o desenvolvimento dos diversos setores relacionados à atividade industrial, bem como a infra-estrutura necessária à sua implantação, como estradas, ferrovias, portos, energia.

O desenvolvimento da economia dos países periféricos era de caráter exógeno, isto é, repetia modelos vindos dos centros dinâmicos da economia global, reproduzindo a tecnologia e os produtos do centro. Com a crescente expansão e competitividade das economias no pós-2ª Guerra Mundial, o setor terciário intensificou as suas possibilidades de expansão e crescimento. Esse cenário de acumulação de capital mediante a oferta de bens e serviços tem forte conteúdo informacional, como nos diz Santos (1997).

Se o discurso desenvolvimentista da modernidade passa pelo viés da industrialização, em contraposição, a nova retórica da pós-modernidade baseia-se no conteúdo da tecnoesfera dos lugares, cuja relação com o mundo globalizado passa pela informação. Essa mudança de paradigmas só foi possível por causa do desenvolvimento de novas tecnologias e de modernas redes informacionais que conectam os lugares à dinâmica planetária.

O lugar pode assumir na atualidade papel de centralidade no mundo global sem nunca ter experimentado desenvolvimento econômico baseado na industrialização. As pequenas cidades, as unidades de conservação, os lugares isolados e deprimidos passam a ser cooptados pela dinâmica do capital por meio da oferta de elementos que garantam o exotismo, a diferenciação do cotidiano.

O turismo é uma das atividades que diferenciam esse momento pós-moderno de outros períodos de expansão do capitalismo. Lugares turísticos foram desenvolvidos e produzidos a partir de suas tecnoesferas de comércio, serviços e informações. Destinos distantes e isolados foram inseridos em modernas redes de circulação global.

O capitalismo produz os espaços a partir de estratégias que podem se encontrar fora dos lugares. A inserção, produção e oferta de novos lugares na dinâmica do turismo

global dão-se, em grande medida, a partir de intenções e decisões tomadas fora desses lugares, nos centros do mundo globalizado.

O novo discurso de desenvolvimento atrelado ao conceito de "desenvolvimento sustentável" está de antemão longe de representar o fim das desigualdades ou contradições do capitalismo, ao contrário, reafirma o modelo de segregação e diferenciação dos lugares. Os centros de difusão da pós-modernidade, onde se encontram as grandes empresas do setor terciário e quaternário, exercem influência em regiões cada vez mais distantes desses centros.

O modelo pós-moderno de desenvolvimento reflete o momento da atual "Revolução Tecno-Científica-Informacional" e o chamado "circuito superior da economia globalizada", recursos teóricos criados e fortemente defendidos por Santos (1994, 1996).

O atual momento de expansão do capitalismo global, porém não irá homogeneizar os lugares e transformá-los todos em destinos turísticos. Ao lado de regiões especializadas e densamente tecnificadas teremos regiões ainda relacionadas a modelos de produção arcaicos e de economia deprimida.

Podemos encontrar *resorts* que oferecem inúmeras possibilidades de consumo e interligação às redes de informação na mesma região em que persistem estruturas sociais e culturais tradicionais, nas quais o conteúdo da ruralidade ainda se faz presente.

O choque desses recortes é que possibilita a riqueza de leituras da Geografia atual e a diversidade do mundo.

Como diz Santos (1994, p. 123):

> Observa-se nesse momento histórico de novas hegemonias do capitalismo se processa um grande remodelamento na produção do capital, com forte incremento da técnica, enquanto se verifica o enfraquecimento das estruturas dos Estados-nação, que aos poucos se rendem à mundialização da produção e do consumo.

A pós-modernidade é seletiva e segregadora. A comercialização de produtos, bens e serviços por meio de grandes redes, do mercado eletrônico e mídia especializada, oferece aos consumidores a sensação de viverem em um mundo sem fronteiras e de que se inserem em um grupo social privilegiado de consumidores.

Em contraposição, Portuguez (2001, p.14) diz que:

> Se há a sensação da queda das barreiras físicas e fiscais ao livre consumo, por outro lado, levantam-se nova categoria de barreira, a chamada fronteira cultural, manifestada em distintas formas de ações religiosas, comportamentais, político-ideológicas, que nem sempre coincidem com as nacionais.

Por meio da internet e de outros recursos da mídia os lugares chegam a outros locais distantes. Como afirma Rodrigues (1997, p. 76), "não são as pessoas que vão ao encontro dos lugares, mas são os lugares que vão ao encontro das pessoas. Assim, espaços longíguos e a-historicizados se transformam em lugares pela experiência domiciliar simulada."

Os diferentes meios de comunicação e informação desempenham papel importante na produção dos espaços de consumo da sociedade pós-moderna criando encartes, revistas especializadas, programas de televisão, merchandising e divulgação tanto do novo "estilo de vida e consumo" bem como das destinações do momento.

Dessa maneira, os consumidores, fiéis clientes que garantem a audiência e a lucratividade da mídia, são capazes de adquirir, adorar, divulgar e desejar os "lugares turísticos" complementando a felicidade "virtual" da viagem e do consumo.

> O turismo ao longo do Século XIX, e principalmente do Século XX, cresceu como fruto da Segunda Revolução Científico-Tecnológica (a Revolução Industrial), e recebeu no final do Século XX formidável impulso da Terceira Revolução (do conhecimento), em que a comunicação e a informação, ao lado de outros processos, o aumento da produtividade humana, provocam como efeito imediato à diminuição da forma de trabalho, e aumento do tempo livre. (Dias, 2003(a), p. 14).

Em seus estudos sobre consumo, espaço e estratégias de marketing, Portuguez (2001, p. 18) diz que:

> Para cada estrato social, criam-se oportunidades de consumo e acesso a determinados bens, de modo que as pessoas situadas na faixa mais mediana e baixa do circuito são inseridas em determinadas estruturas criadas para que se sintam mais à vontade para comprar, não somente pelos preços mais acessíveis, mas, sobretudo pelo próprio caráter dos lugares produzidos pelo e para o mercado.

O destino e as alternativas de consumo do espaço turístico que são, hoje, símbolo de desejo dos estratos mais ricos, serão com certeza, amanhã, desejo dos estratos de menor poder aquisitivo. Daí verificam-se dois fenômenos interessantes, quais sejam: a segmentação cada vez maior do mercado por meio da criação de novas destinações e a inserção de oportunidades de viagem e lazer para camadas até pouco tempo fora da dinâmica global do turismo.

A expansão do turismo em escalas global, regional e local ainda é a tônica do discurso desenvolvimentista pós-moderno, que promete "inserir todos" nessa dinâmica, desde o consumidor estrangeiro, passando pelos jovens e chegando à "terceira idade", tida como alternativa à baixa temporada.

Para o "mercado", deve-se destacar a importância que as atividades de turismo e lazer têm assumido tanto para o poder público quanto para os grupos e associações empresariais privados.

O discurso "atual" defende, entre outras concepções, a de que o turismo é uma alternativa promissora de geração de emprego e renda, ajuda a preservar e conservar os recursos naturais e culturais e que atende às expectativas e diretrizes das comunidades locais.

Os termos "marketing turístico", "indústria sem chaminés", "desenvolvimento sustentável" e "novo ciclo do ouro" são empregados para justificar a expansão do turismo e tornaram-se comuns nos discursos políticos e acadêmicos.

No levantamento da bibliografia, diversos autores defendem as vantagens dos investimentos em turismo, sem que, no entanto, qualquer consideração seja feita sobre o real entendimento da sociedade sobre ‘tempo livre’ e ‘lazer.’

O discurso desenvolvimentista aplicado ao turismo sugere a massificação das atividades do setor e a imposição de modelos a serem perseguidos, a exemplo da criação do Roteiro da Estrada Real, que valoriza o recurso cultural, e de Bonito no Mato Grosso, considerado pela mídia de turismo como modelo para o desenvolvimento do ecoturismo.

A crescente popularização do mercado turístico, com a ampliação da oferta, da segmentação e do público consumidor, destaca a geração de emprego e renda e não é questionado se há o efetivo lazer e recreação. A caracterização das atividades de turismo e lazer como momentos de consumo planejado em pacotes massificados ou em aventuras emocionantes, reforçados pela “indústria sem chaminés”, incentiva cada vez mais a oferta de novos produtos como a novidade do momento.

No turismo, há duas variáveis que são fundamentais para a própria existência de qualquer tipo de prestação de serviços: a demanda e a oferta. A demanda pode ser mensurada contabilizando-se o total de turistas que afluem a uma região, país ou zona geográfica, centro turístico ou atrativo isolado, medindo como são distribuídos esses dados entre os diversos tipos de serviços oferecidos nessas unidades.

Em termos econômicos, a demanda por bens e serviços pode ser expressa por uma função inversa em relação ao preço de outros bens. A característica típica do turismo, nesse contexto, é que o consumo é efetivado em local diferente daquele onde reside o consumidor, portanto, com estruturas de mercado distintas.

A análise econômica entende por oferta a quantidade de mercadoria ou serviços que entram no mercado consumidor a um preço dado, por período determinado. Quando

se trata de bens (mercadorias), o que se produz e não se vende pode ser acumulado, quando não perecível, para ser consumido posteriormente.

Essa possibilidade não tem vigência no caso dos serviços, porque cada vez que expira o tempo de duração de um serviço, sua oferta é renovada e, se o serviço não é vendido, é perdido, uma vez que os serviços não vendidos não podem ser acumulados.

Segundo Ruschmann (1999, p. 138), "a oferta turística de uma localidade é constituída da soma de todos os produtos e serviços adquiridos ou consumidos pelo turista durante a sua estada em uma destinação".

Umas das características marcantes da oferta turística é sua heterogeneidade, que se constitui da justaposição de bens e serviços oferecidos aos turistas e consumidos por eles. Esses bens e serviços são assim agrupados: i) atrações, que são os recursos naturais e socioculturais; ii) equipamentos e serviços, que correspondem aos alojamentos, serviços de alimentação, de entretenimento, de transporte na localidade e para acesso a ela; e iii) infra-estrutura básica da destinação, que é imprescindível para a existência da atividade turística.

Para o turista, os produtos e serviços, apesar de serem fornecidos de maneira individual, integram a experiência da viagem como um todo, por isso o planejamento da oferta turística das destinações deve considerar o desempenho isolado de cada um, integrando todos a um objetivo em comum: oferecer ao visitante a melhor experiência. No entanto, nem sempre os interesses são homogêneos.

Considerando-se a transitoriedade dos serviços e o fato de que a demanda pode ser sazonal, fazem-se necessárias a organização do setor e a definição de estratégias de marketing e políticas públicas que visem manter a demanda durante todo o ano como forma de compensar a oferta e equilibrar o sistema.

Para Petrocchi (2000, p. 98), “o conjunto das atrações, serviços de apoio, hospedagem, equipamentos e tudo o mais que constitui a oferta turística de uma localidade configuram o produto que é oferecido ao mercado”.

Os serviços vendidos ao turista são elaboradas por um subsistema que é denominado por Petrocchi (2000, p. 98) como “empreendimento turístico”, integrado por dois elementos: equipamentos (hospedagem, alimentação, entretenimento, outros serviços) e instalações (de água e praia, de montanha, gerais).

Além desses recursos, a atividade turística também vale-se de atrativos. Segundo Beni (1999:56):

> Espaço turístico é a resultante da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos que são a matéria-prima do turismo. Este componente do patrimônio turístico, mais o mapeamento são o bastante para definir o espaço turístico de qualquer país.

Atrativos turísticos ou recursos turísticos constituem o patrimônio do turismo e são elementos passíveis de provocar o deslocamento de pessoas, sendo o marco geográfico, ecológico e cultural do lugar, podendo ser classificados em naturais e culturais, dependendo da origem.

Os atrativos turísticos têm como uma das características físicas o fato de que, mesmo quando se encontram próximos uns dos outros, só excepcionalmente são contíguos.

“Atrativos turísticos são a matéria-prima do turismo sem a qual um país ou uma região não poderiam empreender o desenvolvimento”. (Boullón, 2002, p. 57).

São os atrativos de uma destinação, sejam eles de caráter natural, artificial, cultural ou eventos, que fornecem a motivação inicial para a visita. Os atrativos são considerados como o primeiro elemento da estrutura de produção do setor, ao qual fica agregado o empreendimento turístico e a infra-estrutura, sendo essa última essencial para que o sistema turístico possa funcionar.

"Os atrativos constituem a base sobre a qual se fundamenta qualquer plano de desenvolvimento turístico e, por isso, seu processo de planejamento não pode dispensar o inventário desses elementos e sua avaliação". (Ruschmann, 1999, p. 142).

A avaliação dos atrativos turísticos determina o grau de potencialidade da localidade e constitui elemento fundamental para a tomada de decisões estratégicas para o destino em questão, além de fornecer subsídios para determinar a abrangência dos projetos e a quantidade e qualidade dos equipamentos e da infra-estrutura a ser instalada.

"Como atrativo turístico considera-se todo elemento material que tem capacidade própria, ou em combinação com outros para atrair visitantes de uma localidade ou zona". (Ruschmann, 1999, p. 142).

Os atrativos turísticos e o seu uso induz ao processo de produção/ formação dos territórios do turismo e do lazer. A compreensão da dinâmica da produção territorial do eixo Brasília-Goiânia é o objetivo principal da pesquisa e no próximo tópico irá se discutir o conceito de território do turismo e do lazer.

2.4 Territórios do Turismo e do Lazer

O conceito de território encontra-se fundamentado na idéia de poder. Em um determinado espaço, podem-se formar territórios na medida em que indivíduos, grupos, empresas e governos estipulam formas particulares de uso por meio da força cultural, militar ou política, ou ainda pela imposição econômica.

A Geografia formulou uma diversidade de estudos sobre os territórios da prostituição, do comércio informal, da marginalidade, das grandes empresas e partiu do

conceito de território enquanto espaço de poder para a discussão dos territórios do turismo e lazer.

Na atualidade, o turismo tem-se configurado como atividade econômica, prática social, modelo de desenvolvimento e, por assim dizer, em política pública e estratégia de mercado que se apropria, produz e reproduz espaços, caracterizando a formação de territórios, nos quais o "poder" do turismo se manifesta.

Os múltiplos significados do turismo e lazer na sociedade global deve-se a diversos fatores que a ele confere índices de desenvolvimento ainda inéditos em sua história. Como atividade produtiva do capitalismo global, vem recebendo grandes investimentos financeiros, tecnológicos e de gestão, dos quais alguns se destinam à criação de condições para sua expansão e promoção, por meios de estratégicas de marketing, políticas públicas e oferta de novos produtos e segmentos.

Distante de substituir as práticas pré-existentes de uso do território, o turismo vem atender às novas demandas de consumo das sociedades, principalmente as mais urbanizadas e tecnificadas, que com a globalização, aspiram a estilos de vida em consonância com a busca de prestígio e status social.

As destinações ou lugares turísticos são dotados de infra-estruturas de hospedagem, visitação, recreação, serviços, entre outras, que possibilitam a experiência por meio do contato com as características locais e de seus entornos.

Para Melgar (2001, p. 13-14):

> Para se desenvolver o turismo é preciso considerar um município, um Estado ou uma região intramunicipal ou intra-estadual como um país com uma atividade específica na quantificação e na importância social, econômica e cultural de cada uma dessas unidades.

Uma das formas de compreender a formação e estruturação dos territórios turísticos na atualidade é através de sua segmentação e do seu planejamento.

Silva (2007, p.9) entende por segmentação:

> A técnica estatística que permite decompor a população em grupos homogêneos e também a política de marketing que divide o mercado em partes homogêneas, cada parte com seus próprios canais de distribuição, motivações diferentes entre outros, fatores.

A prática da segmentação de mercado possibilita o conhecimento dos principais destinos e modais de transporte utilizados, da composição demográfica dos turistas, como faixa etária, nível econômico, posição social, gênero, entre outros dados.

Nos estudos feitos pelo MTur (2007) sobre segmentação do mercado turístico brasileiro foi destacado que o motivo da viagem é o principal meio disponível para se segmentar o mercado.

Os principais segmentos do mercado brasileiro na atualidade são: turismo de lazer, de negócios, de compras, de eventos, esportivo, ecoturismo, sol e praia, rural, aventura, religioso, cultural, científico, gastronômico e de saúde.

Os estudos sobre a segmentação de mercado são tendência forte no mercado atual, assim como a busca de alternativas de desenvolvimento turístico que levem em consideração a preservação dos recursos, bem como a geração de emprego e renda. O planejamento e as políticas públicas de turismo serão relacionados a seguir.

2.5 Planejamento e políticas públicas de Turismo

Para Barreto (2000(a)), o planejamento consiste na definição dos objetivos, na ordenação dos recursos materiais e humanos, na determinação dos métodos e formas de organização, no estabelecimento das medidas de tempo, quantidade e qualidade, na localização espacial das atividades e outras especificações necessárias para utilizar racionalmente a conduta de uma atividade ou empreendimento.

"O planejamento é uma atividade, não algo estático, é um devir, um acontecer de muitos fatores concomitantes que têm que ser coordenados para se alcançar um objetivo que está em outro tempo". (Barreto,2000 (a), p. 9).

O turismo depende em muito do grau de engajamento e organização da comunidade receptora, também conhecida pelo termo comunidade local. Há, inclusive, encontros acadêmicos realizados com periodicidade anual[4] que tem por título 'turismo com base local.'

O turismo depende da população local em diversos aspectos, como nos diz Petrocchi (2000, p. 98): "sem a participação e o firme engajamento da comunidade, não há como pensar em crescimento do turismo".

O planejamento dos recursos turísticos de notável potencial de atratividade deve atentar para os aspectos que regem a sua preservação e o uso comum entre turistas e moradores locais. "Os recursos naturais e culturais, facilmente ameaçados nas economias em desenvolvimento, apresentam-se como recursos econômicos de longo prazo e devem, por isso, ser protegidos e administrados". (Ruschmann, 1999, p. 156).

Uma das alternativas utilizadas em larga escala na atualidade é a metodologia do planejamento estratégico defendida por Petrocchi (2000), que fundamenta grande parte dos processos de planejamento turístico nas esferas federal, estadual e municipal.

Essa metodologia é pautada pela identificação e tentativa de solução de questões a curto, médio e longo prazo no sentido de mudar e adaptar-se rapidamente às conjunturas futuras, portanto, pauta-se em estratégias integradas para cenários futuros (positivos e negativos).

[4] Os eventos são realizados com periodicidade anual e já foram realizados nos seguintes anos: São Paulo (1997), Fortaleza (1998), Manaus (1999), Joinville (2000) Brasília (2001), Ilhéus (2002 e 2003), Curitiba (2004), Recife (2005), Campo Grande (2006) e João Pessoa (2007).

De acordo com Souza (2002, p. 25):

> O planejamento estratégico estabelece os grandes eixos ou bases para o desenvolvimento do turismo, podendo ser definido como o instrumento destinado a apontar os objetivos gerais do desenvolvimento com base local, as políticas públicas e as estratégias que nortearão os aspectos referentes aos investimentos tanto públicos quanto privados, que serão destinados ao uso e ao ordenamento dos recursos do território.

O turismo contemporâneo é grande consumidor do espaço e sua evolução, nas últimas décadas, ocorre como conseqüência da busca do usufruto do tempo livre e da fuga dos tumultos dos grandes conglomerados urbanos pelas pessoas que tentam recuperar o equilíbrio em contato com outros lugares durante seu tempo de lazer.

As conseqüências do grande afluxo de pessoas nas destinações fazem com que o planejamento dos espaços, dos equipamentos e das atividades turísticas apresente-se como fundamental para evitar os danos sobre os meios visitados e manter a atratividade dos recursos para as gerações futuras.

> A finalidade do planejamento turístico consiste em ordenar as ações do homem sobre o território e ocupa-se em direcionar a construção dos equipamentos e facilidades de forma adequada evitando, dessa forma, os efeitos negativos nos recursos, que os destroem ou reduzem sua atratividade. Por isso, o planejamento é fundamental e indispensável para o desenvolvimento turístico equilibrado e em harmonia com os recursos físicos, culturais e sociais das regiões receptoras, evitando, assim, que o turismo destrua as bases que o fazem existir. (Silva, 2007, p. 10).

A enorme capacidade que o turismo tem de transformar os lugares, impondo às localidades sua lógica de organização do espaço e envolvendo toda a comunidade local, mobilizando as estruturas do Estado leva a proposição de políticas públicas para regular e organizar o espaço público/ privado. Segundo Barreto (2000 (b), p. 33), entende-se o conceito de políticas públicas como:

> As ações do Estado orientadas pelo interesse geral da sociedade. O resgate da política pública é de fundamental importância para os rumos do setor do turismo, pois há uma intrínseca relação entre planejamento governamental e política pública, já que há uma notória necessidade de articulação da política de turismo com outras políticas setoriais bem como sua subordinação a políticas globais.

Outra autora importante nos estudos sobre políticas públicas de turismo, Cruz (2001, p. 6), diz que:

> Uma política pública de turismo pode ser entendida como um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas e/ou ações deliberadas, no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar e/ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território.

A existência de políticas públicas para o turismo está diretamente relacionada à organização do território. O turismo desenvolve-se essencialmente em áreas urbanas e que necessitam dispor de infra-estrutura para apoiar a atividade.

"Característica marcante das políticas públicas é a falta de inter-relação, o que fez com que as políticas isoladas fossem executadas não levando em conta o caráter espacial dessa organização". (Cruz, 2001, p. 6).

O estabelecimento do Plano de Ação Econômica do Governo para os anos de 1964 a 1966, cujo objetivo era o "de atenuar desníveis econômicos setoriais e regionais e as tensões criadas pelos desequilíbrios sociais, mediante a melhoria das condições de vida". (Cruz, 2001, p. 6), promulgou o Decreto-Lei n.o 55/66 que "define a política nacional de turismo", criando o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) definindo como Política Nacional de Turismo: "atividades decorrentes de todas as iniciativas ligadas à indústria do turismo sejam originárias do setor privado ou público, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido o seu interesse para o desenvolvimento econômico do país". (Ministério do Turismo, 2006(a), p. 18).

A deficiência nas políticas públicas no país não esteve no estabelecimento de suas diretrizes, mas sim na capacidade de concretizar as ações propostas. Os vários objetivos existentes são concatenados. Promover determinada meta é importante, mas

não ter disponibilidade para investir no processo de obtenção dessa meta compromete todo o desenvolvimento da atividade.

Cabe ao Estado construir a infra-estrutura urbana básica que também atende à população local e prover superestrutura jurídico-administrativa (secretarias e similares), cujo papel é planejar e direcionar os investimentos governamentais, garantindo que os mesmos retornem na forma de benefícios para a comunidade e os investidores do setor.

Souza (2002, p. 26) relata que o planejamento público do turismo é:

> Uma espécie de resposta do poder público aos efeitos indesejados do desenvolvimento do setor e como não podem ser poucos, nem pouco importantes, os efeitos indesejados do turismo, há uma certa unanimidade em torno da necessidade do planejamento governamental da atividade nas diversas escalas de governo.

Os impactos negativos do turismo no que diz respeito à degradação das paisagens, o turismo de massa e a descaracterização das destinações são decorrentes do modelo de desenvolvimento adotado pelo governo brasileiro a partir dos anos 70.

Esse modelo é caracterizado pela ampla concentração de renda e degradação. No entanto, a compreensão de que o turismo deve respeitar os recursos locais e conservá-los vem sendo discutida a partir da pressão da sociedade civil. A não consideração da importância social das empresas e o resguardo dos recursos somente para alguns, causando processo de apartação social, poderão, em longo prazo, produzir territórios de exclusão.

Cabe ressaltar que o turismo é eficiente meio para promover a difusão da informação sobre determinada região ou lugar, seus valores naturais, culturais e sociais; criar novas perspectivas sociais como resultado do desenvolvimento econômico e cultural da região; desenvolver a criatividade em vários campos.

Por outro lado, pode também trazer prejuízos como a degradação e destruição dos recursos turísticos, perda da identidade e autenticidade cultural, surgimento de fenômenos de disfunção social na família, patologias no processo de socialização,

desintegração da comunidade, dependência do capital estrangeiro e da iniciativa privada. Esses são alguns exemplos que confirmam a necessidade do planejamento turístico.

Dessa forma, o processo de planejamento em uma localidade carece de ferramentas que permitam o conhecimento dos recursos e a avaliação do seu estágio atual de exploração. O inventário da oferta turística é, hoje, umas das principais políticas públicas desenvolvidas pelo MTur nas diversas unidades da federação.

> O inventário consiste em um trabalho especializado que busca fazer o levantamento de toda a infra-estrutura turística de uma destinação. Aplicado o instrumento de planejamento serão mostradas suas potencialidades e poderão ser apontados os limites para o aproveitamento turístico. (Silva, 2007, p. 12).

Diante do aumento do fluxo de visitantes locais e internacionais, consequentemente haverá o aumento das receitas e do número de empregos formais e informais gerados. A expansão do setor gera a necessidade da oferta de *novos produtos turísticos* que correspondem a *novos espaços apropriados*.

O turismo estabelece um sistema complexo de relações, incorporando diferentes esferas de poder (federal, estadual, municipal e distrital), grupos sociais (comunidades locais e visitantes) e corporações (bancos, agências, companhias aéreas, redes hoteleiras, empresas de grande, médio e pequeno porte), além dos setores informais da economia (pequenos agricultores, comércio, guias, entre outros).

> Municípios com um grau de desenvolvimento avançado reservam no turismo um papel destacado, dado que se constitui, na maioria deles, numa de suas atividades motrizes, interligando com outros setores importantes geradores de empregos e de divisas, e gera uma revitalização e diversificação da economia, capazes de envolver a população local, valorizando-a de forma a envolvê-la no processo de desenvolvimento local. (Bezerra, 2003, p. 8).

No Brasil, verifica-se tendência de incentivo ao chamado *turismo com base local*, que se propõe como novo desafio ao planejamento e gestão do turismo. Nos anos 1990, durante a gestão Fernando Henrique Cardoso, implantaram-se políticas de

descentralização da gestão do turismo, passando atribuições, competências e autonomia aos estados e municípios.

O Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) iniciou esse processo, que alcança na atualidade novos patamares com a criação do Ministério do Turismo no ano de 2003. Para Rodrigues (1996, p. 10-11),

> o município parece ser o único ponto fixo sobre o qual se apóia o sistema do turismo e é somente nesta instância que se pode avaliar as conseqüências mais imediatas do fenômeno, que afetam a vida cotidiana dos habitantes, tanto no plano objetivo, como no subjetivo.

O MTur desenvolve novas políticas de expansão da atividade, envolvendo investidores, governos estaduais e municipais. Faz-se necessária uma definição no que concerne às políticas públicas para o setor e o seu desdobramento no espaço, definido como contexto regional.

Segundo Bezerra (2003, p.10), a política pública surge a partir de:

> Uma relação de problemas ou assuntos que chamam a atenção do governo e dos cidadãos. Hoje, as orientações advindas do governo federal estão estabelecidas em estratégias que visam ao desenvolvimento sustentável voltado para a geração de emprego e oportunidade de renda, consolidando a estabilidade econômica, sendo que o turismo é visto como uma das atividades promotoras do desenvolvimento do país.

Dessa forma, a Política Nacional de Turismo tem por finalidade promover o desenvolvimento local, visto sob o prisma de geração de emprego e renda. Essa visão institucional promoveria também a tomada de poder por parte dos estados e municípios (vistos como gestores do processo e apoiados pelo governo federal), a formatação de novos produtos e roteiros (Programa de Regionalização do Turismo), maior acesso ao turismo interno (ampliação do consumo para o turista nacional), melhoria e criação de infra-estrutura turística e básica, além de programas voltados à excelência dos serviços.

Bezerra (2003, p.10) enfatiza a visão de que o desenvolvimento sustentável da Política Nacional de Turismo irá modificar substancialmente a realidade dos municípios brasileiros:

> Trata-se de buscar um novo modo de promover o desenvolvimento, que contribua para a melhoria da qualidade de vida das populações das pequenas cidades e favoreça o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades, descobrir suas vocações, expandir suas possibilidades e incrementar o intercâmbio externo aproveitando-se de suas vantagens locais.

Em sua relação com o espaço, o turismo transforma o lugar em produto a ser consumido. Nada escapa ao mundo do mercado/produto, desde os elementos da natureza ― rochas, relevo, as águas, a fauna e flora e até mesmo o ar atmosférico ― passando por todas as formas de apropriação humana desse espaço ― cidades, monumentos, arquitetura, grandes obras, sítios arqueológicos ― e, ainda, as manifestações culturais das populações: festas, gastronomia, hábitos, música. Enfim, o turismo transforma tudo em mercadoria, até mesmo aquilo que não é de sua propriedade. Como nos diz Rodrigues (1996, p. 17):

> Num mundo globalizado o turismo apresenta-se em inúmeras modalidades, sob diversas fases evolutivas, que podem ocorrer sincronicamente num mesmo país, em escalas regionais ou locais. Expande-se em nível planetário, não poupando nenhum território – nas zonas glaciais, nas cadeias terciárias, até nas regiões submarinhas – na cidade; no campo; na praia; nas montanhas; nas florestas, savanas, campos e desertos; nos oceanos, lagos, rios, mares e ares.

O equilíbrio entre os diferentes interesses envolvidos no desenvolvimento do turismo é algo ainda a ser alcançado. O planejamento e gestão dessa atividade envolvem diferentes visões de mundo, critérios de execução, valores subjetivos e de políticas muitas vezes divergentes, a exemplo das políticas ambiental e de preservação do patrimônio histórico e turístico.

Deve-se destacar que o turismo depende diretamente do local, pois é ele que possui a oferta de produtos, meio possível para o consumo, visto por Bezerra (2003, p.11) como:

> Base fundamental desse processo de desenvolvimento. E o município constitui o espaço primordial para o aprendizado, o exercício e o desenvolvimento da cidadania, desde que tenha o planejamento e a organização como alicerces.

A discussão sobre políticas de desenvolvimento regional remete, em princípio, ao conceito de desenvolvimento. Esse fato é visto por Bezerra (2003, p. 5):

> Como uma diversidade de significados que se direcionam para o ser, crescer, o processo de descobrir, a mudança. É mudar de estágio, é alcançar uma maturação, pois o termo desenvolvimento é utilizado com várias concepções, residindo aí à dificuldade em defini-lo.

O desenvolvimento possui caráter fluido, pois o processo em si adquire visões positivas e negativas e não se dá da mesma forma em todos os lugares. Bezerra (2003, p. 5) diz que "nenhum desenvolvimento é adquirido para sempre".

O desenvolvimento é tido como finalidade a ser alcançada por países, regiões e municípios. Analisando de forma crítica essa visão, reconhece-se que o desenvolvimento envolve diferentes finalidades, segundo o papel desempenhado pelos agentes envolvidos no processo e que existem diferentes modelos e ou alternativas de desenvolvimento.

> O desenvolvimento nunca será, nem pode ser definido de maneira a agradar a todos. Refere-se a ele, falando-se em termos gerais, ao desejável progresso social e econômico, e as pessoas sempre terão opiniões diferentes sobre aquilo que é desejável. É certo que desenvolvimento tem que significar a melhoria das condições de vida, para qual são essenciais o crescimento econômico e a industrialização. Se não se der, porém, atenção à qualidade do crescimento e à mudança social, não se poderá falar em desenvolvimento. (Bezerra, 2003, p. 6)

O turismo denominado globalizado implanta-se nos lugares indiferente ao contexto regional do entorno e às necessidades locais. Grandes corporações dominam o

turismo de massa, que tem por objetivo máximo a obtenção de lucros e o retorno financeiro aos investidores.

De gosto duvidoso e bastante criticado por diversos estudiosos, esse modelo de turismo diverge de outro modelo denominado por Rodrigues (1996, p. 11) de turismo de "base local, de pequeno porte e adequado às necessidades da população anfitriã". Portanto, em relação ao turismo podemos identificar dois modelos de desenvolvimento: o globalizado ou de massa e o turismo com base local.

Outro aspecto importante a ser destacado é a relação entre o turismo e o urbano, pois mesmo quando os atrativos encontram-se no meio rural, o urbano é base de apoio da atividade. As grandes cidades, foco de origem dos fluxos, são denominadas de pólos emissores, enquanto outras cidades cumprem o papel de pólos receptores.

A vida cotidiana das metrópoles, pontuada pelo stress e pela monotonia da competição leva à necessidade de lazer e aproveitamento do tempo livre. A ruptura do cotidiano é possível por meio do turismo, porém o turista também impõe sua cultura às comunidades receptoras. Em cidades turísticas muitas vezes são reproduzidas atividades advindas do modo metropolitano de vida em função do atendimento das necessidades dos turistas.

O desenvolvimento do turismo no mundo atual é possível por causa da criação de novas tecnologias (transportes, informação, comunicação), o que faz com que a cidade seja local de decisão e gestão, hierarquizando uma rede urbana complexa.

Como nos diz Rodrigues (1996, p. 13), "a cidade é o lócus da indústria do lazer em suas diversas expressões, convertendo-se por si só num objeto a ser consumido".

A busca da aventura, da tranqüilidade, do diferente e da quebra do cotidiano induz o turista a procurar outro lugar, distinto da sua realidade, mesmo que esteja a alguns quilômetros de distância da sua residência.

O turismo atual é marcado pela busca do diferente, “do fragmento que por sua vez é alimentado pelo global, num círculo vicioso”. (Rodrigues, 1996, p. 19)

No modelo de turismo globalizado, o turista enquanto cliente parece não se preocupar com a alma do lugar, mas apenas com o superficial. Mesmo em busca da quebra do cotidiano, o turista procura segurança e conforto, elementos importantes na disputa pelos fluxos globais do turismo. Em contraposição, o modelo com base local busca a integração do visitante com o lugar e sua comunidade.

O Plano Nacional de Turismo busca compatibilizar o desenvolvimento do turismo em diferentes escalas, em muitas vezes contraditórias como a global e a local. É a partir dele que se estruturam as políticas públicas de turismo no Brasil. As suas premissas tem forte relação com as dinâmicas territoriais que se estabelecem em diversas regiões do país. Para tanto, o próximo tópico irá mostrar o que estabelece esse documento no período 2003 a 2007.

2.6 Plano Nacional do Turismo

No ano de 2003, o governo federal priorizou o turismo como elemento propulsor do desenvolvimento socioeconômico. No mês de abril do mesmo ano, foi lançado o Plano Nacional de Turismo por intermédio do Ministério do Turismo.

O Plano Nacional de Turismo é calcado nas seguintes premissas: parceria e gestão descentralizada; desconcentração de renda por meio da regionalização; interiorização e segmentação da atividade turística; diversificação dos mercados, produtos e destinos; inovação na forma e no conteúdo das relações e interações dos arranjos produtivos; adoção de pensamento estratégico, exigindo planejamento, análise,

pesquisa e informações consistentes; incremento do turismo interno; e por fim, o turismo como fator de construção da cidadania e inclusão social.

A gestão do turismo preconizada no Plano Nacional de Turismo impõe ao Ministério do Turismo exercer funções atuando na administração direta, articulando-se com os demais ministérios, órgãos públicos, governos estaduais e municípios, poder legislativo, setor empresarial e sociedade civil organizada, integrando as políticas públicas e o setor privado, cumprindo o papel de maximizar resultados e racionalizar gastos.

A concepção de um "novo modelo de gestão pública, descentralizada e participativa, preconizado no Plano Nacional de Municipalização do Turismo", (Ministério do Esporte e Turismo, (2002(c), p. 4) tem por objetivo principal atingir o município no qual o turismo efetivamente acontece.

Essa proposta inclui um sistema de gestão em nível estratégico, composto pelo Ministério do Turismo, Conselho Nacional do Turismo e o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo. Esse sistema pretende estabelecer canais de interlocução com as unidades da federação, atendendo assim às necessidades dos municípios e regiões turísticas.

Entre os instrumentos do processo de descentralização, encontra-se a formação dos 27 fóruns estaduais, com o propósito de integrar a cadeia produtiva dos estados e Distrito Federal, bem como o incentivo à constituição dos conselhos municipais de turismo, com o objetivo de que se organizem para a formação de roteiros integrados, ofertando um conjunto de produtos turísticos (municípios).

O Plano Nacional de Turismo, como instrumento de planejamento do Ministério do Turismo, contribui com o intuito de tornar claro o pensamento do governo e da

cadeia produtiva do setor, agindo como orientador para a consolidação de políticas públicas.

No Plano Plurianual 2003-2007, o governo federal estabeleceu vetores como a diminuição das desigualdades regionais e sociais; o equilíbrio da balança de pagamentos; a geração de emprego e ocupação; e a geração e distribuição de renda.

Baseado nessas premissas, o Ministério do Turismo formulou o Plano Nacional de Turismo, definindo sete macroprogramas estruturantes, capazes de gerar impactos positivos no processo de desenvolvimento do turismo brasileiro:

a) Gestão e Relações Institucionais;

b) Fomento;

c) Infra-estrutura;

d) Estruturação e diversificação da oferta turística;

e) Qualidade do produto turístico;

f) Promoção e apoio à comercialização;

g) Informações turísticas.

Os sete macroprogramas acima citados possuem objetivos e estratégias específicos, destes derivam suas diretrizes e programas operacionais que são capazes de suprir as demandas nacionais para consolidação do turismo no país, nessas especificações o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil e o Programa Inventário da Oferta Turística mantêm suas bases no Macroprogama 4 – Estruturação e Diversificação da Oferta Turística. (Ministério do Turismo, 2006(a), p. 12).

2.7 Inventário da Oferta Turística

O inventário consiste em obter um painel do sistema turístico que venha a orientar os programas de trabalho necessários ao processo de planejamento estratégico. Segundo Petrocchi (2000, p. 38), "a qualidade do inventário é um dos pontos determinantes de um bom trabalho de planejamento".

No entanto, a política do inventário da oferta turística foi destacada apenas a partir de 2003, com a criação do Ministério do Turismo. No âmbito deste ministério, foi criada a Coordenação de Regionalização do Turismo (2005), a qual ficou responsável pelo desenvolvimento de estratégias que possibilitassem a execução de inventários dos municípios brasileiros incluídos no Programa de Regionalização.

O Projeto Inventário da Oferta Turística foi elaborado e colocado em prática no ano de 2005. O Estado do Rio Grande do Sul foi o piloto dessa política, que posteriormente é levada para outras unidades da federação. O projeto visa realizar o levantamento, a identificação e registro de infra-estrutura de apoio ao turismo, serviços e equipamentos turísticos e atrativos utilizando a estrutura administrativa das secretarias estaduais e instituições de ensino superior.

> O inventário é importante para obter informações de qualidade e confiança para o planejamento; para o desenvolvimento adequado das potencialidades turísticas de uma região; para a otimização de recursos públicos, evitando a sobreposição de ações, a fim de conhecer características e a dimensão da oferta e assim, tomar iniciativas necessárias para o desenvolvimento do turismo. (Ministério do Turismo, 2006 (a), p. 12).

A metodologia do inventário da oferta turística foi desenvolvida por pesquisadores da Organização Mundial do Turismo, sendo a primeira publicação feita na década de 60. Desde essa época são feitos inventários no Brasil. O primeiro deles foi desenvolvido pela Riotur, órgão público responsável pela gestão do turismo no Estado

do Rio de Janeiro, em 1968. Na década de 80, a Embratur chegou a publicar diversos documentos sobre o assunto.

Na década de 1990, durante o governo Fernando Henrique Cardoso houve a apresentação de novas propostas de metodologia bem como a realização de cursos para capacitação de coordenadores estaduais, porém, essa política não chegou a ser efetivamente implementada, sendo restrita apenas à atualização da metodologia e capacitação de gestores.

Com a criação do Ministério do Turismo, as estratégias de inventariação foram readequadas ao novo modelo de desenvolvimento proposto para o turismo no país e, então, no ano de 2005, foi lançado o Projeto Inventário da Oferta Turística.

Os objetivos dessa política são:

- Disponibilizar aos visitantes, planejadores e gestores, dados confiáveis sobre a oferta turística brasileira;
- Permitir a análise do significado econômico do turismo e seu efeito multiplicador no desenvolvimento municipal;
- Coletar informações que subsidiem a elaboração de roteiros turísticos;
- Permitir o diagnóstico de deficiências, pontos críticos e de estrangulamento e os desajustes existentes entre a oferta e a demanda;
- Permitir a identificação e a classificação de municípios turísticos e com potencial turístico;
- Funcionar como equipamento de consulta para estudantes, empresários e pesquisadores.[5]

O processo de inventariação é estruturado a partir de parcerias com as secretarias estaduais de turismo, prefeituras e comunidades locais. Trata-se de processo que busca a

[5] Fonte: Ministério do Turismo. In: http://www.turismo.gov.br/. Acessado em outubro de 2006.

descentralização, em que o Ministério do Turismo coordena a ação como um todo, mas conta com a coordenação mais específica dos órgãos estaduais de turismo e de instâncias de governança regionais, que são responsáveis pela gestão das regiões turísticas brasileiras.

A inventariação, em síntese, é um levantamento detalhado do patrimônio turístico (natural e cultural) e do seu estágio de desenvolvimento.

Segundo Ruschmann (1999, p. 32):

> O patrimônio natural é o conjunto de elementos da paisagem natural de um situo de um município, englobando a flora e a fauna, cuja preservação é imprescindível pelo seu significado para a identidade local. O patrimônio natural é extremamente frágil a explorações extensivas que podem alterá-lo de forma irreversível.

Mesmo assim, é preciso considerar sua utilização para o turismo, indispensável para o desenvolvimento socioeconômico de algumas regiões brasileiras.

Para Pellegrini (1993, p. 96):

> Patrimônio cultural é todo e qualquer artefato humano que, tendo um forte componente simbólico, seja de algum modo representativo da coletividade, da região, da época específica, permitindo melhor compreender-se o processo histórico.

O patrimônio cultural brasileiro está definido constitucionalmente, a saber:

> Segundo a Constituição Brasileira de 1988, constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomado individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, a ação, a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (Ministério do Turismo, 2006(a), p. 21)

A cultura, forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também aprendizado das relações profundas entre o homem e seu meio, resultado obtido no próprio processo de viver. Incluindo o processo produtivo e as

práticas sociais, a cultura é o que dá a consciência de pertencer a um grupo. Dessa forma, cada lugar é definido por sua própria história e pelas relações com as forças do presente, que dão suporte ao desenvolvimento da comunidade local.

"As comunidades locais são compostas por todas as pessoas que vivem numa destinação turística" (Swarbrooke, 2000(e), p. 60). A idéia de comunidade local é uma visão às vezes utópica, na qual pessoas vivem em uma área e compartilham um senso de propósito e identidade, sugerindo estabilidade e consenso. Trata-se de conceito atraente em um mundo em que talvez a mudança e o conflito sejam muito mais comuns.

O turismo ao ser instituído em uma região pode provocar reações negativas, não só no que tange ao desgaste de recursos naturais, mas também pode acarretar problemas à própria população residente no momento em que ocorre o envolvimento, a troca de experiências de vida entre o turista e a comunidade local.

"Os impactos gerados pelo turismo divergem dos gerados por outras atividades econômicas, em virtude de que estes afetam diretamente os recursos, que são a razão da existência da atividade turística". (Magalhães, 2002, p. 127).

Os efeitos da atividade turística sobre as destinações são reconhecidos como impactos ambientais, socioculturais ou econômicos. O Conselho Nacional de Meio Ambiente – Conama, na Resolução 001/86, define impacto ambiental como:

> Qualquer alteração nas propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas, que direta ou indiretamente, afetem: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais. (Magalhães, 2002, p. 36).

Os impactos socioculturais do turismo ocorrem, geralmente, de maneira mais discreta e caracterizam-se, em grande medida, como invisíveis e intangíveis. Contudo, o impacto social do turismo é permanente, com pouca ou nenhuma oportunidade de reverter mudanças já ocorridas. Sempre que o impacto social é considerado o foco,

normalmente ocorre sobre a comunidade local e tem despertado desejo quase paternalista de proteger as comunidades dos excessos e efeitos negativos do turismo.

Os efeitos econômicos gerados pelo turismo nas destinações podem ser analisados de acordo com a determinação do nível de desenvolvimento no qual se encontra a região em estudo.

O turismo tem sido apontado como umas das alternativas para o desenvolvimento econômico de muitos países, portanto muitos governos consideram o turismo como tábua de salvação e estimulam a implantação da atividade sem considerar as adequações necessárias às dimensões, às tipologias e às características especificas dos lugares.

Para Ruschmann (1999, p. 41):

> Nos últimos anos, percebe-se uma conscientização maior no sentido de avaliar se o desenvolvimento do turismo ocorrerá sem comprometer outros aspectos da economia, ou se criará novos problemas relacionados com o meio ambiente natural e sócio-cultural.

Encontrar o equilíbrio entre os interesses econômicos que o turismo estimula e o desenvolvimento de uma atividade que preserve as especificidades locais não é tarefa fácil, principalmente porque o seu controle depende de critérios e valores subjetivos e de uma política ambiental, cultural e turística adequada.

Ruschmann (1999, p. 109) defende a tese de que "o desenvolvimento de um país e o turismo, em particular, depende da preservação da viabilidade de seus recursos de base".

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (2006, p. 24), em linhas gerais a experiência mundial de planejamento turístico tem "apresentado uma série de desafios que põem à prova a capacidade de adaptação de empresários e o controle estatal da atividade". Entre os principais desafios, destacam-se:

- Quantidade cada vez maior de destinações turísticas competindo entre si pelos mercados/ segmentos domésticos e internacionais;
- Movimentos de preservação ambiental e cultural bem como organizações e comunidades que se opõem ao desenvolvimento turístico das regiões. Essas resistências exercem influência nos projetos turísticos públicos e privados;
- Países que necessitam urgentemente de incentivos econômicos, no sentido de melhorar as condições de vida e a infra-estrutura de suas populações. A pobreza extrema é um dos elementos que impedem a expansão do turismo;
- Destinações turísticas que atingiram tal ponto de dependência do turismo que para sobreviver necessitam de grandes fluxos de turistas (turismo de massa);
- Problemas resultantes do crescimento descontrolado, da falta de marco regulatório e de postura de exploração sem limites dos recursos turísticos. Esse quadro exige soluções urgentes e tornam imprescindível o empreendimento de ações sistemáticas e coordenadas através de políticas públicas, no sentido de garantir o equilíbrio do sistema.

O aspecto finito da qualidade dos recursos turísticos e os custos e benefícios do processo de desenvolvimento da atividade para as populações e seu meio trazem à tona uma série de conflitos que necessitam ser equacionados. Segundo Ruschmann (1999, p. 111):

> Ocorre entre os efeitos econômicos da atividade e os interesses individuais de curto prazo dos poderes públicos, ou seja, as duas vertentes precisam estar interligadas para promover o verdadeiro desenvolvimento das destinações. Este deverá ocorrer em etapas e de forma gradual, favorecendo o acompanhamento e o controle de sua evolução.

Para Ignarra (2003, p. 62):

> O planejamento da atividade se faz necessário, tanto para acelerar e maximizar os efeitos positivos da atividade, quanto, e principalmente, para que os efeitos negativos sejam mitigados. Mostra-se, portanto, como um poderoso instrumento de fomento ao desenvolvimento socioeconômico.

2.8 O ciclo de vida das destinações turísticas

Além do inventário, outro importante recurso a ser compreendido no processo de planejamento estratégico é a teoria do ciclo de vida das destinações turísticas.

O modelo defendido por Butler e Pearce (2002) é dividido em seis momentos ou fases: exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação e declínio; posteriormente, Cooper (2001) irá acrescentar a esse modelo a fase de renovação.

Não há dúvida de que a evolução do turismo tem relação direta com a evolução da destinação e, em particular, com qualquer localidade que depende da atividade turística para a sua sobrevivência.

A evolução das destinações tem sido impulsionada em grande parte pelo desenvolvimento dos modais de transporte. A expansão do turismo pode ser contabilizada pela quantidade de municípios participantes do último ranking do Relatório dos Municípios Turísticos Brasileiros – Rintur[6] (2001), organizado pela Embratur, no qual cerca de 2.500 municípios foram classificados nas categorias de município turístico e com potencialidade para o desenvolvimento do turismo.

Grande parte dos municípios turísticos, na atualidade, são centros turísticos, mais do que destinações em si, e encontram-se em processo de formação e consolidação de roteiros e *clusters* turísticos.

Ao mesmo tempo, os mercados também desenvolvem-se e transformam-se e a destinação tem de responder a essas mudanças em termos de instalações e serviços.

---

[6] Processo de identificação dos municípios prioritários para o desenvolvimento do turismo por meio do formulário Rintur, elaborado e aplicado pela Embratur.

Lage e Milone (2000, p. 169) afirmam que:

> Há uma tendência atual dos teóricos progressistas do turismo de substituir a expressão destinação turística pelo conceito de cluster, definido por Beni como conjunto de atrativos, com destacado diferencial turístico, dotado de equipamentos e serviços de qualidade, com excelência gerencial e concentrado em espaço geográfico delimitado.

Segundo Petrocchi (2000, p. 37), "cluster é o mesmo que aglomerado, ou pólos de empresas, privilegiando uma localização geográfica como fator relevante em questões de produtividade e competitividade".

A formação de *clusters* tem como vantagens a proximidade, a convergência de esforços, ações compartilhadas e coordenadas sob a visão de um todo. Partindo do pressuposto de que o fenômeno turístico, por sua natureza, caracteriza-se pela composição de um aglomerado de elementos (hospedagem, alimentação, entretenimento, lazer) que se estruturam no entorno dos recursos, o pólo turístico é recurso metodológico para o desenvolvimento de processos de planejamento.

Petrocchi (2000, p. 38) cita exemplos brasileiros, em que o conceito de pólo foi a base metodológica para o desenvolvimento da atividade turística, destacando-se "os projetos de pólos turísticos do Banco do Nordeste, o projeto Cresce Minas e os clusters dos Estados do Maranhão, Pará e do Ceará".

O planejamento em turismo é fundamental para o seu desenvolvimento, seja ele urbanístico, econômico, regional ou modelos de planejamentos propostos pela OMT.

Na atualidade, não existem mais espaços para investimentos baseados na antiga concepção de que *a oferta gera demanda*. O mercado turístico, inserido na dinâmica global, está cada vez mais exigente e segmentado, requerendo produtos específicos para cada segmento de consumidor.

Esses produtos devem ser gerados a partir de estratégias de marketing bastante detalhadas e voltadas totalmente para a relação produto/mercado. Dessa forma, todo

processo de planejamento turístico deve ser implantado com base em modelos de desenvolvimento econômico, ambiental e social.

Para Dias (2003, p. 10):

> A necessidade do planejamento para a atividade, focado no turismo com base local, ou seja, municipal, bem como a preocupação com o desenvolvimento sustentável, paradigma atual, deve ser discutida e ter a participação popular, das organizações não-governamentais e do poder público no planejamento. A estrutura básica do plano municipal de desenvolvimento turístico, que, se não pode ser utilizada diretamente em todos os projetos, serve de alicerce para a maioria deles.

O município ou a região turística (conjunto de municípios), foco principal da política nacional de turismo, passa a ser denominada de destinação turística a partir do momento em que se identifica a sua vocação turística ou a existência da atividade.

Butler, Pearce (2002) e Cooper (2001, p.148) apresentam a teoria do ciclo de vida da área turística[7], na qual é defendida a tese de que "as destinações atravessam um ciclo evolutivo semelhante ao ciclo de vida de um produto no qual as vendas crescem à medida que o produto evolui em estágios de lançamento, desenvolvimento, maturidade e declínio".

O ciclo de vida de uma destinação pode variar de um lugar para outro, mas depende de fatores diversos, tais como:

- Recursos financeiros, materiais e intelectuais aplicados no processo de desenvolvimento;
- Acessibilidade e interligação com os modais e redes de transporte;
- Diretrizes e políticas governamentais;
- Tendências de mercado; e
- Concorrência com outras destinações.

[7] TALC: *Tourist area life circle*.

Cada um desses fatores pode atrasar ou acelerar o desenvolvimento durante vários estágios. Na verdade, os autores alertam que o desenvolvimento pode ser suspenso em qualquer estágio do ciclo, "e apenas os empreendimentos turísticos que prometerem um retorno financeiro considerável irão amadurecer para experimentar todos os estágios do ciclo". (Cooper, 2001, p. 148).

A duração das fases/ estágios e a do próprio ciclo são variáveis. Exemplificando: pode-se ter uma destinação instantânea como Bonito no Mato Grosso do Sul, que se desenvolveu em curto período de anos ou a Costa do Sauípe que se transformou em importante destinação logo após ter sido lançada, no ano 2000, em contraposição a destinações que já experimentaram períodos de apogeu e lutam na atualidade para se inserir no mercado, como Araxá em Minas Gerais, e Porto Seguro na Bahia.

A primeira fase do ciclo de vida das destinações é a **exploração**. Nesse momento, a destinação é visitada por um pequeno volume de turista do tipo 'exploradores', que tendem a rejeitar as viagens institucionalizadas promovidas por agências.

Os atrativos naturais e culturais, a pequena escala da atividade turística e a cultura do lugar são os elementos de atração principais, mas os fluxos são limitados por falta de acessibilidade, instalações precárias e pouca divulgação. Nesse estágio inicial, a destinação permanece sem alterações e modificações consideráveis causadas pelo turismo e o contato com a comunidade local será muito próximo.

A segunda fase, denominada **envolvimento**, é caracterizada pelo despertar do turismo em meio à comunidade local. Esse momento dá-se pelo vislumbrar de oportunidades de geração de emprego, renda e lucros por meio de empreendedores locais ou visitantes que se instalam no lugar e começam a oferecer serviços aos visitantes e divulgar a destinação.

A definição de uma periodicidade de visitas, a emergência de um mercado consumidor e a formação de empresas que atendem às demandas emergentes pressionam o poder público para adotar ações no sentido de prover infra-estrutura e suprir as carências institucionais para suportar as novas demandas.

Nessa etapa, faz-se necessário estabelecer processos de organização e tomadas de decisão envolvendo empreendedores, poder público e comunidade local.

Na terceira fase, nomeada **desenvolvimento,** o turismo atrai grandes fluxos de visitantes, chegando a igualar ou exceder o número de habitantes locais em períodos de alta estação ou pico de demanda (final de semana, feriado prolongado). O incremento do fluxo turístico induz à atração de empresas de fora do lugar.

Nessa fase, as demandas e o fluxo em grande escala fazem surgir os diversos problemas ocasionados pelo turismo, notadamente o de massa. As instituições locais podem superar ou não os problemas decorrentes da atividade turística.

A destinação pode se inserir em fluxos internacionais e em campanhas de marketing que irão atrair novos visitantes.

Para Cooper (2001, p. 149):

> Este é um estágio crítico, já que as instalações e a natureza mutante do turismo podem alterar a própria natureza da destinação e a qualidade pode entrar em declínio por problemas de uso em demasia e deterioração dos recursos.

Nos estágios posteriores, o turismo de fato passa a ser atividade marcante no cenário do lugar. A organização de estruturas institucionais e representativas do empresariado e comunidade local, a implantação de infra-estrutura e a instalação de diversos empreendimentos, a real existência de fluxos para a destinação faz com que esse momento seja denominado de **consolidação**. A destinação participa efetivamente do mercado turístico e um cenário é produzido/ organizado para o turismo.

Porém, a transformação do lugar em produto turístico não significa que o processo de planejamento e desenvolvimento chegou ao fim. “O planejamento não é um fim, mas sim um processo” (Ferreira, 2003)[8].

Essa afirmação, sempre presente em aulas da disciplina de planejamento, demonstra que ao chegar ao estágio de consolidação o processo não termina. O produto turístico tem prazo de validade e a dinâmica do mercado impõe novos produtos. Portanto, ao contrário do que muitos pensam, o turismo é atividade finita.

A fase de **estagnação**, proposta por Cooper (2001, p. 150), caracteriza-se pelo:

> Volume máximo de turistas atingido e a destinação não está mais em evidência, dependendo de visitas repetidas de parte dos viajantes mais conservadores. Busca-se também o uso comercial das instalações extensivas da destinação, mas, geralmente, são necessários grandes esforços promocionais e de desenvolvimento para manter o número de visitas. As destinações, nesse estágio, geralmente apresentam problemas ambientais, sociais e econômicos e descobrem que a competição por visitantes é ferrenha.

O declínio da atividade turística é fato na realidade do turismo no Brasil e várias destinações já experimentaram essa fase. A título de exemplo, podemos destacar: Porto Seguro na Bahia, Santos e Guarujá no Estado de São Paulo, Araxá em Minas Gerais e Caldas Novas em Goiás.

A estratégia de criação de grandes eventos, shows, festas, micaretas, congressos passou a ser adotada em Caldas Novas como forma de prolongar os períodos de ocupação e diversificar o produto turístico.

Os visitantes passam a procurar outras destinações e mesmo em regiões geográficas menores, próximas a grandes centros emissores, pode-se apresentar esse quadro.

No tocante ao eixo Brasília–Goiânia, não se verificam ainda as fases de declínio e estagnação, porém a quantidade de municípios em fase de exploração é muito grande.

[8] Afirmação feita durante a disciplina Planejamento Urbano e Regional no segundo semestre letivo de 2003.

Vários lugares ainda são pouco explorados, como Formosa, Padre Bernardo, Unaí, Paracatu, Cristalina, entre outros.

Cooper (2001, p. 150) destaca que as destinações "não devem esperar pelo declínio como se fosse inevitável, mas buscar revitalizar as visitas, procurando novos mercados, reposicionando-o ou descobrindo novos usos para as instalações".

A última fase do ciclo de vida das destinações turísticas (Cooper, 2001) é denominada de **renovação**. Os gestores da destinação, sejam eles do poder público ou da iniciativa privada, podem decidir renovar ou relançar a destinação no mercado turístico, buscando novos mercados ou desenvolvendo novas estratégias para o produto.

A introdução de novos tipos de instalações, a busca de novos mercados e produtos, como negócios, conferências ou segmentos específicos de turismo, ajudam a flexibilizar o fluxo de visitação, combatendo a sazonalidade e reduzindo a dependência de segmentos em declínio no mercado.

> Estratégias de renovação são difíceis de implementar, já que os administradores estão lidando com uma malha de produtos e serviços das destinações em vez de um produto ao consumidor. Na verdade, é nesse estágio que a analogia entre o ciclo de vida de um produto e o ciclo de vida de uma destinação se interrompe, simplesmente porque o turismo está entrelaçado de forma muito próxima ao próprio estilo de vida do local bem como empregos, serviços e transportadores de apoio. (Cooper, 2001, p. 150).

A teoria do ciclo de vida das destinações é uma visão determinista sobre o turismo e até certo ponto, simplista. Porém, apresenta estrutura na qual se pode visualizar o desenvolvimento das destinações e a evolução do mercado, sinalizando tendências.

A competição entre as destinações na atualidade não se baseia apenas em suas atrações, mas também no modelo de gestão desses locais e da capacidade de acomodar as evoluções tecnológicas e apresentar vantagens competitivas, como: transporte, recursos humanos, adoção de princípios e formas aceitáveis de turismo.

Com a expansão dos meios de comunicação, principalmente a internet, cada vez mais novos consumidores demonstram o desejo de conhecer lugares distantes.

Não há dúvida de que estas novas destinações precisam ser planejadas e gerenciadas e demonstrar preocupação e responsabilidade com seus recursos e a comunidade anfitriã, bem diferente do turismo de massa preconizado a partir da Segunda Guerra Mundial.

Cooper (2001, 151-152) observa duas tendências opostas no desenvolvimento do mercado turístico na atualidade:

> Em primeiro lugar, há o desenvolvimento de ambientes ou enclaves construídos com propósitos específicos, fechados e bastante controlados como os grandes parques temáticos, resorts com todos os recursos ou navios de cruzeiro, nos quais a ênfase está em escapar da vida cotidiana para imergir em um ambiente seguro, uma fantasia de alta qualidade. Em segundo lugar, observa uma tendência em direção a experiências autênticas, nas quais as influências do gerenciamento são mínimas e o turista tem o controle, rejeitando o contato com empresas de viagem e desfrutando de contato natural com as paisagens e ou culturas.

Estudos realizados pela OMT (2006) indicam a busca por interatividade como uma das tendências para as próximas décadas.

Dias (2003a, p. 19) diz que:

> Cada vez mais, os viajantes querem envolver-se com a realidade do lugar que visitam. Nos próximos anos, os turistas vão preferir locais onde culturas autênticas estejam preservadas. A possibilidade de vivenciar culturas locais tende a tornar-se um diferencial poderoso.

CAPÍTULO 3

O EIXO BRASÍLIA–GOIÂNIA: POLÍTICAS PÚBLICAS E PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO

3.1 O Eixo Brasília–Goiânia: caracterização e perspectivas

O eixo de desenvolvimento Brasília–Goiânia compreende as duas maiores metrópoles da Região Centro-Oeste do Brasil e os municípios de sua área de influência. Esse eixo apresenta características naturais e socioeconômicas bem diversas, porém a sua posição geográfica e a análise das transformações recentes em sua estrutura urbano-regional permitem considerar essa região como uma das mais dinâmicas nas últimas décadas no Brasil.

As facilidades de transporte, a implantação de infra-estrutura, o agronegócio e o significativo mercado consumidor, a centralização do poder, entre outros fatores, explicam a consolidação do eixo Brasília–Goiânia no cenário regional brasileiro e até mesmo global.

O eixo Brasília–Goiânia apresentou notável crescimento econômico nos últimos anos, além do adensamento e crescimento de suas estruturas urbanas. Segundo dados do Governo do Distrito Federal (2004), as taxas de crescimento urbano chegam na década de 1990 a uma média de 3,41% ao ano.

Os primórdios da ocupação da região datam dos Séculos XVIII e XIX, posteriormente há a implantação de dois grandes projetos nacionais, respectivamente: a Marcha para o Oeste e a construção de Goiânia e Brasília (Século XX). Ambos alteraram as estruturas urbano-regionais até então existentes. Porém, na década de 1990, a região rapidamente se transformou em importante centro industrial, comercial e de

agronegócio, e especialmente as cidades de Brasília e Goiânia tornaram-se cabeças dessas modernas redes de expansão econômica.

A influência dessas duas metrópoles espalha-se sobre muitos municípios nos estados de Goiás, Minas Gerais, Bahia e Tocantins, configurando importante rede no cenário regional brasileiro contemporâneo.

O Distrito Federal é importante mercado consumidor, tendo uma das maiores rendas *per capita* do país. Segundo dados do GDF (2004), o Distrito Federal é o 40º mercado consumidor da América Latina e o 2º do Brasil, atrás apenas de São Paulo, a maior cidade do país.

A população do eixo Brasília–Goiânia tem crescido significativamente nos últimos anos. Esse crescimento demográfico acompanha o aumento das necessidades de serviços urbanos, facilidades na oferta e geração de emprego e renda, bem como a implantação de infra-estrutura nas cidades da região.

A expansão urbana e o crescimento populacional são resultantes de maiores oportunidades de emprego e renda, geradas a partir de investimentos públicos e privados. Os governos do Distrito Federal e do Estado de Goiás têm proporcionado uma série de incentivos à instalação de empresas, infra-estrutura, serviços e equipamentos urbanos, além de apoio ao agronegócio e às atividades comerciais.

Atualmente, a distância de viagem entre as duas metrópoles Brasília e Goiânia é de aproximadamente 209 km e o tempo gasto nesse percurso é em média:

- Veículo de passeio: 2 horas e meia;
- Ônibus comercial: 3 horas;
- Avião comercial: tempo de vôo de cerca de 20 a 30 minutos, incluindo decolagem e pouso.

As rodovias que interligam as duas metrópoles apresentam tráfego intenso, que segundo dados preliminares da Prefeitura Municipal de Alexânia (2005) gira em torno de 13 mil veículos diários em dias normais de semana e 17 mil em períodos de férias e feriados prolongados. A principal rodovia é a BR-060, em fase final de duplicação. Além dessa rodovia, existem outras vias que possibilitam a comunicação, como a BR-070 por intermédio da Belém–Brasília (altura do município goiano de Pirenópolis).

Essas duas rodovias configuram sistema rodoviário de interligação entre as duas cidades, assegurando, dessa forma, o desenvolvimento econômico e o estímulo ao desenvolvimento de outros municípios, como Anápolis, Alexânia e Pirenópolis.

O tráfego intenso de motoristas e passageiros demanda o surgimento de equipamentos de apoio ao longo das rodovias, a exemplo de postos, restaurantes, lanchonetes, hotéis, pousadas, além do crescimento da atividade comercial nos municípios marginais às rodovias.

3.2 As redes de transportes regionais

No período pré-Revolução Industrial os meios de transporte eram movidos por animais ou pelo vento. A máquina a vapor possibilitou tanto a expansão das ferrovias como a modernização das embarcações. Segundo Collier (1997, p. 38):

> Não fosse pelos trens, Thomas Cook não teria organizado a primeira excursão de turismo, no ano de 1841, na Inglaterra. O sucesso dessa viagem, organizada por 570 pessoas num trem charter entre Leicester e Loughborough, garantiu a continuidade de muitas outras. As empresas ferroviárias passaram então a organizar excursões, algumas de um só dia, e em 1855 Cook estendeu seus serviços para o continente, ao levar turistas para a Exibição de Paris. Mas o grande sucesso de Cook estava no fato de ele organizar toda a viagem para seus clientes, lidando com os hotéis, empresas de navegação e empresas ferroviárias. Isso proporcionava uma grande comodidade para os viajantes, na época pouco habituados a lidar com tais situações, o que lhe gerava grande clientela, permitindo que ele barganhasse preços com os setores hoteleiro e de transporte, oferecendo os melhores serviços a preços reduzidos.

Nesse período, os navios a vapor passaram a cruzar os oceanos, diminuindo os deslocamentos oceânicos entre o Oriente e os Estados Unidos via Europa. Em 1840, foi estabelecida a primeira rota marítima Estados Unidos–Inglaterra com a utilização de navio a vapor. Com a inauguração do Canal de Suez, em 1869, o tráfego marítimo entre a Europa e a Ásia foi intensificado.

Somente após a 2ª Guerra Mundial, o automóvel e o avião ganharam destaque nos sistemas de transporte. Na década de 1950, o automóvel passou à frente do trem como meio de transporte mais utilizado nos deslocamentos turísticos e, nos anos 60, o avião tomou o lugar dos navios de cruzeiros nas viagens intercontinentais.

O avanço da tecnologia do avião a jato possibilitou o encurtamento do tempo dos deslocamentos. Na década de 1970, a velocidade média que era de 400 km/h passou para 950 km/h. Além do aumento da velocidade, a capacidade de carga de passageiros e mercadorias aumentou. O Boeing 747 foi a primeira aeronave a transportar mais de 400 passageiros por vôo.

É de fundamental importância a compreensão de que o turismo envolve deslocamentos de pessoas e nesse aspecto para que haja o efetivo fluxo de visitantes existem diferentes modais de transporte utilizados pela atividade. Palhares (2003, p. 22) destaca como os principais modos de transportes: o aéreo, o rodoviário, o aquaviário e o ferroviário. “Cada um apresentando vantagens e desvantagens no seu uso, e a sua escolha atrelada a vários fatores, como preço, tempo de viagem, conforto e flexibilidade”.

Além dos diferentes modais de transportes e de seus elementos constituintes, têm-se também a existência das redes de transportes. Palhares (2003, p. 34) define redes de transportes como “o conjunto de ligações (rodovias, ferrovias, rotas áreas, etc) e

terminais (rodoviárias, estações ferroviárias, aeroportos, portos, etc) de um determinado modo de transporte ou de vários modos de transporte".

A existência de uma rede de transportes estará condicionada a diversos fatores: o meio físico e a possibilidade de vias naturais de transporte (mares, rios, lagos) ou a construção de túneis, pontes e viadutos que permitam a expansão da rede rodoviária, que por ser artificial é mais abrangente do ponto de vista geográfico. O fato é que as redes de transportes possibilitam a existência dos fluxos turísticos e a interligação dos lugares à dinâmica econômica global.

A implantação de diversos modos de transporte possibilita a criação e expansão da economia de escala, interligando diversos lugares a um centro ou vários centros. As redes de transporte podem ser classificadas em diversas tipologias, como: linear, *hub and spoke* e em grade.

A rede linear obedece a um eixo de transporte linear que pode envolver diversos modais e interligar diversos lugares por meio de um eixo. Os nomes *hub* (nó) e *spoke* (aros) decorrem desse tipo de rede parecer-se com rodas de bicicletas, com os seus vários aros fixos num ponto central. A rede em grade denota a existência de vários modais que interligam diversos lugares por intermédio de diferentes vias.

No caso específico do objeto de estudo da pesquisa, verifica-se que a rede de transporte existente no eixo Brasília–Goiânia é do tipo linear, sem desconsiderar, entretanto, o papel do aeroporto de Brasília como receptor e distribuidor de vôos nacionais e recentemente internacionais, caracterizando a rede hub and spoke. A principal modalidade de transporte identificada nos municípios pesquisados é a rodoviária, reconhecendo, todavia, que grande parte do fluxo de turistas de fora da Região Centro-Oeste chega à Brasília por meio do transporte aéreo.

A rede ferroviária destina-se apenas à carga, não havendo integração direta entre Brasília e Goiânia nesse modal; a ferrovia Centro–Atlântica possui dois ramais distintos que interligam essas cidades aos portos da Região Sudeste. Quanto ao transporte aqüaviário limita-se ao uso de embarcações em represas e lagos artificiais. Os rios da área de estudo são de pequeno porte e não comportam embarcações de médio e grande porte.

O turismo no estágio atual só pode ser alcançado pelo desenvolvimento tecnológico dos meios de transporte. Até a primeira metade do Século XX, os deslocamentos entre continentes demoravam semanas e às vezes até meses, enquanto que na atualidade os modernos aviões comerciais atravessam o Atlântico Norte em cerca de 3 horas e 50 minutos (supersônicos) ou oito horas (jatos comerciais).

Os avanços tecnológicos da aviação e da indústria automobilística possibilitaram a intensificação e expansão do turismo de massa e a superação das barreiras geográficas. Enquanto os automóveis facilitaram o deslocamento dentro de países e regiões, o transporte aéreo facilitou os fluxos intercontinentais e entre diferentes regiões de um mesmo país ou continente.

Como afirma Palhares (2003, p. 38):

> Dentre essas tecnologias, pode-se creditar principalmente ao automóvel e aos aviões a jato a intensificação e a freqüência do turismo de massa que hoje existe em âmbito mundial. Enquanto os primeiros passaram a fazer parte da vida de centenas de milhões de pessoas em todo o mundo, permitindo uma grande mobilidade no dia-a-dia e o surgimento do turismo de curta e média distância; os aviões foram responsáveis por possibilitar o acesso rápido e seguro aos quatro cantos do mundo, principalmente em função de utilizar o ar como via de transporte, sobrepujando barreiras geográficas e velocidades em torno de 900 km/h, o que torna possível viagens a longas distâncias em algumas horas.

Recentemente, o aeroporto internacional de Brasília passou a receber vôos internacionais de passageiros. O caráter internacional desse equipamento era justificado pelo pouso de aeronaves estrangeiras a serviço militar e pelo transporte do corpo

diplomático e de Chefes de Estado estrangeiros em visita ao Brasil. A partir do mês de julho de 2007, foram estabelecidas conexões em rede internacional por meio de cinco vôos semanais sem escala, no percurso Brasília–Lisboa–Brasília, operados pela Empresa Transportes Aéreos Portugueses – TAP. A Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC irá nos próximos meses estabelecer novas rotas partindo do aeroporto internacional de Brasília para os países da América do Sul (Argentina, Chile, Peru e Venezuela) e América do Norte (Estados Unidos).

Para Suplicy (2007)[9]:

> o lançamento pela TAP do vôo direto Lisboa-Brasília, no próximo dia 19 de julho, é uma das ações que irá contribuir para descentralizar os vôos internacionais de São Paulo e Rio de Janeiro e trazer turistas estrangeiros para a região Centro Oeste. Ao discursar na cerimônia de apresentação do Plano Nacional de Turismo (PNT) 2007-2010 realizada nesta quarta-feira (13 de junho), em Brasília, Marta Suplicy destacou a importância do PNT para o desenvolvimento econômico.

Palhares (2003, p. 40) destaca que, "mesmo quando se compara a participação porcentual dos vários modos de transportes nas últimas décadas, percebe-se que o crescimento dos automóveis e do transporte aéreo continua ocorrendo".

A expansão dos fluxos turísticos na Região Centro Oeste do Brasil dá-se através desses dois modais de transporte. O modal rodoviário implantou-se a partir da construção, na década de 50, das rodovias federais BR-010 Brasília–São Miguel do Guamá (conhecida popularmente como Belém–Brasília); BR-020 Brasília–Fortaleza; BR-030 Brasília–Ubaitaba/ Bahia;, BR-040 Brasília–Belo Horizonte–Rio de Janeiro; BR-050 Brasília–São Paulo–Santos; BR-060 Brasília–Goiânia–Campo Grande; BR-070 Brasília–Cáceres/ Mato Grosso.

Isso possibilitou a interligação de Brasília e Goiânia a todas as regiões brasileiras e a alguns países vizinhos (Bolívia, Paraguai, Argentina, Uruguai) por meio

[9] www.portugalmaispositivo.com/?q=node/2657 - 14k - acessado em julho de 2007.

de outras rodovias interligadas a essa rede rodoviária e dos aeroportos de Brasília e Goiânia.

Os aeroportos, como terminais de transporte, têm importante função em termos de atração e suporte ao turismo. Cada aeroporto detém uma infra-estrutura complexa, com terminais, acessos, galpões, hangares, eles representam o início e o término das viagens de turismo.

Esses fixos têm-se modernizado cada vez mais, principalmente no seu enfoque de terminal de passageiros e cargas para tornarem-se verdadeiros centros de negócios.

O Aeroporto Internacional de Brasília Presidente Juscelino Kubistchek é o 3º em movimentação de vôos e passageiros do país, recebendo vôos de diferentes regiões brasileiras e redistribuindo passageiros e cargas na complexa rede aérea nacional, evidenciando o caráter de aeroporto de conexão/ escala entre destinos.

O aeroporto recebeu pesados investimentos da Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária (Infraero), a partir do ano de 2003 sendo dotado de shopping de compras, mais um terminal de passageiros, construção da 2ª pista de pousos e decolagens para receber vôos internacionais e nacionais de aviões de grande porte.

Atualmente, o aeroporto de Brasília tende a aumentar ainda mais os seus fluxos de passageiros e cargas a partir da ampliação de um terceiro terminal de passageiros e cargas.

Dentro do planejamento estratégico da Infraero indica-se a construção de outro aeroporto no Distrito Federal para aproveitar a localização estratégica de Brasília e a expansão do transporte aéreo no Brasil e no mundo.

A tendência de receber vôos internacionais transformará o Distrito Federal, trazendo novas empresas e incrementando os fluxos de turistas na capital federal, rivalizando com os aeroportos Tom Jobim no Rio de Janeiro, e Congonhas e Cumbica no Estado de São Paulo.

Palhares (2003, p. 166) afirma que:

> Mais do que apenas ofertar serviços e atividades de comércio em seu interior, muitas autoridades aeroportuárias têm trabalhado junto com a sua área de influência no sentido de aumentar o tráfego de viajantes e, consequentemente, o número de turistas. Com o crescimento cada vez maior da competição entre os aeroportos, bem como dos vários destinos turísticos, tal parceria é imprescindível para o sucesso de uma administração aeroportuária moderna e, sobretudo para a geração de desenvolvimento socioeconômico desta região por meio do turismo.

No Brasil, os maiores aeroportos estão sob controle de uma única empresa estatal, a Infraero, e a regulação do setor aéreo sob gestão da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). Os aeroportos de Brasília e Goiânia estão diretamente relacionados à Infraero, enquanto os de Pirenópolis e Alexânia estão sob administração do governo do Estado de Goiás e das prefeituras locais.

O aeroporto de Goiânia passa por obras de expansão a partir da construção de novo terminal de passageiros dentro da concepção de suporte aos turistas e atração da população local por meio de lojas, cinemas, praça de alimentação, bancos, entre outros serviços.

A Infraero administra rede de 65 aeroportos divididos em sete superintendências, além de 82 grupamentos e unidades de navegação aérea localizados em todo o território brasileiro, detendo 97% da movimentação de passageiros do país.

As fontes de recursos dessa empresa são de dois tipos: aquelas cobradas dos usuários e das empresas de transporte aéreo e aquelas provindas de atividades comerciais, como o arrendamento de instalações ou equipamentos, aluguel de espaços físicos nos aeroportos e concessões de serviços privados.

Apesar da existência de aeroportos nas cidades de Brasília, Goiânia, Anápolis, Pirenópolis e Alexânia, o principal modal de transporte turístico no eixo é o rodoviário, sendo as rodovias federais BR-060 e 070 as principais vias de interligação dos municípios.

A integração entre a atividade turística e os meios de transporte tem se intensificado nos últimos anos mediante diversas estratégias comerciais e operacionais. Em função da sazonalidade, da segmentação de mercado e da concorrência dificilmente uma empresa aérea e uma hoteleira conseguiram manter a taxa de 100% de ocupação de aeronaves e quartos.

No Brasil, o crescimento do setor aéreo e do turismo nos últimos anos em face da recuperação dos atentados de 11 de setembro de 2001 levou as empresas a oferecerem preços e tarifas diferenciadas não só ao longo do ano em períodos de baixa temporada, mas criando promoções e programas de vantagens aos seus clientes, a exemplo da promoção do aniversário de Brasília, em 21 de abril de 2007, quando a empresa aérea GOL ofereceu passagens para a capital federal ao custo de R$50,00[10] (cinqüenta reais) e com um trecho voado grátis; e também as promoções para hospedagem em finais de semana em *resorts* como o Blue Tree, com diárias de aproximadamente R$100,00 (cem reais), com direito à utilização de todos os equipamentos e serviços que o empreendimento oferece.

O estabelecimento de estratégias conjuntas entre as empresas de transporte e hospedagem leva ao desenvolvimento de outras atividades econômicas em paralelo, o que denota a organização do *cluster* de turismo, que será detalhado posteriormente.

O que os economistas chamam de sinergia entre essas empresas leva à concentração do mercado em destinos que conseguem estabelecer essas parcerias. Isso

[10] Valor médio do Dólar americano em 2008 US$2,63, portanto, o preço da passagem promocional equivale a US$19,00.

pode ser verificado na seguinte informação do Governo de Distrito Federal (GDF) (2007)[11]:

> Quem quiser visitar Brasília para curtir o aniversário da cidade, comemorado no dia 21 de abril, pode viajar quase de graça. É o que propõe a empresa de transporte aéreo Gol, que anunciou parceria com o Governo do Distrito Federal em uma super promoção pra o 47º aniversário da capital. Durante a coletiva de imprensa, realizada nesta segunda-feira (19), no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, o vice-presidente de Planejamento e TI da Gol, Wilson Maciel Ramos, confirmou que a partir de amanhã, terça-feira (20), a empresa vai lançar a promoção "Aniversário de Brasília" com passagem de ida para Brasília, de graça, e a volta aos valores de tarifas promocionais. "Queremos que as pessoas conheçam Brasília e passem a incluir a cidade em seus roteiros de viagens. Temos certeza de que essa é a primeira de uma série de parcerias que faremos com a Secretaria de Turismo do Distrito Federal", explicou o executivo da Gol. Para a promoção de aniversário da cidade, a Gol vai disponibilizar 131 vôos domésticas ligando 22 cidades brasileiras à capital federal. A promoção para compra de passagens, à tarifa zero, vai do dia 19 até o dia 21 de abril. Para as passagens de retorno à cidade de origem, os preços promocionais serão mantidos entre os dias 21 e 23 de abril. Se a ocupação de turistas na rede hoteleira brasiliense, nos fins de semana normais, alcança apenas 200 visitantes, no feriado do dia 21 de abril, a perspectiva é alcançar cinco mil turistas. Para isso, o secretário Paulo Octávio anunciou parceria com a Associação Brasileira da Indústria Hoteleira (ABIH) do Distrito Federal, que já garantiu 6 mil quartos em todos os hotéis de Brasília, a preços bem inferiores das tarifas usuais. O secretário quer fechar acordos também com as empresas do transporte terrestre.

A concentração de mercado tem como decorrência o aumento dos lucros em conseqüência dos benefícios das economias de escala, do aumento da eficiência e da diversificação dos produtos. Porém, as alianças podem representar também algumas desvantagens para o mercado, sobretudo em relação à competição. Apesar da expansão do transporte aéreo em escala planetária ser acompanhada da diminuição das tarifas e ampliação do mercado consumidor, as parcerias entre empresas podem, de certa forma, inibir os efeitos da concorrência. Isso porque, ao se aliarem, pode haver uma tendência de monopolização do mercado e abuso posterior dos preços cobrados. Além disso, no Brasil, problemas referentes a operação e segurança de vôos e aeroportos são alarmantes.

[11] www.sde.df.gov.br/003/00301009.asp?ttCD_CHAVE=47844 acessado em março de 2007.

O turismo, assim como o transporte, envolve inúmeras empresas em diferentes graus de intensidade e integração. Assim, como algumas dessas empresas não são envolvidas diretamente apenas com o turismo, mas também com outras atividades, torna-se difícil mensurar a importância socioeconômica dessas atividades para uma determinada região, pois nas metodologias de análise e aferição de dados, principalmente daqueles relativos à geração e circulação de capital, não há uma conta específica para o turismo que destaque em detalhe toda a receita, despesas e impostos gerados. Os veículos rodoviários e aeroviários modernos, em destaque o automóvel, o ônibus e o avião, proporcionaram o desenvolvimento do turismo, facilitando a acessibilidade dos visitantes em número cada vez maior aos diversos destinos existentes no Brasil e em outros países. Os veículos terrestres (automóveis e ônibus) são responsáveis pela possibilidade de deslocamento entre diferentes regiões de curto e médio percursos, já o transporte aéreo fez com que os fluxos turísticos fossem desenvolvidos em maiores distâncias, muitas delas intercontinentais.

Em razão das facilidades que o modal rodoviário representa, ele não apenas compreende boa parte das redes de transporte intra e inter-regiões no Brasil, mas também é utilizado como meio de interligação entre outros modais de transporte. Em suma, o modal rodoviário é hoje o principal meio de transporte em grande parte dos países do mundo, inclusive no Brasil. No eixo Brasília–Goiânia esse modal é predominante. Com a construção das duas rodovias (BR-060 e 070), os fluxos de automóveis e ônibus estruturaram toda uma rede de apoio aos motoristas e passageiros que trafegam nessas vias. Postos de gasolina, restaurantes, comércio: são várias as atividades que se apóiam nos fluxos das rodovias.

O automóvel particular permite que seus usuários possam utilizá-lo de forma independente, servindo às suas necessidades e sem a obrigação de submeterem-se aos

horários e trajetos das empresas de transporte turístico e rodoviário. O automóvel particular possibilita conforto, privacidade e acesso direto entre os pólos de origem e as destinações turísticas.

Palhares (2003, p. 185) destaca que:

> Em função de sua velocidade operacional, geralmente em torno de 80 a 110 km/h, são utilizados principalmente nos deslocamentos de curto e médio percurso, embora em alguns casos também sejam empregados em viagens de longo percurso, ainda que com duração de vários dias. Já os ônibus oferecem a possibilidade de deslocamentos de um maior número de pessoas, quer em serviços regulares ou fretados. Além do automóvel e do ônibus, outras formas de transportes terrestres sobre rodas também são empregadas no deslocamento de turistas, tais como motocicletas, bicicletas, carruagens e até mesmo caminhões.

Tomando-se por base o crescente aumento da produção nacional de veículos e o incremento do consumo, que possibilita o acesso cada vez maior à compra de automóvel, pode-se inferir que o transporte rodoviário oferece maior mobilidade e conveniência em seus deslocamentos e que a posse de veículos automotores por uma parcela maior da população incentiva ainda mais o desenvolvimento do turismo doméstico.

Apesar da grande frota nacional de automóveis de passeio, o ônibus ainda é o "principal modo de transporte no deslocamento de viagens turísticas no Brasil". (Palhares, 2003, p. 208).

Com o aumento da importância dos automóveis para o desenvolvimento do turismo, o péssimo estado de conservação e pavimentação de grande parte da rede de estradas brasileiras compromete o setor. Precárias condições de infra-estrutura, imprudência dos motoristas, ausência de sistema eficaz de sinalização: tudo isso contribui para tornar as estradas perigosas e afastar o turista.

Este se sente pouco atraído a alugar veículos ou viajar longas distâncias para conhecer o país, optando por utilizar outros modais de transporte ou, simplesmente, escolhendo destinações que ofereçam melhores condições de acessibilidade.

Até o momento, as parcerias público privado (PPPs) propostas como alternativas ao desenvolvimento e dotação de infra-estrutura no Brasil não conseguiram atrair o capital privado para investimentos na construção e revitalização da malha rodoviária.

As pesadas críticas que o processo de privatização recebeu e as ingerências políticas contribuem para que a melhoria da infra-estrutura rodoviária se dê a passos lentos. A duplicação da BR-060 no trecho Brasília–Goiânia, trecho pequeno de cerca de 200 km, desenrolou-se por mais de 10 anos.

O sistema rodoviário brasileiro é composto por subsistemas rodoviários federal, estadual e municipal. As rodovias federais são designadas pela simbologia BR seguida por um número de três algarismos. O primeiro algarismo, da esquerda para a direita, refere-se à categoria da rodovia e os outros dois indicam a posição da rodovia em relação à capital federal e aos limites do país (fronteiras norte, sul, leste e oeste).

As rodovias estaduais e distritais são designadas por código de duas letras do estado, a exemplo de Goiás – GO e Distrito Federal – DF, seguido por número de três algarismos. O primeiro indica a categoria da via, enquanto os outros dois indicam a posição da rodovia em relação à capital do estado.

Algumas rodovias podem ser destacadas no país em função de sua importância para o turismo, tais como:

- BR-101: interliga grande parte das regiões costeiras do Brasil, do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte, comunica importantes destinações turísticas e atravessa regiões de grande beleza natural e importância cultural, como: Natal, João Pessoa, Recife, Aracaju, Vitória, Guarapari, Rio de Janeiro, Angra dos Reis, Santos, Joinville, Florianópolis e Garopaba;
- Sistema Anchieta–Imigrantes (São Paulo): interligando a capital paulista à Baixada Santista, é formado por duas grandes vias duplicadas, as rodovias Anchieta

SP-150 e Imigrantes SP-160, as quais têm importante papel no fluxo turístico do principal pólo emissor de turistas para o litoral do Estado de São Paulo e parte do Rio de Janeiro. Esse sistema é complementado por uma série de outras rodovias estaduais que se espraiam pela baixada costeira;

- Região dos Lagos (Rio de Janeiro): interliga a cidade do Rio de Janeiro à chamada Região dos Lagos, que detém em seu território as importantes destinações turísticas de Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Araruama, Barra de São João, Cabo Frio e Saquarema. Partindo da cidade do Rio de Janeiro, existem duas opções: pela BR-101 e pela Via Lagos (RJ-124) ou pela RJ-106. Esse sistema rodoviário é marcado pelo tráfego intenso de veículos, principalmente em períodos de férias, na alta estação (dezembro a março) e em feriados prolongados.

- Linha Verde ou Rodovia do Coco (BA-199): o início da Linha Verde é a Estrada do Coco, que começa em Salvador. A Vila de Arembepe é a conhecida aldeia hippie, criada no fim da década de 60. A 80 km de Salvador encontra-se a Praia do Forte, antiga vila de pescadores. Existem cerca de 12 km de praias, onde se desenvolve o Projeto Tamar de preservação de tartarugas marinhas. A aproximadamente 164 km de Salvador encontra-se o município de Conde e 38 km à frente o final da via na divisa com Sergipe, no município de Mangue Seco. Nesse último trecho encontra-se a Costa do Sauípe, o maior conjunto de *resorts* do litoral brasileiro;

- BR-116 (Rodovia do Vinho): interliga a capital gaúcha, Porto Alegre, à Região da Serra e importantes destinações turísticas de inverno, como as cidades de Caxias do Sul, Gramado, Canela, Nova Petrópolis e Bento Gonçalves. Há uma série de rodovias estaduais que garantem acessibilidade para diversos municípios (RS-122, RS-444, RS-453 e RS-470);

- Estrada Real: conjunto de estradas construídas no período colonial (Século XVII e XVIII) e posteriormente abandonadas no Século XX durante a expansão das modernas rodovias pelo interior de Minas Gerais. Na década de 1990, o governo do Estado de Minas Gerais revitaliza vários trechos dessas estradas criando o Roteiro da Estrada Real. O ponto de partida é a cidade de Diamantina no norte de Minas Gerais e dali a estrada interliga diversas cidades históricas, como: Cerro, Santa Luzia, Sabará (região metropolitana de Belo Horizonte), Ouro Preto, Mariana, Congonhas do Campo, São João Del Rey, entre outras. Na região metropolitana de Belo Horizonte, a Estrada Real divide-se em dois caminhos distintos: o caminho velho, com final em Parati – Rio de Janeiro, e o caminho novo, com final na cidade do Rio de Janeiro;
- Rodovias das Dunas (CE-040 e BR-304): possibilita o deslocamento de turistas da capital cearense, Fortaleza, até a fronteira com o Rio Grande do Norte, distante cerca de 170 km. Existem outras vias menores que possibilitam o acesso à grande extensão de praias do litoral cearense e potiguar. Canoa Quebrada, Majorlândia, Tibau, Praia das Fontes são algumas das praias interligadas por esse sistema;
- BR-490 (Goiás): comunica a cidade de Caldas Novas à capital Goiânia e ao Triângulo Mineiro. Caldas Novas é uma das maiores estâncias hidrotermais do país.

O conjunto formado pelas BR-060 e 070 pode ser inserido também entre as mais importantes rodovias turísticas do país, apesar de ainda não ter sido oficialmente reconhecido. O sistema interliga as cidades de Brasília e Goiânia e compreende um trecho de aproximadamente 200 km, onde se encontram cerca de 12 municípios (mapa 01).

3.3 Cenário Demográfico e Econômico

Entre os anos 60 e 70 do Século XX, o Brasil passa por período de rápido crescimento populacional e de migração campo-cidade. Consequentemente, nos anos 1980 e 1990, as taxas de crescimento populacional declinaram em função de um conjunto de mudanças decorrentes das alterações espaciais da distribuição populacional, da queda da taxa de fertilidade e do gradual aumento da expectativa de vida.

Esses fatores ocasionaram mudanças significativas na distribuição da população entre o campo e a cidade, como podemos observar na tabela 02:

Tabela 02: Brasil: Crescimento Populacional e Distribuição: Urbano – Rural (1980 - 2000)

Anos	Total	Urbana	Rural	Taxa de crescimento (%)
1980	119.002.706	80.436.409	38.566.297	1,93
1991	146.825.475	110.990.990	35.834.485	1,64
2000	169.799.170	137.953.959	31.845.211	-

Fonte: Censos 1980, 1991 e 2000 – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Obs.: a taxa de crescimento (%) é a média da respectiva década.

O cenário econômico do Brasil na década de 1990 é caracterizado pela abertura do mercado nacional à concorrência internacional e pela adoção de políticas de estabilização da economia. O Plano Real lançado em 1994 tinha como objetivos acabar com a hiperinflação e criar condições estáveis para a expansão da economia, sem inflação e aumento das dívidas interna e externa. Na segunda metade da década, fluxos significativos de capital globalizado foram aportados em economias emergentes, como a brasileira.

Diante desse quadro,fez-se necessária a adoção de mudanças na estrutura econômica do país, como a modernização do Estado, as privatizações e a abertura do mercado aos investidores estrangeiros. A economia brasileira, porém, não conseguiu

manter a estabilidade da moeda, sendo necessária a sua desvalorização em 1999, bem como a retomada do controle inflacionário.

O ano 2000 apresenta novas dificuldades ocasionadas pela crise financeira da Argentina, país vizinho e importante parceiro do Mercosul, e pelo racionamento de energia. Esse contexto leva a queda no produto interno do país, como pode ser observado na tabela 03:

Tabela 03: Brasil – Produto Interno Bruto

Ano	US$ bilhões	R$ bilhões
2000	602.207	1.101.255
2001	509.797	1.198.736
2002	459.379	1.346.027
2003	493.348	1.514.924

Fonte: Indicadores Econômicos Banco Central do Brasil, 2004.

A adoção de rígida política fiscal e de superávit primário fez com que a economia brasileira fosse direcionada à exportação como forma de garantir a entrada de recursos no país. O Brasil é na atualidade um dos maiores exportadores mundiais de grãos, carne, minérios e aço. Muitas dessas *comodities* tem as suas áreas de produção localizadas no interior do país, com destaque para o Centro-Oeste, maior produtor nacional de grãos.

O crescimento econômico alcança taxas anuais em média de 4% nos últimos anos, porém diversos fatores limitam esse processo, tais como: a necessidade de investimentos em infra-estrutura (transporte, energia, telecomunicações, etc), o reduzido poder de compra da população de pequenos municípios e a ineficiência do Estado, principalmente na área social.

Tabela 04: Brasil – Renda Per Capita

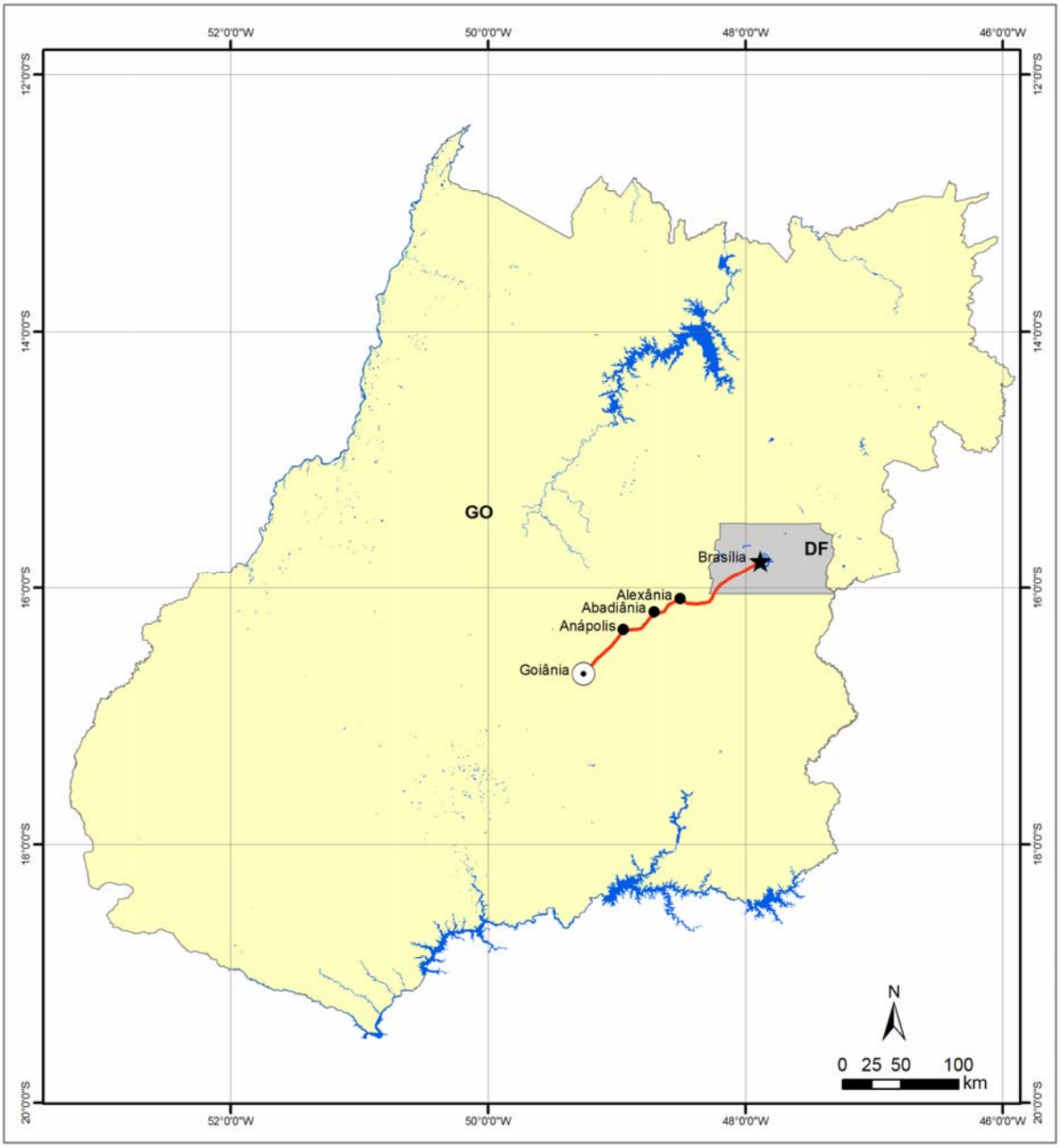
Ano	US$	R$
2000	3.539,41	6.472,53
2001	2.957,30	6.953,79
2002	2.630,54	7.707,75
2003	2.789,31	8.565,13

Fonte: Indicadores Econômicos Banco Central do Brasil, 2004.

3.4 Dinâmica Territorial do Entorno do Distrito Federal

O eixo Brasília–Goiânia situa-se na região Centro-Oeste do Brasil, tendo área territorial de 1.606.371,51 milhões de Km2 (cerca de 18,8% da área total do país). O mapa 01 destaca a sua localização geográfica.

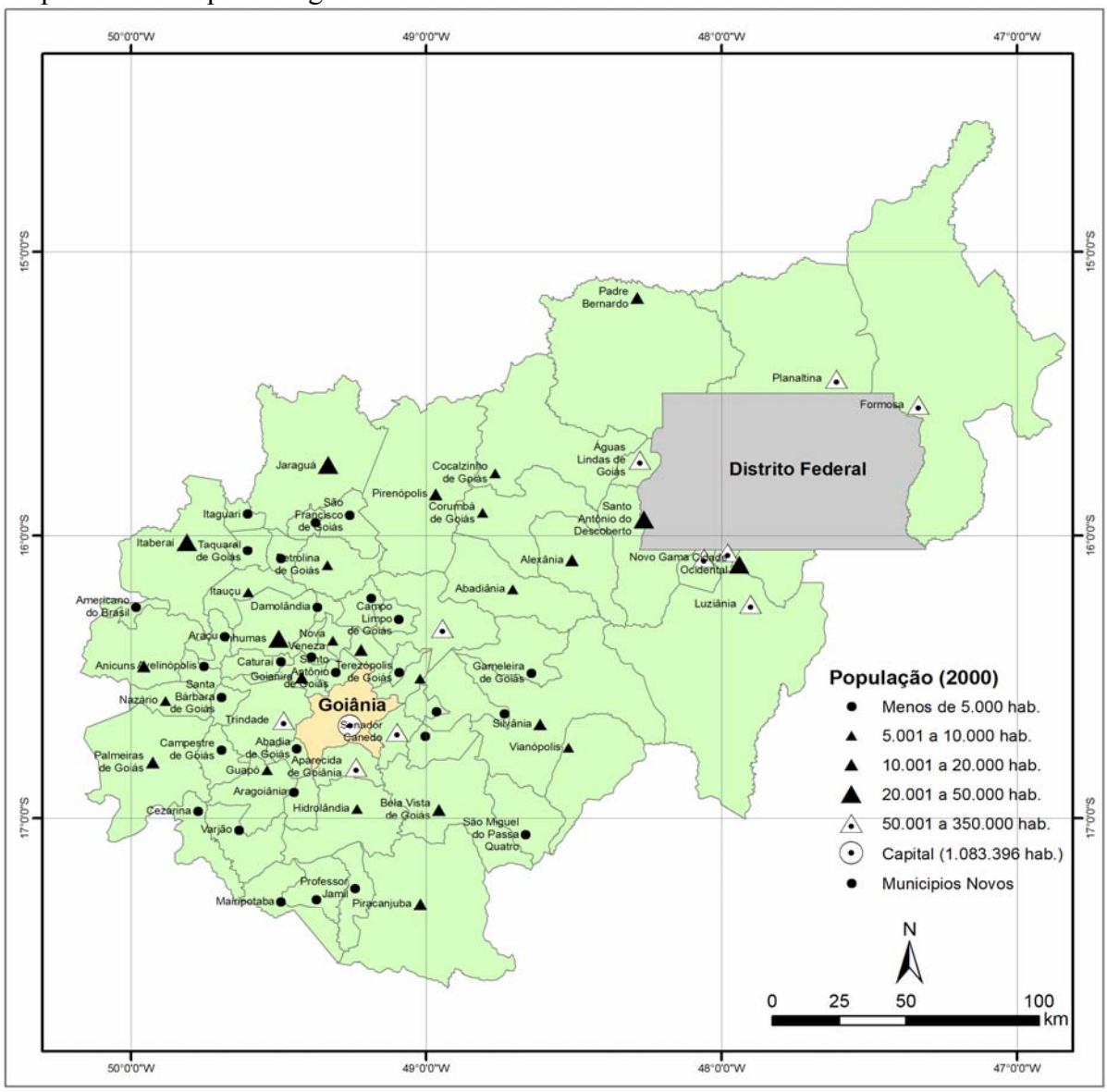
Mapa 01: Localização do eixo Brasília – Goiânia



Fonte: Governo do Distrito Federal, 2004.

A região de influência do eixo compreende 65 municípios englobando os dois principais – Brasília e Goiânia. A população é de cerca de 11.636.728,00 de habitantes (IBGE, 2000). O mapa 02 destaca os municípios integrantes dessa região. Os critérios para definição dos municípios integrantes do eixo Brasília-Goiânia, segundo o documento *Proposal for the development of the Brasília-Goiânia axis* (2004), tomam por base as áreas de influência diretamente delimitadas pelos governo do Distrito Federal e de Goiás e a localização geográfica de até 100 km das cabeças de rede e das principais vias de ligação rodoviária e ferroviária entre essas cidades.

Mapa 02: Municípios integrantes do eixo Brasília – Goiânia no Estado de Goiás



Fonte: Governo do Distrito Federal, 2004.

Os municípios que integram o eixo Brasília–Goiânia de acordo com os dados do GDF/ Governo do Estado de Goiás (2004), são identificados no quadro a seguir:

Quadro 01: Eixo Brasília- Goiânia: Municípios Integrantes no Estado de Goiás e Distrito Federal.

	Município	**Estado**		**Município**	**Estado**
1	Abadia de Goiás	GO	34	Itauçu	GO
2	**Abadiânia**	**GO**	35	Jaraguá	GO
3	**Águas Lindas de Goiás**	**GO**	36	Jesúpolis	GO
4	**Alexânia**	**GO**	37	Leopoldo de Bulhões	GO
5	Americano do Brasil	GO	38	Luziânia	GO
6	Anápolis	GO	39	Mairipotaba	GO
7	Anicuns	GO	40	Nazário	GO
8	Aparecida de Goiânia	GO	41	Nerópolis	GO
9	Araçu	GO	42	Nova Veneza	GO
10	Aragoiânia	GO	43	Novo Gama	GO
11	Avelinópolis	GO	44	Ouro Verde	GO
12	Bela Vista de Goiás	GO	45	Padre Bernardo	GO
13	Bonfinópolis	GO	46	Palmeira de Goiás	GO
14	**Brasília**	**DF**	47	Petrolina de Goiás	GO
15	Brazabrantes	GO	48	Piracanjuba	GO
16	Caldazinha	GO	**49**	**Pirenópolis**	**GO**
17	Campestre de Goiás	GO	50	Planaltina de Goiás	GO
18	Caturaí	GO	51	Professor Jamil	GO
19	Cezarina	GO	52	Santa Bárbara de Goiás	GO
20	Cidade Ocidental	GO	53	Santa Rosa de Goiás	GO
21	**Cocalzinho de Goiás**	**GO**	54	Santo Antônio de Goiás	GO
22	**Corumbá de Goiás**	**GO**	**55**	**Santo Antônio do Descoberto**	**GO**
23	Cromínia	GO	56	São Francisco de Goiás	GO
24	Damolândia	GO	57	São Miguel do Passa Quatro	GO
25	Formosa	GO	58	Senador Canedo	GO
26	Goianápolis	GO	59	Silvânia	GO
27	**Goiânia**	**GO**	60	Taquaral de Goiás	GO
28	Goianira	GO	61	Terezópolis de Goiás	GO
29	Guapo	GO	62	Trindade	GO
30	Hidrolândia	GO	63	Valparaíso de Goiás	GO
31	Inhumas	GO	64	Varjão	GO
32	Itaberaí	GO	65	Vianópolis	GO
33	Itaguarí	GO			

Fonte: SEPLAN-GO e IBGE, 2004.

A quase totalidade dos municípios encontra-se no estado de Goiás e a tabela 05 demonstra a participação da população total desses municípios nos cenários local, regional e nacional.

Tabela 05: Eixo Brasília–Goiânia: População (2003)

Componentes do eixo	População do eixo	Percentual na população total %		
		Estado	Centro-Oeste	Brasil
Municípios de Goiás	3.107.104 hab	58,55	24,79	1,76
Distrito Federal	2.189.789 hab	100	17,47	1,22
Total	5.296.893 hab	70,66	35,98	3,00

Fonte: SEPLAN-GO e IBGE, 2004.

A tabela 06 - Produto Interno Bruto do Eixo Brasília–Goiânia indica um PIB em torno de U$22,5 bilhões, o que corresponde a aproximadamente 80% do total do Distrito Federal e do Estado de Goiás juntos, e a cerca de 53,68% do PIB da região Centro-Oeste e 3,73% do PIB do Brasil.

Tabela 06: Eixo Brasília–Goiânia : Produto Interno Bruto (2000)

Componentes do eixo	PIB (U$ milhões)	Percentual no PIB total %		
		Estado	Centro-Oeste	Brasil
Municípios de Goiás	6.287	53,08	15,02	1,04
Distrito Federal	16.179	100	38,65	2,69
Total	22.466	80,16	53,68	3,73

Fonte: SEPLAN-GO e Dados Estatísticos do Distrito Federal/ Codeplan 2001 (ano base 2000).

A tabela 07 demonstra a renda per capita no Eixo Brasília–Goiânia destacando a concentração de riqueza no Distrito Federal e a desigualdade existente entre os municípios goianos integrantes do eixo. Cabe ressaltar que a renda per capita desses municípios está abaixo da média nacional de U$ 3.540.

Tabela 07: Eixo Brasília – Goiânia : Renda Per Capita (2000)

Componentes do eixo	Renda Per Capita (U$ mil)	Renda Per Capita		
		Estado	Centro-Oeste	Brasil
Municípios de Goiás	2.230	2.368	3.587	3.540
Distrito Federal	7.888	7.888		
Total	4.613	3.973		

Fonte: SEPLAN-GO e Dados Estatísticos do Distrito Federal/ Codeplan 2001 (ano base 2000).

A análise das disparidades existentes entre o Distrito Federal e o Estado de Goiás no que se refere aos indicadores de renda per capita e PIB demonstra também que no Distrito Federal ainda persiste forte concentração do setor de serviços na composição do PIB e da renda per capita, uma vez que cerca de 93% de toda a produção de riqueza ainda está atrelada de forma direta aos serviços públicos e à administração federal. Esse dado chama a atenção, pois o Distrito Federal passou nos últimos anos por processo de expansão industrial e agronegócio, mas que ainda assim não consegue reverter o peso do Estado na economia.

No Estado de Goiás, a indústria é o setor que apresenta maior crescimento, com uma contribuição para o PIB de cerca de 26% em 1995, e de 35% em 2001. Os dois últimos governos estaduais investiram de forma expressiva na atração de indústrias para os pólos industriais do estado, oferecendo diversos benefícios para a instalação de indústrias e empresas de serviços diversos, tais como: cessão de terrenos, incentivos fiscais, programas de empréstimos a juros subsidiados, entre outros.

As indústrias farmacêuticas e as diretamente relacionadas à agropecuária, bem como empresas atacadistas destacam-se entre os principais empreendimentos instalados no estado nos últimos anos. O setor de serviços apresenta queda na composição do PIB passando de 56% em 1995 para 47,44% em 2001. (SEPLAN-GO; GDF, 2004)

Outro indicador a ser considerado é o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, que consiste na medida comparativa de pobreza, alfabetização, esperança de vida e natalidade e outros fatores para os diversos países do mundo. É uma maneira padronizada de avaliação do bem-estar de uma população, especialmente bem-estar infantil.

Esse índice foi desenvolvido em 1990 pelo economista paquistanês Mahbub Ul Haq e vem sendo utilizado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o

Desenvolvimento (Pnud) em seu relatório anual. O cálculo desse índice resulta em média de que vai de 0 (zero – nenhum desenvolvimento humano) a 1 (um – desenvolvimento humano total), sendo agrupados em três grandes grupos:

- Entre 0 e 0,499, índice considerado baixo;
- Entre 0,500 e 0,799, índice considerado médio;
- Entre 0,800 e 1, índice considerado alto.

O valor do IDH do Distrito Federal é considerado alto, como pode ser observado na tabela 08. Já o estado de Goiás apresenta índice considerado médio. Porém, ambos os indicadores estão acima da média brasileira.

Em 2007, o Brasil encontra-se na 65ª colocação no ranking do IDH de 2005 (em 177 países no total), com um índice de 0,792 (médio desenvolvimento humano). Desde 1990, já subiu 14 posições. Apesar de ter melhorado nos critérios educação e longevidade, o Brasil caiu no critério renda.

Tabela 08: Eixo Brasília–Goiânia : Índice de Desenvolvimento Humano (2000)

Componentes do eixo		Estados	Brasil
Municípios de Goiás	0,744	0,776	0,766
Distrito Federal	0,844	0,844	

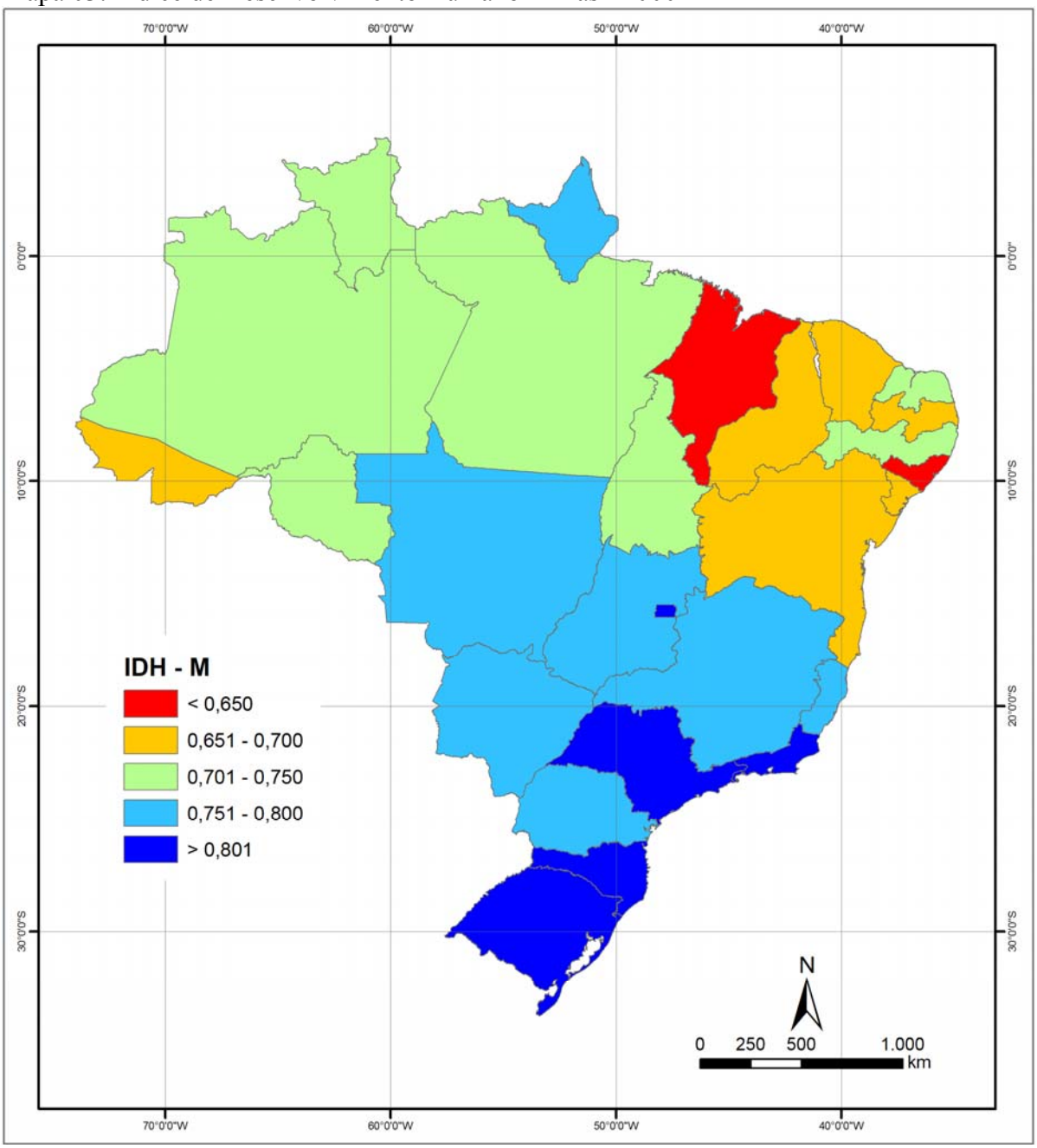
Fonte: PNUD/ IPEA/ IBGE – Novo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

O Distrito Federal ocupa o primeiro lugar entre as unidades da federação brasileira no que diz respeito à média geral dos indicadores do IDH, com índice de 0,844, enquanto o estado de Goiás ocupa a 8ª posição, atrás dos estados de Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná e Mato Grosso do Sul. O mapa 03 demonstra a distribuição espacial do IDH pelo território brasileiro e os mapas 04 e 05 a distribuição espacial pelos municípios que compõem o Estado de Goiás e o Distrito Federal.

No indicador renda o Distrito Federal ocupa o 1º lugar e o estado de Goiás a 10ª posição, atrás de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

No indicador longevidade o Distrito Federal ocupa a 5ª posição, atrás de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais. Já o estado de Goiás ocupa a 8ª posição, atrás das unidades federativas já descritas e do Mato Grosso do Sul e Paraná.

Mapa 03: Índice de Desenvolvimento Humano – Brasil 2000



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, PNUD/ IBGE/ IPEA, 2000.

No indicador educação o Distrito Federal ocupa a 1ª posição, enquanto Goiás ocupa a 8ª, tendo Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Amapá e Paraná a sua frente.

A tabela 09 demonstra os indicadores que compõem o IDH dos estados brasileiros, ano base 2000.

Tabela 09**:** Brasil : Índice de Desenvolvimento Humano Municipal[12] ano 2000.

Estado	IDHM	IDHM-Renda	IDHM – Longevidade	IDHM – Educação
Brasil	0,766	0,723	0,727	0,849
1 Distrito Federal	0,844	0,842	0,756	0,935
2 Santa Catarina	0,822	0,750	0,811	0,906
3 São Paulo	0,820	0,790	0,770	0,901
4 Rio Grande do Sul	0,814	0,754	0,785	0,904
5 Rio de Janeiro	0,807	0,779	0,740	0,902
6 Paraná	0,787	0,736	0,747	0,879
7 Mato Grosso do Sul	0,778	0,718	0,751	0,864
8 Goiás	0,776	0,717	0,745	0,866
9 Mato Grosso	0,773	0,718	0,740	0,860
9 Minas Gerais	0,773	0,711	0,759	0,850
11 Espírito Santo	0,765	0,719	0,721	0,855
12 Amapá	0,753	0,666	0,711	0,881
13 Roraima	0,746	0,682	0,691	0,865
14 Rondônia	0,735	0,683	0,688	0,833
15 Pará	0,723	0,629	0,725	0,815
16 Amazonas	0,713	0,634	0,692	0,813
17 Tocantins	0,710	0,633	0,671	0,826
18 Pernambuco	0,705	0,643	0,705	0,768
19 Rio Grande do Norte	0,705	0,636	0,700	0,779
20 Ceará	0,700	0,616	0,713	0,772
21 Acre	0,697	0,640	0,694	0,757
22 Bahia	0,688	0,620	0,659	0,785
23 Sergipe	0,682	0,624	0,651	0,771
24 Paraíba	0,661	0,609	0,636	0,737
25 Piauí	0,656	0,584	0,653	0,730
26 Alagoas	0,649	0,598	0,646	0,703
27 Maranhão	0,636	0,558	0,612	0,738

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, PNUD/ IBGE, IPEA, 2000.

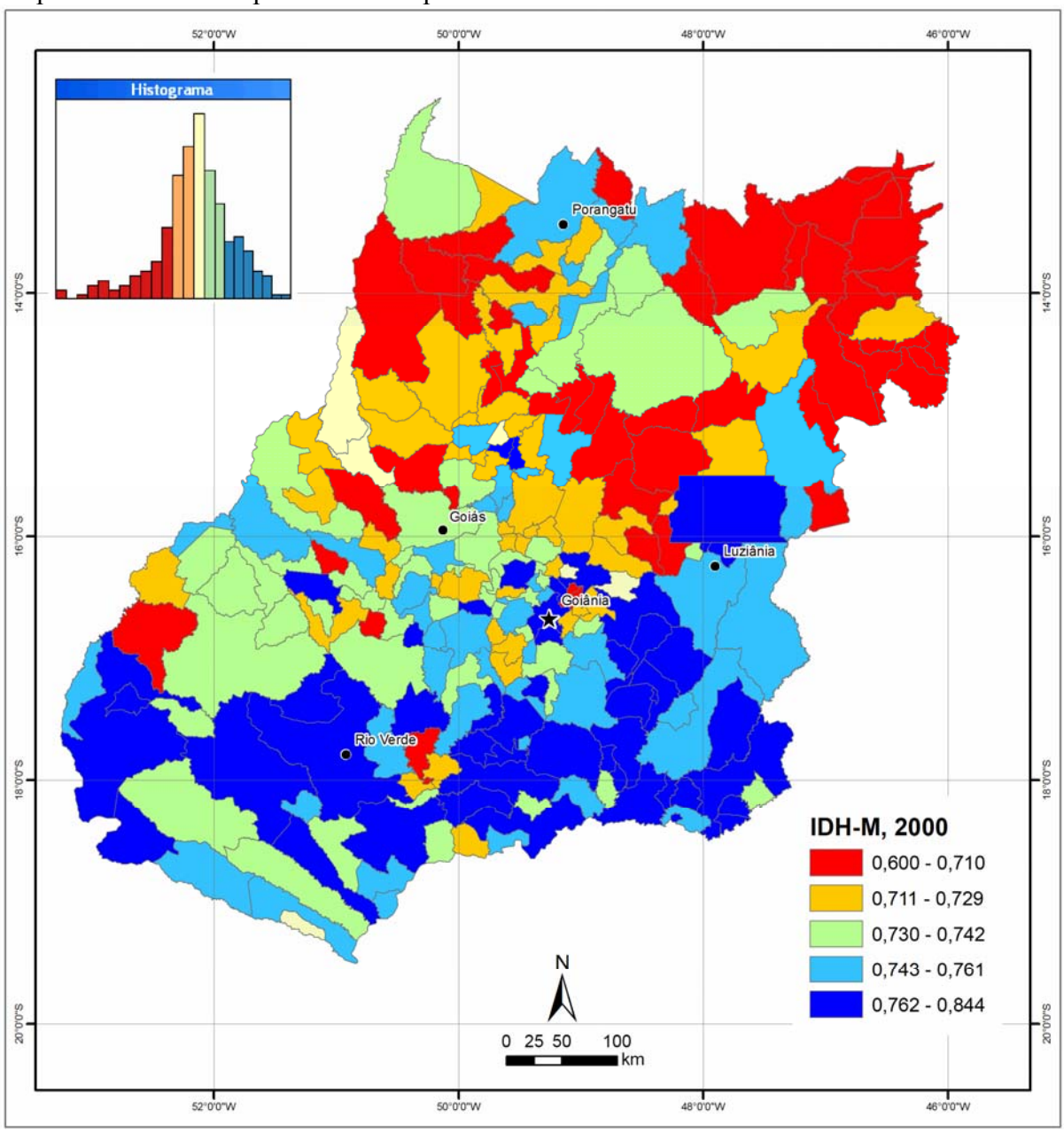
Os principais indicadores socioeconômicos do Eixo Brasília–Goiânia são:

- População: 5,3 milhões de habitantes
- Crescimento médio da população: 3,41% ao ano

[12] Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM

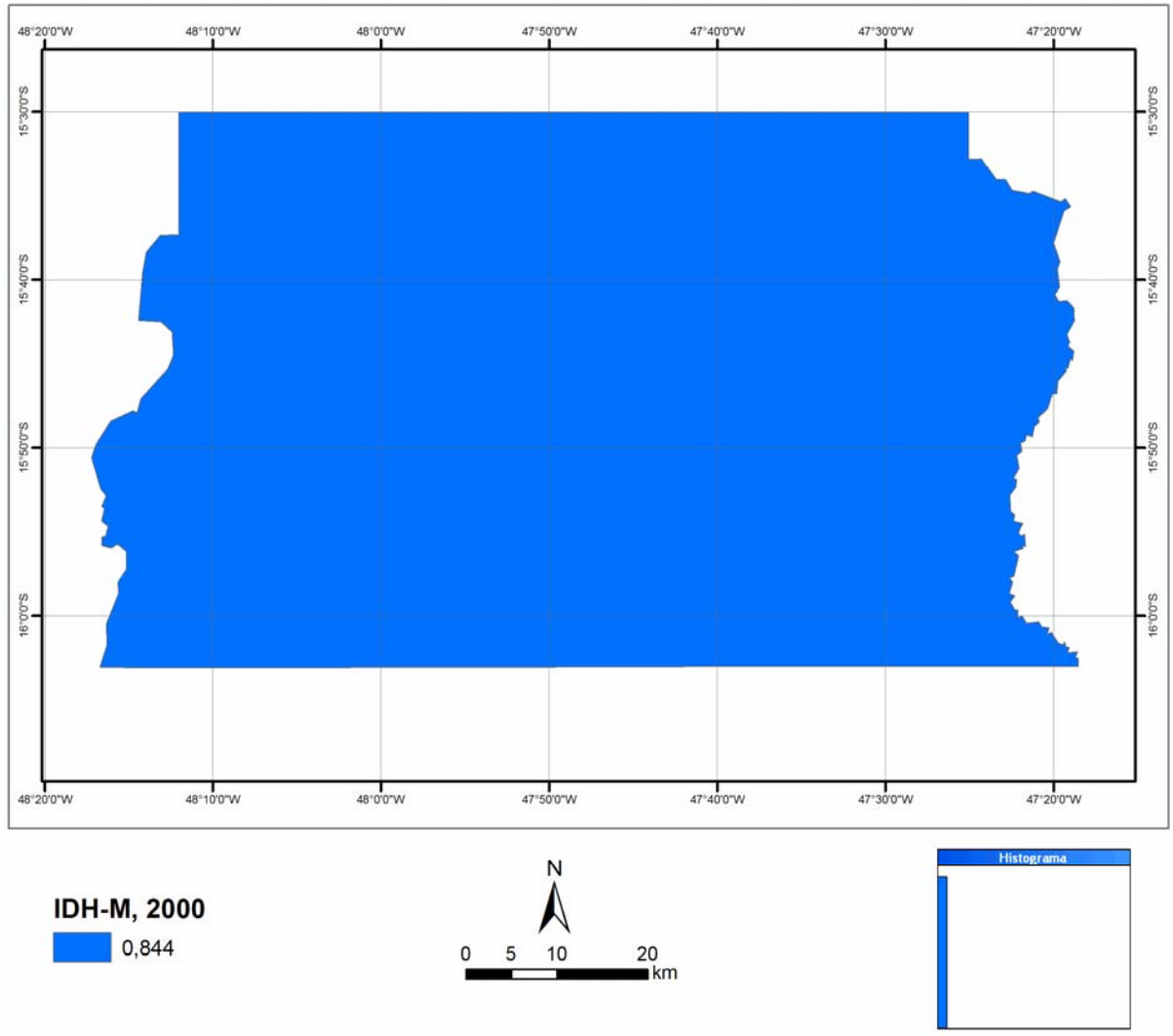
- Produto Interno Bruto (ano 2000): R$ 41 bilhões/ U$ 22,5 bilhões
- Renda Per Capita (ano 2000): R$8.436,00/ US$ 4.613,00
- IDH – Goiás 0,744/ Distrito Federal 0,844

Mapa 04: IDH Municipal dos Municípios Goianos 2000



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, PNUD/ IBGE, IPEA, 2000.

Mapa 05: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal no Distrito Federal 2000



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, PNUD/ IBGE, IPEA, 2000.

As principais forças de atração de investimentos para a região são:

- Excelente infra-estrutura rodoviária interligando as cabeças de rede às demais regiões do Brasil;
- Aeroporto Internacional em Brasília, além de aeroporto doméstico de médio porte em Goiânia e a base área militar de Anápolis;
- Ramal ferroviário interligando a região aos principais portos do Centro-Sul do Brasil;
- Eficiente sistema de telecomunicações;

- Interligação à rede de Furnas Centrais Elétricas com excelente capacidade de suporte;
- Ramal do gasoduto Brasil-Bolívia (gás natural);
- Número razoável de rodovias locais interligando pequenos, médios e grandes municípios;
- Disponibilidade de mão-de-obra qualificada decorrente da existência de inúmeras instituições de ensino superior e técnico federal e privado;
- Existência de importantes centros universitários e de pesquisa: Universidade de Brasília, Universidade Federal de Goiás, Embrapa, Ibama, Universidade Estadual de Goiás, Universidades Católicas e privadas;
- Localização privilegiada no centro do país;
- Centro de decisões políticas do país;
- Estrutura do Governo Federal: consumidor de bens e serviços;
- Mercado consumidor com excelente nível de renda;
- Taxas crescentes de investimentos e crescimento econômico;
- Políticas de incentivos fiscais e apoio aos investidores;
- Diversidade produtiva: grandes áreas de produção agropecuária e industrial;
- Oferta de crédito para implantação de projetos (Fundo Constitucional do Centro-Oeste).

As principais cidades do eixo apresentam as seguintes vantagens locacionais:

Brasília

- Centro de decisões políticas e econômicas;
- Sede de empresas públicas e privadas;
- IDH comparável a países ricos;

- Mercado consumidor de alto poder aquisitivo;
- Universidades e centros de pesquisa;
- Porto seco;
- Infra-estrutura urbana com excelentes indicadores;
- Aeroporto internacional (o terceiro em movimento de passageiros do país);
- Políticas de incentivo à instalação de grandes, médias e pequenas empresas.

Goiânia

- Mercado consumidor com significativo poder de compra;
- Rede de ensino de excelente qualidade;
- Centro médico de renome internacional (oftalmologia);
- Índices elevados de crescimento econômico;
- Centro político do Estado de Goiás.

Anápolis

- Pólo de indústria farmacêutica;
- Porto seco;
- Entroncamento rodoferroviário;
- Terceiro maior distrito industrial do Brasil;
- Centro estratégico de empresas atacadistas.

Pelo fato de sediar a capital do país, o Distrito Federal detém condição única por ter em seu território um conjunto de empresas públicas e privadas que impulsionam a economia. O fato de ser centro de decisões políticas e de concentrar recursos financeiros e técnicos transforma-no em pólo de desenvolvimento na Região Centro-Oeste.

O Distrito Federal apresenta conjunto de fatores que atraem investimentos nacionais e internacionais para seu território. O Governo do Distrito Federal instituiu na década de 1990 programa de desenvolvimento econômico por meio de pólos produtivos, aproveitando ao máximo as potencialidades da região, gerando emprego e renda e novas espacialidades.

No período de 1999 a 2003, inúmeros incentivos e facilidades foram oferecidos a empresas nacionais e internacionais mediante o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável -Pró-DF. Essa política de desenvolvimento atraiu 4.412 empresas para o Distrito Federal. Segundo dados do GDF (2004) foram gerados cerca de 30 mil postos de trabalho direto e 44 mil indiretos.

Em 2004, o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável teve a sua segunda fase lançada. O programa consiste na oferta de incentivos fiscais para empresas que queiram abrir filiais no Distrito Federal. Esse programa é financiado pelo Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal – Fundefe, operacionalizado pelo Banco de Brasília – BRB, como pode ser compreendido na citação abaixo:

Os principais investimentos do Pró-DF são direcionados aos seguintes setores, (GDF, 2004):

- Pólo de Moda;
- Cidade Digital;
- Parque Industrial de Semicondutores;
- Pólo JK de Indústrias e Empresas de Logística;
- Pólo Exportador/ Porto Seco do Distrito Federal;
- Pólo Atacadista.

Segundo informa a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (SDE-DF) (2007)[13]:

> Até o ano de 2003, vigorou no Distrito Federal o Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável (Lei 2.427-DF), denominado Pró-DF, que beneficiou 4.412 empresas, das quais 800 já estão efetivamente operando e muitas outras em fase de instalação. A partir do exercício de 2004, está sendo aplicado o Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo (Pró-DF II), definido na Lei 3.196-DF, de 29 de setembro de 2003, que concede incentivos fiscais e econômicos a empresas que se instalarem em Brasília e nas suas cidades-satélites. A SDE prevê que o novo Programa deverá canalizar para o Distrito Federal investimentos privados da ordem de R$ 3 bilhões. A grande novidade do Pró-DF II é o Regime Compensatório de Competitividade. Na prática, significa que, se uma empresa não participante do Programa e já estabelecida no Distrito Federal for comprovadamente prejudicada por concorrente beneficiada pelo Pró-DF II, esta empresa passará a ter direito aos mesmos benefícios concedidos à outra.
>
> O coração do primeiro Pró-DF, ou seja, o incentivo creditício, que financia até 70% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) devido, com juros reduzidos e 15 anos de carência, foi mantido. No entanto, foi estendido esse benefício ao Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), favorecendo também os prestadores de serviços no Pró-DF II. Em relação aos benefícios fiscais, o Pró-DF II manteve isenções do projeto anterior referentes ao Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), com redução da base de cálculo de até 100%. O novo programa apresenta como principais novidades a redução do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para veículos de transporte, por dois anos, e da Taxa de Limpeza Pública (TLP), por cinco anos.
>
> O Pró-DF II manteve a possibilidade da concessão de terrenos para a instalação de empreendimentos, estabelecendo exigências relativas a prazos de pagamento e carência, com descontos de até 95% nos preços dos lotes fornecidos pela Terracap, empresa estatal. Está definido, também, que o Banco de Brasília (BRB) será o agente financeiro encarregado de oferecer linha de crédito para as micro e pequenas empresas, com juros abaixo dos praticados no mercado, mobilizando recursos do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal (Fundefe). A previsão é de que, até 2006, sejam criados entre 45 mil e 50 mil empregos.
> Empresas interessadas em se instalar no Distrito Federal contam, a partir do exercício de 2004, com o Pró-DF II – Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do DF. Para atrair investimentos, o Governo do DF concede incentivos, como benefícios fiscais, tributários, econômicos, tarifários, creditícios (capital de giro e financiamento para implantação de projetos), infra-estrutura e capacitação profissional, entre outras formas de apoio.

O Pólo de Moda encontra-se instalado na Região Administrativa X (dez): Guará, sendo constituído por cerca de 150 empresas de confecções e afins. Esse setor

[13] www.sde.df.gov.br/003/00301009.asp?ttCD_CHAVE=47844 acessado em março de 2007.

produtivo encontra mais de 460 empresas em todo o Distrito Federal, colocando Brasília como importante pólo de produção e exportação de moda no Brasil.

As empresas de Brasília criaram o consórcio "Flor Brasil" com o objetivo de criar uma marca e facilitar as exportações, principalmente para os países da União Européia. O pólo de moda do Distrito Federal atende tanto o mercado interno quanto o internacional, sendo a produção de roupas de banho e *lingerie* os principais produtos exportados.

Brasília é hoje o terceiro maior consumidor de produtos de informática do Brasil. Esse fato deve-se à concentração de empresas públicas federais, as maiores consumidoras desses produtos, responsáveis por cerca de 30% da demanda nacional.

Estimativas do Fundo de Apoio à Pesquisa do GDF (2004) revelam que o mercado de produtos de informática no Distrito Federal movimenta cerca de US$2,5 bilhões (R$ 7,5 bilhões) ao ano. Atualmente, a maior parte desses recursos é transferida de Brasília para outras unidades da federação, devido ao fato de que as empresas públicas compram esses produtos e repassam-nos para estados e municípios. O mercado consumidor local de artigos domésticos de informática também é significativo, movimentando cerca de US$ 250 milhões ao ano.

O Governo do Distrito Federal criou o Projeto Cidade Digital para expandir e consolidar esse segmento de mercado. O objetivo é atrair e instalar grandes, médias e pequenas empresas do setor de informática. Na atualidade, o Distrito Federal exporta nesse segmento cerca de US$1,57 milhões (ano 2004). Com a implantação desse projeto, espera-se que as vendas de *software* para outros estados e países ultrapasse US$ 3,3 milhões ao ano, gerando entre 20 e 25 mil empregos diretos e indiretos.

A existência de instituições públicas e privadas de ensino com a oferta de cursos técnicos e de nível superior, bem como a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias garantem a oferta de mão-de-obra qualificada.

Dados de 2007 indicam a existência de 32 cursos de graduação no Distrito Federal e 22 nos municípios goianos, destacando-se Goiânia com oito cursos. No que se refere à pós-graduação, encontram-se duas importantes instituições de ensino superior que oferecem cursos de mestrado e doutorado: o de ciência da computação da Universidade de Brasília – UnB e o da Universidade Federal de Goiás em Goiânia.

O segmento de desenvolvimento de *software* abrange cerca de 700 empresas locais que prestam serviços também na criação de bancos de dados, programas de administração de empresas, produção e manutenção de arquivos de documentos e identificação de documentos. Essas empresas exportam esses produtos e serviços para outros países da América do Sul.

A estratégia de criação da Cidade Digital combina esforços para a integração de um sistema de empresas do segmento de informação com outros setores da economia, bem como o estabelecimento de incubadoras de novas empresas e construção de edifícios e condomínios empresariais com capacidade para sediar empreendimentos que façam uso intensivo de novas tecnologias.

Conforme diz o Correio Brasiliense (2006)[14]:

> O projeto de lei que retira uma área do Parque Nacional de Brasília e o destina para a Cidade Digital foi sancionado na noite desta quarta-feira pelo presidente em exercício José Alencar. Agora, o projeto da Cidade Digital finalmente poderá sair do papel. Se isso acontecer, o lugar será o primeiro parque tecnológico da região Centro-Oeste. Cerca de duas mil empresas devem se instalar na Cidade Digital. O empreendimento promete trazer para o Distrito Federal mais de 50 mil empregos. Só o pólo de tecnologia e manutenção do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal deve investir mais de R$ 2 bilhões na cidade. Segundo o secretário de Desenvolvimento Tecnológico do Distrito Federal, Izalci Lucas, empresários de países como China, Coréia do Sul e Canadá já demonstraram interesse de instalar suas empresas em Brasília.

[14] www.correioweb.com.br acessado em janeiro de 2006.

Outro projeto importante no setor de tecnologia é o estabelecimento de um pólo de produção de semicondutores e componentes no Distrito Federal. Estima-se que a produção de *chips* e outros componentes eletrônicos irá gerar em média cerca de US$ 2 bilhões por ano.

A Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico do Distrito Federal tem avançado nas negociações para a implantação de empresas transnacionais nesse pólo industrial, tais como: Cisco, Motorola e Intel. O Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID expressou interesse no projeto e aprovou recursos para sua a implantação.

O pólo industrial JK é destinado à implantação de grandes e médias indústrias. A produção dessas empresas é direcionada ao mercado internacional. A Empresa União Química construiu planta industrial de cerca de 87.000 m2, ao custo de US$ 22 milhões, destinada à produção de remédios para o mercado norte-americano. Outra empresa que foi implantada é a Latasa, a qual produz 3,3 milhões de latas de alumínio por dia.

A localização do pólo JK é privilegiada, ficando às margens da BR-040 (saída para as regiões Sudeste e Sul) na Região Administrativa XIII – Santa Maria, em área fronteiriça com os municípios goianos de Valparaíso e Cidade Ocidental. Em área dentro desse pólo encontra-se a Estação Aduaneira do Interior – EADI, o Porto Seco do Distrito Federal, com área construída de 24.000 m2.

O objetivo do Porto Seco é facilitar o carregamento de produtos de exportação. O projeto inicial prevê a construção de corredor de exportação entre os portos de Santos em São Paulo e Vitória no Espírito Santo.

A implantação desse projeto reduz a burocracia e diminui os custos de exportação, aumentando a competitividade e o volume de produtos exportados. Os produtos exportados pelo Porto Seco atualmente são: produtos farmacêuticos, grãos e vestuário originários do eixo Brasília–Goiânia.

O pólo atacadista do Distrito Federal é destinado à distribuição de produtos de consumo de massa, como alimentos, autopeças e remédios. Abrange 980 empresas de diferentes segmentos comerciais, como: pedras preciosas, couro, material de limpeza, equipamentos óticos, alimentos, papel, produtos químicos, café, frutas, algodão, entre outras *commodities*.

Os municípios goianos integrantes do eixo Brasília–Goiânia oferecem potencialidades diferenciadas daquelas oferecidas pelo Distrito Federal. As relações estabelecidas entre os municípios pequenos e de médio porte com as cabeças da rede urbana (Brasília e Goiânia) são complementares e na maioria dos casos de dependência.

De uma maneira ou outra, os municípios menores dependem dos maiores para o desenvolvimento de suas economias locais. Essa sinergia emerge em vários setores da economia local em conseqüência de fatores relacionados ao mercado, à tecnologia, mão-de-obra especializada, entre outros. Segundo informações do GDF (2007)[15]:

> A área destinada ao Pólo tem aproximadamente 200 hectares de extensão e fica na BR-060, perto de Samambaia (saída para Goiânia). Inicialmente, haverá a instalação de 300 empresas no local, em lotes que vão variar de mil a 30 mil metros quadrados. Todas as empresas serão dotadas de ISO 14000, que é o certificado de responsabilidade ambiental, e deverão praticar, entre outras condutas, coleta seletiva do lixo produzido. O local foi escolhido por ser um ponto estratégico no Distrito Federal, possibilitando fácil acesso às entradas e saídas urbanas. Além disso, os veículos pesados, como caminhões e carretas, não precisarão trafegar pelo centro da cidade. Cerca de 100 empresas hoje filiadas ao Sindiatacadista já possuem recursos para construir suas sedes no novo Pólo e aguardam somente a liberação da área para se instalarem. Quando inaugurado, o Pólo Atacadista vai gerar, inicialmente, mais de 25 mil empregos diretos. À medida que outras empresas forem surgindo, esse número sobe para 40 mil. O Sindiatacadista do Distrito Federal, criado em dezembro de 2001, responde por mais de 30% da arrecadação do ICMS no Distrito Federal e representa 38 segmentos da economia, entre os quais o comércio atacadista de gêneros alimentícios, autopeças, drogas e medicamentos. Ao todo, estão cadastrados 980 atacadistas no Distrito Federal, abrangendo ainda segmentos como frutas, tecidos, pedras preciosas, couros, artigos sanitários, materiais ópticos, carnes, jóias, papel, produtos químicos, café, algodão e muitos outros. Empresas atacadistas vão contar, em 2004, com um Pólo especializado no Distrito Federal, correspondente a 200 hectares, para desenvolvimento das suas atividades. Na primeira fase, está prevista a instalação de 300 empresas, em condições modernas de funcionamento, com certificação ambiental e coleta seletiva de lixo.

[15] www.sde.df.gov.br/003/00301009.asp?ttCD_CHAVE=47844 acessado em março de 2007.

Estudos recentes da Secretaria de Planejamento de Goiás (2004) demonstraram que o potencial industrial dos municípios goianos do eixo Brasília–Goiânia é elevado, contemplando a agroindústria, o setor farmacêutico e a pecuária de corte e leite.

Identifica-se que o crescimento econômico de Goiás é baseado no binômio indústria e exportação de *commodities* destinadas tanto aos mercados nacional e internacional.

O Estado de Goiás apresenta notória vocação para o agronegócio. Entretanto, além desse setor o estado detém investimentos significativos no setor farmacêutico, entre outras potencialidades.

Ademais, a instalação de empresas de tecnologia no Distrito Federal também deverá ocorrer nos municípios ao longo do eixo, principalmente naqueles próximos às cabeças de redes e cortados pela BR-060.

Deve ser ressaltado que esses municípios menores enfrentam estágios diferentes de desenvolvimento e isso aparece claramente na análise dos indicadores e dos diferentes setores econômicos.

Encontram-se municípios em que a economia é diversificada e as oportunidades de emprego e renda são maiores, enquanto outros ainda não conseguiram superar a falta de infra-estrutura urbana e a pobreza extrema, como poderá ser observado na caracterização dos municípios *a posteriori*.

A tabela 10 mostra os pólos industriais existentes nos municípios goianos do eixo Brasília–Goiânia e destaca as principais características e aspectos relacionados à infra-estrutura que são fatores locacionais de atração.

Tabela 10: Pólos Industriais do Eixo Brasília–Goiânia: Estado de Goiás (Ano 2004)

Cidade	Número de empresas instaladas em 2002	Área (hectares)	Características	Infra-estrutura
Inhumas	2	45,67	Distrito Agroindustrial	Rodovias pavimentadas e EIA/ RIMA aprovado
Luziânia	14	150,00	Distrito Agroindustrial	Rodovias pavimentadas, abastecimento de água, linhas elétricas e telefônicas, edifícios para administração, títulos de propriedade da terra regulares e EIA/ RIMA aprovado.
Anápolis	150	879,47	Distrito Agroindustrial/ Pólo Farmacêutico e Químico	Rodovias pavimentadas, abastecimento de água, tratamento de esgoto, linhas elétricas e telefônicas, edifícios para administração, tratamento de água, títulos de propriedade da terra regulares e EIA/ RIMA aprovado, correios, bancos, postos policiais e urbanização do DI.
Aparecida de Goiânia	32	122,00	Pólo Tecnológico e Metalúrgico	Rodovias pavimentadas, abastecimento de água, linhas elétricas e telefônicas, edifícios para administração, títulos de propriedade da terra regulares e EIA/ RIMA aprovado, drenagem pluvial.
Goianira	20	41,43	Distrito Agroindustrial/ Pólo Calçadista	Rodovias pavimentadas, linhas elétricas, edifícios para administração, EIA/ RIMA aprovado, drenagem pluvial.
Senador Canedo	4	103,64	Couro/ Pólo Calçadista	Rodovias pavimentadas, linhas elétricas, tratamento de esgoto.
	4	17,63	Pólo Vestuário	Rodovias pavimentadas, linhas elétricas, condomínio industrial.

Fonte: SEPLAN – GO 2004.

Como já foi mencionado, o Estado de Goiás tem em suas origens a vocação agropecuária e detém importantes áreas produtoras de grãos e rebanhos. A agroindústria é opção natural para a diversificação econômica desse estado e da Região Centro-Oeste adicionando valor as *commodities*, especialmente grãos, carne, laticínios, entre outros.

A agroindústria é o principal segmento de expansão da economia goiana e cinco pólos industriais do eixo Brasília–Goiânia são destinados a esse setor.

A indústria farmacêutica tem ganhado importância em Goiás, especialmente mediante a política de incentivos para a produção e comercialização de medicamentos genéricos. A principal região produtora é o Pólo Farmacêutico e Químico de Anápolis, situado no Distrito Agroindustrial de Anápolis – DAIA. O Distrito Federal também apresenta pólo desse segmento.

Há também o pólo tecnológico e metalúrgico de Aparecida de Goiânia, município integrante da Região Metropolitana de Goiânia. Outros dois pólos fazem parte dessa mesma aglomeração: o de Senador Canedo e o de Goianira. O primeiro relaciona-se à indústria do couro e o segundo à indústria calçadista.

A indústria do vestuário apresenta crescimento considerável nos últimos anos, não apenas na capital Goiânia, mas também em vários municípios. O governo do Estado de Goiás tem estimulado investimentos na criação de pólos industriais de vestuário no interior do estado. O primeiro deles localiza-se em Senador Canedo.

A Região Centro-Oeste tem considerável potencial turístico, especialmente em imensas áreas naturais preservadas ou pouco alteradas pela ação antrópica. Esse recurso natural é oportunidade para o desenvolvimento do ecoturismo, esportes radicais e pesquisas científicas. Destaca-se também como potencial relevante da região a existência de cidades históricas, manifestações populares e religiosas e uma cultura rica e diversificada.

Outra possibilidade de desenvolvimento das potencialidades turísticas na região é a promoção de sinergias entre eventos e turismo de negócios. Brasília e Goiânia são importantes locais de eventos e convenções atendendo público de alto poder aquisitivo.

Além do grande número de atrativos e potencialidades existentes no eixo Brasília–Goiânia deve ser levado em consideração que as cabeças da rede são portas de entrada e suporte para outras regiões turísticas do Centro-Oeste, tais como: o Pantanal de Mato Grosso, a Chapada dos Guimarães em Mato Grosso, a Chapada dos Veadeiros e o Parque Nacional das Emas em Goiás e as cidades históricas de Goiás, Pirenópolis, Luziânia, Formosa, entre outras.

O debate sobre o processo de desenvolvimento e o papel dos municípios na dinâmica regional tem crescido tanto no meio acadêmico quanto na proposição de

políticas públicas. Essa discussão sobre a interiorização do desenvolvimento é centenária, e cabe ressaltar que as primeiras propostas concretas nesse sentido desenvolveram-se no Governo Vargas (anos 30) com a "Marcha para o Oeste".

Diversas políticas serão discutidas nesse trabalho, porém até os dias atuais a necessidade de expandir o "eixo dinâmico" do Sudeste e Sul do país para o interior ainda se faz necessária.

O eixo Brasília–Goiânia, e mais especificamente o Distrito Federal, tem alcançado papel de destaque no cenário regional brasileiro. Deve-se destacar que tanto Brasília quanto Goiânia são projetos de "modernização" da região e tentativas de dinamizar o Centro-Oeste. Depreende-se da discussão feita até esse momento que essa rede urbana regional tem papel de destaque e capacidade imensa de expansão sobre outros sistemas urbanos.

Outra constatação é a de que o Estado é o grande responsável pelo processo de desenvolvimento da região. Na realidade, a discussão sobre a questão regional deve levar em conta que o Estado tem papel fundamental no cenário regional brasileiro e que mesmo depois de todo o debate sobre a redefinição desse papel ou sobre a falência das estruturas estatais, o Estado ainda é peça essencial na análise do desenvolvimento regional brasileiro.

O fato de sediar o Governo Federal faz com que o Distrito Federal apresente capacidade de dinamizar a economia regional em larga escala, promovendo a integração com outros municípios, a economia nacional e as redes do mundo globalizado. Os recursos a serem utilizados são inúmeros e as limitações não conseguem bloquear esse processo.

É importante observar que tanto o Distrito Federal quando o Estado de Goiás aceitam investimentos de empresas do exterior e do próprio país e que a disputa fiscal é uma realidade no Brasil. Essas duas unidades da federação oferecem inúmeras facilidades e benefícios às empresas que se instalem em seu território.

Castells (2004, p. 15) diz que o mundo globalizado "competentemente reflete o verdadeiro alvo das mudanças socioeconômicas que é a transformação". (tradução nossa)

Segundo a SEPLAN-GO e a Secretaria de Articulação para o Desenvolvimento do Entorno (2004), a proposta de institucionalização de eixo de desenvolvimento entre Brasília e Goiânia leva em conta as seguintes premissas: a região tem o perfil para receber recursos provenientes de investidores nacionais e internacionais por meio da relocação de empresas tanto do setor agroindustrial quanto de serviços e existem políticas oficiais de fomento que oferecem oportunidades para tanto.

Há esforço por parte de diversos segmentos dos governos estadual, distrital e federal, da iniciativa privada e de centros de ensino superior e pesquisa no sentido de implantar, apoiar e dinamizar políticas de desenvolvimento regional que estabelecem base capaz de redefinir um novo cenário regional.

A expansão da economia brasileira tendo ainda como eixo dinâmico o Sul/Sudeste insere "novas regiões" no mundo globalizado. A Região Centro-Oeste absorve parte significativa de novos investimentos e tem passado por um crescimento significativo nas últimas décadas.

O eixo Brasília–Goiânia apresenta posição estratégica e papel importante no novo cenário regional, com o estabelecimento de *clusters* compreendendo extensas áreas de cultivo e criação de animais, distritos industriais, pólos tecnológicos, instituições de ensino e pesquisa.

As cidades de Brasília, Goiânia e Anápolis já apresentam aspectos característicos da formação de *clusters* como:

- Diversidade de atividades econômicas;
- Existência de pólos industriais;
- Localização privilegiada no centro do país;
- Existência e formação de mão-de-obra qualificada;
- Produção agropecuária competitiva;
- Existência de instituições de ensino e pesquisa.

Esses aspectos caracterizam o eixo Brasília–Goiânia como um sistema urbano-regional em expansão com inúmeras alternativas de crescimento econômico e populacional, atração de investimentos e incontáveis possibilidades de uso do território, sendo o turismo uma atividade a ser compreendida e que será trabalhada no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4.

OS TERRITÓRIOS CONSOLIDADOS DO TURISMO NO EIXO BRASÍLIA –GOIÂNIA: OS MUNICÍPIOS TURÍSTICOS.

O presente capítulo busca identificar os principais aspectos que caracterizam o turismo nos municípios do eixo Brasília–Goiânia. A análise dos indicadores da metodologia do inventário da oferta turística da Organização Mundial do Turismo (2001) possibilitou a caracterização e definição dos municípios de Alexânia, Pirenópolis e Corumbá de Goiás como municípios turísticos.

A aplicação da metodologia do inventário da oferta turística identifica e quantifica os aspectos relevantes do turismo nos municípios. É um conjunto de três grandes blocos de informações subdivididos em formulários específicos na seguinte ordem: 1) informações gerais do município (informações básicas, meios de acesso, sistemas de comunicação, sistemas de segurança, sistema médico-hospitalar, sistema educacional, outros serviços e equipamentos de apoio), 2) infra-estrutura do turismo (serviços e equipamentos de hospedagem, gastronomia, agenciamento, transporte turístico, eventos, lazer e entretenimento e outros serviços e equipamentos turísticos) e 3) atrativos (culturais, naturais, atividades econômicas, atrações técnicas, científicas e artísticas e eventos permanentes).

Municípios turísticos são aqueles onde a atividade turística encontra-se estruturada sob a forma de órgão público de gestão e associações do setor privado. O município configura-se, então, como destino turístico comercializado e integrante de propostas de comercialização feitas por agências ou empresas correlatas.

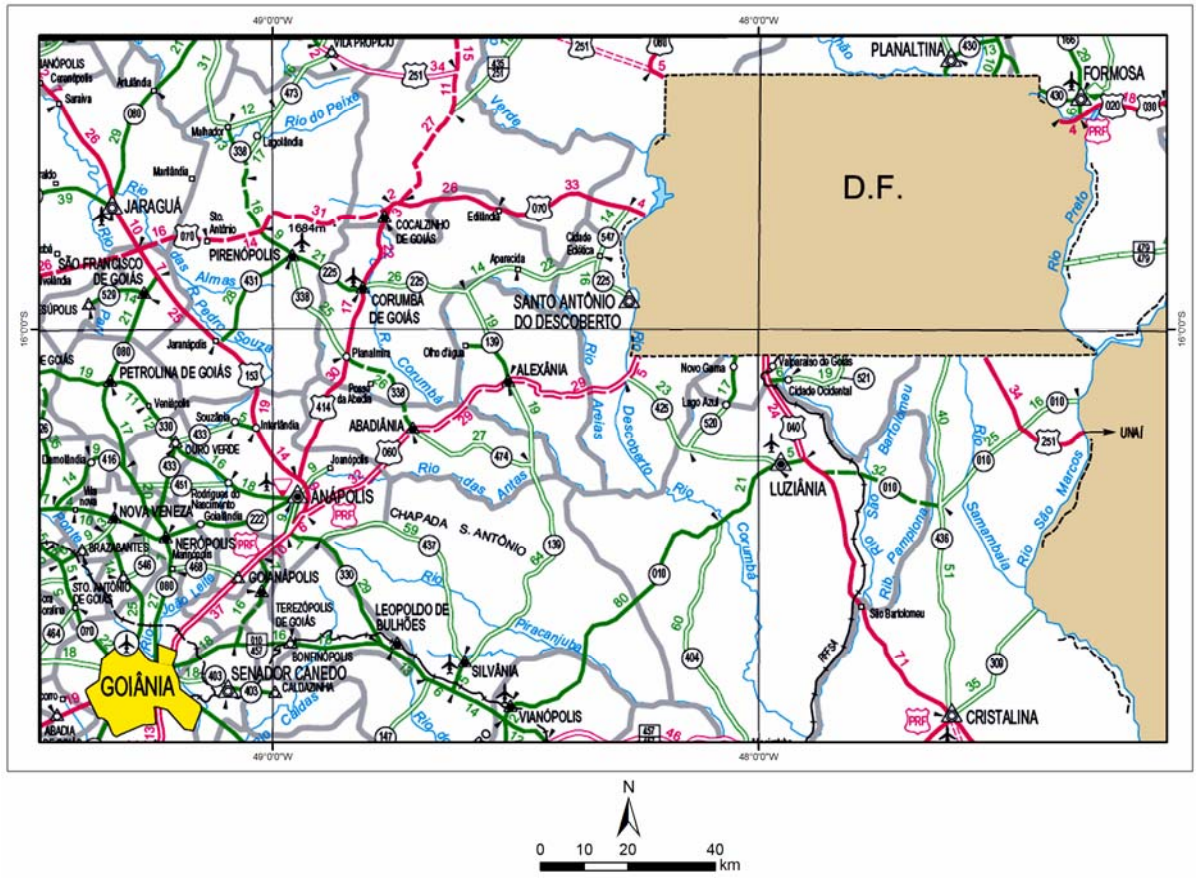
É o nível de desenvolvimento comercial da atividade turística que habilita o município para a elaboração e proposição de políticas públicas para o setor. O fato de os três municípios constarem do programa Roteiros do Brasil é outro indicador que ratifica a importância da atividade para a realidade local.

O turismo enquanto atividade econômica representa, portanto para esses municípios, relevante fonte geradora de emprego e renda. Verifica-se a existência de fluxo turístico contínuo ao longo do ano bem como a existência de infra-estrutura de apoio (hospedagem, gastronomia, agenciamento, comércio local voltado ao atendimento das necessidades dos turistas, transporte e eventos) e atrativos explorados.

Entre os sete municípios pesquisados, três deles apresentam atributos que configuram o nível de desenvolvimento requerido, portanto foram considerados como turísticos. No transcorrer desse capítulo iremos definir a localização geográfica, caracterizar o turismo local e discorrer sobre o estágio de desenvolvimento da atividade, identificando atores e os usos e possibilidades dessa prática.

A ordem de apresentação aqui proposta obedece ao critério da maior representatividade para o turismo regional. Desse modo, o primeiro município a ser analisado será Pirenópolis, seguido de Corumbá de Goiás (ambos encontram-se distantes cerca de 18 km pela GO-225), os quais se integram à Brasília e Goiânia por meio das BR-070, BR-153 e BR-060, como pode ser observado na figura 01.

Figura 01: Mapa Rodoviário do Estado de Goiás e Distrito Federal 2007



Fonte: http://www.pirenopolis.com.br/arquivos/goias.pdf , em 31 de maio de 2007, às 11h17min.

Entre todos os municípios pesquisados, Pirenópolis foi aquele que apresentou a maior quantidade de empreendimentos, atrativos e número de visitantes, constituindo-se como o "principal" destino turístico do eixo Brasília–Goiânia. Corumbá de Goiás, município vizinho de Pirenópolis, integra o conhecido "Roteiro Turístico dos Pireneus" [16] composto de três municípios lindeiros a esse conjunto de relevo, e também o "Roteiro do Ouro"[17], este último incorporando um número maior de municípios (figura 01).

[16] A proposição do "Roteiro dos Pireneus" encontra-se ainda em fase de elaboração, sendo uma proposta de três municípios Pirenópolis, Corumbá de Goiás e Cocalzinho de Goiás.

[17] O "Roteiro do Ouro" foi definido pela Agetur-GO, no ano de 2003, e é composto pelos seguintes municípios: Abadiânia, Alexânia, Cidade de Goiás, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Jaraguá, Olhos D'Água, Pirenópolis e Vila Propício. Destaca-se que Olhos D'Água é distrito de Alexânia.

Figura 02: Roteiro do Ouro



Fonte: http://www.goiasbrasil.tur.br/Agetur/pdfs/ouro.pdf , em 31 de maio de 2007, às 11h31min.

Enquanto Pirenópolis optou por uma maior seletividade do fluxo, aumentando preços e buscando um turista de padrão de renda mais elevado, Corumbá escolheu um turismo de preços menores, criando ao longo do rio de mesmo nome um complexo de clubes e pousadas de apelo popular.

O terceiro município analisado nesse capítulo será Alexânia, que mostra outros aspectos do turismo regional. Atravessado pela BR-060, observa-se que o desenvolvimento deste município é fortemente influenciado pelo fluxo da rodovia e pelo atendimento às demandas geradas pelo Distrito Federal.

Identificou-se o papel pioneiro desse município, que recebeu o primeiro clube de lazer da região, o Clube Nova Flórida criado em 1960, bem como o destaque dado à organização da pequena produção agrícola, direcionada, no atual momento, para o turismo e a expansão dos condomínios de lazer.

Destaca-se a organização da comunidade local no que se relaciona ao desenvolvimento da atividade produtiva e o papel da prefeitura local nesse processo. A existência de diversos condomínios e propriedades particulares configurados como moradia de final de semana ou uso de lazer é outro aspecto que diferencia Alexânia dos demais municípios.

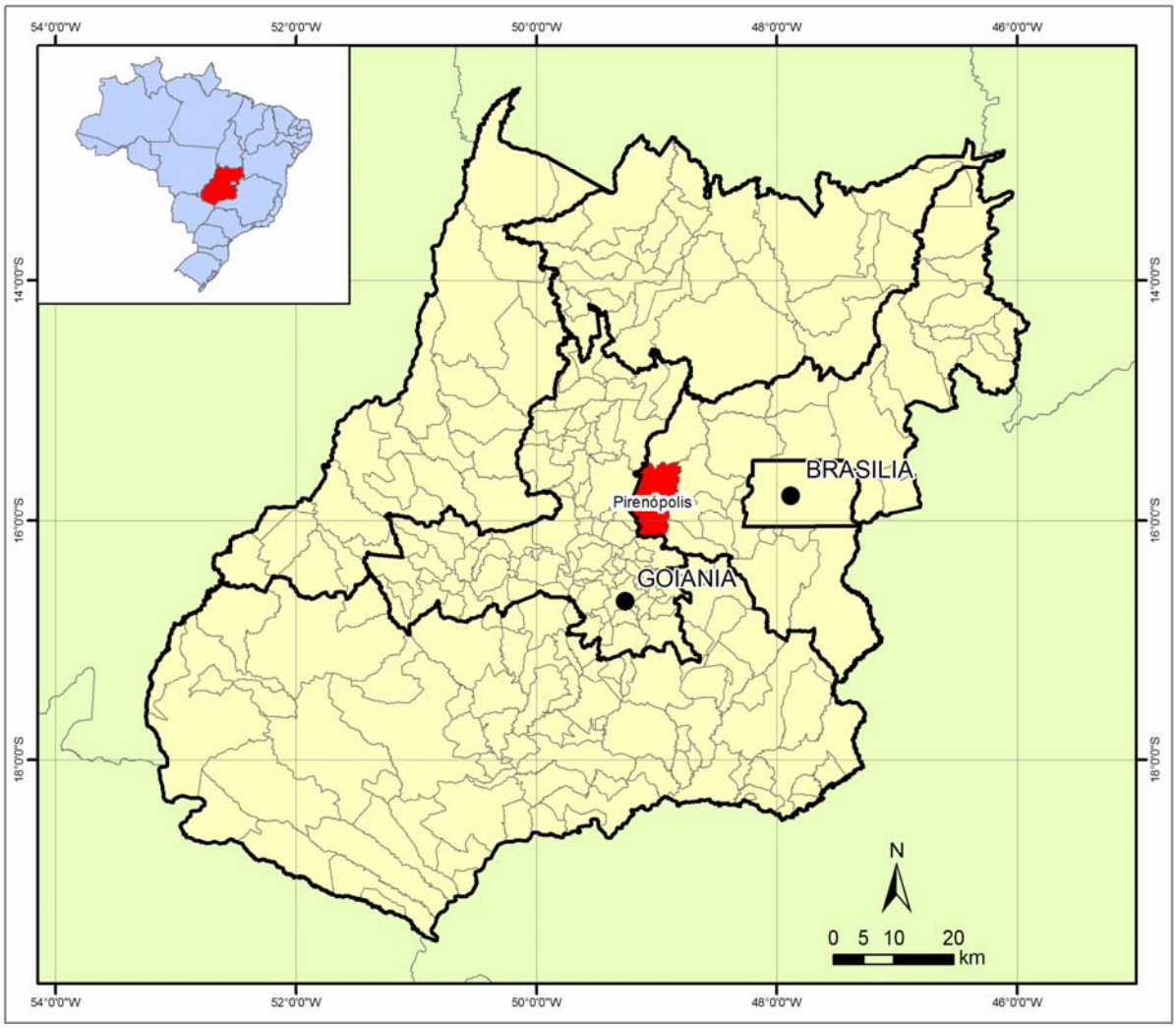
Considera-se que a criação do lago artificial da Usina Hidroelétrica de Corumbá IV irá incrementar ainda mais esse tipo de ocupação do espaço, haja visto que o plano diretor do empreendimento contempla a criação de novos condomínios e de áreas especiais para implantação de clubes, *resorts*, entre outros equipamentos de hospedagem. Portanto, o processo de produção do espaço e de novas territorialidades não é estático e a dinâmica de desenvolvimento regional é veloz. Novas formas, novos usos, novas territorialidades misturam-se às rugosidades do passado, oferecendo ao pesquisador uma temática rica a ser explorada.

4.1 Pirenópolis: o principal destino turístico do eixo Brasília–Goiânia.

4.1.1 Breve Caracterização

Pirenópolis, município do Estado de Goiás, localizado na microrregião do Entorno de Brasília e mesorregião do Leste Goiano, como pode ser observado no mapa 06. A fundação do núcleo urbano data de 07 de outubro de 1727 (Ciclo do Ouro) e a lei de criação do município foi homologada por Decreto Imperial em 10 de julho de 1832.

Mapa 06: Localização do município de Pirenópolis - Goiás



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Piren%C3%B3polis, em 15 de janeiro de 2007, às 15h35min.

A área territorial do município é de 2.227,793 km2, situada entre os 14º e 16º paralelos de latitude sul e os meridianos 48º e 49º de longitude oeste. A sede municipal encontra-se localizada a 130 km da capital Goiânia e a 150 km de Brasília.

O território do município de Pirenópolis limita-se com os seguintes municípios vizinhos: ao norte Vila Propício; ao sul Anápolis e Petrolina de Goiás; a leste Cocalzinho de Goiás e Corumbá de Goiás; e a oeste São Francisco de Goiás, Jaraguá e Goianésia. O município faz parte da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE e está em área de influência direta de Brasília.

O município possui 10 distritos: Bom Jesus (75 hab), Capela do Rio do Peixe (250 hab), Caxambu (500 hab), Goianópolis (370 hab), Índio (411 hab), Jaranápolis (1.070 hab), Lagolândia (500 hab), Placa (150 hab), Radiolândia (820 hab) e Santo Antônio (180 hab).

A BR-070 é a principal via de ligação do município a Brasília por meio dos municípios de Corumbá e Cocalzinho de Goiás e das rodovias GO-225 e GO-338. A BR-414 comunica Pirenópolis com a BR-153 (Belém–Brasília) e Anápolis/ Goiânia.

O município de Pirenópolis contava no último censo demográfico (2000) com uma população total de 21.245 habitantes. A estimativa para o ano de 2005 feita pela Sepin-GO é de uma população em torno de 21.241 habitantes, como pode ser verificado na tabela 11. Pela análise dos dados percebe-se que não há efetivo crescimento demográfico no município e a existência de êxodo rural em direção à sede municipal.

Tabela 11: Pirenópolis – Goiás: Evolução Demográfica do Município (1991-2005)

	População residente segundo sexo e distribuição urbana e rural				
	Total	Homens	Mulheres	Urbana	Rural
1991	21.068	-	-	9.277	11.791
2000	21.245	10.049	10.196	12.475	8.770
2005	21.241	11.048	10.193	-	-

Fonte: Censo Demográfico do IBGE: 2000.
Dados 2005: projeção feita pela Sepin-GO

A migração de habitantes da zona rural para o núcleo urbano do município é um fenômeno explicado pela baixa geração de emprego e absorção de mão-de-obra no setor agropecuário na Região Centro-Oeste. A mecanização da atividade rural e outras formas de geração de emprego e renda (turismo rural com base familiar) e as facilidades de deslocamento entre o campo e a cidade levam ao processo de êxodo rural aqui descrito.

A análise dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE revela um aumento expressivo da população urbana. É no núcleo urbano do município e em suas áreas próximas que se encontram as principais fontes de geração de emprego em Pirenópolis: o turismo e a extração de pedras ornamentais.

Os indicadores da tabela 12 relativos aos serviços de saneamento básico e moradia apontam qualidade de vida bem acima da média daquela observada nos municípios do entorno do Distrito Federal. Em relação ao fornecimento de água potável verifica-se um índice acima de 80% dos domicílios atendidos por esse serviço, o qual está sob responsabilidade da empresa Saneago - GO.

A zona rural ainda detém uma quantidade expressiva de fornecimento de água mediante poços artesianos, nascentes e cisternas, realidade que explica os 20% de domicílios ainda não atendidos por esse serviço. Praticamente toda a área urbana e uma parte significativa da zona rural são atendidas por rede de distribuição de água. O município não possui sistema de tratamento de esgotos domésticos, sendo esses efluentes lançados em fossas sépticas ou diretamente no Rio das Almas, a jusante da área urbana.

Os indicadores de energia elétrica e coleta de lixo estão acima de 90%. Porém, o município não possui coleta seletiva de lixo nem tratamento/reciclagem dos resíduos produzidos, que são lançados em aterro controlado fora do perímetro urbano e de unidades de conservação.

Quanto à existência de favelas, cortiços, ocupações irregulares e outras formas de domicílios subnormais, a tabela 12 demonstra a inexistência desses tipos de ocupação no município. O fato de ser um município de população relativamente pequena e a uma distância superior a 100 km de Goiânia e Brasília impede o aparecimento desse tipo de moradia.

Tabela 12: Pirenópolis - Serviços de Saneamento Básico e Moradia (ano 2000)

Serviços	Pirenópolis
Pessoas vivendo em domicílios com água encanada	80,39%
Pessoas vivendo em domicílios com energia elétrica	92,44%
Pessoas vivendo em domicílios com coleta de lixo	97,37%
Pessoas vivendo em domicílios subnormais	0,00%

Fonte: Pnud/ IPEA/ IBGE – Novo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Grande parte dos municípios brasileiros tem deficiências no que se refere à destinação dos resíduos produzidos pelas áreas urbanas, tanto os sólidos quanto os efluentes. O serviço de abastecimento de água potável é considerado pela SEPLAN-GO (2005) como satisfatório, porém a destinação dos resíduos configura-se como um grave problema, tanto no que diz respeito à coleta como ao tratamento para posterior retorno aos cursos hídricos da região.

De acordo com os dados da tabela 13 à população atendida com água potável o município de Pirenópolis apresenta um indicador de 95,39%; acima do índice do Estado de Goiás que foi de 63,88%. No que diz respeito ao destino do lixo coletado o que se constatou é que 57,92% dos resíduos são depositados em lixão municipal, enquanto 42,08% têm outra destinação: seja a queima ou enterramento em propriedade privada, seja o despejo em terrenos baldios, em rios ou em outras áreas sem tratamento.

O Plano Diretor de Pirenópolis apresenta em seu conteúdo preocupação com a destinação e tratamento do lixo coletado e prevê a construção de uma usina de tratamento de lixo e outra de esgoto. A usina de tratamento de esgoto já se encontra em

construção e deve atender à área urbana, haja visto que a maioria da população descarta os seus efluentes em fossa séptica.

Tabela 13: Região dos Pireneus - Saneamento Básico (2000-2004)

Saneamento Básico: População atendida por água, esgoto e destino do lixo – 2000 a 2004.

Municípios	População atendida (%) 2004		Destino do lixo (%) 2000	
	Água	Esgoto	Lixão	Outro Destino (1)
Cocalzinho de Goiás	96,21	-	52,67	47,33
Corumbá de Goiás	(3)	(3)	43,69	56,31
Pirenópolis	95,39	-	57,92	42,08
Total da Região Centro-Oeste	63,88	7,89	68,10	31,90
Total do Estado	82,45	32,72	81,14	18,86
Fonte: Dados sobre saneamento básico – IBGE (2004)				
Elaboração: SEPLAN-GO/ Sepin/ Gerência de Estatística Socioeconômica – 2005				
(1) Queimado ou enterrado na propriedade, jogado em terreno baldio ou logradouro, jogado em rios e outros.				
(2) Gestão autônoma				
(3) Gestão compartilhada da Saneago				

Fonte: SEPLAN-GO/ Sepin (2005), IBGE (2004).

Segundo dados fornecidos pela Sepin-GO (2005) e que constam da tabela 14, os indicadores relativos à taxa de mortalidade infantil no período de 1991 a 2000 apresentaram sensível progresso. A comparação é feita entre os três municípios que compõem a denominada Região dos Pireneus no período de 1991 a 2000 tendo por base a quantidade de crianças mortas no período de zero a um ano de idade a cada 1.000 (mil) crianças.

Tabela 14: Região dos Pireneus - Taxa de Mortalidade Infantil – por grupo de mil crianças (1991/2000)

Município	1991	2000
Pirenópolis	29,35	27,52
Corumbá de Goiás	24,69	24,45
Cocalzinho de Goiás	34,86	23,61

Fonte: Pnud/ IPEA/ IBGE – Novo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Os serviços de saúde e os indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) não são em sua maioria satisfatórios. Em relação à mortalidade infantil a análise dos indicadores apresenta processo de queda significativa, segundo dados do Ministério

da Saúde. Essa queda pode ser explicada pela melhoria das condições de saneamento básico, pelo aumento da oferta de emprego e renda, pelos programas sociais na área de saúde, entre outros. Os indicadores da mortalidade infantil podem ser analisados na tabela 15.

No que diz respeito ao número de médicos residentes por mil habitantes, o recomendado pela Organização das Nações Unidas é de um médico/enfermeiro residente para cada mil habitantes, sendo que o município apresenta um índice de 0,77%.

O percentual de enfermeiros residentes com curso superior é de 0,43%, também abaixo da média recomendada. A expectativa de vida até os 60 anos de idade é de 75,91% e os moradores acima de 25 anos de idade tem uma média de 4,59 anos de estudo, o que indica baixo índice de população com educação formal ou alguma formação técnica (tabela 16).

Tabela 15: Pirenópolis -Taxa de Mortalidade Infantil (por grupo de mil crianças – 1989-2003)

Ano	Coeficiente de Mortalidade Infantil
1989	38,00
1990	36,34
1994	31,61
1998	29,16
2000	27,52
2001	29,30
2002	8,90
2003	22,60

Fonte: Ministério da Saúde (2007)

Os equipamentos de saúde constituem-se em dois hospitais, sendo um de responsabilidade do governo de Goiás e outro particular, 03 postos de saúde na sede municipal e 03 postos nos distritos. Não há pronto-socorro e quando da necessidade de utilização desse tipo de serviço faz-se o deslocamento para Anápolis (72 km de distância).

Tabela 16: Pirenópolis - Setor de Saúde/ Mortalidade/ Educação (2000)

	Indicador
Mortalidade até um ano de idade	27,52%
Número de médicos residentes por mil habitantes	0,77%
Percentual de enfermeiros residentes com curso superior	0,43%
Probabilidade de sobrevivência até 60 anos	75,91%
Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade	4,59%

Fonte: Pnud/ IPEA/ IBGE – Novo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

O IDH municipal apresentou indicador de 0,713, maior que o IDH do Estado de Goiás que é de 0,700. Porém, todos os indicadores do IDH apresentam nível médio de qualidade de vida. Destaca-se o IDH - Renda como o menor dos índices e o IDH - Educação representando o maior (tabela 17).

Tabela 17: Pirenópolis - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (2000)

	Indicador
IDH – Municipal	0,713
IDHM – Educação	0,789
IDHM – Longevidade	0,711
IDHM – Renda	0,640
Taxa de alfabetização	82,61%

Fonte: Pnud/ IPEA/ IBGE – Novo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

O município dispõe dos seguintes serviços de comunicação: agência dos correios, posto telefônico/DDD, operadoras de telefonia celular, 01 rádio comunitária, 03 jornais locais e provedor de internet. Internamente, o município é atendido por meios de transporte, como táxi, lotação e mototáxi, e dispõe de delegacia de polícia e quartel do corpo de bombeiros.

A estação rodoviária municipal recebe diariamente 04 ônibus vindos de Goiânia via Anápolis. Para Brasília existem 10 horários ao longo do dia e 04 para outros municípios (Formosa, Planalmira, Luziânia e Anápolis).

Em agosto de 2005, foi inaugurado o aeroporto de Pirenópolis (imagem 1). Esse terminal dispõe de pista de pouso de 1.300 metros de extensão e 30 metros de largura, heliporto para três helicópteros, amplo pátio de estacionamento e iluminação noturna,

sendo capaz de receber aviões comerciais com capacidade para 30 pessoas. Não há freqüência diária vinculada a empresas aéreas que comercializam a rota para a cidade, estando o uso do aeroporto limitado a aviões particulares.

Após o declínio da atividade mineradora, a agropecuária passou a ser importante fonte geradora de renda. A criação de Brasília e Goiânia levou ao surgimento de duas novas atividades econômicas: a exploração de pedras ornamentais e o turismo.

A economia local é baseada respectivamente nas seguintes atividades: turismo, mineração e agropecuária. O turismo é a principal atividade e movimenta cerca de 40% dos recursos financeiros e tem forte relação com as outras atividades (figuras 4, 5 e 6).

Outras atividades estão diretamente relacionadas, porém, não consideradas como específicas do setor, a exemplo da produção de artigos de prata, cuja matéria-prima é importada de países como Peru e Bolívia, existindo cerca de 40 ateliês de produção de jóias e semi-jóias de prata. Essa produção atende aos turistas que visitam o município, é vendida para outros estados ou exportada para países, como: Portugal, Espanha e França (figura 3).

A exploração de frutas do Cerrado é outra atividade em expansão no município. A exploração e beneficiamento do Barú visa atender à demanda dos turistas e por enquanto tem circulação apenas regional (mercados de Brasília, Anápolis e Goiânia). Outra atividade importante é a exploração do quartzito micáceo conhecido como “pedra de Pirenópolis”. O município possui a maior jazida de exploração desse recurso no Brasil e a pedra extraída é de excelente qualidade para a construção civil (imagem 02).

A agropecuária é a terceira atividade em geração de emprego e renda no município. De acordo com dados do IBGE (2000) existentes na tabela 18, a produção agrícola de lavouras temporárias e permanentes ocupa uma área de 4.311 hectares com uma produção de 27.298 toneladas. O milho é a principal cultura agrícola com área

cultivada de cerca de 3.000 hectares. Os cultivos de soja e banana estão em franca expansão, ocupando antigas áreas produtoras de arroz.

Tabela 18: Pirenópolis - Produção Agrícola de Lavouras Temporárias/ Permanentes (2003).

Produtos	2003	
	Área (hectares)	Produção (Toneladas)
Arroz de sequeiro	140	210
Banana	600	6.000
Laranja	40	720
Mandioca	100	1.200
Mamão	10	250
Manga	7	10
Milho	3.000	9.780
Soja	258	738
Tangerina	46	690
Tomate	110	7.700

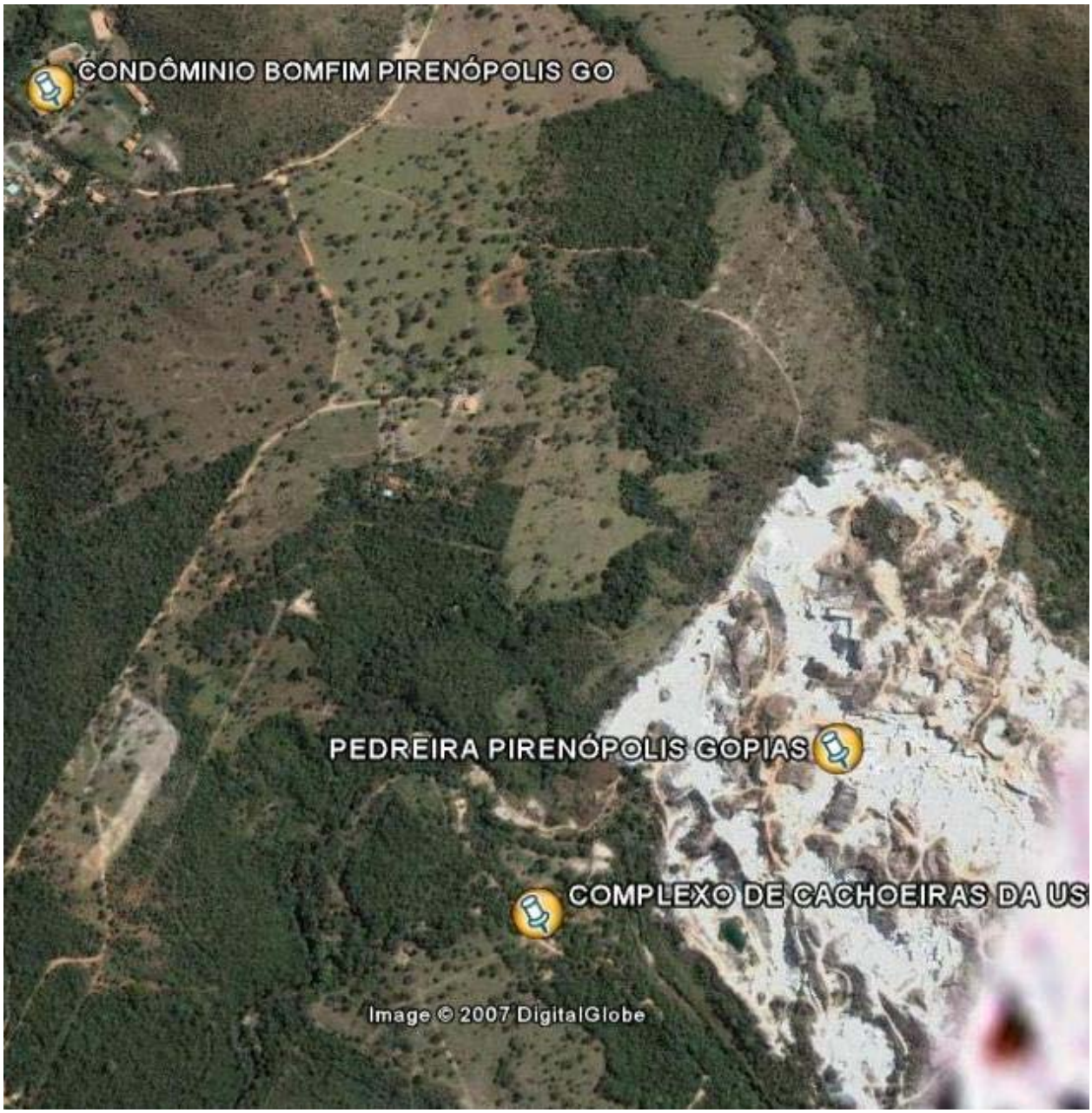
Fonte: IBGE, 2003.

Imagem 01: Aeroporto de Pirenópolis



Fonte: *Google Earth*, em 01 de junho de 2007, às 11h51min.

Imagem 02: Pirenópolis – Lavra de extração de Quartzito Micáceo – Cachoeira da Usina.



Fonte: *Google Earth*, em 01 de junho de 2007, às 11h51min.



Figura 03: Argento – Joalheira de Prata.
Fonte: http://www.galleriashop.com.br/joia/joia.htm, em 01 de junho de 2007, às 12h27min.



Figura 04: Cachoeira do Lazaro: RPPN Vargem Grande.
Fonte: http://www.pirenopolis.com.br/ExibeChamadas.jsp?pkLink=28, em 01 de junho 2007, às 12h49min.



Figura 05: Rua do Lazer (Rosário) – bares e restaurantes.
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em 20/05/ 2007.



Figura 06: Comércio de produtos artesanais no Centro Histórico.
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em 20/05/ 2007.

No que diz respeito à frota de veículos (tabela 19) ocorre a predominância de automóveis, seguido de motocicleta/ motoneta. Apesar da importância da atividade agrícola e da vasta zona rural, observa-se a inexistência de veículos do tipo trator.

Tabela 19: Pirenópolis - Frota de Veículos (2004).

Tipo de veículo	Quantidade	%
Automóvel	1.987	64,47
Caminhão	179	5,80
Caminhão Trator	0	0
Caminhonete	77	2,49
Microônibus	3	0,09
Motocicleta	700	22,71
Motoneta	118	3,82
Ônibus	17	0,55
Trator de rodas	1	0,03
Total	3.082	100

Fonte: IBGE, 2004.

O PIB apresenta ao longo de sua história diversas configurações. A composição desse indicador registra em um primeiro momento o predomínio da atividade mineradora, responsável pela ocupação inicial da região, e posteriormente há a prevalência da atividade agropecuária, típica da Região Centro-Oeste.

A partir da década de 1930, com a construção de Goiânia e posteriormente de Brasília, inicia-se a exploração do quartzito micáceo, popularmente chamado de "pedra de Pirenópolis". Essa atividade realiza-se na Serra dos Pireneus e durante décadas representou a principal fonte geradora de emprego local.

A exploração é executada com máquinas; posteriormente são efetuadas as etapas de seleção, preparo e corte das placas verdes, amarelas, brancas e rosas, brilhantes por causa da mica, e bastante utilizadas na construção civil para decoração de pisos, paredes, muros, etc. Existem atualmente 18 empresas que exploram e comercializam a "pedra Pirenópolis".

Na década de 1970, com a abertura da BR-070, o município passa a receber os primeiros fluxos de turistas à procura do seu rico patrimônio cultural e natural. Nos anos

90, Pirenópolis consolida-se como importante destino turístico, atraindo fluxos de turistas nacionais e internacionais. O turismo modificou profundamente as estruturas sociais e físicas do município.

O PIB estrutura-se dessa forma em três atividades econômicas: o turismo, a extração e beneficiamento da pedra Pirenópolis e a agropecuária. Apesar de toda a diversidade de sua economia, do grande número de empresas relacionadas ao turismo e da exploração mineral, no que diz respeito à arrecadação de impostos verifica-se que o município arrecada pouco, cerca de 2,86% do PIB. Conclui-se que grande parte das atividades econômicas, principalmente o turismo, estrutura-se de maneira informal. A tabela 20 informa os valores e setores que compõem o PIB municipal.

Tabela 20: Pirenópolis - Produto Interno Bruto (2005)

	Valor em R$ (mil)	%
Valor adicionado na agropecuária	30.959	32,95
Valor adicionado na indústria	28.281	30,10
Valor adicionado no serviço	33.841	36,02
Dummy	1.830	1,94
Imposto	2.694	2,86
Total	93.943	100

Fonte: IBGE, 2005.

4.1.2 As origens do município

O arraial que deu origem ao município de Pirenópolis teve sua fundação em 07 de outubro de 1727. O fundador foi Manoel Rodrigues Tomas, que chefiava um grupo de garimpeiros integrantes da Bandeira do paulista Anhanguera.

As origens do arraial estão relacionadas ao Ciclo do Ouro. Inicialmente houve a tentativa de escravizar os índios da região, mas devido às dificuldades na obtenção de mão-de-obra os bandeirantes paulistas trouxeram escravos negros do Sudeste do Brasil.

O primeiro nome do arraial foi Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte. O nome faz referência à santa de devoção dos garimpeiros paulistas e à enchente que derrubou a cabeceira da principal ponte sobre o Rio das Almas. A instalação de uma pousada para acomodar os garimpeiros e visitantes e a construção de uma capela em louvor a Nossa Senhora do Rosário estruturaram o núcleo histórico da cidade.

Posteriormente, a capela foi destruída e em seu lugar surgiu a Igreja Matriz (figura 07). Outras três igrejas foram construídas, dividindo a cidade em bairros: Nosso Senhor do Bonfim (figura 08), Nossa Senhora do Carmo (figura 09), Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (destruída pela ação do tempo). O período de auge da mineração do ouro e do crescimento urbano ocorreu em 1750. Nessa época, o centro histórico já apresentava a atual configuração.

Como nos diz o IPHAN (1994:29):

> Em 1747 foi construída a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos que era destinada à população negra, não a existindo mais. Em 1750 foram construídas as igrejas: Nosso Senhor do Bonfim, igreja particular edificada pelo senhor Antônio José de Campos e a Nossa Senhora do Carmo construída pelo senhor Antônio Rodrigues Frota. Foi construída em 1760 a igreja Nossa Senhora da Boa Morte, igreja destinada à população mestiça, não existindo atualmente.

Na segunda metade do século XVIII, o crescimento de Pirenópolis ficou paralisado devido à crise da exploração do ouro. Em 1800 acontece a retomada da economia, alavancada pela agricultura (principalmente algodão), pecuária e pelo comércio. Destaca-se a Fazenda Babilônia de propriedade do Sr. Joaquim Alves, pioneiro da produção agrícola na região (figura 12).

Apesar das mudanças das rotas comerciais da região a partir de 1850, o crescimento do centro urbano vai até o fim do século XIX, quando a cidade passou por período de estabilidade econômica e cultural.

No período entre 1830 e 1834 o arraial sediou o primeiro jornal do Estado de Goiás, o Matutino Meia Pontense, que servia para a publicação oficial das províncias de Goiás e Mato Grosso. O período de circulação desse periódico foi de 05 de março de 1830 a 24 de maio de 1834, totalizando 526 edições impressas.

No ano de 1819, tem-se a introdução da Festa do Divino e das Cavalhadas e a promoção da categoria de Julgado à Vila de Meia Ponte. Em 1853, a vila é promovida à categoria de cidade. Em 1885, surge o povoado de "Santana das Antas", atual Anápolis, que toma o lugar de centro econômico da região.

Com a mudança da rota comercial para Anápolis a cidade de Meia Ponte isola-se e muda de nome. Em 1890, passa a chamar-se Pirenópolis, em referência à Serra dos Pireneus, principal acidente geográfico da região. "Em 1890, seu nome oficial passou a ser Pirenópolis, uma homenagem a serra dos Pireneus, que cerca toda a cidade. A serra, por sua vez, teve seu nome tirado da cadeia de montanhas que separa a França da Espanha". IPHAN (1994:29)

Em 1892, a Comissão Cruls, responsável pelos estudos exploratórios para definição do futuro Distrito Federal, passa o período de um ano no município. Pirenópolis é o ponto de partida para os estudos de caracterização, demarcação e apoio logístico ao grupo de engenheiros, geógrafos e militares que demarcaram o Distrito Federal. Em 1919, é construído o Teatro Pirenópolis (figura 10) e, em 1924, chega energia elétrica à cidade mediante a instalação de gerador.

A transferência da capital de Goiás para Goiânia no período de 1930 a 1934 proporciona aquecimento da economia local, sobretudo na exploração do quartzito micáceo. Na década de 1930, é inaugurado o Cine Theatro Pireneus (figura 11) em estilo neoclássico e, posteriormente, *art déco*. Nos anos 1930, é construída estrada de terra interligando Pirenópolis a Anápolis e Goiânia. É o início do transporte automotivo

em substituição ao “lombo de animais”. A construção da primeira usina hidroelétrica substitui o antigo gerador de energia.

Em 1988, a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário foi tombada pelo Iphan juntamente com o centro histórico da cidade. Nesse ano é criada a primeira igreja evangélica na cidade. Como nos diz Menon (2006:12)

> Mantendo conservada e intacta sua feição original e suas tradições, Pirenópolis foi tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional em 1988. A cidade, apelidada de “Capital da Prata”, "Berço da Imprensa Goiana", "Atenas de Goiás" e "Paris-nópolis", entre outros, tem sua economia hoje baseada no artesanato e turismo, além da extração da pedra que leva seu nome.

Nos anos 1990, o turismo passa a ser a principal fonte geradora de emprego e renda na cidade. Pirenópolis passa a ser parte integrante do roteiro turístico nacional (figura 13). Em 1997, ocorre a revitalização do centro histórico, com a restauração de igrejas, a reconstrução do Cine Teatro Pireneus, a reforma do Theatro de Pirenópolis e da Ponte sobre o rio das Almas (figura 14). No ano de 1998, o município serve de cenário para a novela da Globo “Estrela Guia”. Essa produção divulga Pirenópolis no Brasil e no exterior, atraindo turistas e investimentos.



Figura 07: Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário (1728-1732).
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em 19/05/ 2007.



Figura 08: Igreja do Bomfim (1750-1754).
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em 19/05/ 2007.



Figura 09: Igreja Nossa Senhora do Carmo (1750-1754).
Fonte: http://www.pirenopolis.go.gov.br/pirenopolis/arquitetura/, em 02 de junho de 2007, às 10h34min.



Figura 10: Theatro Pyrenopolis (1889).
Fonte: http://www.pirenopolis.go.gov.br/pirenopolis/arquitetura/, em 02 de junho de 2007, às 10h34min.



Figura 11: Cine Teatro Pireneus (1919).
Fonte: http://www.pirenopolis.go.gov.br/pirenopolis/arquitetura/, em 02 de junho de 2007, às 10h34min.



Figura 12: Fazenda Babilônia.
Fonte: http://www.pirenopolis.go.gov.br/pirenopolis/arquitetura/, em 02 de junho de 2007, às 10h34min.



Figura 13: Rua do Lazer (Rosário) final de semana.
Fonte: http://www.pirenopolis.go.gov.br/pirenopolis/arquitetura/, em 02 de junho de 2007, às 10h34min.



Figura 14 Ponte sobre o Rio das Almas (1899-1903).
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em janeiro de 2005.

4.1.3 A natureza enquanto recurso turístico

O principal elemento estruturador da paisagem é o conjunto da Serra dos Pireneus. Ela atua como divisor de águas das bacias Araguaia-Tocantins e do Prata. O Corumbá é tributário do Paranaíba (Bacia do Prata) e nasce nas encostas da serra.

Essas áreas possuem cobertura nativa caracterizada por formações rupestres, campos de altitude, diferentes fisionomias de cerrado com relevante índice de conservação e outros tipos de vegetação, como as associadas aos cursos d'água - florestas de galerias, matas ciliares e buritizais.

Destacam-se a beleza e a riqueza da flora ornamental, frutífera e medicinal. Aparecem espécies como o jacarandá, a canela-de-ema, a caraíba ou ipê-do-cerrado e pau-papel, considerada a árvore símbolo de Goiás. Entre as frutíferas, destacam-se o pequi, o buriti, o barú, o xixá, a mangaba e o caju; e das plantas medicinais, a sucupira-branca, a lobeira e a arnica.

Na Serra dos Pireneus podem ser encontradas aves como a ema, siriema, arara-canindé, papagaio-galego, azulão do cerrado, mineirinho e príncipe, sendo que estes três últimos são endêmicos e migratórios. Entre os mamíferos, são encontrados exemplares de macaco-prego, guariba, veado mateiro e tamanduá-bandeira, este último oficialmente ameaçado de extinção.

O principal rio do município é o Corumbá, que nasce na Serra dos Pireneus, região histórica do ciclo do ouro onde foram fundadas, no século 18, cidades mineradoras como Meia Ponte (hoje Pirenópolis) e Corumbá de Goiás. Foi a referência geográfica que os primeiros habitantes paulistas utilizaram para deslocar-se pelos cerrados do Planalto Central. É ponto de atração de ecoturismo, tanto pela Cachoeira do

Salto do Corumbá (no município vizinho de Corumbá de Goiás) como pelas paisagens desde suas nascentes na Serra dos Pireneus.

O Rio Corumbá recebe as águas dos rios Descoberto e São Bartolomeu, que nascem no Distrito Federal. Está em andamento o programa hidrelétrico federal que prevê o aproveitamento de *cânions* do rio para a construção de usinas para geração de eletricidade. O Rio das Almas nasce também na Serra dos Pireneus, atravessando o centro histórico de Pirenópolis antes de seguir em direção noroeste. Esse rio é integrante da Bacia Araguaia-Tocantins.

O município conta com número significativo de atrativos naturais cerca de 100 cachoeiras em sua zona rural, além de unidades de conservação do Cerrado. A primeira reserva particular do patrimônio natural da Região Centro-Oeste foi criada no ano de 1992 em Pirenópolis, a RPPN Vaga Fogo é na atualidade importante atrativo oferecendo trilhas interpretativas em reserva preservada de Cerrado, esportes radicais como arvorismo, rappel, mountain bike e tirolesa (figura 16). Outras RPPN´s existentes no município são: Vargem Grande (figuras 15 e 17), Flor das Águas e Santuário de Gabriel.



Figura 15: RPPN Vargem Grande: Cachoeira do Lazaro.
Fonte: o autor, em outubro de 2005.



Figura 16: RPPN Vaga Fogo: Trilha interpretativa.
Fonte: o autor, em outubro de 2005.



Figura 17: RPPN Vargem Grande: Cachoeira Santa Maria.
Fonte: o autor, em maio de 2007.

4.1.4 O destino Pirenópolis: análise da oferta turística

De acordo com a Agência Goiana de Turismo – Agetur/ GO, o município de Pirenópolis é uma das principais destinações turísticas do estado de Goiás, com rico patrimônio histórico tombado como conjunto paisagístico pelo Iphan.

O centro histórico de Pirenópolis é um dos mais importantes do Centro-Oeste brasileiro, sendo de grande beleza cênica e pouco alterado em seu conjunto.

Nos anos 1990, o centro histórico passa por processo de revitalização com o restauro de importantes monumentos: a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, restaurada no período de 1994 a 1997 pelo Fundo de Pensão da Telebrás; o Cine Teatro Pireneus e o Theatro Pirenópolis, restaurados com recursos dos governos federal e estadual; a recuperação das pontes sobre o Rio das Almas, além da implantação de rede subterrânea de energia elétrica a essas obras de restauro e implantação de infra-estrutura alia-se o bom estado de conservação dos imóveis residenciais.

A ampliação da atividade turística nos anos 1990 produziu a expulsão de moradores locais da área do centro histórico para outros bairros da cidade. Grande número de imóveis residenciais tombados teve o uso residencial modificado para comercial: pousadas, restaurantes, bares e lojas.

A inserção do patrimônio cultural no desenvolvimento econômico e social envolve modalidades econômicas de crescimento exponenciais na cena contemporânea, a exemplo do turismo e lazer. Considerando que para o desenvolvimento do turismo há a necessidade da oferta de estímulos, o município oferece grande número de atrativos culturais e naturais.

O turismo passa a fazer parte das relações cotidianas da comunidade por meio da geração de emprego e renda, implantação de novos empreendimentos, criação de novos

campos de trabalho e necessidade de qualificação de mão-de-obra.Os investimentos na dotação de infra-estrutura, *marketing* e qualificação de mão-de-obra são, em grande maioria, oriundos de investimentos públicos que são apropriados pela iniciativa privada.

A Prefeitura Municipal, por intermédio da Secretaria de Turismo, possui um Centro de Atendimento ao Turista (CAT), que oferece atendimento informatizado e funciona como central para contratação de serviços de guiamento e divulgação dos atrativos locais.

A Secretaria de Turismo estabelece parcerias com o governo do Estado de Goiás e com instituições de ensino superior de Brasília, Goiânia e Anápolis na implantação de projetos como: Gestão do Centro de Atendimento ao Turista; Inventário da Oferta Turística; Museu da Fazenda Babilônia; Interpretação do Patrimônio; eventos e captação de recursos.

Para Carlos (1992), a cidade nasce em algum momento na história, tendo uma origem histórica que assimila diversas formas e conteúdos. O processo de produção espacial é expresso pelos diferentes usos do solo e vincula-se a uma hierarquia social. A materialização dessa produção comercial distribui-se em várias atividades (industriais, residenciais ou comerciais).

Ainda segundo a autora, essa produção espacial é manifestada no tipo de construção e atividade desenvolvida. A dinâmica da produção espacial em Pirenópolis foi observada nas atividades de pesquisa de campo e pode-se constatar que o turismo gera vários desdobramentos e impactos que repercutem nas distintas formas de uso e ocupação do solo e no seu ordenamento.

O centro histórico, diferenciado do restante da malha urbana pelo tipo de pavimentação[18] de suas ruas, apresenta concentração de empreendimentos comerciais e serviços. Esse bairro é o mais visitado pelos turistas e onde se concentram os meios de hospedagem, alimentos e bebidas e demais atividades do turismo (imagens 3, 4 e 7).

Em recente pesquisa sobre as atividades econômicas e equipamentos turísticos existentes no centro histórico, Menon (2006, p. 45) identificou cerca de 90 meios de hospedagem com 2.500 leitos disponíveis (maioria de pousadas); 100 casas de aluguel (figura 19); 03 discotecas; 01 teatro; 01 cinema; 05 empresas de agenciamento; 162 empresas de alimentos e bebidas (bares, restaurantes, lanchonetes, padarias); e 180 lojas de comércio diversificado (artesanato, vestuário, farmácias e drogarias – tabela 21).

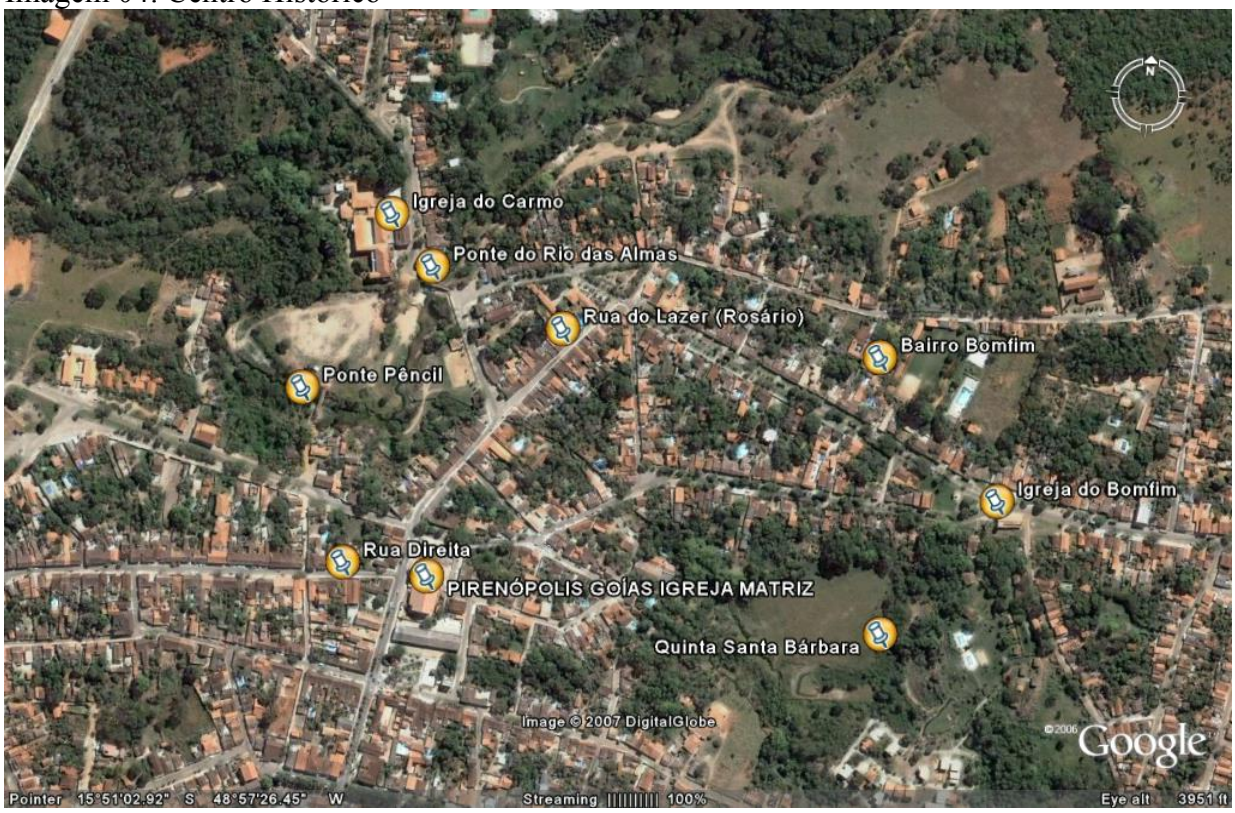
Imagem 03: Pirenópolis – Sede Municipal



Fonte: *Google Earth,* em 01 de junho de 2007, às 11h51min.

[4] A pavimentação das ruas do centro histórico tombado pelo IPHAN é feita com os rejeitos da mineração da "Pedra Pirenópolis", enquanto as ruas fora dessa área são pavimentadas com asfalto. Dessa forma, o turista ou morador tem o marco visual de quando está dentro ou fora do centro histórico.

Imagem 04: Centro Histórico



Fonte: *Google Earth*, em 01 de junho de 2007, às 11h51min.

Existem 14 *campings* no município dispondo de instalações sanitárias e água potável. Não há registro oficial sobre o fluxo de turistas que utilizam essa modalidade de hospedagem não oficial, porém, a prefeitura local reprime a instalação de barracas e trailers fora da área dos campings como estratégia de antimarketing para evitar o turismo de massa e a degradação das margens do rio das Almas.

Tabela 21: Atividades econômicas/ Empreendimentos – Centro Histórico de Pirenópolis (2006)

Atividade exercida	Quantidade	%
Comércio e serviços	185	34,3
Alimentos e bebidas	162	30,0
Meios de hospedagem	190	35,2
Outros	05	0,05
Total	542	100%

Fonte: MENON (2006:45)

Obs.: Comércio e serviços englobam 180 lojas de comércio diversificado e 05 empresas de agenciamento. Meios de hospedagem englobam 90 empreendimentos de hospedagem mais 100 casas de aluguel. Outros englobam discoteca, teatro e cinema.

Em quase todos os meios de hospedagem oficialmente registrados[19] são oferecidos serviços de alimentos e bebidas bem como venda de artesanato local. Menon (2006, p. 46) destaca que entre as pousadas existentes "no centro histórico, 60% têm serviços de alimentos e bebidas e 30% de venda de artesanato".

A expansão de condôminios rurais de lazer é recente e na época da pesquisa de campo (2007) ainda não existiam dados oficiais sobre essa modalidade. Porém, verificou-se a existência e comercialização desse tipo de empreendimento (imagem 08).

Outro dado significativo identificado pela pesquisa de Menon (2006) mostra a absorção da mão-de-obra local. Levantamento feito pelo IPHAN e citado pela autora sobre a origem dos trabalhadores nos empreendimentos do centro histórico, revela que 60% são nascidos no município, 30% em municípios vizinhos e 10% são de outros estados brasileiros.

Sobre os serviços de alimentação dos 162 estabelecimentos pesquisados, verificou-se a seguinte tipologia: 20 restaurantes de comida brasileira, 05 restaurantes de comida internacional, 05 restaurantes de comida típica regional, 10 lanchonetes, 10 cafés, 01 confeitaria, 05 sorveterias, 100 bares e 06 quiosques.

Barreto Filho (2002, p. 61) diz que o *marketing* turístico é uma:

> Filosofia de trabalho que envolve todos e tudo dentro de uma organização pública ou privada. São todas as ações no mercado que visam captar e manter fluxos de turistas. Exige esforços interligados e interdependentes dos órgãos oficiais de turismo, das associações do setor turístico, dos transportadores, dos meios de hospedagem, das agências de viagem, dos parques temáticos, dos restaurantes e, principalmente, da comunidade. No caso dos espaços urbanos, o marketing turístico pode colaborar nas estratégias, nas táticas e nas operações indispensáveis para captar e manter turistas.

[19] Segundo a classificação atual do Ministério do Turismo são considerados meios de hospedagem oficialmente registrados: hotel, hotel histórico, hotel de lazer/*resort*, pousada, hotel de selva/*lodge*, *apart hotel*, *flat*, *condohotel* (2006 (b): 14).

Nesse entendimento, o *marketing* turístico é ferramenta fundamental, pois ele é quem vai fazer a divulgação do espaço a ser consumido, consequentemente o turista atraído desencadeia diversas situações, principalmente na geração de emprego e renda. O *marketing* é fundamental na consolidação do potencial turístico da cidade.

A Prefeitura Municipal, a Agetur/ GO e as associações de empresários do setor realizam ações de divulgação em pólos emissores de turistas, como Brasília, Goiânia, Anápolis, e em meios de comunicação de divulgação nacional e internacional (programas de televisão, revistas e jornais especializados).

Segundo Torres (2003, p. 48):

> Os recursos oriundos do Estado, geridos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES podem ser utilizados no financiamento de empreendimentos nos setores de: hotelaria, parques temáticos, restaurantes, entre outros que são fundamentais para o turismo**.**

No caso de Pirenópolis existem linhas de crédito disponibilizadas pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil, porém, segundo Menon (2006:48), "os financiamentos aos grandes empreendedores é o que tem prevalecido, estratégia que deveria abranger também os considerados pequenos empreendedores."

Esse aspecto demonstra as fragilidades do turismo na região como um todo. A dificuldade de se conseguir crédito por parte dos pequenos empreendedores leva a concentração de recursos nas mãos dos grandes (representados por uma minoria), que monopolizam o mercado. Basílio (2006) relatou que "de todas essas pousadas que você vê aqui na cidade somente umas dez concentram o fluxo de turistas, depois que elas enchem e que as outras começam a receber os turistas".

Esse grupo de cerca de 10 pousadas (Pousada dos Pireneus (figura 18 e imagem 05), Quinta Santa Bárbara (imagem 06), Pouso do Frade, Pousada Matutina Meiapontense, Quintas do Abade, Pousada do Imperador,Casa Grande, Rancho do Ralf, Cavaleiro dos Pireneus e Pousada da Siriemas) representa justamente aquelas que

conseguiram criar diferenciais em relação às outras, a exemplo de campanhas de marketing, dotação de infra-estrutura, mão-de-obra capacitada, padrão internacional de atendimento e oferta de serviços diferenciados.

A justificativa para esse fato, além da visão empresarial, é a possibilidade de recursos para investimentos, sejam próprios ou por intermédio de linhas de crédito

Outra dificuldade apontada é a sazonalidade do turismo (períodos de alta e baixa temporada). As pousadas maiores conseguem suportar os períodos de baixa procura, enquanto as menores enfrentam dificuldades e chegam até mesmo a fechar as portas.

Para Torres (2003, p. 48);

> Os empreendedores e gestores devem buscar alternativas que visem à otimização do faturamento, pois os estabelecimentos em sua maioria trabalham a idéia de alta e baixa temporada. O turismo de eventos é considerado fundamental para ativar a atividade turística. Entretanto é necessário que os responsáveis articulem os operadores do trade e a comunidade na captação de atividades e eventos.

De acordo com a Secretaria de Turismo (2006), o período considerado de alta temporada corresponde aos prolongados feriados de carnaval, Semana Santa, aniversário de Brasília, *Corpus Christi*, Canto da Primavera (setembro), Dia da Padroeira do Brasil, Finados, Proclamação da República e férias escolares (dezembro, janeiro e julho); sendo o período que vai de setembro a março o que concentra os maiores fluxos turísticos. O mês de agosto e os períodos de chuva intensa são considerados períodos de baixa temporada.

Menon (2006, p. 49) indica que o setor de meios de hospedagem insere um grande número de moradores locais no mercado de trabalho. Segundo a autora, "cerca de 78% dos trabalhadores de hotéis e pousadas são nascidos na localidade enquanto que 22% são de outros municípios e estados". Nesse dado pode-se observar a forte inserção dos habitantes locais nos estabelecimentos vinculados ao turismo.

Os equipamentos de entretenimento e lazer existentes são os seguintes: 03 discotecas, 01 teatro, 01 cinema, 01 estádio[20], 01 pista de *motocross*, 01 arena de rodeio, 01 clube de lazer, 02 pesque-pague.

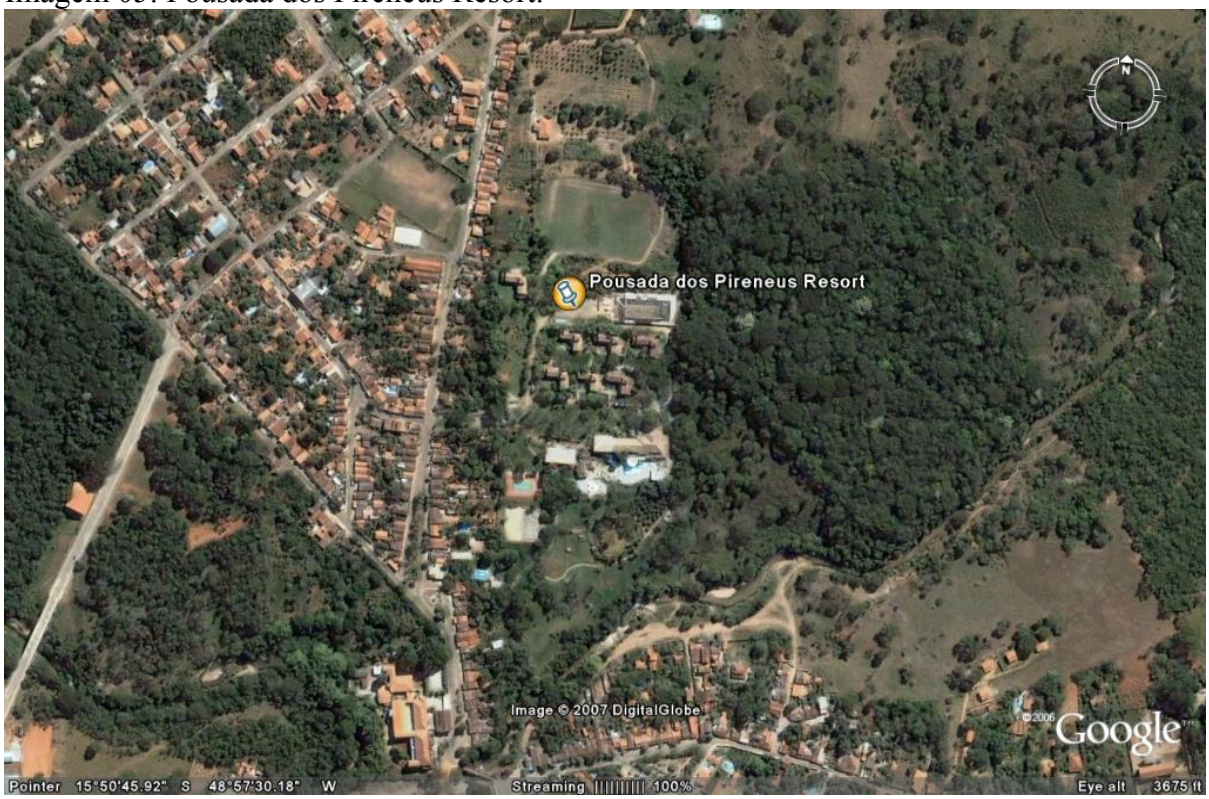
Os equipamentos para eventos contam com centro de convenções com capacidade para acolher até 1.500 pessoas[21], 01 parque de exposições agropecuárias e 03 auditórios/salas de conferência.

Os serviços de apoio ao turismo existentes no município são: 01 centro de atendimento ao turista, 04 agências bancárias, 07 empresas de receptivo, 01 associação de guias com cerca de 80 profissionais, 04 empresas de eventos e comércio com mais de 200 estabelecimentos comerciais.

O município oferece aos visitantes amplo número de opções referentes às atividades turísticas, tendo-se a oferta de quase todos os segmentos de turismo no local.

[20] O estádio oferece um campo de futebol gramado, que durante o período da Festa do Divino é utilizado como hipódromo para realização das Cavalhadas.
[21] O Centro de Convenções faz parte do complexo da Pousada dos Pireneus Resort.

Imagem 05: Pousada dos Pireneus Resort.



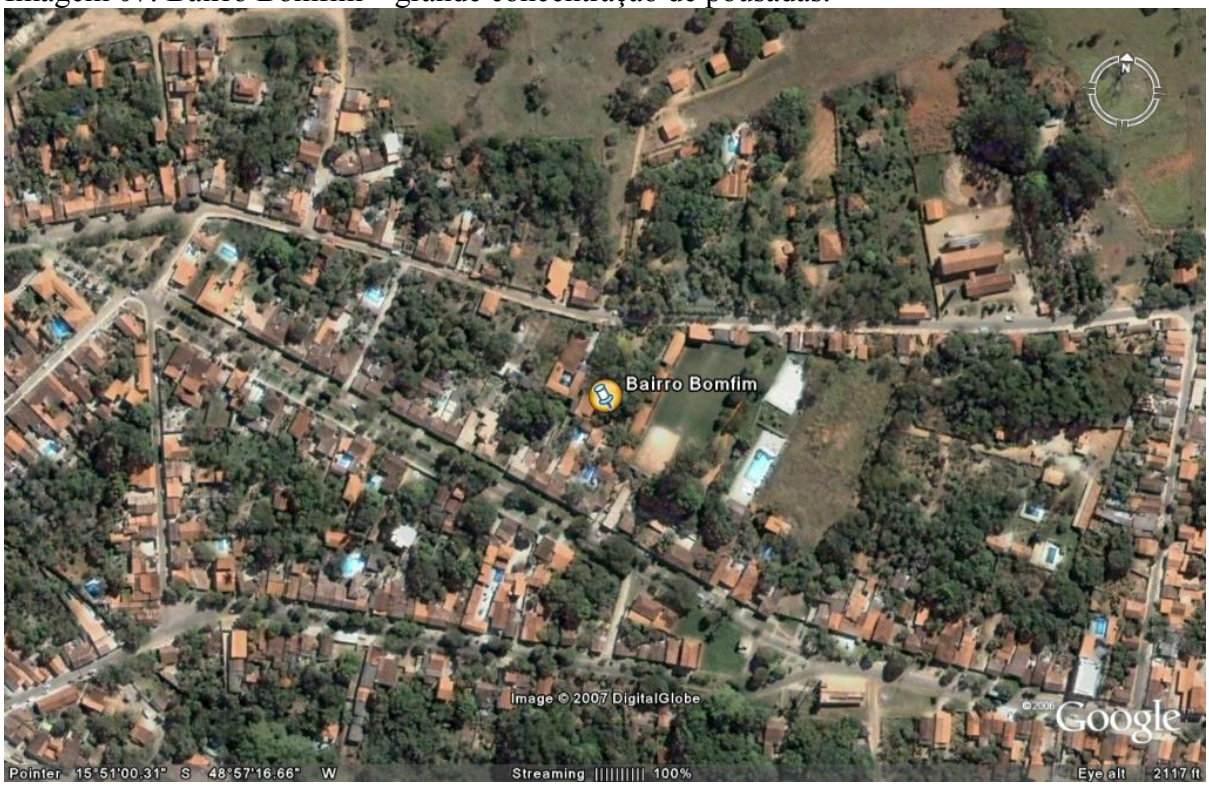
Fonte: *Google Earth*, em 01 de junho de 2007, às 11h51min.

Imagem 06: Quinta Santa Bárbara.



Fonte: *Google Earth*, em 01 de junho de 2007, às 11h51min.

Imagem 07: Bairro Bomfim – grande concentração de pousadas.



Fonte: Google Earth, em 01 de junho de 2007, às 11h51min.

Imagem 08: Condomínio Rural Bomfim.



Fonte: Google Earth, em 01 de junho de 2007, às 11h51min.



Figura 18: Pousada dos Pireneus Resort.
Fonte: http://www.pousadadospireneus.com.br/acomodacoes.htm, em 02 de junho de 2007, às 21h52min.



Figura 19: Anúncio de Imobiliária.
Figura: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em 20 de maio de 2007.

Os principais atrativos do segmento de turismo cultural são de acordo com o quadro 02:

Quadro 2: Pirenópolis: Turismo Cultural – Atrativos (2007)

Atrativo	Descritivo
Igreja Nossa Senhora do Rosário	Construída no período colonial, a Igreja Nossa Senhora do Rosário foi erguida entre os anos de 1728 a 1732 por escravos.
Igreja Nossa Senhora do Carmo e Museu de Arte Sacra	Construída entre os anos 1750 e 1754, pelo minerador Luciano Nunes Teixeira, em estilo colonial, localizada à margem direita do Rio das Almas era usada à época como capela particular da família Frota.
Igreja Nosso Senhor do Bonfim	Construída pelo sargento-mor Antonio José de Campos, no período de 1750 a 1754, em um dos pontos mais elevados do arraial, com estilo colonial semelhante ao da Igreja Matriz.
Fazenda Babilônia	Antigo Engenho São Joaquim, edificado em 1800 pelo Comendador Joaquim Alves de Oliveira, foi um dos maiores engenhos de cana-de-açúcar do Brasil.
Centro Histórico	O centro histórico da cidade de Pirenópolis, tombado pelo Iphan em 1989, conserva os traços urbanos e construções da arquitetura colonial.
Theatro de Pirenópolis	O segundo teatro construído em Pirenópolis, no ano de 1889, por Sebastião Pompeu de Pina.
Cinema Pireneus	Construído em 1919 por iniciativa do padre Santiago Uchoa, sua fachada é estilo *art déco* recentemente restaurado (2000).
Museu das Cavalhadas	O acervo tem peças utilizadas na Festa do Divino e Cavalhadas.
Museu da Família Pompeu	O acervo tem peças com temáticas variadas: jornais, revistas, partituras musicais, roupas, móveis, obras de arte e objetos sacros.
Ponte Velha (Ponte sobre o Rio das Almas)	A ponte sobre o Rio das Almas foi construída entre 1899 e 1903 pelo intendente (denominação dada aos prefeitos da época) Sebastião Pompeu de Pina, e reformada de 1983 a 1984.
Cadeia Municipal de Pirenópolis	O edifício foi a cadeia pública até 2004. Passou por obras de restauração e reforço da estrutura no período de 2004 a 2006. Em dezembro de 2006, passou a sediar o Museu da Imprensa de Goiás.
Museu Lavras de Ouro	Acervo que conta a história da mineração do ouro em Pirenópolis.
Museu Mariano de Pirenópolis	Acervo de obras sacras e objetos de uso religioso.

Fontes: http://www.agepel.go.gov.br/index.html e http://www.pirenopolis.com.br/ExibeChamadas.jsp?pkLink=32, em 16 de janeiro de 2007, às 15h15min.

O turismo ecológico ou ecoturismo (ver quadro 3) também oferece diversos atrativos. Existe uma unidade de conservação estadual – o Parque Estadual dos Pireneus. Esse parque engloba territórios dos municípios de Pirenópolis, Corumbá de Goiás e Cocalzinho de Goiás, sendo aberto à visitação e não dispondo de qualquer forma de controle de fluxo turístico. Dentro da área do parque encontramos a Serra dos Pireneus, o Pico dos Pireneus, os Morros do Cabeludo e do Frota.

Quadro 3: Pirenópolis: Ecoturismo – Atrativos

Atrativo	Descritivo
Parque Estadual da Serra dos Pireneus	O Parque Estadual Serra dos Pireneus foi criado pela Lei nº. 10.321 de 20 de novembro de 1987 e delimitado numa área de 2.833 hectares destinado à preservação da fauna, flora e mananciais, como as nascentes do Rio das Almas nos municípios goianos de Pirenópolis, Cocalzinho e Corumbá de Goiás. A região abrange a área do Pico dos Pireneus, suas serras e encostas.
Fazenda Vargem Grande	A RPPN Fazenda Vargem Grande tem 390 hectares de Cerrado bem preservado, com fauna e flora típica da Serra dos Pireneus.
Fazenda Vaga Fogo	Trata-se da RPPN denominada Fazenda Vaga Fogo, com 17 hectares, criada pela portaria 824/90 do Ibama. Sua principal atração é o cerrado bem preservado, com árvores, flores e frutos típicos.
RPPN Flor das Águas	Inaugurada em março de 2001, a RPPN Flor das Águas situa-se a aproximadamente 6 km da cidade, constituindo-se numa área de preservação e centro de atividades da ONG Fundação Pro - Natureza (Funatura). Está ao lado do córrego Vaga fogo, com pequenas cachoeiras e alguns poços, onde há outra RPPN, bem mais rica em biodiversidade. A maior atração da reserva é a trilha para caminhada por dentro do cerrado original, com fauna e flora protegidos. Com a ajuda de convênio internacional, foi construída casa-sede que vem servindo para encontros e reuniões.
Santuário de Gabriel	Trata-se de reserva cuja proprietária, de origem espanhola, desenvolve trabalho com florais de Bach. Situada a 29 km do centro de Pirenópolis, faz parte da Área de Preservação Ambiental Terra Nostra
Fazenda Terra Nostra	Criada no final da década de 70 por grupo de jovens do movimento hippie, de varias nacionalidades. Depois de algum tempo transformou-se numa cooperativa (Associação Cooperativista Rural Terra Nostra). Após anos, a Ong foi extinta, permanecendo, porém, muitas famílias, as quais continuaram vivendo no local. Com o passar do tempo, a propriedade foi dividida entre os condôminos e permanece até os dias de hoje como condomínio ecológico muito bem preservado. Foi fonte de grande transformação social, cultural, política e econômica na região.
Cachoeiras Bonsucesso	Trata-se de seqüência de quedas d'água, denominada Cachoeiras Bonsucesso. Situa-se cerca de 5 km da cidade, propriedade particular com infra-estrutura de estacionamento e restaurante. A partir da entrada, há trilha de médio esforço, de aproximadamente meia hora, durante a qual se passa por várias quedas d'água, até a mais alta.
Cachoeira do Lázaro	Das cachoeiras mais famosas, seu entroncamento está cerca de 11 km, pela Estrada das Pedreiras. É preciso - após pagar a taxa de visita - fazer caminhada de 1,3 km para chegar até a cachoeira, num paredão de quase 100 metros. Está dentro da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Vargem Grande.
Cachoeira do Abade	Fica cerca de 11 km da cidade pela estrada das Pedreiras, numa propriedade particular (Fazenda Cabaçais) que vem construindo estacionamentos e cabanas, já no caminho para o alto da serra, rumo ao Parque Estadual dos Pireneus. Trata-se de uma enorme queda d'água, com 21m de altura, que depende da hora do dia para estar diretamente sob o sol.
Cachoeira do Palmito	Está a 6 km da cidade, por estrada de terra na saída do Bairro do Carmo.
Mirante do Cruzeiro	Trata-se de um ponto de observação privilegiado, no alto de um dos morros que formam os contrafortes da Serra dos Pireneus: o morro do Frota, ótimo local para caminhadas,saindo por estrada de terra a partir do bairro do Carmo.

Fonte: Secretaria de Cultura e Turismo, janeiro de 2006 (pesquisa de campo).
http://www.eco.tur.br/ecoguias/pirenopolis/ e http://www.pirenopolis.com.br/, em 16 de janeiro de 2007, às 22h47min.

O governo do Estado de Goiás está em fase de instituição da chamada Área de Proteção dos Pireneus, que tem por objetivo proteger a biodiversidade do parque e as nascentes das bacias amazônica e platina. Como nos diz Menon (2006:27)

> O Parque Estadual dos Pireneus tem o objetivo de preservar a fauna, flora e os mananciais, como as nascentes do rio das Almas, existentes nos municípios goianos de Pirenópolis, Cocalzinho e Corumbá de Goiás. Criado pela Lei nº. 10.321 de 20 de novembro de 1987, e delimitado numa área de 2.833 hectares, pelo Decreto nº. 4.830, de 15 de outubro de 1997, o Parque ajuda na preservação dos sítios naturais de relevância ecológica e histórica. Em volta do Parque do Pireneus foi criada também uma área de proteção ambiental (APA), com cerca de 22 mil.500 ha., para assegurar a proteção principalmente do Pico dos Pireneus, divisor de águas das bacias platina e amazônica e limite entre os três municípios envolvidos; o morro do Cabeludo e as nascentes do rio das Almas e do rio Corumbá, que surgem nas encostas da Serra dos Pireneus. Estas áreas possuem uma cobertura nativa caracterizada por formações rupestres, campos de altitude, diferentes fisionomias de cerrado com relevante índice de conservação, e outros tipos de vegetação terrestres e brejosas, diferenciadas por condições de substratos, como as associadas aos cursos d'água - florestas de galerias, matas ciliares e buritizais.

O município conta com quatro Reservas Particulares de Proteção ao Patrimônio Natural – RPPN's, respectivamente: Vargem Grande, Vagafogo, Flor das Águas e Santuário de Gabriel. Todas são utilizadas para práticas de ecoturismo e de esportes de aventura, entre outras atividades.

As cachoeiras destacam-se como importantes atrativos naturais. Segundo dados da Secretaria Municipal de Turismo, o município conta com cerca de 100 cachoeiras, sendo as principais: Abade, Bonsucesso, Lázaro, Landi, Palmito, Pedreira e Lagoa Azul. Todas essas cachoeiras são abertas à visitação publica mediante a cobrança de ingresso. Muitas outras cachoeiras estão localizadas em propriedades privadas e não são abertas à visitação pública.

O turismo de aventura é o terceiro segmento em importância em Pirenópolis. A Secretaria de Turismo (2006) informou que são praticadas as seguintes modalidades: arvorismo, *rapel*, canoagem, *rafting*, *bicicross*, *mountain bike*, trilhas (a pé, cavalo, jipes), motocross, *boiacross*, tirolesa, entre outras. Outros segmentos não menos

importantes destacam-se, a exemplo do turismo científico, praticado por meio de estudos, pesquisas e observação de fauna nas RPPN's e no Parque dos Pireneus, e do turismo esotérico, que conta com três comunidades alternativas, sendo a do Santo Daime a mais conhecida.

No segmento de turismo de eventos e negócios, várias empresas e órgãos públicos realizam eventos na cidade. O Resort Pousada dos Pireneus recebe quantidade expressiva de eventos (cerca de 150 ao longo do ano) por oferecer moderno centro de convenções com dois auditórios de grande porte (1.200 e 600 lugares), seis auditórios menores para 200 pessoas cada, sala de projeção com capacidade para 140 pessoas, além de equipamentos de apoio (computadores, fax, telefones, internet, etc.) e pessoal especializado.

O Festival Gastronômico realizado anualmente no mês de maio é o principal evento de turismo gastronômico da região e um dos principais do Centro-Oeste. O evento conta com a participação de *chefs* internacionais e de restaurantes de Brasília e Goiânia. O público do festival tem alto poder aquisitivo e é, em sua maioria, do Distrito Federal.

O Canto da Primavera é outro evento importante que ocorre durante o mês de setembro. O evento consiste em festival com músicos da região e de renome nacional. A organização do evento fica sob responsabilidade da prefeitura e da Agência Goiana de Cultura - Agepel e as apresentações ocorrem às sextas e aos sábados como forma de atrair visitantes para a cidade. Artistas de renome nacional como Elba Ramalho, Daniela Mercury, Daniel, entre outros, já participaram do evento. A Feira Agropecuária ocorre no mês de outubro e tem abrangência regional.

Em relação às manifestações e tradições culturais, duas merecem destaque: a Festa do Divino/Cavalhadas, que ocorre na última semana do mês de maio, próximo ao

feriado de *Corpus Christi*; e a Festa do Morro, que acontece em julho no final de semana da lua cheia.

A Festa do Divino/Cavalhadas é a manifestação cultural mais importante da região e a que atrai o maior público, reunindo, além dos moradores locais e da zona rural, aqueles oriundos de municípios vizinhos, principalmente Brasília e Goiânia, alcançando a média de 40 mil visitantes a cada evento.

Merece destaque ainda a Cavalhadinha (evento realizado no *Corpus Christi*), as Pastorinhas (mês de dezembro), a Festa do Divino Pai Eterno (mês de junho) e a Festa de Santana (mês de julho). De todas essas manifestações, a de maior abrangência é a Festa do Divino/Cavalhadas, tendo as outras influência apenas local.

Existem três empreendimentos de turismo de saúde oferecendo serviços de tratamento para obesidade, *spas* e academias de ginástica.

A gestão do turismo no município é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. Existe conselho municipal de turismo, o qual tem participação no Fórum de Turismo do Centro-Oeste em Goiânia.

O Plano Diretor do município encontra-se em processo de elaboração. Entretanto, apesar da importância da atividade turística para o local não existe até o presente momento nenhum plano de desenvolvimento e nem fundo de desenvolvimento específico para o setor.

O município não oferece nenhum incentivo fiscal para atração de investimentos, mas de certa forma o fato de não haver fiscalização acaba por levar a maioria das empresas para a informalidade. Em pesquisa de campo feita em janeiro de 2006, observou-se que das 40 pousadas visitadas apenas uma oferecia nota fiscal.

O primeiro inventário da oferta turística foi feito em 1996 e está sendo atualizado desde outubro de 2006. A Agetur/GO é responsável pela atualização do

inventário, com participação da prefeitura e da Universidade Estadual de Goiás – UEG. A área urbana é dotada de sinalização turística e de trânsito, de acordo com o Guia Brasileiro de Sinalização Turística desenvolvido pela Embratur, pelo Iphan e Denatran.

O município conta com um número expressivo de artesãos (cerca de 450 pessoas) organizados em associação. O governo do Estado de Goiás oferece por intermédio do Banco do Povo linhas de microcrédito para artesãos. Pirenópolis participa do Programa do Artesanato Brasileiro, sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2006). A produção artesanal local produz peças em cerâmica, metal, jóias e semi-jóias em prata, móveis e peças em madeira de demolição, tecelagem, máscaras e artesanato mineral (quartzito e pedra sabão). Destaca-se também a produção de doces e frutas desidratadas.

O município dispõe de cadastro de artesãos, publicações e catálogos para divulgação do artesanato local, oficinas de artistas, escolas de artes e ofícios para jovens aprendizes, cadastro de produtos artesanais e oficinas de capacitação de artesãos. Há a participação do município em outros programas federais como: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf; Programa de Conscientização e Iniciação Escolar para o Turismo; Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora – PNDPA; Programa de Regionalização do Turismo; e Associação Brasileira de Clubes da Melhor Idade – ABCMI.

Existem eventos esportivos no município, tais como torneios locais de futebol, truco, *motocross*, *mountain bike;* e os eventos internacionais Rally da Paz e Rally dos Sertões utilizam a cidade como ponto de apoio. Porém, não existe Secretaria de Esportes e nenhum plano de desenvolvimento desta atividade, não havendo também incentivos fiscais ao setor ou curso superior de Educação Física.

Quanto aos equipamentos para prática de esportes, existem 06 quadras esportivas em estado regular de conservação (não cobertas, sem iluminação e sem cercado) e 01 quadra poliesportiva (coberta, iluminada e cercada) também em estado regular de conservação, com capacidade para um público de 800 pessoas. Há, ainda, um ginásio público municipal (iluminado e cercado) com a mesma capacidade da quadra poliesportiva.

Não há nenhuma piscina pública ou parque aquático. A Secretaria de Turismo informou que a cidade possui cerca de 40 piscinas, todas elas localizadas em propriedades particulares (residências e pousadas).

Os espaços esportivos públicos também são limitados. Existem 07 campos de futebol, sendo 03 gramados e 04 de terra, e todos encontram-se em estado regular de conservação. A única pista de atletismo com piso apresenta péssimo estado de conservação. A prefeitura municipal, com participação de recursos federais e estaduais, construiu estádio para a Festa da Cavalhada. Esse equipamento é composto de um campo gramado com arquibancada coberta, sendo utilizado para treinos e para a festa no mês de maio/ junho. A maior parte das modalidades esportivas praticadas no município ocorrem no único clube de lazer do local: a Associação Atlética do Banco do Brasil – AABB. Ali são desenvolvidas as modalidades de artes marciais, capoeira, ciclismo, futebol, futsal, hipismo, natação e vôlei.

No que diz respeito à legislação específica de que o município dispõe, existem as seguintes leis: uso e ocupação do solo, plano diretor, proteção ambiental e proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural.

A prefeitura, em parceria com organizações do *trade,* disponibiliza ao visitante por meio do Centro de Atendimento ao Turista os seguintes materiais de divulgação: guia turístico, folhetos promocionais, mapa turístico, vídeo promocional, posteres,

cartazes, cartão-postal, jornais e revistas informativas e calendário de eventos. As ações promocionais de divulgação do turismo são feitas com apoio da Agetur-GO e do Ministério do Turismo em níveis regional, estadual, nacional e internacional. Uma das ações mais importantes foi a participação dos cavaleiros da Festa do Divino em evento em Paris durante as comemorações do ano do Brasil na França (2005).

O destino turístico Pirenópolis é comercializado em âmbitos local, regional, nacional e internacional por agências de turismo. O município encontra-se inserido no "Roteiro do Ouro", que engloba os municípios goianos de Abadiânia, Alexânia, Cidade de Goiás, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Jaraguá, Olhos D'Água, Pirenópolis e Vila Propício.

O município dispõe de sete agências de turismo e receptivo – Savanah Ecotrilhas, Padilha Ecoturismo, Tilapa Tur, Cerrado Ecoturismo, Ecotur, Via Cerrado e Drena Ecoturismo e Aventura.. Também conta com 04 empresas de transporte turístico: Eduardo Toyota 4 x 4, Jovem Tur Van, Ligeirinho MotoTáxi, União e Colibri Passeios Ecológicos.

O fluxo de turistas, segundo estimativas da Secretaria de Turismo, é de cerca de 130 mil visitantes ao ano, sendo que os pólos emissores são Brasília (50% do fluxo), Goiânia (20%), outros estados (19%) e países (1%). Dentro do percentual de outros estados, destacam-se como pólos emissores São Paulo e Paraná e no percentual de turistas estrangeiros, Estados Unidos e Austrália.

A atração turística de maior visitação é a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, com um público superior a 1.000 turistas ao mês. Vale ressaltar que o atrativo é um dos poucos que registra o fluxo por meio de livro de assinaturas. O horário é limitado ao período entre 08h e 18h (parte interna do atrativo).

A maioria dos atrativos turísticos não tem meios oficiais para controle de fluxo de visitantes, e quando os têm não informam por receio de questões de cobrança de impostos.

A RPPN Vaga Fogo teve no ano de 2005 total de cerca de 15 mil visitantes registrados no livro de assinaturas. O ingresso cobrado pela visitação custa em torno de R$10,00 (dez reais) por pessoa apenas para caminhada pela reserva. Outras atividades como o arvorismo tem custo por pessoa de R$60,00 (sessenta reais). Os proprietários não informam a arrecadação do empreendimento por motivos particulares.

No ano de 2005 foi criada a única instituição de ensino superior do município, a Universidade Estadual de Goiás, que oferece os cursos de turismo e gastronomia. Foram realizados até o mês de janeiro de 2007 três concursos vestibulares e os cursos irão para o 3º semestre nesse período.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) - GO oferece cursos de capacitação de guias de turismo. Há associação de guias locais que congrega cerca 80 profissionais.

Na pesquisa sobre a motivação de visita ao município desenvolvida pela Secretaria de Cultura e Turismo foram identificados três principais motivos para visitação a Pirenópolis: em primeiro lugar encontram-se os atrativos culturais e naturais, seguido pelo descanso de final de semana e em terceiro lugar a participação em festas religiosas e folclóricas.

Essa mesma pesquisa identificou que o tempo médio de permanência são 2,5 dias e a concentração de visitantes ocorre em finais de semana e feriados prolongados.

Basílio (2006) destaca que a prefeitura, nos últimos anos, tem desenvolvido política de repressão ao turismo de massa e afirma:

> Antes de 1990 era permitido o acampamento nas margens do rio das Almas, então essa beira de rio ficava cheia de barracas e ônibus de excursão. Era um inferno, música alta, bebida demais, brigas, falta de moral de todo tipo. O Carnaval era a pior época do ano, ninguém agüentava essa cidade, só doido. De tanta reclamação, o secretário de turismo da época, Maurício Azeredo mandou a policia militar barrar os ônibus de excursão na entrada da cidade e nos trevos de Corumbá e Cocalzinho. Foi proibido também os acampamentos na beira do rio. Olha foi tanto protesto que teve gente que veio na porta da prefeitura com revolver na mão. O povo de Pirenópolis é um povo pacato, não gosta de bagunça, de falta de respeito e de vergonha. Os donos das pousadas e os comerciantes preferem o turista de hoje que não gosta de bagunça. O turista vem aqui em busca de sossego, não quer barulho. O turista de massa não gasta dinheiro, traz cerveja, traz barraca, traz comida, não gasta dinheiro nenhum na cidade, cria confusão, incomoda e depois vai embora e deixa o lixo para a prefeitura limpar. O turista de massa não gasta, só desgasta a cidade. Dia desses vieram uns rapazes aqui na prefeitura querendo alvará para fazer uma festa rave numa fazenda aqui perto. O prefeito não autorizou de forma nenhuma. Dizem que essas festas só tem droga, isso aqui a gente não quer não.

O *antimarketing* adotado pela prefeitura e *trade* objetiva coibir o turismo de massa, cujo público é composto por turistas de menor poder aquisitivo provenientes de Goiânia e Brasília. Os altos preços de hospedagem, alimentação e a proibição de circulação de ônibus sem registro na Embratur surtiram efeito nos fluxos turísticos, atraindo um público de maior poder aquisitivo e redirecionando o turismo de massa para outros municípios: Corumbá de Goiás, Cocalzinho de Goiás, Cristalina e Alexânia.

4.2 Alexânia

4.2.1 Caracterização Socioeconômica

O município de Alexânia limita-se ao norte com Corumbá de Goiás, a leste com Luziânia, ao sul com Silvânia e Abadiânia e ao nordeste com Santo Antônio do Descoberto.

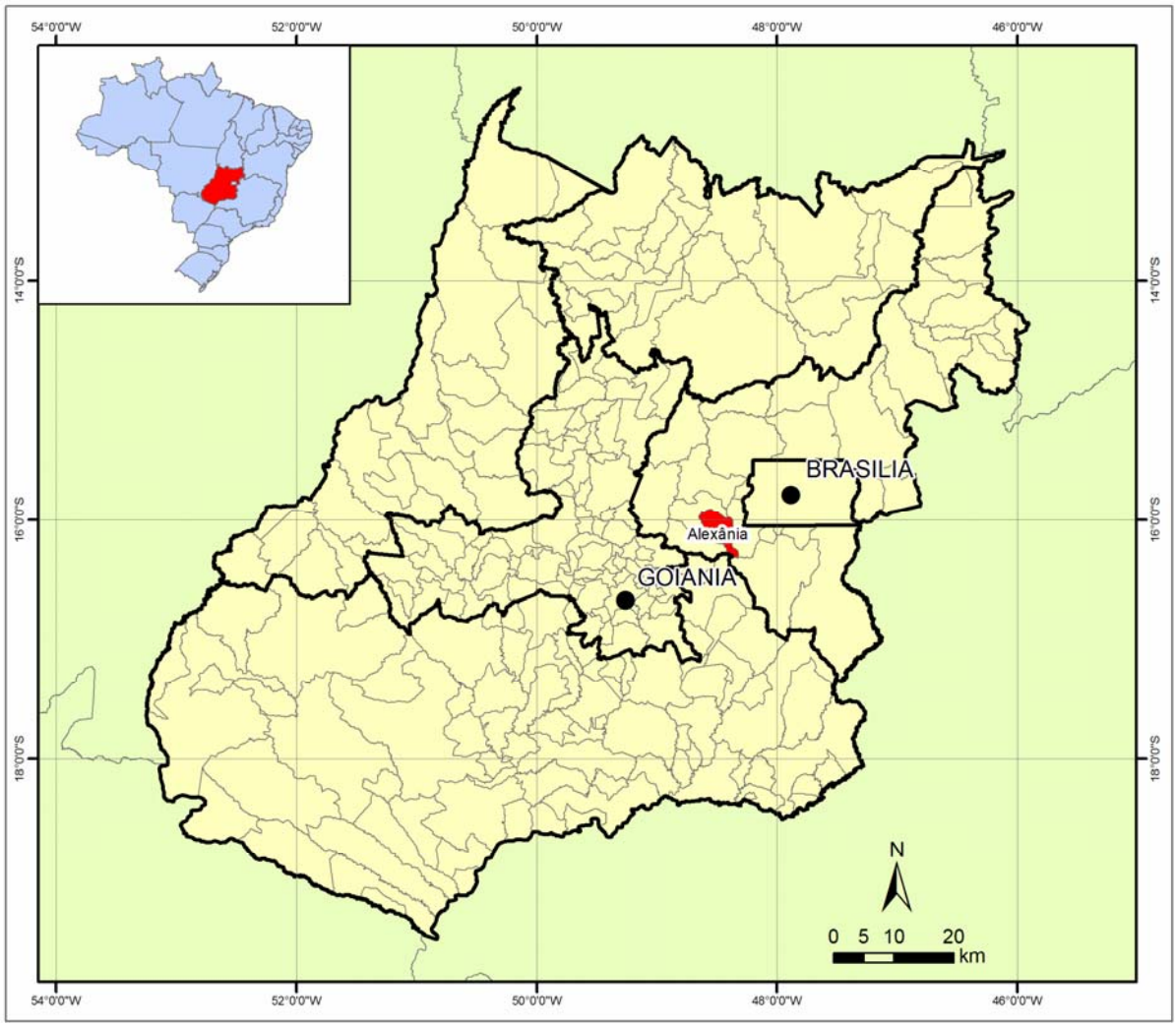
A sede urbana encontra-se distante da capital de Goiás cerca de 128 km, do Plano Piloto de Brasília 96 km, da fronteira com o Distrito Federal 60 km.

O município mais próximo é Abadiânia, distante apenas 34 km, seguido por Santo Antônio do Descoberto (44 km) e Corumbá de Goiás (48 km).

O município de Alexânia pertence à Mesorregião do Leste Goiano (vide mapa 07), onde se insere, e à Microrregião Geográfica do Entorno do Distrito Federal, juntamente com os municípios de Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Abadiânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Vila Boa, Valparaíso de Goiás e Santo Antônio do Descoberto.

O município de Alexânia sofre forte influência do Distrito Federal no que se refere à questão fundiária, verifica-se a aquisição de propriedades rurais por moradores do Distrito Federalra do município para fins de segunda moradia e de lazer. (imagens 9 e 10).

Mapa 07: Localização do Município de Alexânia – Goiás



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Piren%C3%B3polis, em 15 de janeiro de 2007, às 15h35min.

Imagem 09: Condomínios na zona rural de Alexânia às margens da BR-060.



Fonte: *Google Earth*, em 09 de junho de 2007, às 10h23min.

Imagem 10: Chácaras de final de semana – zona rural de Alexânia.



Fonte: *Google Earth*, em 09 de junho de 2007, às 10h24min.

O Distrito Federal atrai esses fluxos migratórios em busca de serviços e de programas sociais, tais como emprego, saúde, educação e moradia, oferecidos pelo poder público. No atendimento a essas demandas novos assentamentos são criados dentro do território do Distrito Federal. Porém, nem todos são atendidos e parte do fluxo destina-se aos municípios do Entorno, os quais quanto mais próximos estiverem da capital federal maior será seu crescimento urbano.

Durante anos conseguiu-se controlar a ocupação do Distrito Federal limitando ao máximo os novos assentamentos, porém, essa política não foi aplicada ao seu redor, refletindo-se na ocupação caótica do Entorno, principalmente nos municípios mais próximos à fronteira.

O município de Alexânia, mesmo distante cerca de 96 km de Brasília, sente reflexos dessa dinâmica populacional, absorvendo parte da população migrante sem muitas vezes oferecer possibilidades de fixação no seu próprio território. Os indicadores do IBGE permitem concluir que a população municipal é predominantemente urbana, com ligeira supremacia do sexo masculino. É uma contradição, pois a principal fonte de renda é a agropecuária, destacando-se a criação de gado bovino para corte e produção de leite, conforme mostram os dados da tabela a seguir:

Tabela 22: Alexânia - Evolução da População (1991-2004)

Ano	Total	Rural	Urbana	Densidade Demográfica hab./ km2
1991	16.472	6.972	9.500	19,42
1996	18.623	7.667	10.956	21,96
2000	20.047	4.112	15.935	23,64
2004	21.881	2.232	19.649	25,8

Fonte: IBGE, Censos Demográfico 1991 e 2000; contagem da população 1996 e projeção 2004.

É importante ressaltar que em Alexânia, além do perfil da população ser urbano, ainda vem ocorrendo o êxodo rural, pois em 2004, segundo os dados do IBGE (2000 e 2004), a população urbana passou de 19.469 habitantes enquanto a rural contabilizou

apenas 2.233 habitantes. Essa situação confirma que a mecanização e a modernização dos equipamentos utilizados na agropecuária absorvem menor quantidade de mão-de-obra, e o pequeno produtor sem insumos, sem apoio técnico e sem oportunidades de financiamento da produção acaba por vender suas terras para os médios e grandes proprietários. Outra hipótese para esse fato é a de que parte dessas propriedades passem a ter a função de moradias de final de semana.

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Alexânia (2005, p. 41):

> A área urbana tem crescido mais desordenadamente, sob o ponto de vista da adequação urbanística. O não cumprimento e observância de normas reguladoras de áreas e prioridades para o desenvolvimento urbano do município veio contribuir para que se instalem cerâmicas, marmorarias, olarias e áreas residenciais em áreas de preservação ambiental ou com outros usos.

A tabela 23 demonstra que o IDH Municipal de Alexânia foi crescente nas décadas de 90 e 2000. A tabela 24 apresenta informações relativas ao IDH do país, do Estado de Goiás e do município, território em estudo, onde se observa que o IDHM apresentou uma ligeira melhora de 1991 para 2000, embora ainda seja um indicador médio.

Tabela 23: Alexânia - IDHM (2000)

IDHM	Município		Estado
	1991	2000	2000
Total	0,622	0,696	0,776
Renda	0,562	0,629	0,717
Longevidade	0,647	0,664	0,745
Educação	0,656	0,796	0,866
Ranking no Brasil	-	2569º	8º
Ranking no Estado	191º	211º	165º

Fonte: Pnud/ IPEA/ IBGE – Novo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Tabela 24: IDHM, por setor – Brasil, Goiás e Alexânia (2000)

Unidade Territorial	IDH	Longevidade	Educação	Renda
Brasil	0,769	0,710	0,830	0,720
Goiás	0,776	0,745	0,866	0,717
Alexânia	0,696	0,664	0,796	0,629

Fonte: Pnud/ IPEA/ IBGE – Novo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

A renda mensal é relativamente baixa e era uma das menores do Estado de Goiás em 1991. Houve melhora significativa de mais de 40% na renda per capita no ano 2000, mas essa renda estava mais desigualmente distribuída de acordo com o Índice de Gini.[22] Esse aumento na renda per capita do município deve-se à expansão do agronegócio, à instalação de indústrias como a Schincariol e ao desenvolvimento das atividades relacionadas ao turismo.

Os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2000) revelam que aproximadamente 70% da população de Alexânia vive com o máximo de três salários mínimos. As principais fontes de renda são a agropecuária e o setor terciário (comércio e serviços). Do PIB municipal mais de 95% dos recursos são gerados por esses dois setores. O valor do PIB no ano 2000 foi de 23,08 milhões de reais.

Brasília constitui-se num mercado de trabalho para a população desempregada do município, que se desloca semanalmente, retornando a Alexânia nos finais de semana. Os dados do PIB municipal 2000 não consideram a instalação da fábrica de cerveja Schincariol, inaugurada em outubro de 2003. Essa indústria deve alterar profundamente os indicadores econômicos de geração de emprego, renda e arrecadação de impostos.

De acordo com as tabelas 25 e 26 a produção de cana-de-açúcar está entre as principais do setor agrícola, que inclui também a produção de soja, arroz, milho e feijão, não sendo menos importante a produção hortifrutigranjeira. Destacam-se o rebanho de gado leiteiro, o qual se encontra em grande desenvolvimento, e a suinocultura, que também contribui com a economia municipal.

[22] O Índice de Gini indica o grau de concentração de uma distribuição; no caso em estudo, da distribuição de renda da população de Alexânia. O Índice varia entre os valores de 0 a 1 e quanto mais próximo do valor 1, mais desigualmente distribuída é a renda considerada. Quando esse valor estiver acima de 0,50, isso indica uma distribuição desigual de renda.

Há uma granja no município que produz ovos para o mercado de Brasília. Os proprietários desse estabelecimento comercializam o adubo de galinha para chacareiros de Anápolis e Brasília. Essa atividade avícola pouco se vincula à organização econômica do município. De forma geral, observa-se que essas áreas tradicionais vêm sofrendo gradativo esvaziamento, com a venda de sítios e pequenas propriedades, que se tem convertido em áreas de lazer para moradores do Distrito Federal. Outra transformação expressiva no espaço rural diz respeito à mudança da finalidade do rebanho, ocorrendo substituição da pecuária leiteira pela de corte.

Tabela 25: Alexânia - Produção Agrícola (2000 a 2003)

Produtos	2000		2001		2003	
	Área Hectares	Produção Toneladas	Área Hectares	Produção Toneladas	Área Hectares	Produção Toneladas
Arroz (sequeiro)	100	80	100	150	70	107
Banana	320	8.000	320	8.000	320	8.000
Café	0	0	13	32	13	30
Cana-de-Açúcar	250	7.500	280	8.400	200	6.000
Feijão	400	880	400	200	500	500
Goiaba	10	400	0	0	0	0
Laranja	9	108	9	108	9	108
Limão	10	120	10	120	10	120
Mandioca	20	240	0	0	80	1.200
Maracujá	35	280	45	495	45	495
Milho	1.200	6.480	1.500	5.100	1.500	5.100
Soja	300	720	600	1.500	1.200	3.000
Tangerina	3	45	3	45	3	45
Tomate	0	0	60	2.400	50	2.000

Fonte: IBGE (2004).

Tabela 26: Alexânia - Efetivo Pecuário (1998 a 2002).

Produção	1998	1999	2000	2001	2002
Aves (cabeças)	415.000	456.000	525.000	555.000	550.000
Bovinos (cabeças)	36.000	37.000	41.000	40.000	45.000
Produção Leite (1.000 litros)	2.800	2.880	8.500	8.570	9.500
Produção Ovos (1.000 dúzias)	4.125	4.850	5.750	6.000	6.815
Suínos (cabeças)	6.000	6.000	6.300	6.600	6.950
Vacas Leiteiras (cabeças)	6.500	6.700	7.300	6.800	7.500

Fonte: IBGE (2004).

O contraste é nítido entre a área rural tradicional, localizada nos vales e contrafortes de escarpadas dissecadas das chapadas, e as áreas dos chapadões, onde se expande a agricultura modernizada, quer pela forma e densidade da ocupação, quer pelas relações sociais existentes. Nas áreas em processo de modernização, verifica-se, ainda, tendência à desestruturação do mercado de trabalho que, ao necessitar de mão-de-obra especializada, recorre a trabalhadores de outras regiões rurais, especialmente no Sul e Sudeste, deixando de oferecer emprego à população local. Os excedentes da área rural passam, assim, a procurar outras atividades, dedicando-se, entre outras tarefas, ao trabalho de conservação de chácaras e sítios e atividades domésticas.

Conforme dados da Prefeitura Municipal de Alexânia (2005, p. 80), no ano de 2003 o município possuía 38 estabelecimentos industriais e 156 estabelecimentos de comércio varejista. As indústrias são em sua maioria microindústrias.

Devido à proximidade de significativos mercados consumidores (Brasília, Anápolis e Goiânia), o setor industrial oferece grandes perspectivas de comercialização de suas produções, mas ainda possui pouca expressão. Essas pequenas indústrias são constituídas de fábricas de móveis coloniais, bambu, palitos de dente e churrasco, junco e vime (figura 20), além de doces, pasteurização de leite, cerâmicas, olarias, serrarias, serralherias e beneficiadoras de cereais, e do rico artesanato.

No ano de 2002, iniciou-se a construção da fábrica da Schincariol em Alexânia e a mesma foi inaugurada em outubro de 2003 (figura 21). A empresa é grande geradora de empregos diretos e indiretos e uma das maiores responsáveis pelo desenvolvimento no município.

A fábrica foi criada para atender grandes centros consumidores da região: Brasília, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e ainda o Triângulo Mineiro. “A produção anual da empresa é de 1,5 milhão de hectolitros de cerveja e 500

mil hectolitros de refrigerante por ano. O número de empregos gerados é de 250 diretos e mais de 2.500 empregos indiretos". Conforme dados da Prefeitura Municipal de Alexânia (2005:82).



Figura 20: Fábrica de móveis Bambuvime.
Fonte: o autor, em janeiro de 2005.

No segmento de indústrias de bebidas têm-se dois outros importantes empreendimentos: o alambique Cambeba (figura 22) e o alambique da Cachaça do Ministro, essa última de propriedade do ex-ministro do Supremo Tribunal de Justiça Carlos Átila. A prefeitura municipal desenvolve projeto em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente, Turismo e Cultura para a criação do pólo da cachaça.

O objetivo desse projeto, implantado a partir de 2006, é a atração de turistas para o município motivados pela visita a alambiques e a degustação e compra de cachaça. A

criação da marca "Cachaça de Alexânia" é estratégia de *marketing* para posicionar esse produto no mercado nacional e futuramente no internacional.

Segundo Nery (2006), um dos objetivos é:

> Mostrar a qualidade da cachaça produzida no município e a partir do turismo divulgar o produto em nível nacional e internacional. Se nós conseguirmos consolidar o produto local, iremos, com certeza, exportar parte da produção, gerando mais empregos e melhorando cada vez mais o nosso município. Outros lugares do Brasil já conseguiram isso: Salinas, em Minas Gerais, Pernambuco, Pirassununga, em São Paulo. Queremos levar Alexânia e sua gente para o mundo.

O comércio local é constituído de armazéns de produtos secos e molhados, ferragens, produtos agropecuários, materiais de construção, farmácia, lojas e dezenas de bares e botequins, além de grande número de açougues.

Os estabelecimentos de prestação de serviços consistem em escritórios de contabilidade, imobiliárias, despachantes, salões de beleza, barbearias, hotéis, dormitórios, postos de gasolina e escritórios de advocacia.

No que diz respeito à comercialização dos produtos, os pequenos produtores rurais utilizam como canal de escoamento a sede do município, por meio do galpão onde funciona uma feira aos domingos.

Outra forma de comercialização é representada pela venda de produtos, fazendo uso do sistema de armazenagem de Anápolis e do Centro de Comercialização de Alexânia. A Feira do Troca, apesar da informalidade, também representa importante forma de comercialização de produtos, notadamente artesanais.

De acordo com dados da Secretaria de Meio Ambiente, Turismo e Cultura (2006), "a Feira do Troca tem um fluxo de visitantes de cerca de 15 mil pessoas. As feiras são realizadas duas vezes ao ano no primeiro domingo dos meses de junho e dezembro".



Figura 21: Fábrica de Cerveja Schincariol
Fonte: o autor, em janeiro de 2005.



Figura 22: Alambique Cambeba.
Fonte: o autor, em janeiro de 2005.

Conforme dados da Prefeitura Municipal de Alexânia (2005, p. 44):

> A educação no município fica a cargo da Secretaria Municipal de Educação para a administração de 33 escolas municipais (23 na área urbana e 10 na área rural). O município conta ainda com 6 escolas estaduais, 11 particulares e 1 creche municipal.

Não há nenhuma instituição de ensino superior no município. Essa demanda é suprida por instituições de Anápolis, Brasília e Goiânia (vide tabela 27).

O município tinha, em 2003, 6.597 alunos matriculados (vide tabela 28), sendo 3.340 alunos em escolas municipais, 2.892 nas escolas estaduais e 365 alunos nas escolas privadas, incluindo os alunos da educação de jovens e adultos. A prefeitura administra ainda uma escola de música e uma de informática com cursos de curta duração. Os dados do Censo do IBGE (2000) disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Alexânia (2005, p. 48) "indicam que, no ano 2000, 72,48% da população era alfabetizada e 27,52% são analfabetos, ai incluídos os menores de 5 anos de idade".

Duas justificativas foram dadas para essa situação: as dificuldades que os jovens enfrentam para estudar, principalmente os da zona rural, e o fato de que o município recebeu população migrante com baixa ou nenhuma escolaridade, o que contribuiu para a elevação dos índices de analfabetismo.

Tabela 27: Alexânia - Número de Estabelecimentos, conf. Grau e Dependência (2002)

Grau	Total	Estadual	Municipal	Particular
Pré-Escola	4	-	1	3
Creche	1	-	1	-
Alfabetização	11	-	8	3
Fundamental	30	4	23	3
Ensino Médio	2	1	-	1
EJA*	1	1	-	-
Educação Especial	2	-	1	1
Ensino Superior	-	-	-	-
Total	51	6	34	11

Fonte: Prefeitura Municipal de Alexânia (2005).
*EJA: Educação de Jovens e Adultos

Tabela 28: Alexânia - Alunos Matriculados por Dependência Administrativa (2003)

Grau	Total	Estadual	Municipal	Particular
Pré-Escola	156	-	91	65
Creche	81	-	81	-
Alfabetização	352	-	288	64
Fundamental	2.435	-	2.270	165
Ensino Médio	2.286	1.846	378	62
EJA	806	797	-	9
Educação Especial	481	249	232	-
Ensino Superior	-	-	-	-
Total	6.597	2.892	3.340	365

Fonte: Prefeitura Municipal de Alexânia (2005).
*EJA: Educação de Jovens e Adultos

De acordo com pesquisa da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Alexânia (2005, p. 49) ressalta-se que a população:

> Apresenta um alto grau de insatisfação com o setor de educação no município, com relação à qualidade do ensino pela falta de qualificação dos professores. Alegam que se deslocam para outras localidades para cursarem, principalmente, o ensino médio, para adquirirem bases para enfrentar o ensino superior, bem como para competir no mercado de trabalho, nos vestibulares e concursos públicos. Alegam, ainda, que os professores melhores qualificados não ficam no município, saem para o mercado de Brasília, Anápolis e Goiânia que oferecem melhores remunerações e oportunidades de se desenvolverem e, cada vez mais, se capacitarem.

A forte relação entre Alexânia e o Distrito Federal é percebida no setor de saúde e no mercado de trabalho, tendo em vista que apesar da distância de cerca de 96 km muitos moradores locais trabalham no Plano Piloto, Taguatinga e Gama. Grande parte dos salários e remunerações recebidos por esses trabalhadores é utilizada em Alexânia, por questão da diversidade de opções e pelo menor preço de produtos e serviços, além da propriedade privada da moradia.

Segundo Nery (2006), "existem cerca de 700 chácaras e pequenas propriedades rurais no município, cujos proprietários são do Distrito Federal e utilizam essas propriedades no final de semana e feriados prolongados". Esse movimento pendular de população gera significativa parcela da renda que é gasta no comércio e nos serviços em geral.

O sistema de saúde encontra-se sob responsabilidade municipal por meio da Secretaria de Saúde. As limitações no setor de saúde levam também a população local a procurar os equipamentos de saúde do Distrito Federal. Os Hospitais Regionais do Gama e Taguatinga e o Hospital de Base são os mais procurados pelos moradores de Alexânia.

O município dispõe de 01 hospital pronto socorro e 02 postos de saúde localizados na sede e 01 no Distrito de Olhos D'Água. Esses equipamentos são públicos e não conseguem atender à demanda local. O hospital foi inaugurado no ano de 2004 e conta com 34 leitos, cinco médicos gerais, um cirurgião, um ginecologista, um radiologista e um dentista.

O município conta com apenas uma ambulância e os atendimentos considerados mais graves ou nos casos em que o hospital não dispõe de profissionais especializados, são encaminhados para o Distrito Federal.

Em geral, os municípios do Entorno encontram-se em situação deficitária no setor de saúde, tanto no que se refere à estrutura física, quanto à mão-de-obra especializada. Os baixos salários pagos nos municípios, a falta de condições de trabalho e a proximidade de Brasília, que oferece melhores salários e oportunidades, são alguns dos fatores que explicam esse quadro.

Os serviços de comunicação estão concentrados em uma agência pública dos Correios e em três bancas de revistas e jornais, que disponibilizam os jornais: O Anápolis, Jornal de Brasília, Correio Braziliense, O Popular e o Diário da Manhã. No município são editados dois jornais: O Gazeta Regional e Cidade Notícia.

Os sistemas de telefonia fixa e móvel são explorados pelas empresas Brasil Telecom, Vivo e Claro. Há uma repetidora de rádioamador ligada à Brasília e Goiânia. Não existem repetidoras de televisão, sendo que o município recebe sinais de emissoras

de televisão de Brasília e Anápolis. As emissoras de rádio também são originárias das principais cidades do eixo: Brasília, Anápolis e Goiânia.

A BR-060 é o principal meio de acesso ao município. Essa rodovia já se encontra duplicada. A BR-153 interliga os municípios de Alexânia, Abadiânia, Santo Antonio do Descoberto e na região norte Anápolis, Goiânia e Pirenópolis. Conta ainda com as rodovias estaduais GO-225, que interliga Corumbá de Goiás a Alexânia, e a GO-139, que interliga Silvânia, Alexânia e Corumbá de Goiás; partes dessa última rodovia foram alagadas pelo lago de Corumbá IV, aumentando a distância em relação à Silvânia, sendo a comunicação entre esses municípios feita agora via Anápolis.

O eixo da BR-153 tem como característica a produção destinada ao fomento de hortifrutigranjeiros, laticínios e produtos da indústria rural e do artesanato.

O município não dispõe de ônibus urbanos e a demanda por transporte coletivo é atendida por *vans*, microônibus e mototáxis, em grande maioria irregulares. Como não há ônibus intermunicipais, os moradores utilizam os serviços de particulares quando necessitam ir aos municípios mais próximos.

Existe fluxo significativo de ônibus entre Brasília, Anápolis e Goiânia pela BR-060 e algumas dessas linhas param na rodoviária de Alexânia. Esse trajeto é monopolizado pelas grandes empresas Araguarina, Anapolina, Transbrasiliana, Viação Goiânia e Expresso Nacional. Não há linhas diretas partindo de Alexânia para nenhum destino; todas as linhas que atendem o município estão em trânsito.

Os distritos e povoados encontram-se isolados devido à falta de transporte regular. A fábrica da Schincariol, localizada no distrito de Serra do Ouro, dispõe de serviço particular para transporte de seus trabalhadores. Não existem outros meios de transporte (ferroviário, hidroviário ou aéreo). A necessidade de vôos é mínima e suprida pelo aeroporto de Brasília.

O fornecimento de energia elétrica é atendido pelas Centrais Elétricas de Goiás – CELG e abrange a zona urbana e rural. Novas perspectivas de desenvolvimento, principalmente industrial, configuram-se a partir da inauguração da usina hidroelétrica de Corumbá IV.

A usina localiza-se no município de Luziânia, mas a maior extensão do lago encontra-se em Alexânia, que sofre fortes impactos pela formação do lago e inundação de cerca de 150 propriedades rurais.

As tabelas a seguir demonstram a situação dos domicílios particulares no tocante ao abastecimento de água, existência de sanitários e tratamento do lixo doméstico.

Tabela 29: Alexânia -Abastecimento de Água (2000)

Municípios	Domicílios Particulares Permanentes			
	Total	Forma de Abastecimento de Água		
		Rede Geral	Poço ou nascente	Outra
Goiás	1.398.015	971.358	389.732	36.925
Alexânia	5.505	3.544	1.897	64

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000.

Tabela 30: Alexânia - Existência de Banheiro ou Sanitário (2000)

Municípios	Domicílios Particulares Permanentes		
	Existência de Banheiro ou Sanitário		
	Tinham		Não Tinham
	Total	Rede Geral	
Goiás	1.332.283	424.472	65.732
Alexânia	5.302	23	203

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000.

Tabela 31: Alexânia - Destino do Lixo (2000)

Municípios	Domicílios Particulares Permanentes	
	Destino do Lixo	
	Coletado	Outro Destino
Goiás	1.134.399	263.616
Alexânia	4.065	1.440

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000.

Verifica-se que a rede geral de abastecimento de água atende praticamente 71% dos domicílios municipais, sendo que 96% têm banheiro ou instalação sanitária. Porém, a maioria não está ligada à rede de esgoto, que praticamente inexiste no município. O descarte dos esgotos é feito por meio de fossa séptica ou lançados *in natura* nos cursos hídricos.

A coleta de lixo é feita pela prefeitura por intermédio de 02 caminhões cedidos um pelo governo de Goiás outro pelo Distrito Federal. A coleta é feita duas vezes por semana e o material coletado é depositado em aterro sanitário a montante da bacia de drenagem do rio Corumbá. Nos distritos e povoados e em parte da área urbana não há coleta de lixo e os moradores fazem seu depósito em terrenos baldios.

A área rural é constituída de espaços organizados segundo dois tipos de processo. O primeiro ocorre na porção nordeste do município (BR-060 até o município de Abadiânia), materializando-se em áreas ocupadas mais intensamente por sítios e chácaras de fins de semana. Nessas áreas encontram-se também agricultores vindos do Sul do Brasil, que cultivam em moldes modernos milho, feijão, soja e tomate. A segunda forma de ocupação ocorre nas porções sul e noroeste do município e relaciona-se às atividades tradicionais, onde predominam lavouras de subsistência e pecuária bovina extensiva.

O Distrito de Olhos D'Água encontra-se nessa segunda área, destacando-se como produtor de leite, cana-de-açúcar, lavouras de subsistência, sendo igualmente importante o artesanato rural de cerâmica, rapadura e tecelagem. Pequenos e médios produtores predominam nessa porção do território e desenvolvem suas atividades utilizando-se de métodos tradicionais, o que resulta em baixa produtividade.

3.2.2 O quadro natural e a construção de Corumbá IV.

O município de Alexânia encontra-se inserido na bacia hidrográfica do rio Paraná. Os principais usos da água são: abastecimento público, irrigação e geração de energia. Na área do município os principais representantes dessa bacia são os afluentes do rio Corumbá.

Com a formação do lago da usina de Corumbá IV houve o represamento do rio Corumbá e muitos dos seus afluentes se transformaram em braços do lago, com o aumento da lâmina d'água e o fim de corredeiras e cachoeiras. O lago já é utilizado para o lazer, sendo local de pescaria para moradores locais e visitantes. O plano de manejo do lago prevê a instalação de equipamentos turísticos e condomínios de segunda moradia em suas margens, mas devido ao pouco tempo de formação do lago essa realidade ainda é pouca percebida.

O aproveitamento da usina é múltiplo, visando ao abastecimento de água da microrregião do Entorno e do Distrito Federal, bem como à geração de energia elétrica com 127 megawats de potência instalada. O lago formado tem um reservatório de água que ocupa área de 173,3 km2, abrangendo territórios dos municípios de Luziânia, Santo Antonio do Descoberto, Silvânia, Alexânia e Abadiânia.

O reservatório elevou o nível de água dos Rios Corumbá, Sapezal, Galinha e Areias. O alagamento é maior nas áreas a jusante da sede municipal, localizadas ao sul do município. É possível identificar dois grandes domínios hidrográficos controlados pela topografia. Um domínio a Nordeste, com águas convergindo para o rio Areias, e outro domínio a sul do município, com águas convergindo para o rio Corumbá. Somente no extremo sul as águas do rio Areias deságuam no Corumbá. O domínio Nordeste, marcado pelo rio Areias, exerce função de limite municipal com Santo Antônio do Descoberto e Corumbá de Goiás (imagem 11 e figura 23).

Imagem 11: Obra de duplicação da BR-060 sobre o Rio Areias.



Fonte: *Google Earth*, em 09 de junho de 2007, às 10h24min.



Figura 23: Lago de Corumbá IV às margens da BR-060 (Rio Areias).
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em janeiro de 2006.

O domínio Sul é marcado pelo rio Corumbá, divisor territorial com os municípios de Abadiânia, Silvânia e Luziânia. O seu principal afluente é o Rio do Ouro (outro limite com Corumbá de Goiás), possuindo ainda como afluentes os Córregos Sapezal, Coqueiro, Mutum e Ribeirão das Galinhas.

O relevo característico do Planalto Central, com chapadas, encostas e vales, é típico no município. As áreas planas dos topos de chapadas são ocupadas por atividades agrícolas de grande porte distribuídas por todo o território. Em contrapartida, as áreas acidentadas são ocupadas por pequenas propriedades.

Segundo dados da Prefeitura Municipal de Alexânia (2006), as áreas agrícolas representam cerca de 20% do território do município. O meio físico é caracterizado por um substrato rochoso formado por rochas proterozóicas (anteriores a 600 milhões de anos), as quais modelam o relevo, que por sua vez determina os tipos de solo encontrados no município, os quais influenciam diretamente nas formas de ocupação do solo. Esse contexto gera influências sobre a qualidade e quantidade dos mananciais hídricos superficiais e subterrâneos.

As formações florestais, representadas por matas ciliares e cerradões, representam aproximadamente 26% do território. Essas formações encontram-se bastante alteradas pela ação antrópica, seja pela expansão da fronteira agrícola, seja pela utilização de madeira para a indústria cerâmica.

As formações de cerrado aberto apresentam ação antrópica com alto grau de alteração. Cerca de 42% da área total do município é coberta por esse tipo de formação, porém, a expansão das atividades agrícolas e da indústria cerâmica indica a redução dessa cobertura nos próximos anos.

Os campos de cerrado ou pastagens cultivadas representam 11% do território e são utilizados para a pecuária extensiva. O meio biótico caracteriza-se pelo bioma

cerrado. Nota-se que as áreas planas do município encontram-se praticamente descaracterizadas por atividades agropecuárias. Os remanescentes desse bioma restringem-se às áreas acidentadas dispersas pelo território.

A área ao sul do município caracteriza-se por uma fraca densidade demográfica, já que a atividade predominante é a pecuária extensiva. O relevo é bastante movimentado, com ocorrência de solos de média e baixa fertilidade, sendo freqüente a retirada de areia dos rios.

Tanto o domínio Norte quanto o Sul são responsáveis pelo abastecimento de culturas irrigadas. Nas bacias hidrográficas do município, principalmente no Rio Corumbá e em seus afluentes são explorados recursos minerais, tais como ouro, areia e cascalho.

Outra característica dessa área é a extração de madeiras do cerrado que são utilizadas para a produção de carvão. Deve-se registrar o acentuado processo erosivo, a formação de voçorocas, além do assoreamento e mudanças no trajeto dos cursos d'água de alguns rios e córregos.

Devido à impermeabilização do solo na área urbana, à inexistência de sistema de drenagem pluvial e à fragilidade do solo, há o grave problema dos processos erosivos no município.

As erosões acompanham as áreas marginais à BR-060 e a estrada municipal que interliga a sede ao distrito de Olhos D'Água. O clima é tropical continental com duas estações bem definidas. A temperatura média é de 31ºC, com máxima de 38ºC e mínima de 9º C.

4.2.3 De Olhos D'Água à Alexânia: transformações ao longo da história

Os primeiros registros de ocupação do território atualmente constituído pelo município de Alexânia têm suas origens no Ciclo da Mineração no Século XVIII com a constituição de fazendas de criação de gado bovino e produção de gêneros alimentícios para abastecer os municípios vizinhos de Santa Luzia (atual Luziânia) e Meia Ponte (atual Pirenópolis). Os documentos históricos da Prefeitura Municipal indicam o surgimento do núcleo urbano no ano de 1939 com a criação do atual distrito de Olhos D'Água.

> Segundo contam os moradores mais antigos da localidade e os documentos históricos coletados, contam que por volta do ano de 1939, na região de Olhos D'Água, Dona Francisca andava muito aflita com os boatos de que a escravidão poderia voltar. Ela, com muita fé, apegou-se a Santo Antônio de Pádua e o pediu que a livrasse do sofrimento de voltar a ser escrava. Com a confirmação de que a Lei Áurea não seria revogada e que realmente havia sido abolida para sempre a escravatura no Brasil, Dona Francisca encabeçou um movimento para a construção de uma capela em louvor a Santo Antônio de Pádua. Tomando conhecimento do empenho de Dona Francisca, o padre Salesiano Luiz Maria Zeferino pediu ajuda aos fazendeiros da região para construção de capela. Os fazendeiros Geminiano Queiroz e João Parente, que eram cunhados, doaram 15 alqueires de terra. A capela foi fundada em 1941 em um sítio bem perto de um "olho d'água", uma nascente, onde boiadeiros e outros viajantes faziam ponto de parada para descanso e pernoite. (Prefeitura Municipal de Alexânia, 2005, p. 31)

As terras restantes em volta da capela foram repartidas pela igreja em pequenos lotes e cedidas a quem quisesse morar ali. Dessa forma, famílias provenientes de municípios vizinhos foram chegando e formando o povoado que posteriormente passou à condição de Distrito de Corumbá de Goiás. A maior parte dos moradores era oriunda de Corumbá de Goiás e construíram as suas residências copiando o estilo colonial existente naquela cidade histórica. As características da arquitetura de Olhos D'Água conferem a impressão de ser mais antiga do que realmente é.

Os materiais utilizados são adobe, madeira e telhas de barro fabricadas pelos próprios construtores. O conhecimento dos antigos mestres da construção civil foi

perdido em função da modernidade e do surgimento de novos materiais construtivos. No ano de 1955, a população local tomou conhecimento da construção da nova capital federal nas proximidades do município.

Inicialmente, houve uma fase de grande euforia com a criação de Brasília, “os moradores acreditavam que tudo mudaria para melhor, a cidade iria crescer e ter melhorias e principalmente as pessoas iriam enriquecer do dia para a noite”. (Nery, 2006)

Em 14 de novembro de 1958, por intermédio da lei n° 2115, houve a emancipação política de Olhos D’Água a partir do desmembramento de Corumbá de Goiás. Na década de 60, o então prefeito Alex Abdala, grande proprietário de terras e empreendedor do setor imobiliário, decide transferir a sede municipal para um novo loteamento às margens da BR-060, que interliga Brasília à Goiânia.

O novo empreendimento prometia melhores condições de desenvolvimento e vida aos compradores. Daí a origem do nome atual do municipal, Alexânia, em homenagem ao prefeito e empreendedor imobiliário que doou terras para a construção dos órgãos públicos. É notório que grande parte dos lotes urbanos residenciais e comerciais foi vendida, beneficiando o prefeito da época.

A construção da BR-060 transformou profundamente a estrutura social, política e econômica do município. A sede e o nome do município transferem-se de Olhos D’Água para a “nova cidade de Alexânia”.

O novo loteamento cresce em número de moradores que ali se instalaram para a construção da estrada. Alexânia torna-se parada obrigatória para os viajantes, oferecendo serviços de postos de combustíveis, restaurantes, hotéis e comércio variado.

Com a transferência da sede do município para as margens da rodovia, Olhos D’Água passa a ser distrito de Alexânia. A efetivação do município aconteceu em 14 de

novembro de 1963, quando a Assembléia Legislativa do Estado de Goiás aprovou a lei n°. 4.919 de criação do município e a mudança de seu nome.

O município conta com os seguintes distritos: Olhos D'Água, distante cerca de 18 km da sede municipal (figuras 24 e 25) e com população de 2.500 habitantes, e Serra do Ouro, às margens da BR-060 e cerca de 10 km da sede municipal, com 750 habitantes.

O município conta também com cerca de sete povoados: Alvorada, Estiva, Morada do Sol, Três Vendas, Igrejinha, Arraial do Tônico e Caxambu. O distrito de Serra do Ouro passa por processo de crescimento e expansão urbana, pois o distrito industrial de Alexânia localiza-se ali.

O maior empreendimento industrial existente é a Fábrica de Cervejas Schinchariol, além da Fábrica de Cachaça do Ministro, entre outros empreendimentos de pequeno e médio porte.



Figura 24: Igreja de Olhos D'Água
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em janeiro de 2006.



Figura 25: Rua do Distrito de Olhos D'Água.
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em janeiro de 2006.

4.2.4 O Turismo: uma das alternativas de desenvolvimento local

Nas décadas que antecedem a construção de Brasília (anos 30 e 40), a agricultura de subsistência e a pecuária representavam as únicas alternativas de geração de emprego e renda no município. Os produtos cultivados eram o milho, o feijão, o arroz e a mandioca, além da criação de pequenos animais (aves e porcos).

O isolamento do município em relação a cidades maiores e as dificuldades de transporte conservaram antigos modos de produção artesanal, como a de utensílios de barro (panelas, potes), de madeira (gamelas, colheres de pau) e de outros artefatos a exemplo de cestos, chapéus e tecelagem.

A tecelagem merece destaque por ser até a atualidade uma técnica produtiva ainda existente no município. A arte da tecelagem é desenvolvida pelas mulheres a

partir da pequena produção de algodão e lã. Essa matéria-prima passa pelo processo de descaroçamento e produção de fios, que posteriormente serão tingidos utilizando pigmentos de plantas e resinas nativas do cerrado. Essa arte é passada de geração para geração e resiste ao avanço da modernidade. O distrito de Olhos D'Água é reconhecido pela excelência e qualidade de sua tecelagem, que serve de fonte de renda para número significativo de famílias.

A pequena produção artesanal envolve as famílias locais, contando com a participação de crianças na limpeza e descaroçamento do algodão, que dessa forma aprendem os saberes tradicionais de sua comunidade. Aos adultos cabem os trabalhos mais pesados como a roda de fiar, a dobradeira, as cardas, o tear e seus acessórios.

No ano de 1974, a estudante Laís Aderne do curso de pós-graduação em Pedagogia da Universidade de Brasília conhece o distrito de Olhos D'Água e fica impressionada com o isolamento e as carências da população local e implanta no local projeto de arte e educação, conhecido como Feira do Troca.

A Feira do Troca acontece duas vezes ao ano, no primeiro domingo dos meses de junho e dezembro, sendo canal de escoamento da produção artesanal e de aquisição de produtos industrializados. O projeto evoluiu e ganhou repercussão regional. Os artesãos locais são organizados em cooperativa e resgatam importantes conhecimentos do passado.

Importante resgate cultural é a forma de comercialização dos produtos, a chamada gambira ou catiragem que é a troca do artesanato por produtos industrializados e de primeira necessidade. Reeditada e maior a cada ano, a Feira do Troca é uma alternativa encontrada para adquirir gêneros não produzidos no município.

Segundo Nery (2006):

> Em um primeiro momento, a Feira do Troca alavancou a produção artesanal do município. A cada ano, o evento vem crescendo mais, com um número maior de artesãos, vendedores e compradores. Vem gente de Goiânia, Anápolis, Brasília e até do exterior. Tem todo tipo de produto e é uma festa que envolve toda a comunidade. Comida, bebida, comércio, gente, é uma festa.

A produção artesanal do município sofreu um forte impacto com a construção da nova capital federal. Paulatinamente, os saberes tradicionais foram sendo substituídos pelos produtos que a modernidade da cidade oferecia e pela expansão do comércio de produtos industrializados por meio de supermercados.

Dessa forma, as técnicas tradicionais de produção artesanal de cestaria, tecelagem e madeira ficaram restritas aos moradores mais antigos e pobres e, principalmente do distrito de Olhos D'Água. Por um lado, a pobreza ajudou a conservar técnicas artesanais da época da ocupação inicial da região.

A partir dos anos 1970, com a abertura da BR-060 e o crescimento dos fluxos de turistas para o município, as práticas e produtos artesanais passam a ser motivação de viagem.

O artesanato local mantém a sua marca própria na tecelagem manual e no trançado de fibras naturais, o que tem atraído fluxo significativo de turistas da região e de outros estados em busca dos produtos locais, do clima ameno e da tranqüilidade bucólica do distrito de Olhos D'Água.

Outro atrativo turístico é a culinária regional feita no fogão a lenha, destacando-se o arroz com pequi, a galinhada com açafrão e gueroba, o peixe frito (a folha da planta "assa-peixe" à milanesa) e a carne de porco.

O visitante mais ilustre que conheceu Olhos D'Água à época da construção de Brasília (anos 1950) foi o escritor mineiro Carlos Drummond de Andrade, que assim a descreveu:

> Olhos D'Água é um lugarejo como tantos outros, sem sequer uma fumacinha de importância no quadro do desenvolvimento nacional. E, como tantas outras, é violentada pelas conseqüências da expansão urbana, que impõe novas exigências sociais sem a compensação de tranqüilidade e alegria. Prefeitura Municipal de Alexânia (2005, p. 35)

O distrito possui ruas em parte ainda de terra e em outra parte pavimentada com diversos materiais, tais como bloquetes, asfalto e pedra picada. O traçado viário em sistema de malha de xadrez tem no centro uma praça quadrada, com igreja e outras edificações, num desenho semelhante às cidades coloniais brasileiras.

Nas demais ruas localizam-se as residências, casas com comércio local, oficinas e postos de venda do artesanato local, além de restaurantes e pousadas. A arquitetura tradicional está preservada e alguns imóveis foram comprados por moradores de Brasília, que os reformaram, estabelecendo assim segunda moradia de final de semana.

Esse núcleo urbano começou a sofrer processo de estagnação após a construção da BR-060 e o desenvolvimento de Brasília, mediante a ligação com Goiânia, o que incentivou a criação e o crescimento da cidade de Alexânia, a qual posteriormente veio a se transformar na sede municipal.

Em visita ao Distrito de Olhos D'Água, que deu origem ao município de Alexânia, verificou-se que os moradores ressentem-se da falta de apoio e atenção da prefeitura em relação ao distrito, seja quanto à conservação das edificações e da infra-estrutura urbana, seja pela ausência de incentivos aos artesãos na fabricação, transporte e colocação de seus produtos no mercado.

Carlos[23] (2006) diz que "a gente recebe pouco apoio da prefeitura, tudo é para Alexânia e quase nada para nós". Essa fala exemplifica a relação conflituosa entre distrito e sede municipal motivada ainda pelas mudanças ocorridas na década de 60. Outro aspecto importante é a dependência de parte dos moradores em relação ao poder

[23] Entrevista com artesão local.

público. Os moradores do distrito ressentem-se da falta de representatividade junto à prefeitura municipal.

Apesar disso, os moradores consideram-se auto-suficientes na produção de gêneros de primeira necessidade como arroz, milho, feijão, mandioca e animais de criação (porcos, aves e bovinos). Segundo informações da Prefeitura Municipal de Alexânia (2005, p. 38), "a maior parte dos pequenos agricultores trabalha como meeiros para os fazendeiros da região".

A cultura nativa do município ainda é essencialmente guardada no Distrito de Olhos D'Água. Na sede municipal são quase inexistentes os locais e práticas de preservação da cultura. A partir do ano de 2004, a prefeitura criou o centro de comercialização da cidade, onde são realizadas feiras, exposições e vendas dos produtos artesanais do município.

A população ainda preserva as festas e manifestações populares, principalmente as realizadas nos meses de junho e julho. As principais manifestações dessa cultura popular são a Festa do Divino Espírito Santo, a Festa de Santo Antônio, a Festa do Imaculado Coração de Maria (padroeira do município), o Bumba Meu Boi de Olhos D'Água e a Feira do Troca.

A Associação Comunitária do Desenvolvimento Sustentável de Olhos D'Água - Acorde foi criada a partir da Feira do Troca, nos anos 70. É uma entidade sem fins lucrativos, criada pela comunidade e por amigos do distrito. Dirigida por voluntários, tem por objetivo desenvolver ações que promovam a melhoria da qualidade de vida dos moradores e fomentar e preservar a produção artesanal, fortalecendo o associativismo.

A associação tem desenvolvido projetos para a melhoria da qualidade dos produtos têxteis, no sentido de abrir novos mercados e canais de comercialização, além de atender às demandas do turismo, estrategicamente gerando emprego e renda.

O município participa do Programa do Artesanato Brasileiro desenvolvido pelo Ministério da Indústria e Comércio Exterior por meio da criação de cadastro de artesãos, publicação de catálogos e cadastro dos produtos artesanais. No âmbito desse programa são oferecidas oficinas técnicas para artesãos e aprendizes e capacitação para o associativismo por intermédio do Sebrae.

A Casa da Memória, em Olhos D'Água, é um dos atrativos mais visitados, dispondo de um rico fichário de folhas, sementes, cascas e raízes de plantas do Cerrado para uso medicinal e de corantes para tingimento de tecidos e cerâmicas. A prefeitura também incentivou a criação da Orquestra de Violeiros com 30 músicos locais.

A prática de esportes e eventos correlatos ainda é bastante incipiente. A sede do município conta com ginásio coberto, com capacidade para 800 pessoas, estádio de futebol e três campos de terra sem infra-estrutura. De acordo com o calendário de eventos municipais, ocorre com periodicidade anual o campeonato de futebol amador.

O município dispõe de apenas duas escolas de artes marciais, 01 grupo de capoeira e 01 time de futebol. Em Olhos D'Água, o campo de futebol de terra localiza-se na praça central do centro histórico por iniciativa da população local. Verifica-se a necessidade de transferir o campo para outra área mais adequada e com infra-estrutura, haja vista sua interferência no equilíbrio visual do conjunto arquitetônico.

A população de baixa renda não dispõe de muitas alternativas de esporte e lazer, cujas práticas ocorrem sempre no improviso ou em espaços não adequados. Por outro lado, a cidade recebeu o primeiro empreendimento de lazer da região na década de 60, com a criação do Country Clube Nova Flórida, inaugurado em 1960.

O Clube Nova Flórida funciona até os dias atuais, com quantidade expressiva de visitantes e usuários, principalmente oriundos de Brasília (vide figura 32 e imagem 12). Os fundadores do clube à época notaram a inexistência de clubes recreativos na nova

capital federal e criaram o clube com o claro objetivo de atrair os moradores do Distrito Federal.

É importante destacar que Alexânia é uma cidade nova e que foi muito influenciada por Brasília em diversos aspectos.o traçado do sistema viário, a destinação de áreas para atividades e serviços específicos, a existência de parques e praças, bem como a arquitetura de muitas de suas construções.

A área urbana do município é constituída dos seguintes setores:

- Loteamento Alexânia (centro da cidade);
- Setor Aeroporto;
- Setor Industrial;
- Setor Nova Flórida;
- Paraíso dos Peixes;

Nas proximidades do Distrito de Serra do Ouro estão instalados dois loteamentos. Um deles é o Parque Alvorada IV, contando com 12 chácaras de 45.000 m2; 14 áreas públicas, correspondendo a 9.144 m2; 1.077 lotes de terreno com 360 m2 cada um; e 218.000 m2 de vias públicas. De acordo com informações da Prefeitura Municipal de Alexânia (2005, p. 36), "este loteamento está localizado numa área de influência do lago da represa da Usina Hidrelétrica de Corumbá IV, onde se verifica uma grande especulação imobiliária, promovida pela utilização dos aproveitamentos múltiplos do reservatório".

Outro loteamento é o Flórida Ouro, que se constitui de 2.330 lotes. Esses loteamentos são regularizados e aprovados pelo Decreto Municipal n° 007, de 03 de fevereiro de 1982.

O município de Alexânia tem grande potencial turístico, podendo ser destacadas as seguintes potencialidades exploradas:

- Distrito de Olhos D'Água, com núcleo urbano e edificações históricas de característica vernácula – igreja e praça central e a Feira do Troca;
- Existência de meios de hospedagem de turismo rural (cinco hotéis-fazenda);
- Existência do Clube Nova Flórida (48 anos de fundação);
- BR-060, potencial para o comércio de produtos artesanais e agropecuários da região, bem como a oferta de serviços (figuras 26 a 30);
- Duplicação da BR-060 e asfaltamento da GO-139, que diminui a distância de Brasília para Pirenópolis via Corumbá de Goiás;
- Fluxo diário de passagem de 13 mil veículos diários (dias úteis) e 17 mil em feriados e finais de semana.
- Produção semi-artesanal de móveis de junco, palha, vime e bambu (figura 31);
- Rico acervo de produção artesanal (cerâmica, tecelagem e cestaria);
- Manifestações culturais pouco alteradas pela ação de turismo de massa;
- Lago da usina hidroelétrica de Corumbá IV, o Plano Ambiental de Ocupação define o controle da área de 1 km no entorno do reservatório e das atividades de uso múltiplo: geração de energia, abastecimento público, irrigação e atividades sociais e de lazer com a instalação controlada de clubes e condomínios (figura 32);

Os segmentos de turismo explorados são: o de aventura, com a prática do arvorismo no Clube Nova Flórida; o cultural, com ênfase no distrito de Olhos D´Água e sua Feira do Troca; e o rural, com a existência de oito empreendimentos destinados a este ramo.

Cabe ressaltar que, nos anos 60 e 70, o município fazia parte do roteiro de grupos de estudos ufológicos, cujos integrantes visitavam a chácara do ex-ministro do

regime militar Golbery do Couto e Silva em busca de avistamento e estudo de objetos extraterrestres não identificados. Após o seu falecimento, a família vendeu a propriedade e esse segmento não existe mais.

Alexânia integra o roteiro turístico do "Caminho do Ouro" em Goiás e participa do Fórum Regional de Turismo organizado pela Agência Goiana de Turismo – Agetur/ GO. Na estrutura administrativa da prefeitura, o turismo encontra-se sob a responsabilidade da Secretaria de Meio Ambiente, Turismo e Cultura. O conselho municipal de turismo foi criado, porém, não atua de forma satisfatória.

A Secretaria de Turismo elaborou, em 2005, o Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Turismo. O plano foi elaborado pela Prefeitura, *trade* turístico, Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília e a Faculdade Lions de Goiânia.

O inventário da oferta turística foi realizado no segundo semestre de 2006 pela Agetur/GO e Faculdade Lions de Goiânia. A prefeitura estabelece parcerias com o *trade* turístico e os governos do Estado de Goiás e do Distrito Federal para atrair investimentos e promover o município em roteiros comercializados. Porém, não há nenhuma legislação municipal que conceda incentivos fiscais para o setor.

A Agetur/ GO implantou sinalização turística na sede municipal e nas principais estradas que atravessam o município no ano de 2004.

O município participa do Pronaf por intermédio do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, e existe conselho municipal para o desenvolvimento rural com cadastro de propriedades rurais com tendência para o turismo.

Está sendo feito o Plano Diretor Rural e oficinas de capacitação do Sebrae para a comercialização de produtos do meio rural. O Secretário Municipal de Agricultura Dalton Valadares Lacerda coordena essas atividades. Há também programa de

conscientização e iniciação escolar para o turismo sob responsabilidade da Secretaria de Meio Ambiente, Turismo e Cultura e da Secretaria de Educação. O programa teve início no ano de 2005 com a participação de 2.000 alunos e 38 professores.

No que concerne à legislação, o município ainda carece da criação e aprovação da lei de uso e ocupação do solo, de plano diretor e de leis de proteção ao patrimônio natural e cultural.

Segundo Nery (2006)[24], "todas essas leis estão sendo criadas e serão aprovadas em breve. A prefeitura está criando um parque ecológico de seis hectares para a preservação do meio ambiente e educação ambiental".

Quanto à informação e promoção do turismo, Nery (2006) relata que:

> As ações da Secretaria de Meio Ambiente, Turismo e Cultura são,muito limitadas; em parte por se tratar de um município pequeno e que não tem recursos sobrando, a nossa divulgação é feita de forma espontânea, em âmbito regional. Quem conhece Alexânia, gosta demais daqui e faz aquela propaganda de boca a boca e sempre volta.

Não existe nenhuma faculdade de turismo ou curso técnico com oferta permanente no município. Os cursos do Sebrae são periódicos e dependem de questões políticas para serem ofertados aos moradores. Existem turismólogos que atuam em empreendimentos como hotéis-fazenda, pousadas e eventos. Esses profissionais são formados em Brasília e Goiânia e alguns nascidos na localidade.

Quanto aos meios de hospedagem, o município conta com cinco hotéis na área urbana com 75 leitos, 01 pousada com 16 leitos, 03 pensões com 30 leitos, 05 hotéis-fazenda (Cabugi, Raizama, Estrela, Grota Funda e Nova Flórida) e 03 *campings*. A Secretaria de Turismo está implantando o programa de meios alternativos de hospedagem ,com a utilização de residências de temporada ou quartos alugados por moradores locais.

[24] Entrevista com a Secretária de Turismo em janeiro de 2006.

Os serviços de alimentação contam com 15 restaurantes de comida brasileira com serviço *self-service*, 04 restaurantes de comida típica regional, 15 lanchonetes, 04 confeitarias, 02 sorveterias e 80 bares. Os equipamentos de entretenimento e lazer não são muitos ─ o município dispõe de 01 danceteria, 03 arenas de rodeio, 01 clube de lazer e 10 pesque-pague. Não há cinema, teatro, parque temático ou de diversão em Alexânia. Há uma única agência de viagens e turismo e o comércio de produtos artesanais conta com cerca de 50 pontos de venda. A prefeitura implantou central de atendimento aos turistas no ano de 2007.

Os atrativos turísticos naturais estão diretamente relacionados à Bacia do Rio Corumbá e ao lago recém-formado. Há uma área de pesca e prática de esportes náuticos, uma importante cachoeira na Fazenda Estrela e dois condomínios em processo de licenciamento ambiental, que serão destinados à construção de segunda moradia à beira do lago. O Clube Nova Flórida é inserido em reserva ecológica de mata de galeria e dentro de suas instalações há a possibilidade de banho de rio e pesca.

Os atrativos culturais limitam-se ao núcleo histórico do Distrito de Olhos D'Água, que não é tombado ou protegido por legislação de preservação do patrimônio histórico e cultural, e às manifestações e tradições populares como a Festa do Divino Espírito Santo, a Folia de Reis e outras festas religiosas.

O calendário de eventos no município oferece poucas opções. Além das festas populares, têm-se a exposição agropecuária, o aniversário da cidade com periodicidade anual e a Feira do Troca duas vezes ao ano.

A Secretaria de Meio Ambiente, Turismo e Cultura não dispõe de metodologia oficial para controle do fluxo de turistas. A observação é feita mediante estudos pontuais em eventos como a Feira do Troca e a Festa do Divino, com a utilização de

estimativas e também de controle de radar às margens da BR-060 em período de feriados e finais de semana.

As estimativas da prefeitura dão conta de que o fluxo de turistas anual gira em torno de 50 a 100 mil turistas/ano. A permanência média é de 2 dias (final de semana) e as principais motivações para visitar o município são: descanso de final de semana, festas, eventos e visitar parentes.

Nery (2006) informa que:

> Há um número grande de pessoas que estão fazendo o trajeto Brasília–Goiânia e que param na cidade ou no distrito de Serra do Ouro para utilizar postos de gasolina, restaurantes, bares e comprar artesanato. Com o caminho novo para Pirenópolis o turismo e a cidade vão crescer mais ainda.



Figura 26: Placa de boas-vindas área urbana de Alexânia.
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em janeiro de 2005.



Figura 27: Lira Center – local de parada de motoristas às margens da BR-060.
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em janeiro de 2005.



Figura 28: Posto de Gasolina BR Distribuidora – Distrito Serra do Ouro.
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em janeiro de 2006.



Figura 29: Comércio de produtos agrícolas às margens da BR-060 – Distrito Serra do Ouro.
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em janeiro de 2006.



Figura 30: Comércio de Tachos de Cobre – área urbana de Alexânia.
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em janeiro de 2005.



Figura 31: Artesanato em palha produzido no Distrito de Olhos D'Água.
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em janeiro de 2006.



Figura 32: Condomínio utilizado como segunda moradia em finais de semana e feriados.
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em janeiro de 2006.



Figura 33: Piscina do Clube Nova Flórida.
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em janeiro de 2006.

Imagem 12: Clube Nova Flórida e Setor de Chácaras.



Fonte: *Google Earth*, em 09 de junho de 2007, às 11h11min.

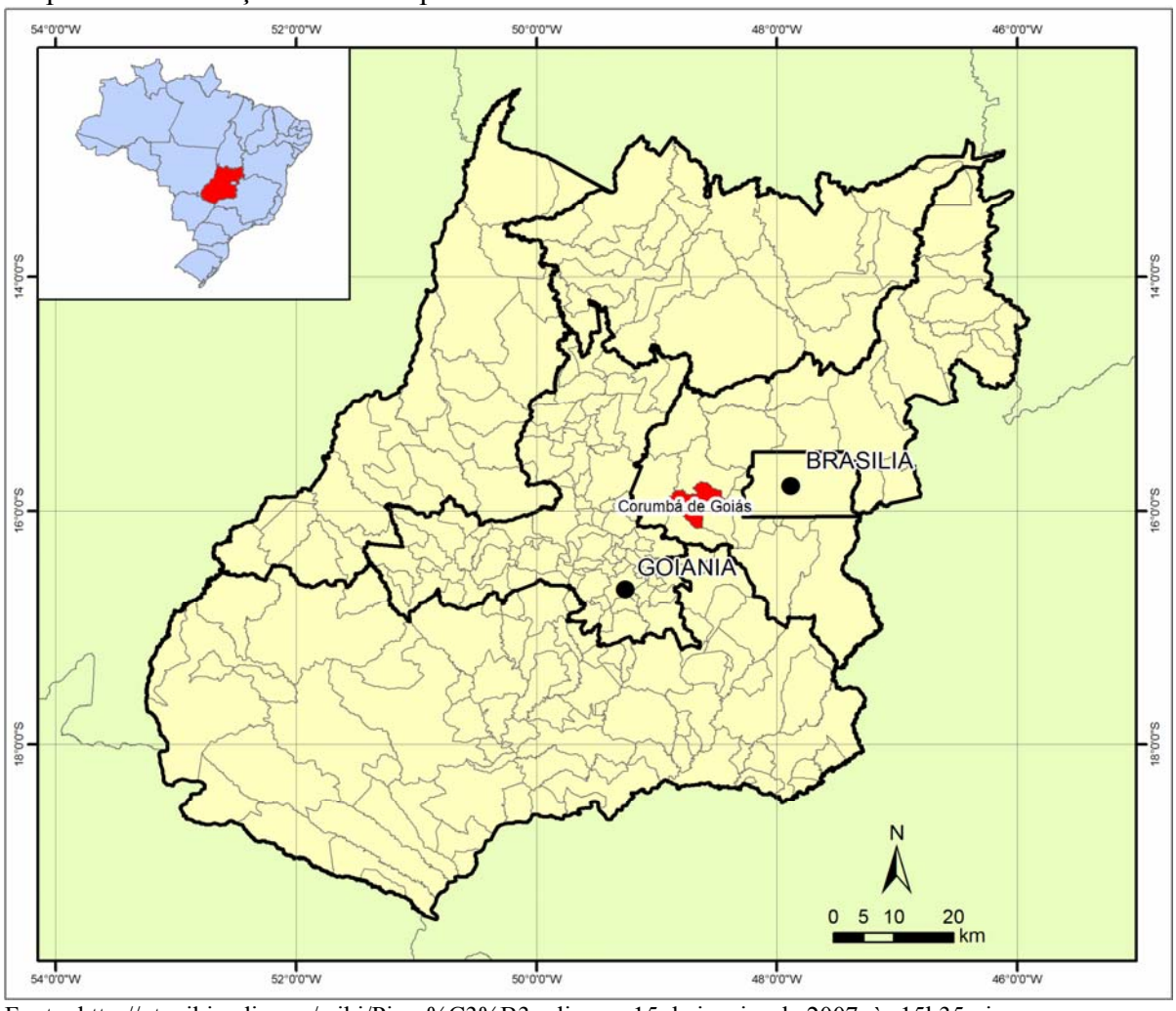
4.3 Corumbá de Goiás: o Roteiro dos Pireneus

4.3.1 A formação territorial do município

O município de Corumbá de Goiás encontra-se localizado na Mesoregião do Leste Goiano e insere-se na Microrregião do Entorno do Distrito Federal (vide mapa 08). A sede municipal encontra-se distante cerca de 105 km da capital Goiânia e 130 km de Brasília. Tem como limites os seguintes municípios: a norte, Cocalzinho de Goiás; a leste, Santo Antônio do Descoberto e Alexânia; a sul, Abadiânia; e a oeste, Pirenopólis.

Além da sede municipal, existem três distritos com uma população de cerca de 1.200 habitantes: Aparecida de Loyola, Mamoneira (Morrinhos) e Lajes.

Mapa 08: Localização do Município de Corumbá de Goiás - Goiás



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Piren%C3%B3polis, em 15 de janeiro de 2007, às 15h35min.

O surgimento do atual município de Corumbá de Goiás é registrado pelo historiador Ramir Curado no ano de 1729. Os bandeirantes paulistas chegaram à confluência do Rio Corumbá com o Ribeirão Bagagem, local atualmente denominado Poço Rico e encontram ouro de aluvião. Nesse período é criado acampamento às margens do Rio Corumbá para possibilitar a fixação dos garimpeiros e a exploração mineral. Em tupi, Corumbá significa cascalho branco: curu ─ branco e Mibá ─ cascalho.

Do Século XVIII, quando seus mais de cem garimpos forneciam ouro à Coroa Portuguesa, permanecem as casas coloniais e a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha (1751).

Com o esgotamento do garimpo de ouro, no final do Século XVIII, a agropecuária tornou-se a base da economia da região, com a criação de gado bovino, porcos e carneiros, e a expansão das lavouras de fumo, arroz e cana-de-açúcar.

Segundo Curado (1997:27):

> A bandeira que descobriu ouro no Rio Corumbá veio do Povoado de Santa Cruz de Goiás. Seus membros estavam sob as ordens das autoridades do arraial de Santana, hoje Cidade de Goiás, onde vivia o representante do governo paulista que governava o território goiano em nome do rei de Portugal.

No ano de 1739, o bandeirante Diogo Pires Moreira fundou o arraial de Corumbá, que antes fazia parte do Julgado de Meia Ponte (atual Pirenópolis). No ano de 1849, o município perde sua emancipação política, voltando a pertencer à Meia Ponte. Com a elevação à Vila, em 1875, Corumbá retoma a sua independência.

Em 09 de julho de 1902, o então distrito foi elevado à categoria de município, desmembrando-se de Pirenópolis e passando a se chamar Corumbá de Goiás por meio da lei estadual n° 237. Nesse mesmo ano, foi inaugurada a ponte sobre o rio Corumbá. Entre 1957 e 1960, passou por essa ponte grande parte do material de construção destinado à construção de Brasília, principalmente areia. A extração de areia e pedra para a construção da nova capital desenvolveu em muito a pequena cidade.

4.3.2 Indicadores socioeconômicos

As atividades geradoras de emprego e renda no município estão fortemente relacionadas ao setor terciário e ao serviço público. De acordo com pesquisa de campo (janeiro de 2006), a economia local é dependente dos recursos advindos do setor público, sendo a Prefeitura Municipal a principal geradora de empregos. Os salários praticados limitam-se em grande maioria ao teto do salário mínimo.

As atividades primárias (agropecuária e mineração) geram poucos empregos e a presença de grande número de pequenas propriedades rurais ainda com atividades de subsistência limitam em muito a expansão do agronegócio. Corumbá de Goiás encontra-se inserida em uma realidade de estagnação das tradicionais atividades econômicas e emergência de novas atividades relacionadas ao turismo e à implantação de pequenas indústrias, com destaque para a produção de cerâmica e laticínios.

Segundo dados do IBGE (1998) na tabela 32, em Corumbá de Goiás são 383 pessoas ocupadas em alguma atividade produtiva do mercado formal de trabalho. À semelhança da Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal - RIDE, com mais de 90% da população ocupada em empregos do setor terciário, o município concentra a população nesse setor, absorvendo 94,5% da população ocupada.

Tabela 32: Corumbá de Goiás e RIDE - Pessoal ocupado por setor de atividade (1998)

Setor	RIDE	Corumbá de Goiás
Primário	**4.881**	**6**
Secundário	**55.277**	**15**
Indústria de transformação	24.593	0
Indústria da construção	23.334	1
Outras atividades industriais	7.350	14
Terciário	**756.847**	**362**
Comércio	113.339	31
Serviços	311.706	30
Administração Pública	331.802	291
Total	**817.005**	**383**

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas – 1998.

A administração pública é o maior empregador tanto na região quanto no município. Ressalta-se que o percentual ocupado no município (76%) é quase o dobro da RIDE (40,6%). O setor de serviços é responsável pela ocupação de um número maior

de pessoas do que o comércio. Observa-se na tabela 33 que os estratos por porte das empresas tanto na RIDE quanto no município não estão distribuídos equilibradamente, havendo uma sobrelevação de pessoas ocupadas em empresas de grande porte, (cerca de 68% e 76%, respectivamente), o que significa uma alta concentração de empregos nas mãos de poucos empregadores.

Tabela 33: Corumbá de Goiás e RIDE - Número de empresas e pessoal ocupado por empresa (1998)

Porte de empresa por número de funcionários	RIDE			Corumbá de Goiás		
	empresas	POC	%POC	empresas	POC	%POC
Empresa familiar (1 a 4 funcionários)	42.414	82.474	10,1	49	64	16,7
Micro-empresa (5 a 9 funcionários)	7.219	50.132	6,1	3	17	4,4
Pequeno e médio porte (10 a 99 funcionários)	4.747	126.494	15,5	1	11	2,9
Grande porte (mais de 100 funcionários)	511	557.905	68,3	1	291	76,0
Total (*)	54.891	817.000	100,0	54	383	100,0

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas – 1998.
POC – População Ocupada. * Não foram consideradas as empresas sem pessoas ocupadas.

Em Corumbá de Goiás, as empresas familiares aparecem em segundo lugar como maiores empregadoras, absorvendo 16,7% da população ocupada, enquanto na RIDE são a terceira maior empregadora, concentrando 10,1% da população ocupada.

A maior produção agrícola do município é a lavoura, sustentada pela produção de milho, arroz e tomate, enquanto a pecuária é voltada para a produção de leite, sendo o Laticínio Teixeira a maior indústria local e o segundo gerador de empregos (cerca de 52 empregados). Também se verifica a produção de hortaliças e frutas em pequenas propriedades rurais.

A economia local é apoiada na agropecuária e no turismo, não existindo atividades industriais expressivas, com exceção daquelas relacionadas à agroindústria, a exemplo dos laticínios.

A prefeitura prevê para o ano de 2007 a instalação de duas indústrias cerâmicas que dependem de aprovação do Ibama para sua instalação. Parte considerável do município encontra-se em unidade de conservação, portanto, não há um distrito industrial e a infra-estrutura para receber indústrias ainda não foi implantada.

O comércio e serviços locais são poucos expressivos limitando-se a pequenos bares, lojas de vestuário e supermercados para atendimento básico da população. A proximidade de Pirenópolis e Alexânia, cidades com comércio mais estruturado e variado, além da baixa renda local, explicam essa inexpressividade do setor terciário.

O ramo de atividades com segundo maior número de empresas é o de alojamentos e alimentação, com seis estabelecimentos formalmente registrados na junta comercial. O turismo encontra-se em expansão e segundo dados da Prefeitura Municipal (2006) emprega 85 pessoas com registro legal na Carteira de Trabalho.

Quanto à infra-estrutura urbana, a rede de energia elétrica atende toda a área urbana e rural do município, estando sob responsabilidade da CELG. A prefeitura é responsável pelo próprio serviço de abastecimento de água, a qual é tratada em estação junto ao manancial do Rio Bagagem, afluente do Corumbá. Toda a área urbana é abastecida com água tratada.

Em relação ao esgotamento sanitário, não há sistema de coleta e tratamento dos efluentes, fato esse que impossibilita o uso do Rio Corumbá a jusante da área urbana. Os empreendimentos turísticos que se utilizam do rio enquanto recurso de lazer estão situados a montante da cidade entre a Cachoeira do Salto Corumbá e a área urbana. Segundo dados da Prefeitura Municipal (2005), 50% dos esgotos domésticos são lançados em fossas sépticas e o restante *in natura* no Rio Corumbá.

A proposição da construção de rede coletora e de tratamento de esgotos foi feita no ano de 2004 e até o período da pesquisa de campo (janeiro de 2005) não havia recursos estaduais ou federais para esse projeto.

A cidade dispõe de serviço de limpeza urbana com coleta de lixo doméstico e varredura de logradouros públicos com periodicidade diária. Existem redes coletoras de águas pluviais em cerca de 40% da área urbana, bem como aproximadamente 50 cestas coletoras de lixo espalhadas por vários pontos de maior fluxo de pessoas.

O lixo coletado não é tratado, sendo incinerado a céu aberto em aterro controlado que se situa cerca de 10 km da cidade. O aterro possui licenciamento ambiental fornecido pelo órgão estadual de meio ambiente.

O município carece de programas de educação ambiental e práticas sustentáveis. A relação que a comunidade mantém com o Rio Corumbá ainda é pautada pela visão do rio como depósito de lixo e esgoto.

O turismo, que requer práticas ambientais de preservação e manutenção dos recursos hídricos, transformou o trecho do Salto Corumbá até a área urbana (cerca de 10 km) em território onde essas práticas danosas ao meio ambiente são proibidas e duramente reprimidas.

De acordo com Ferreira (2006)[25], os donos das pousadas à margem do rio recolhem e tratam o lixo produzido pelos turistas, além de adotarem medidas como distribuição de sacos de lixo aos visitantes, fixação de cestos para coleta e cartazes alertando sobre a necessidade de manter as praias do rio Corumbá limpas e com a vegetação ciliar preservada.

O município dispõe de 01 agência dos Correios e Telégrafos, 01 emissora de rádio FM, 01 posto telefônico da Brasil Telecom, 02 provedores de internet, 03

[25] Entrevisa com o Secretário de Turismo em janeiro de 2006.

empresas de telefonia celular e 01 antena repetidora de canais de televisão de Brasília e Goiânia. Quanto aos serviços de transportes urbanos, a cidade dispõe de 01 ponto com 04 táxis e cerca de 20 mototáxis.

Os serviços de saúde dispõem de 01 hospital público e 02 postos de saúde. O atendimento é direcionado à medicina preventiva, pequenas cirurgias e clínica geral. Serviços médicos especializados bem como cirurgias de maior gravidade não são oferecidos pela rede de saúde local. Os moradores procuram as redes pública e privada de saúde de Goiânia e Anápolis, cidades mais próximas do que Brasília.

O principal meio de acesso ao município está representado pelo transporte rodoviário. A rodovia federal BR-070 interliga Corumbá de Goiás à Brasília e Pirenopólis. A rodovia estadual GO-414 criada recentemente possibilitou a interligação à BR-060 na altura de Abadiânia, encurtando cerca de 15 km a distância para Goiânia . O estado de conservação da GO-414 é excelente devido à recente construção. A BR-070 encontra-se em condições satisfatórias depois de ser recapeada entre novembro de 2005 e janeiro de 2006.

A estação rodoviária local recebe 03 ônibus vindos de Goiânia e 06 de Brasília com freqüência diária. As linhas provenientes de Goiânia efetuam parada na rodoviária de Anápolis.

Apesar da existência do lago Corumbá, não há por enquanto nenhum atracadouro, marina ou área para uso de embarcações. Não existe nenhuma linha férrea atravessando o município e o único campo de pouso em pista de terra serve apenas para pousos de pequenos aviões, geralmente de uso do Governo do Estado de Goiás e de fazendeiros da região.

4.3.3 A inserção regional de Corumbá de Goiás

No período de 1980 a 1991, verificou-se tendência ao aumento da população vivendo nas áreas urbanas em todos os municípios do entorno do Distrito Federal, além do aumento da proporção da população urbana. O fato demográfico criado por Brasília manifesta-se enfaticamente na sua periferia imediata.

Registra-se que a carência de infra-estrutura urbana em Corumbá de Goiás faz com que expressivo contingente populacional viaje diariamente a Anápolis, Goiânia e Brasília. Por outro lado, durante os finais de semana, pode-se observar fluxo inverso de população, especialmente oriunda de Brasília, em busca de lazer nas destinações turísticas do entorno.

Comparando a evolução das populações urbana e rural na tabela 34, observa-se que o período intercensitário 96/00 foi aquele com evolução urbana mais exacerbada no município, fato que tanto no Estado de Goiás como na Federação aconteceu no período 70/80, correspondendo aos fluxos migratórios campo–cidade. Deve ser ressaltado que, no final da década de 90 o crescimento urbano de Corumbá de Goiás foi percentualmente cerca de duas vezes maior que o índice nacional.

As curvas de crescimento urbano ao longo desses trinta anos também foram bastante distintas para o município, estado e país. O município vem desenhando uma curva ascendente, ao contrário do país, que apresenta taxas de crescimento urbano menores a cada década. Por sua vez, no último censo Goiás reverte a tendência de diminuição anterior, passando dos 2,8% a.a. para 3,2% a.a.

Avaliando a dinâmica da população rural na tabela 35, tem-se curva similar definida por Corumbá de Goiás e o estado, ainda que com valores distintos. Ambos apresentam um pico de crescimento negativo na população rural durante os anos 80. Em

contraposição às oscilações em Goiás e Corumbá de Goiás, o cenário regional desenhou quadro de decréscimo estável ao longo dessas décadas, ainda que no último período intercensitário tenha mais que dobrado a taxa negativa de -0,7% a.a para -1,6% a.a.

Destaca-se ainda que Corumbá de Goiás é o único a apresentar taxa positiva de crescimento rural desde os anos 70, tendo no período 96/00 crescido 0,2% a.a. na zona rural. Cabe ainda destacar a forte presença de população flutuante que procura lazer em Corumbá de Goiás. Trata-se de um fluxo concentrado nos finais de semana, feriados e períodos de férias escolares, originário principalmente do Distrito Federal, em busca de lazer e descanso no município.

Tabela 34: Corumbá de Goiás: Evolução da População (1970-2000)

Anos	População		
	Total	Urbana	Rural
1970*	18.439	1.640	16.799
1980*	20.209	2.370	17.839
1991*	19.663	3.847	15.816
1996	8.643	4.534	4.109
2000	9.679	5.597	4.082

Fonte: Censo Demográfico do IBGE: 2000.
* Os dados incluem o atual município de Cocalzinho de Goiás, distrito desmembrado no início dos anos 90.

Tabela 35: Corumbá de Goiás, Estado de Goiás e Brasil - Taxa de crescimento anual segundo a situação de domicilio (1970-2000)

Município, Estado e País	Taxas anuais de crescimento (%)								
	70/80			80/91			96/00		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Corumbá de Goiás	0,9	3,8	0,6	(0,3)	4,5	(1,1)	2,9	5,4	0,2
Estado de Goiás	2,8	6,9	(1,5)	0,4	2,8	(5,6)	2,6	3,2	(1,4)
Brasil	2,5	4,4	(0,6)	1,9	3,0	(0,7)	2,0	2,9	(1,6)

Fonte: Censo Demográfico do IBGE: 2000.
* Os dados 91/00 e 91/96 estão distorcidos pelo desmembramento do atual município de Cocalzinho de Goiás e foram desprezados.

4.3.4 A expansão do turismo e a transformação do território

Ferreira (2006) destaca que o município encontra-se na categoria de município turístico e que explora quatro segmentos da atividade: o turismo cultural, o ecoturismo, o turismo de aventura e o rural.

A prefeitura desenvolve dois grandes projetos de desenvolvimento turístico: o primeiro deles é a revitalização da orla do Rio Corumbá a partir da Cachoeira de Salto Corumbá até a sede municipal, e o segundo é o aproveitamento da orla do lago da usina de Corumbá IV, pois cerca de 6% da área total do lago está inserida no município. Entende-se que os segmentos de turismo náutico e de pesca amadora irão se expandir nos próximos anos.

A perspectiva de atrair fluxos específicos para o município e aproveitar o fluxo já consolidado para Pirenopólis, que atravessa a sede urbana, levou o poder público a modernizar a gestão do turismo no município. Além da existência de Secretaria de Turismo, foram implantados dois sites para divulgação da destinação na internet, quais sejam: www.corumbadegoias.com e www.corumbadegoias.net.

A Secretaria de Turismo implantou no ano de 2005 centro de atendimento ao turismo no trevo da BR-070, entrada do município. Além disso, tem desenvolvido o cadastramento de empreendimentos e prestadores de serviços no setor turístico. Existe o Conselho Municipal de Turismo e o mesmo atua plenamente.

Segundo Ferreira (2006):" o turismo é a única alternativa que temos para desenvolver a cidade, aqui é um lugar muito atraso e limitado, precisamos melhorar a cidade para que o morador fique aqui senão vai embora para Brasília ou Goiânia".

A Faculdade Cambury de Goiânia desenvolveu no ano de 2002 o Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Turismo. A criação da Secretaria, do

Centro de Atendimento ao Turismo, do cadastro municipal de turismo são algumas das ações propostas por esse plano.

A revitalização da orla do Rio Corumbá e a utilização das margens do lago da usina também constam desse plano, porém, dependem da captação de recursos públicos ou de parcerias público – privadas ainda não estabelecidas. Não foi instituído ainda um fundo municipal para o desenvolvimento do turismo e os poucos recursos públicos existentes não permitem a criação desse fundo de investimentos.

O município oferece incentivos fiscais para a implantação de equipamentos de hospedagem (pousadas, hotéis e *campings*). Esses empreendimentos são isentos de tributos e taxas municipais. É uma tentativa de atrair empreendimentos que se destinam em sua maioria ao município vizinho de Pirenopólis.

O inventário da oferta turística ainda não foi desenvolvido no município. Os dados gerais sobre o turismo são fornecidos pela prefeitura, que carece de equipamentos e técnicos especializados para o setor. Não há um único profissional formado em Turismo, Hotelaria, Administração de Empresas ou Geografia exercendo cargo público na Secretaria de Turismo. Esse quadro dificulta a obtenção de dados e a própria gestão do setor, caracterizado pela forte informalidade e desconhecimento de políticas públicas e de gestão de empreendimentos.

Há uma associação de artesãos, sendo que o artesanato tem conseguido configurar-se como uma das poucas alternativas de geração de renda complementar ao turismo. A associação de artesãos foi criada em período recente (2003) e congrega cerca de 100 associados. Os principais produtos artesanais são: tecelagem de tecidos e tapetes, pinturas e artigos de madeira.

O município integra o Pronaf e há várias ações direcionadas à reversão do quadro de estagnação da pequena produção rural local. Entre essas ações, destacam-se o

cadastro de propriedades rurais com tendência ao desenvolvimento do turismo; a capacitação de agricultores familiares para o empreendimento em turismo e a disponibilidade de produtos do meio rural para a comercialização turística.

A organização dos pequenos produtores para comercialização de produtos e empreendimentos turísticos já tem demonstrado resultados. Segundo dados da pesquisa, já existe atualmente a comercialização de produtos rurais no comércio às margens da rodovia BR-070, bem como a venda desses produtos em outras cidades da região, com destaque para Brasília.

A quantidade de empreendimentos turísticos na zona rural de Corumbá de Goiás também cresceu de apenas 2 no ano 2000 para cerca de 08 no ano de 2005. O desenvolvimento do turismo, porém encontra na falta de programas de educação para o turismo um de seus limites. Não há nenhum curso superior ou técnico oferecido no município nas áreas de administração de empresas, turismo ou hotelaria. Os cursos oferecidos pelo Ministério da Agricultura e Reforma Agrária são de curta duração e não oferecem diploma de nível superior ou técnico.

No que diz respeito ao segmento de turismo esportivo, o município dispõe da Diretoria de Esportes que faz parte do Gabinete do Prefeito. Há plano municipal de desenvolvimento do esporte contemplando programas e projetos para desenvolvimento de atividades esportivas e atração de público para eventos e práticas.

O primeiro programa lançado pela prefeitura na atual gestão é o da escola de futebol, que utiliza as dependências da quadra multiuso existente no centro da cidade. Existem dois clubes de esporte e lazer, nos quais se desenvolvem práticas e eventos esportivos: o Prainha Futebol Clube e o Clube Salto Corumbá.

O município dispõe de 03 quadras poliesportivas (02 cobertas e 01 descoberta), cada uma dispondo de arquibancadas para público de aproximadamente 500 pessoas. O

estado de conservação é bom em todas as quadras. Existe 01 ginásio público com capacidade para acomodar cerca de 1.200 pessoas na arquibancada e em condições satisfatórias de conservação e uso.

Não existem piscinas de uso público ou esportivo. De acordo com a Secretaria de Turismo (2005), existem cerca de 20 piscinas no município, mas todas localizadas em clubes de lazer e pousadas.

O município dispõe de 02 campos de futebol com medidas oficiais, um com campo gramado e outro de terra. O primeiro deles tem capacidade para público de 2.000 pessoas. Ambos encontram-se em boas condições de manutenção e uso. Inexistem pistas e equipamentos para atletismo bem como áreas preparadas e equipadas para caminhada e lazer.

As principais modalidades esportivas praticadas em Corumbá de Goiás são: futebol, *futsal*, handebol e vôlei. Há calendário esportivo oficial, que tem como eventos mais importantes os campeonatos de futebol amador e corrida de rua. O campeonato de futebol amador tem público estimado em cerca de 5.000 pessoas.

No ano de 2004, a Prefeitura Municipal promoveu o 1º Rally de Esportes de Aventura, utilizando o Rio Corumbá e áreas vizinhas para prática de esportes como: *motocross*, enduro eqüestre, *boiacross* e *rafting*. O município também integra o evento do Rally Motoshow que acontece no Parque dos Pireneus. Esse evento está em sua 5ª edição e é promovido por associações de jipeiros e motociclistas de Brasília e Goiânia.

O município mostra avanços na implementação de legislação por intermédio da Câmara Municipal. Já foram votadas e colocadas em prática leis municipais sobre uso e ocupação do solo, plano diretor de ordenamento territorial, de proteção ambiental e de proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural.

A Secretaria de Turismo, em parceria com a Associação de Artesãos e Associação Comercial, já produziu mapa turístico do município, cartões-postais e folderes de divulgação dos atrativos turísticos locais, bem como calendário oficial de eventos para distribuição aos turistas que visitam ou passam pelo município. O Centro de Atendimento ao Turista localizado no trevo da BR-070, na entrada da cidade, disponibiliza informações e material de apoio e divulgação do turismo local.

As ações de promoção e divulgação do destino turístico Corumbá de Goiás são feitas em âmbito regional e estadual, tendo como principais mercados de emissão de turistas as cidades de Brasília e Goiânia. O fluxo turístico ainda é dependente desses dois pólos emissores, não tendo maior abrangência nacional ou internacional.

Os equipamentos e meios de hospedagem estão em fase de expansão devido ao incremento do fluxo turístico. Existem 06 hotéis com capacidade de 280 leitos no total, todos localizados na área urbana. Já a quantidade de pousadas chega ao efetivo de 16 empreendimentos com capacidade de hospedagem de 760 leitos, sendo 10 localizadas na zona rural e 6 na urbana

A expansão do turismo rural e a utilização das margens do rio Corumbá configuram um novo processo de implantação de empreendimentos na zona rural. Foi observada na pesquisa de campo (2005) a existência de 5 hotéis-fazenda (400 leitos) em propriedades que até pouco tempo eram voltadas à produção agropecuária.

De acordo com dados da Prefeitura Municipal (2005): pousadas, hotéis e hotéis fazenda tem como público consumidor a classe média proveniente em sua maioria de Brasília (60%), Goiânia (20%), Anápolis (10%) e outras localidades (10%). Porém, a existência de 03 pensões que oferecem serviços de hospedagem e alimentação a baixo custo direcionadas a público de menor poder aquisitivo é indicativo da existência de

fluxo turístico de população de cidades menores da região do Entorno do Distrito Federal.

O município de Corumbá de Goiás possui 09 áreas de *camping* com capacidade para cerca de 1.000 barracas. Essa modalidade de hospedagem oferece instalações sanitárias e para banho, além de outros serviços (alimentos e bebidas). O Clube Salto Corumbá criou a primeira estrutura de *camping* do Entorno na década de 80. Todos os *campings* encontram-se às margens do rio Corumbá em propriedades rurais próximas ao sítio urbano.

Durante as férias escolares (julho e dezembro/ janeiro) dois empreendimentos oferecem colônias de férias direcionadas ao público jovem. O Clube Salto Corumbá também oferece essa modalidade de hospedagem. Não existem casas ou imóveis para aluguel de temporada, porém, essa tendência já existe em Pirenopólis e deverá se expandir no município.

Os serviços e equipamentos de alimentação são indicador da existência de real fluxo turístico ao longo do ano e o município conta com total de 75 empreendimentos nesse ramo, sendo 13 restaurantes de comida típica regional goiana, 20 lanchonetes, 03 cafés, 03 confeitarias/ panificadoras, 02 sorveterias, 30 bares e 04 quiosques.

Os equipamentos de entretenimento e lazer também são expressivos, totalizando 12 empreendimentos: 02 discotecas, 01 parque de diversão permanente mantido pela Prefeitura Municipal, 01 cinema, 01 estádio, 01 mirante, 02 arenas de rodeio, 02 clubes e 02 pesque-pague. Merece destaque a existência do Cinema Pireneus. A existência de cinemas é fato raro em municípios pequenos.

A prefeitura municipal construiu no ano de 2004 o primeiro centro de convenções da cidade destinado a pequenos eventos com público em torno de 200 pessoas. O equipamento conta com 01 auditório principal e 04 salas para conferência.

Não existem agências de viagem e transporte turístico, porém foi verificada a existência de 01 centro de atendimento e informações turísticas, 05 roteiros e passeios organizados, 12 guias de turismo credenciados pela Embratur, 01 empresa organizadora de eventos, 03 agências bancárias e 02 lojas direcionadas ao comércio de produtos turísticos (artesanato, camisetas, passeios, etc).

Corumbá de Goiás apresenta importante patrimônio natural, histórico e cultural a ser preservado e incorporado pela atividade turística.

Entre os atrativos naturais existentes no município e que são realmente utilizados para comercialização, foram identificadas as seguintes categorias: áreas de pesca; criatório de animais silvestres; chapadas; fontes hidrominerais; grutas e cavernas; lagoas e lagos; picos; quedas d'água; o Rio Corumbá; a Serra dos Pireneus; e o Parque Estadual dos Pireneus.

O Parque Estadual dos Pireneus é unidade de conservação legalmente delimitada (2.833 hectares) e constituída sob responsabilidade da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Goiás. Nesse parque ficam localizadas as nascentes do rio Corumbá, afluente da Bacia do Prata e de outros rios menores da Bacia do Tocantins. Dentro do parque existe a Serra dos Pireneus, com o pico de mesmo nome, que domina a paisagem de três municípios: Corumbá de Goiás, Cocalzinho e Pirenopólis.

Ao redor do parque foi criada área de proteção ambiental (APA) para assegurar a proteção do entorno do Parque, e, principalmente, do Pico dos Pireneus (divisor de águas das Bacias Platina e Tocantins, delimitando os três municípios do roteiro turístico dos Pireneus); o Morro do Cabeludo e as nascentes dos Rios das Almas e Corumbá, que surgem nas encostas da serra.

Todas essas paisagens naturais resultam em patrimônio ecológico, histórico, paisagístico e turístico de grande relevância para o Estado de Goiás. Ao lado da

preservação ambiental, o Parque possui destacada importância histórica, religiosa e folclórica. No topo do Pico dos Pireneus, realiza-se todos os anos a Festa da Lua, no início do mês de julho. É uma romaria em louvor à Santíssima Trindade.

O Parque Estadual dos Pireneus encontra-se em processo de implantação. O plano de manejo e os projetos das obras de infra-estrutura, como laboratório, centro de visitantes e alojamentos para pesquisadores, estão em fase de elaboração pelo governo estadual. Além de parte do município estar inserida na APA dos Pireneus[26], há ainda o Salto Corumbá, a Cachoeira do Monjolinho, o Vale do Rio Corumbá e as suas praias naturais, todos esses atrativos formando cenário natural explorado pela atividade turística. Muitas das atrações encontram-se próximas a pousadas e *campings*.

O Rio Corumbá é o principal curso d'água que corta o município, atravessa o território de norte a sul, prosseguindo através do município de Abadiânia, entre outros, até chegar ao Rio Paranaíba, constituindo-se tributário da Bacia do Paraná. Entre outros rios da região afluentes do Corumbá, destacam-se os Rios Capivari, do Ouro e Baião.

Por tratar-se de região com relevo bastante acidentado, com altitude média de 962 metros, chegando a ultrapassar os 1.200 metros em alguns pontos, e com sistema de drenagem abundante, seus rios e córregos formam inúmeras cachoeiras e quedas d'água, as quais se espalham por todo o município, algumas chegando a atingir 60 metros de altura.

A região é de domínio do Bioma Cerrado, onde a fitofisionomia dominante é o cerrado no sentido restrito, destacando-se ainda a presença de campo cerrado, mata seca e matas de galeria. Possui também campos nas áreas mais altas da Serra dos Pireneus e entorno próximo, e nas proximidades dos cursos d'água é parcialmente coberto por mata ciliar.

---

[26] Decreto estadual n° 5.174/00

Grandes áreas de cerrado são atualmente utilizadas para pastagem, o que tem levado praticamente ao desmatamento e à constituição de pastagens cultivadas em grande parcela das propriedades rurais.

Da nascente do rio Corumbá até a cidade de Cocalzinho de Goiás, aproximadamente 17 km de distância, observam-se áreas de preservação permanente parcialmente íntegras, com predominância de mata ciliar.

Da divisa dos municípios até a zona urbana de Corumbá de Goiás , o rio corre próximo à rodovia BR-414, sendo que em alguns trechos a rodovia fica dentro de sua área de preservação permanente, onde se verifica intensa atividade turística e existência de diversas construções (clubes, pousadas e chácaras de final de semana).

A expansão desses empreendimentos tem causado preocupação em diversos setores da comunidade local no que se refere à destruição dessas áreas de preservação. Porém, a pressão por geração de emprego e renda e a dinamização da economia local tem colocado a questão ambiental em segundo plano.

O município é integrante, juntamente com outros seis, do Ecomuseu do Cerrado, projeto em parceria entre o Instituto Huah[27] e o Ibama. A proposição principal do projeto é construir, por meio da gestão biorregional, uma coalizão social dos sete municípios que constituem seu território, Corumbá de Goiás, Pirenopólis, Cocalzinho de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Abadiânia e Santo Antônio do Descoberto, visando à conservação do patrimônio natural e a utilização desses recursos.

O projeto Ecomuseu do Cerrado ainda se encontra em fase de aprovação junto aos órgãos gestores do meio ambiente de Goiás.

O quadro 04 e as fotos 34 a 39 identificam e caracterizam os principais atrativos de ecoturismo do município.

[27] Organização Não-Governamental. Instituto Huah do Planalto Central. www.huah.org.br

Quadro 04 : Corumbá de Goiás: Ecoturismo – Atrativos (2006)

Atrativo	Descritivo
Parque Estadual da Serra dos Pireneus	O Parque Estadual Serra dos Pireneus foi criado pela Lei nº. 10.321 de 20 de novembro de 1987 e delimitado numa área de 2.833 hectares, destinado à preservação da fauna, flora e mananciais, como as nascentes do Rio das Almas nos municípios goianos de Pirenópolis, Cocalzinho e Corumbá de Goiás. A região abrange a área dos Picos dos Pireneus, suas serras e encostas. (figuras 34, 38 e 39)
Salto Corumbá	Cachoeira de cerca de 68 metros de altura no leito natural do Rio Corumbá. Além do salto existem ainda mais 04 cachoeiras próximas e trecho de rio encachoeirado, próprio para a prática de esportes radicais. As pequenas bacias formadas nas bordas das cachoeiras são destinadas ao banho de rio, pois oferecem condições de segurança para crianças, jovens, adultos e idosos. A área é propriedade do Clube Salto Corumbá que preserva as áreas de Cerrado de cerca de 2 km de largura em torno do Salto como forma de manter a integridade do manancial. O empreendimento é vizinho ao Parque Estadual dos Pireneus e bem próximo ao município de Cocalzinho (cerca de 5 km). (figura 35)
Recanto Sonho Verde	Área de proteção ambiental às margens do Rio Corumbá. O trecho do rio é utilizado para banhos e a mata ciliar para trilhas ecológicas.
Rio Corumbá	Atravessa o município e possui inúmeras quedas d'água, trecho para prática de esportes de aventura, banhos de rios. O trecho entre o Salto Corumbá e a cidade é intensamente utilizado para o turismo.
Prainha Rio Corumbá	Praia natural existente na área urbana de Corumbá de Goiás. Apresenta boas condições de balneabilidade, sendo de uso público. (figura 37)
Nex Criatório de Felinos	Propriedade da ONG No Extiction e que tem por objetivos criar e resgatar grandes felinos ameaçados de extinção. O empreendimento é credenciado pelo Ibama para a prática de criação e reprodução em cativeiro de grandes felinos típicos da América do Sul. A ong possui página na internet http://www.nex.org.br/criadouro.htm e recebe visitantes mediante pagamento de ingresso. O empreendimento desenvolve atividades de ecoturismo e educação ambiental.
Cachoeira do Monjolinho	Queda d'água do Rio Corumbá com cerca de 6 metros. Tem área de *camping* e pousada. (vide figura 36)

Fonte: Secretaria de Turismo, janeiro de 2006 (pesquisa de campo).



Figura 34: Parque Estadual da Serra dos Pireneus
Fonte: www.piribus.pirenopolis.tur.br, em 22 de agosto de 2007, às 09h58 min.

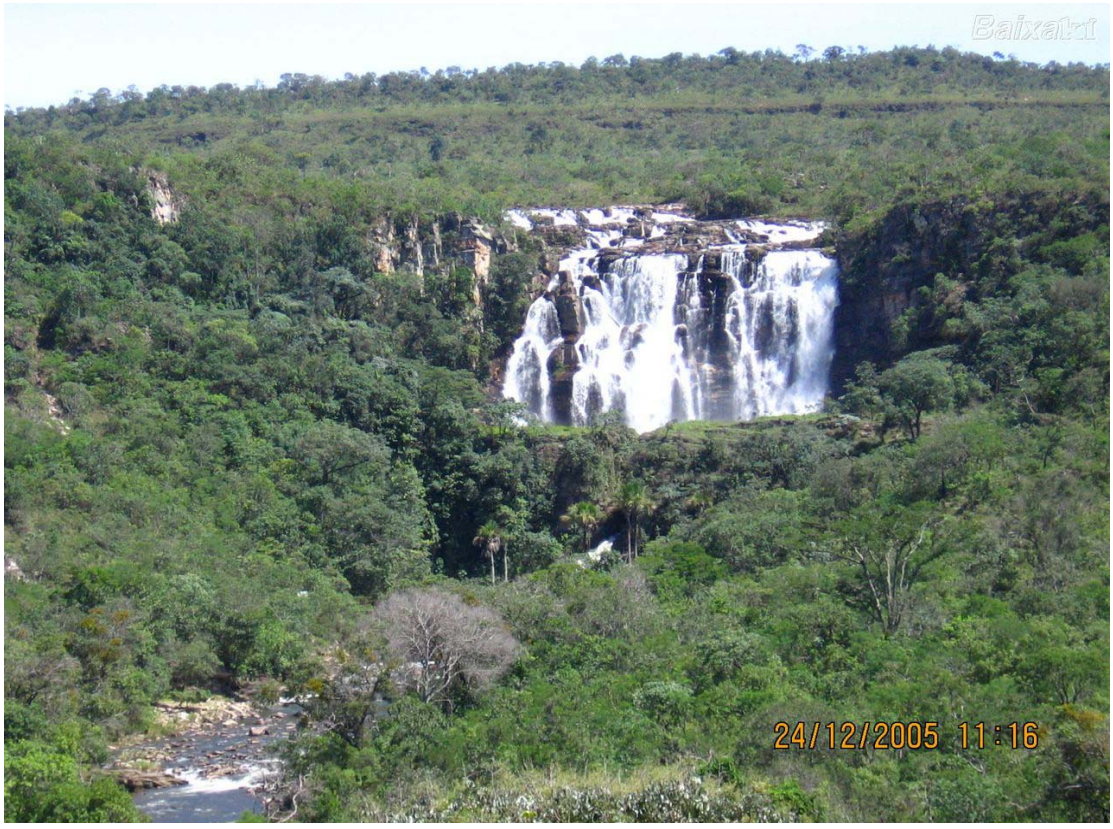


Figura 35: Salto Corumbá
Fonte: Prefeitura Municipal de Corumbá de Goiás (pesquisa de campo - 2006)



Figura 36: Cachoeira do Monjolinho
Fonte: www.piribus.pirenopolis.tur.br, em 22 de agosto de 2007, às 09h58 min.



Figura 37: Prainha do rio Corumbá
Fonte: www.corumbadegoias.com, em 22 de agosto de 2007, às 10h09 min.

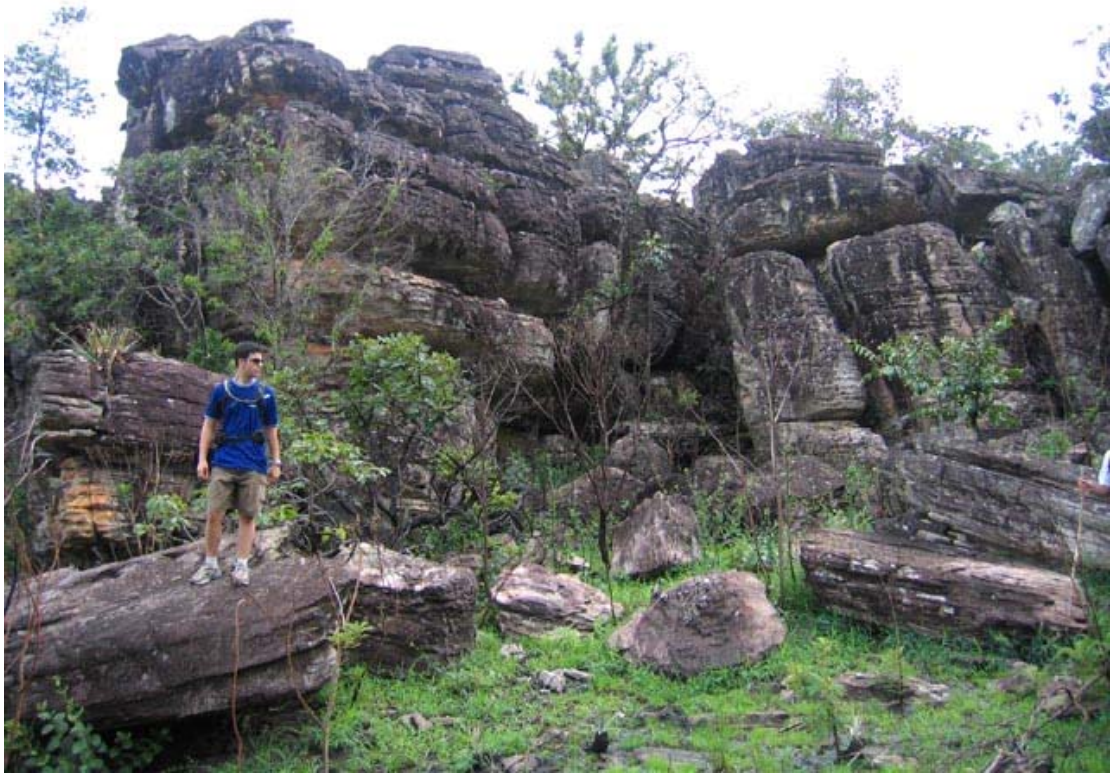


Figura 38: Formações rochosas no Parque Estadual dos Pireneus
Fonte: www.piribus.pirenopolis.tur.br, em 22 de agosto de 2007, às 09h58 min.



Figura 39: Pico dos Pireneus
Fonte: www.piribus.pirenopolis.tur.br, em 22 de agosto de 2007, às 09h58 min.

Os atrativos culturais também são importantes. Deve-se destacar que Corumbá é berço de importantes escritores e intelectuais, considerados os principais escritores de Goiás e do regionalismo brasileiro, a exemplo de Bernardo Elis (1915–1977), José J. Veiga (1915–1999) e Érico Curado (1880–1961) [28], e recebe o título de Cidade dos Escritores e das Cachoeiras. Os principais atrativos histórico-culturais são das seguintes categorias: museus, bibliotecas/ arquivos e sítios históricos/ conjuntos urbanos (vide figuras 43,44 e 45).

A cidade possui características arquitetônicas singulares em seu núcleo inicial, composto pela igreja matriz e edificações do entorno. O edifício mais relevante é a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha de França (vide figuras 41 e 42). Outras construções do Século XIX, como o Sobrado Áurea Fleury e a Casa das Associações Aldeia da Paz (vide figura 40), compõem o conjunto arquitetônico do centro histórico. A rede aérea de energia elétrica e a pavimentação asfaltica em alguns trechos do centro histórico são de concepção incompatível à sua condição histórica.

As principais manifestações e tradições culturais estão relacionadas à religião católica e à forte tradição rural ainda predominante. As três principais festas do município são: Festão de São Sebastião (janeiro), Festa do Divino Espírito Santo (maio) e Festa da Padroeira Nossa Senhora da Penha (setembro), além de vários eventos na zona rural como cavalhadas, rodeios, vaquejadas e corridas de cavalo. A arte popular, a produção artesanal e a culinária corumbaense são importantes atrativos turísticos.

Durante o mês de junho, a Prefeitura Municipal promove a Feira de Poetas, Escritores e Músicos como resgate da obra de importantes escritores locais (figura 47). O evento é de alcance regional. Conta com a participação de escritores, poetas e músicos da cidade e região. Os principais atrativos de turismo cultural são:

[28] Pai do escritor Bernardo Elis.

Quadro 05: Corumbá de Goiás: Turismo Cultural – Atrativos (2006)

Atrativo	Descritivo
Igreja Nossa Senhora da Penha de França	Construída entre 1750 e 1880 por escravos, é das mais antigas do Estado de Goiás, possuindo imagens, altares e pinturas da época. A planta arquitetônica segue os padrões tradicionais das igrejas do período. (figuras 41 e 42)
Cine Teatro Esmeralda	Cine teatro construído no início do século XX. Foi o segundo cinema construído no Estado de Goiás. (figura 44)
Casarão/ Corporação 13 de maio	Fundada em 1890 e desde então é tida como casa de consagrados músicos, com um acervo de mais de 700 peças musicais.
Casarão de Bernardo Elis	Residência construída no final do Século XIX onde nasceu o escritor Bernardo Elis.
Casarão Áurea Fleury	Construído pelo Comendador João José de Campos Fleury, entre 1828 e 1849, foi o primeiro estabelecimento comercial do município; funcionou também como sede regional da Guarda Nacional e Juizado de Órfãos. (figura 40)
Casa da Associação Aldeia da Paz	Construída em 1868 pelo Padre Manoel Inocêncio da Costa Campos, primeiro vigário de Corumbá, para sediar o primeiro hospital e a primeira escola normal.
Ponte Velha	Ponte sobre o rio Corumbá construída entre 1897 e 1901, com 110 metros de comprimento; toda em madeira.
Centro Histórico	Composto por cerca de 12 ruas e duas praças principais, com diversos casarões históricos e como principal edificação a Igreja Matriz. (figuras 43 e 45)
Biblioteca Municipal Monsenhor Chiquinho	Fundada em 1897, é detentora, ainda hoje, de raridades bibliográficas.
Mirante do Parque do Cristo	Parque municipal criado na década de 80 no topo do Morro do Cristo, daí a denominação ser estendida ao parque. Há reprodução da imagem do Cristo Redentor no centro da praça principal do parque. O local possui visão privilegiada do centro histórico, do vale do Rio Corumbá e da Serra dos Pireneus, sendo considerado mirante turístico. (figura 46)

Fonte: Secretaria de Turismo, janeiro de 2006 (pesquisa de campo).



Figura 40: Casarão no Centro Histórico de Corumbá de Goiás
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em 23 de janeiro de 2006.



Figura 41: Igreja Matriz Nossa Senhora da Penha de França
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em 23 de janeiro de 2006.



Figura 42: Escadarias da Igreja Matriz
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em 23 de janeiro de 2006.



Figura 43: Pousada no Centro Histórico
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em 23 de janeiro de 2006.



Figura 44: Cine Teatro Esmeralda
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em 23 de janeiro de 2006.



Figura 45: Rua do Centro Histórico com obras de restauração de imóveis
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em 23 de janeiro de 2006.



Figura 46: Parque do Cristo
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em 23 de janeiro de 2006.

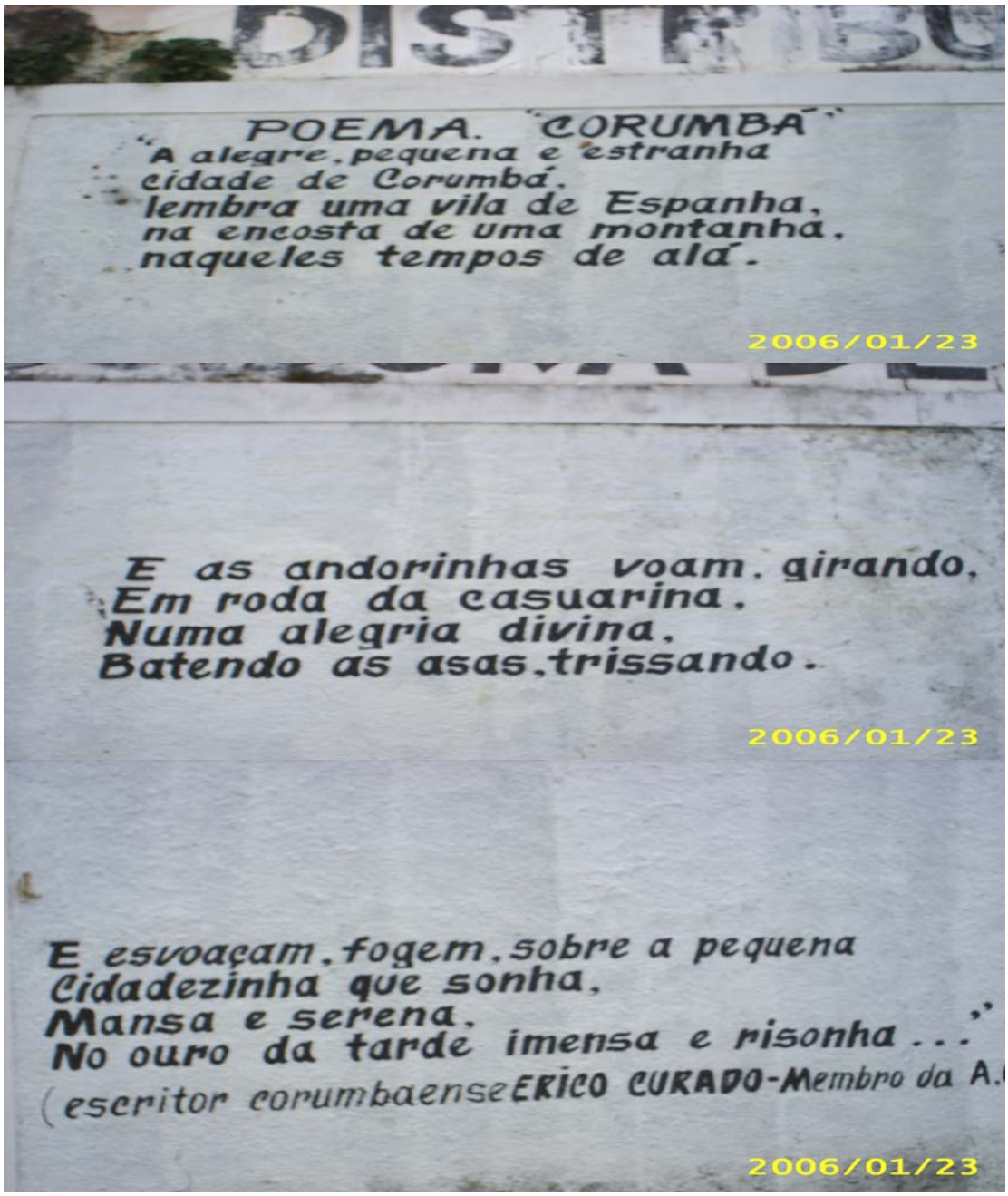


Figura 47: Alusão à terra dos poetas e escritores em muro do centro histórico
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em 23 de janeiro de 2006.

São diversas as festividades no calendário oficial e entre as religiosas, as mais tradicionais são a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Penha, entre o fim de agosto e início de setembro, a Cavalhada (setembro) e as Folias do Divino Espírito Santo, em maio ou junho.

A tabela 36 descreve o calendário de festas e eventos de Corumbá de Goiás.

Tabela 36: Corumbá de Goiás – Calendário Oficial de Festas e Eventos (2006)

Mês	Festa	Eventos
Janeiro	Reveillon	Folias de Santos Reis
	São Sebastião	Novenas religiosas e leilões em torno da igreja
Fevereiro	Carnaval	
Março	Quaresma – Semana das Dores e Semana Santa	Procissões com cânticos religiosos em latim e marchas da Corporação Musical 13 de maio
Abril	Semana Cultural	Última semana do mês
Maio	Divino Espírito Santo, Santo Elesbão e Santa Efigênia	Grupos de foliões a cavalo giram pelo município terminando nas folias com dança de catira
Agosto	Preparativos para as festas de setembro	Jantares e ensaios das cavalhadas
Setembro	Padroeira Nossa Senhora da Penha	Novenas, procissões, feira-livre, parque de diversões, ranchos de danças;
	Cavalhada	Junto à festa da padroeira, o campo de futebol é palco de encenação das lutas entre mouros e cristãos. A Corporação Musical 13 de Maio acompanha os mascarados nos intervalos das corridas
Novembro	Finados	Missa no cemitério com Corporação Musical 13 de Maio
	Motocross	Realização da federação goiana e prefeitura municipal
Dezembro	Natal	Novenas e rezas de presépio

Fonte: Prefeitura Municipal de Corumbá, 2006 (pesquisa de campo).

O fluxo turístico é predominantemente regional e a contabilidade é feita pela Secretaria de Turismo a partir dos registros efetuados pelos visitantes nos meios de hospedagem locais. Na avaliação de Ferreira (2006), o fluxo de visitantes tem aumentado nos últimos dois anos e gira em torno de 50.000 visitantes provenientes da região de Brasília e Entorno (50%), cerca de 20.000 de Goiânia (20%), 10.000 de Anápolis (10%) e cerca de 20.000 de outras regiões (20%).

De acordo com os dados da Secretaria de Turismo (2005), as principais motivações para a viagem são: visitação aos atrativos turísticos, festas religiosas e férias/feriados prolongados. O período de maior visitação vai de setembro a março, com picos nos feriados prolongados e finais de semana. Os meses de janeiro, fevereiro e março apresentam os maiores picos de visitação ao município. A baixa temporada vai de maio a agosto, principalmente nos meses de julho e agosto, auge do período da seca,

com baixas temperaturas, ausência de chuvas e diminuição do volume de água do rio Corumbá.

O município de Corumbá de Goiás integra o roteiro turístico do Caminho do Ouro proposto pela Agetur/GO e MTur. O centro de atendimento ao turista vem dar suporte ao crescente fluxo destinado ao município. A infra-estrutura de hospedagem atende à demanda sazonal. As 16 pousadas e 9 *campings* empregam cerca de 85 pessoas permanentemente, podendo haver contratações temporárias na alta estação.

Foi identificado que os moradores já começam a alugar suas residências para turistas em período de alta estação ou eventos, especialmente no mês de setembro, quando ocorre a festa da padroeira local e da cavalhada.

Considerando a diversidade de atrativos existentes no município, desde os histórico-culturais até paisagens deslumbrantes, as políticas para seu desenvolvimento ainda são bastante tímidas, resultando em um potencial claramente pouco explorado e que poderia se reverter em desdobramentos mais positivos para a comunidade local. Dessa maneira, o alto potencial turístico está sendo utilizado de forma pouco eficaz.

As principais limitações ao desenvolvimento pleno do turismo local relacionam-se à falta de capacitação e formação de profissionais para atuação junto ao segmento, bem como à ausência de divulgação e incentivo a atividades existentes e potenciais. Problemas ambientais de preservação do patrimônio natural podem afetar drasticamente o potencial turístico, a exemplo do recebimento de esgotos domésticos *in natura* na Bacia do Corumbá e o depósitodos resíduos sólidos no lixão que levam à contaminação do lençol freático.

Mesmo contando com uma unidade de conservação e diversas outras áreas de reservas naturais, faltam programas de educação ambiental e políticas de controle do meio ambiente. A inexistência de programas de coleta seletiva do lixo e de um aterro sanitário pode comprometer a preservação dos seus recursos.

Ainda que Corumbá de Goiás apresente um caráter eminentemente agropecuário, existem carências relacionadas à proposição de programas e políticas voltadas ao aperfeiçoamento e ampliação de atividades relacionadas ao agronegócio, como o turismo rural. Há, inclusive, demandas de melhoria das estradas vicinais que atravessam a zona rural.

Contando com um rico patrimônio natural e cultural, o município tem bom potencial de desenvolvimento de diversos segmentos de turismo (rural, cultural, ecoturismo, aventura), "podendo utilizar-se d*a* proximidade de grandes centros urbanos como Brasília, com potencial de atração de cerca de 5 milhões de habitantes com alta renda "per capita" da região e de outras destinações". (Prefeitura Municipal de Corumbá de Goiás, 2003, p. 7).

Na atualidade, seus recursos turísticos já atraem significativa quantidade de turistas nos finais de semana, feriados e períodos de férias escolares. Todavia, verifica-se o grande potencial de crescimento desse setor, principalmente com a proposição de políticas públicas e planejamento, sem que o turismo traga conseqüências negativas ao município e seu patrimônio.

Sendo uma das mais antigas cidades do Estado de Goiás, conta com significativo conjunto arquitetônico, além de tradicionais festas e cultura local que completam a vocação turística do município; porém, esses elementos ainda são pouco explorados pelo *trade* local.

CAPÍTULO 5.

OS TERRITÓRIOS EM PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO EIXO BRASÍLIA—GOIÂNIA: O TURISMO EM BUSCA DE "NOVOS PRODUTOS".

O presente capítulo busca identificar os principais aspectos que caracterizam o turismo nos municípios do eixo Brasília─Goiânia. A análise dos indicadores da metodologia[29] do inventário da oferta turística da OMT (2001) possibilitou a caracterização e definição dos municípios de Abadiânia, Cocalzinho de Goiás e Santo Antônio do Descoberto como municípios em processo de desenvolvimento do turismo.

Os municípios em desenvolvimento do turismo são aqueles nos quais a atividade turística encontra-se em processo de estruturação sob a forma de órgão público de gestão e associações do setor privado, bem como são objeto de políticas públicas. A eficácia desses órgãos e associações é limitada, mas verifica-se vontade política e empresarial de desenvolver a atividade mediante "o modelo" dos municípios turísticos.

O turismo enquanto atividade econômica ainda não representa fonte significativa na geração de renda e emprego no município quando se verifica fluxo turístico irregular ao longo do ano e a existência e/ou criação de infra-estrutura de apoio (hospedagem, gastronomia, agenciamento, comércio local voltado ao atendimento das necessidades dos turistas, transporte e eventos) e atrativos turísticos em processo de consolidação. Os municípios de Abadiânia, Cocalzinho de Goiás e Santo Antônio do Descoberto encontram-se inseridos nessa categoria.

Os três municípios integram o "Roteiro do Ouro" e o turismo começa a representar importante fonte geradora de emprego e renda à medida que apresenta fluxo turístico contínuo ao longo do ano e infra-estrutura de apoio e atrativos consolidados.

[29] Dados gerais, infra-estrutura e atrativos.

Entre os sete municípios pesquisados, três deles apresentam aspectos que caracterizam esse nível de desenvolvimento, portanto são considerados municípios em processo de desenvolvimento do turismo. No transcorrer desse capítulo iremos definir a localização geográfica, caracterizar o turismo local e discorrer sobre o estágio de desenvolvimento da atividade, identificando atores, usos e perspectivas dessa atividade.

5.1 Abadiânia

5.1.1 Breve análise do papel regional de Abadiânia.

O município de Abadiânia localiza-se no Estado de Goiás na Microrregião do Entorno do Distrito Federal (vide mapa 09). O território municipal limita-se ao norte com Corumbá de Goiás e Pirenópolis, ao sul com Silvânia e Gameleira de Goiás, ao leste com Alexânia e a oeste com Anápolis.

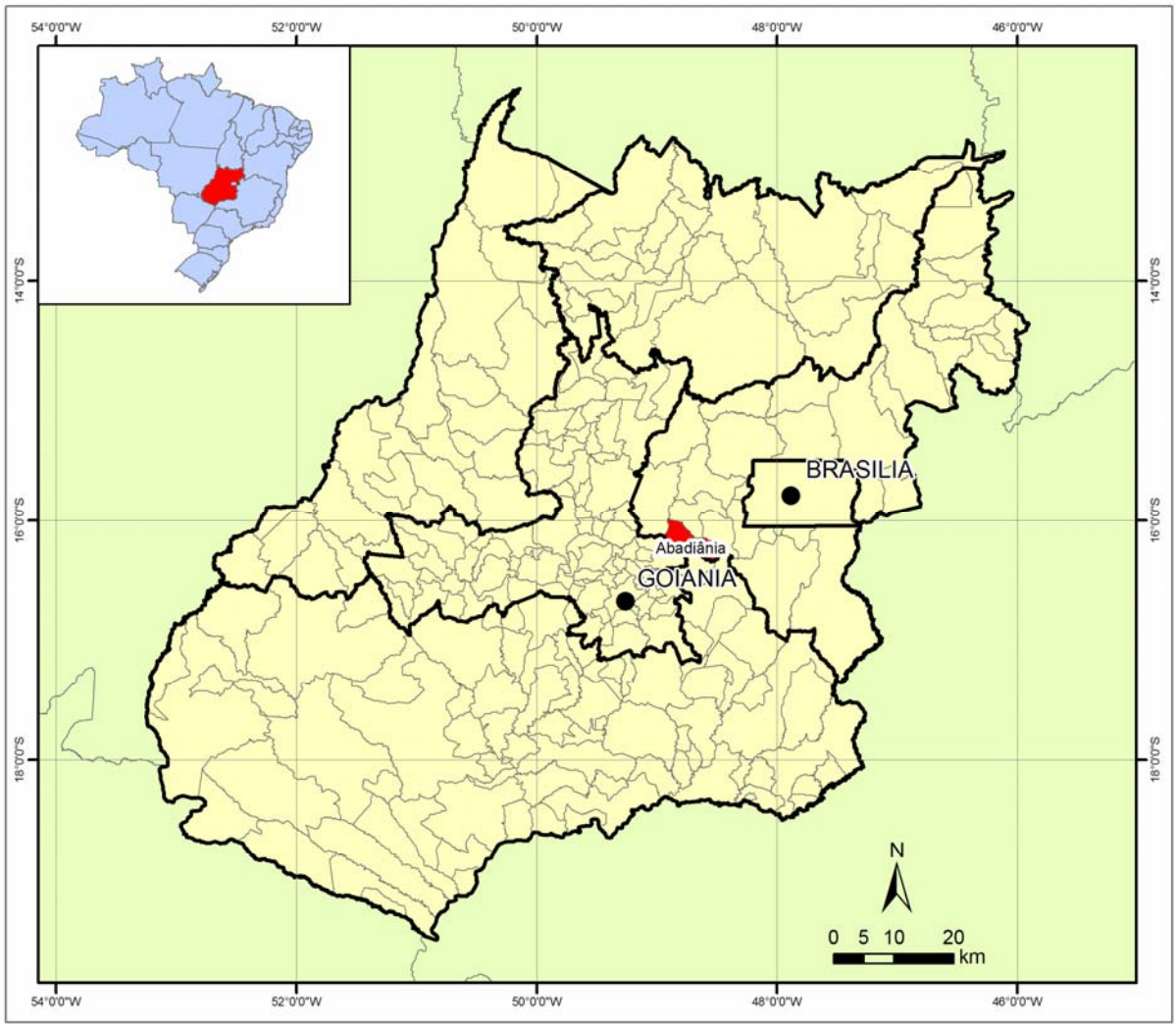
Sua área territorial é de 1.044.159 km2. A criação do município ocorreu em 20 de outubro de 1953, a partir do desmembramento do município de Corumbá de Goiás. A sede municipal fica distante 85 km da capital Goiânia e 130 km de Brasília.

Abadiânia possui quatro distritos: Posse da Abadia (conhecido como Abadiânia Velha, núcleo histórico) cerca de 18 km da sede; Planalmira (26 km da sede); Três Veredas (18 km da sede); e Santa Lúcia (12 km da sede).

A sede do município apresenta espaços ocupados de forma compartimentada ao longo da BR-060, a qual divide a cidade em duas partes: a oriental e a ocidental. A primeira apresenta uma ocupação mais densa, abrigando os prédios públicos do poder municipal e estadual, a área central, a estação rodoviária, as agências bancárias e os

principais estabelecimentos comerciais. A segunda, no outro lado da rodovia, é formada por um único grande bairro denominado Lindo Horizonte (vide imagens 13 e 14).

Mapa 09: Localização do Município de Abadiânia – Goiás



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Abadi%C3%A2nia, em 15 de junho de 2007, às 11h 09min.

O bairro Lindo Horizonte é caracterizado por ocupação desordenada, com condições precárias de infra-estrutura e serviços. A criação e expansão do bairro relacionam-se à seita religiosa Centro Espírita Casa de Dom Ignácio, conhecida pelo nome do seu dirigente ─ o médium João de Deus ou João de Abadiânia.

O fluxo de visitantes em busca de cura no centro espírita ocasionou a abertura de restaurantes, pensões e comércio nesse bairro, bem como a instalação de moradias de baixa renda, cujos moradores recebem assistência da seita.

Em pesquisa de campo, verificou-se que os seguidores do médium João de Deus residem em sua maioria no bairro Lindo Horizonte e que há preconceito e discriminação por parte dos moradores locais em relação aos seus seguidores.

Ao longo do trajeto da BR-060, que corta a sede municipal, distingue-se a existência de comércio e serviços de apoio ao fluxo de veículos e passageiros (vide figuras 48, 49 e 50). Como tentativa de organizar esse comércio de beira de estrada, a prefeitura construiu conjunto de boxes para o comércio de artesanato e produtos agropecuários.

Esse espaço, denominado Frei Mateus, é também utilizado para a feira local. Apesar dessa iniciativa, o comércio informal às margens da rodovia ainda permanece. Produtos como pimenta, doces, frutas, farinha, queijo, pequi, panelas, cerâmica, entre outros, são vendidos para os usuários da BR-060.

Imagem 13: Abadiânia – Goiás: área urbana.



Fonte: *Google Earth*, em 15 de junho de 2007, às 14h30min.

Imagem 14: Bairro Lindo Horizonte – Abadiânia Goiás.



Fonte: *Google Earth*, em 15 de junho de 2007, às 14h33min.



Figura 48: Feira de artesanato e pequena produção rural – BR 060.
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em 30 de janeiro de 2006.



Figura 49: Queijos, polvilho, farinha, pimenta e cerâmica. Produtos artesanais locais.
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em 30 de janeiro de 2006.



Figura 50: Comércio de produtos artesanais ao longo do percurso da BR-060.
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em 23 de janeiro de 2005.

A população total do município no ano de 2004 era de 12.054 habitantes, sendo que 7.802 encontravam-se na área urbana. Pode-se observar que o município de Abadiânia apresenta taxas de crescimento demográfico menores em relação a outros municípios integrantes da RIDE e abaixo da média regional. Porém, há crescimento demográfico no município como pode ser observado na tabela a seguir:

Tabela 37: Abadiânia - Evolução da População (1970-2004)

Ano	Total	Rural	Urbana	Taxa de Crescimento Demográfico
1970	7.772	6.349	1.423	-
1980	9.030	5.561	3.469	1,61
1991	9.402	4.261	5.141	1,53
2000	11.452	4.246	7.206	2,22
2004	12.504	4.702	7.802	2,15

Fonte: IBGE, Censos Demográfico 1970, 1980, 1991 e 2000; projeção 2004.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM apresenta indicadores médios abaixo da média vigente no Estado de Goiás (vide tabela 38). Na análise da evolução dos indicadores no período 1991 – 2000, verifica-se que a renda apresentou sensível aumento, porém de todos os indicadores que compõem o IDHM este é o menor. O município não tem economia tão dinâmica quanto alguns de seus vizinhos: Pirenópolis, Alexânia e Anápolis.

Tabela 38: Abadiânia - IDHM (1991-2000)

IDHM	Município		Estado
	1991	2000	2000
Total	0,652	0,723	0,776
Renda	0,593	0,628	0,717
Longevidade	0,656	0,743	0,745
Educação	0,706	0,797	0,866

Fonte: Pnud/ IPEA/ IBGE – Novo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

De acordo com os dados da SEPLAN/GO, dos 3.214 domicílios pesquisados no censo 2000, 73,8% apresentavam renda até três salários mínimos, sendo que 1.158 domicílios tinham renda mensal de um salário mínimo. A tabela 39 mostra que é predominante a baixa renda de seus moradores.

Tabela 39: Abadiânia - Domicílios particulares permanentes/ salário mínimo (2000)

	Quantidade	%
Total	3.214	100
Até 1	1.158	36
Mais de 1 a 2	950	29,6
Mais de 2 a 3	264	8,2
Mais de 3 a 5	256	8
Mais de 5 a 10	222	7
Mais de 10 a 15	55	1,7
Mais de 15 a 20	33	1
Mais de 20 a 30	15	0,4
Mais de 30	13	0,4
Sem rendimento	248	7,7

Fonte: SEPLAN/GO (2007).

A economia municipal é baseada na agropecuária, cerâmica e comércio. Os principais produtos agropecuários produzidos são: soja, milho, gado bovino de corte e leite. A atividade de exploração de argila e produção de cerâmica conta com cerca de 10 empresas instaladas e constitui pólo ceramista. O comércio é pouco expressivo, computando cerca de 84 empreendimentos de pequeno porte. Existe uma única agência bancária do Banco Itaú.

O Distrito Agroindustrial de Abadiânia – Daiab tem 26 indústrias instaladas, todas de pequeno porte, sendo que nenhuma delas exporta (vide figura 52). Além das cerâmicas e olarias, destacam-se 01 frigorífico de aves e a empresa Jerivá Comércio, Indústria e Agropecuária Ltda., cuja sede está em Goiânia, mas que possui dois postos de venda na BR-060 e filiais em Goiânia e Cristalina/ GO.

A empresa Jerivá surge na década de 1980 e cresceu a partir da venda de alimentos e bebidas para os viajantes que passam pela BR-060 (vide figura 51 e imagem 15). O popular Jerivá é local de parada para os viajantes no trecho Brasília – Goiânia. A empresa comercializa produtos agropecuários e da culinária regional, tais como: pamonha, canjica, empadão goiano, salgados, refrigerantes, sucos, pimenta, farinha, doces, carnes, ovos, etc.



Figura 51: Restaurante Jerivá, venda de comida típica goiana.
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em 23 de janeiro de 2005.

Imagem 15: Restaurantes de comida típica ao longo da BR-060.



Fonte: *Google Earth* em 15 de junho de 2007 às 14h29min.



Figura 52: Distrito Industrial de Abadiânia, destaque para a indústria cerâmica.
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em 30 de janeiro de 2006.

A agropecuária, principal fonte de renda no município, é caracterizada por dois tipos de atividade. A primeira delas relaciona-se ao moderno complexo agroindustrial instalado no Centro-Oeste, com destaque para a criação de gado bovino e aves e as culturas agrícolas de soja e milho. A segunda relaciona-se à pequena produção agrícola direcionada ao mercado regional com produção de suínos, banana e tomate. As tabelas 40 e 41 informam os principais produtos da agropecuária local.

A zona rural caracteriza-se pela predominância de pequenos e médios produtores voltados para a agricultura de subsistência (feijão, milho, arroz e mandioca). Essa produção localiza-se, em sua maioria, na porção sul do território, enquanto que ao norte já se faz presente a moderna agricultura. Abadiânia tem recebido nos últimos dez anos grupos expressivos de agricultores provenientes do sul do país, e que se dedicam ao cultivo de soja e milho.

A pecuária bovina é direcionada à produção de leite e desenvolvida por médios produtores rurais. Esses pecuaristas dedicam-se também à fabricação de queijos, sendo a produção escoada para o entreposto local criado pela prefeitura: o centro de comercialização Frei Matheus.

O principal comprador de laticínios é a empresa Jerivá, que terceiriza a produção e a revende em suas lojas. Foram identificados os seguintes tipos de queijos: provolone, minas, ricota, mussarela, trança e requeijão. Não existe nenhuma cooperativa de produtores ou forma associativa. Cada pecuarista desenvolve a sua produção sem atentar para critérios de criação de marca, qualidade do produto, competitividade e venda para outros mercados fora do local. O leite que não é utilizado na produção de queijos é destinado às empresas Itambé e Parmalat, localizadas respectivamente em Alexânia e Corumbá de Goiás.

Tabela 40: Abadiânia - Efetivo da Pecuária (1998-2005)

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Aves (cab)	73.000	75.000	78.000	82.000	78.000	87.000	89.000	93.000
Bovinos (cab)	42.000	45.000	44.500	49.500	53.000	55.000	53.000	52.000
Produção Leite - mil litros	7.730	8.100	8.140	9.080	9.800	9.850	9.830	9.500
Produção Ovos – mil dúzias	180	200	195	192	180	200	210	220
Suínos (cab)	6.700	6.400	6.730	7.050	7.170	7.500	7.750	8.300
Vacas Ordenhadas (cab)	5.800	6.000	5.950	6.550	7.000	7.100	7.000	6.800

Fonte: SEPLAN/GO (2007).

Tabela 41: Abadiânia - Produção Agrícola (2000-2005)

Produtos	2000	2001	2003	2004	2005
	Produção (t)	Produção (t)	Produção (t)	Produção (t)	Produção (t)
Arroz	1.200	1.600	1.120	520	320
Banana	225	225	225	150	150
Cana-de-Açúcar	300	300	300	320	320
Feijão	75	50	-	-	-
Mandioca	750	750	900	850	850
Milho	5.000	2.500	5.600	5.400	4.930
Soja	2.200	2.600	12.500	15.600	13.000
Tomate	650	630	900	1.250	1.250

Fonte: SEPLAN/GO (2007).

Na zona rural é expressiva a presença de solos argilosos, os quais favorecem a produção de indústrias cerâmicas que são a principal fonte de empregos na área urbana. Existem 10 indústrias na cidade que produzem telhas, tijolos e encanamentos para atender aos mercados do Distrito Federal e de Goiânia em função da expansão urbana existente nesses centros. As indústrias cerâmicas consomem grande quantidade de lenha e são responsáveis por acentuado processo de desmatamento.

O crescimento urbano de Alexânia é evidenciado na expansão de bairros ao longo da BR-060. A população dessas áreas é predominantemente de baixa renda e a principal fonte de emprego e renda constitui-se no trabalho nas olarias e na retirada de argila. Os rendimentos advindos da comercialização de produtos à margem da estrada complementam a renda familiar.

Segundo Correia (2006)[30], "os homens trabalham nas olarias e as mulheres e crianças no comércio de beira de estrada. Aqui é um município muito pobre e não tem grandes indústrias como Anápolis e Goiânia, então o povo tem de se virar como pode" (vide figuras 53 e 54).

Correia (2006) ainda ressalta que:

> As melhores oportunidades de emprego encontram-se restritas à prefeitura e a alguns empreendimentos do comércio local, mesmo assim os salários são bem baixos. Muitos moradores buscam emprego em outras cidades, onde a oferta é maior como Anápolis e o Distrito Federal.

Na zona rural as perspectivas de trabalho também são limitadas devido à tecnificação da agropecuária, verificando-se a existência de trabalhadores rurais temporários que se engajam nas atividades ligadas à colheita de tomate e ao roçado dos pastos. De modo geral, o comércio de Abadiânia tem muitas limitações, com lojas de pequeno porte localizadas em sua maioria às margens da BR-060, onde as compras são

[30] Entrevista com o Chefe de Gabinete da Prefeitura de Abadânia em janeiro de 2006.

de baixo valor e pagas em dinheiro (visitantes) ou em caderneta (moradores locais). O cartão de crédito limita-se a poucos empreendimentos, como o Jerivá.

As pequenas barracas rudimentares instaladas ao longo da BR-060 são um importante meio de comercialização dos pequenos produtores rurais por meio da venda de produtos agrícolas regionais, como: pimenta, polvilho, arroz, milho, mel, queijos, pequi, doces e temperos.

O comércio local atende aos moradores, mas principalmente ao fluxo de veículos no trajeto Brasília─Goiânia (vide imagens 16 e 17). Segundo dados da prefeitura (2006), existem também muitos sítios de final de semana e esses visitantes ocasionais movimentam a economia com a compra de produtos artesanais, alimentos e bebidas.

Os indicadores referentes à infra-estrutura urbana revelam que nesse aspecto alguns itens apresentam excelente padrão de atendimento às demandas, a exemplo do fornecimento de energia elétrica, que atinge a quase totalidade dos domicílios.

O abastecimento de água é feito por meio de poços artesianos e pela prefeitura. Não há tratamento da água consumida e nem dos esgotos, que são lançados em fossa séptica ou *in natura* nos córregos e rios. A coleta de lixo é feita pela prefeitura em caixas coletoras e os dejetos são lançados em lixão fora da área urbana, sem nenhum tipo de tratamento.

O sistema de saúde é precário e limita-se a um posto de saúde na área urbana e nove na área rural. Os médicos que atuam no município são oriundos de Anápolis e Brasília e trabalham com dias pré-determinados. A prefeitura disponibiliza três ambulâncias para o envio de doentes aos hospitais do Distrito Federal ou Goiânia. Não existe nenhum hospital público ou privado, consultório médico ou odontológico.

O sistema de ensino conta com 18 escolas, todas públicas, estando 02 sob responsabilidade do governo estadual e 16 da Prefeitura Municipal. A maior parte dos alunos é do ensino fundamental e existem 133 professores no município. Não há nenhuma instituição de ensino superior ou curso técnico, o que revela grave limitação ao desenvolvimento econômico, conforme demonstra a tabela 42.

Tabela 42: Abadiânia - Sistema de Ensino (2000-2005)

	2000	2001	2003	2004	2005
Escolas em atividade	21	23	20	20	18
Salas de aulas	78	96	89	90	82
Docentes	131	159	141	147	133
Total de alunos	3.722	3.778	3.707	3.686	3.299
Alunos Pré-Escolar	130	239	239	297	190
Alunos Alfabetização	169	210	224	-	-
Alunos Ens. Fundamental	2.765	2.680	2.592	2.616	2.306
Alunos Ens. Médio	571	608	594	578	606
Alunos Ens. Especial	-	-	-	-	-
Alunos Ed. Jovens e Adultos	87	41	58	119	109
Alunos Ens.Profissional	-	-	-	-	-
Alunos de Creche	-	-	-	76	88

Fonte: SEPLAN/GO (2007).

Os serviços de comunicação no município contam com a existência de uma agência dos Correios e Telégrafos, um posto de telefonia e pontos de venda de telefones celulares das empresas Vivo, Tim, Claro e Brasil Telecom.

O município dispõe de serviços de táxi, mototáxi e lotação feita por *vans* particulares. Não há transporte coletivo público e nem linhas de transporte com horário e pontos de parada definidos. O sistema de transporte é totalmente privado e atende às demandas de acordo com a solicitação dos usuários.

Carlos[31], (2006) nos informa que:

> A maior parte das corridas de táxi é destinada a Anápolis (apenas 28 km,) quando o pessoal daqui de Abadiânia vai ao hospital, fazer compras e tem também muito turista que a gente leva da rodoviária para o centro espírita do João de Deus. Mas eu não sei informar quantas corridas são feitas.

[31] Motorista de táxi local.

O sistema de segurança é limitado a uma única delegacia de polícia sob administração do Polícia Militar do Estado de Goiás. O único meio de acesso ao município é pela rodovia BR-060, a qual se encontra totalmente duplicada no trecho de Abadiânia.

A estação rodoviária é localizada às margens da rodovia e tem fluxo de cerca de 20 ônibus ao dia, pois é parada de diversas linhas que fazem o trajeto Brasília/ Anápolis/ Goiânia.

As empresas Araguaína, Anapolina, Vian, Transbrasiliana e Emtram possuem escritórios e pontos de apoio na rodoviária local. Não existe transporte ferroviário, hidroviário ou aéreo. O aeroporto de Brasília é o mais próximo e utilizado por turistas que chegam à cidade em busca do turismo religioso. Não há nenhuma pista de pouso no município. Com a formação do lago de Corumbá IV espera-se a criação de marina pública para a utilização do lago por embarcações.



Figura 53: Venda de pequena produção rural às margens da BR-060.
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em 23 de janeiro de 2005.



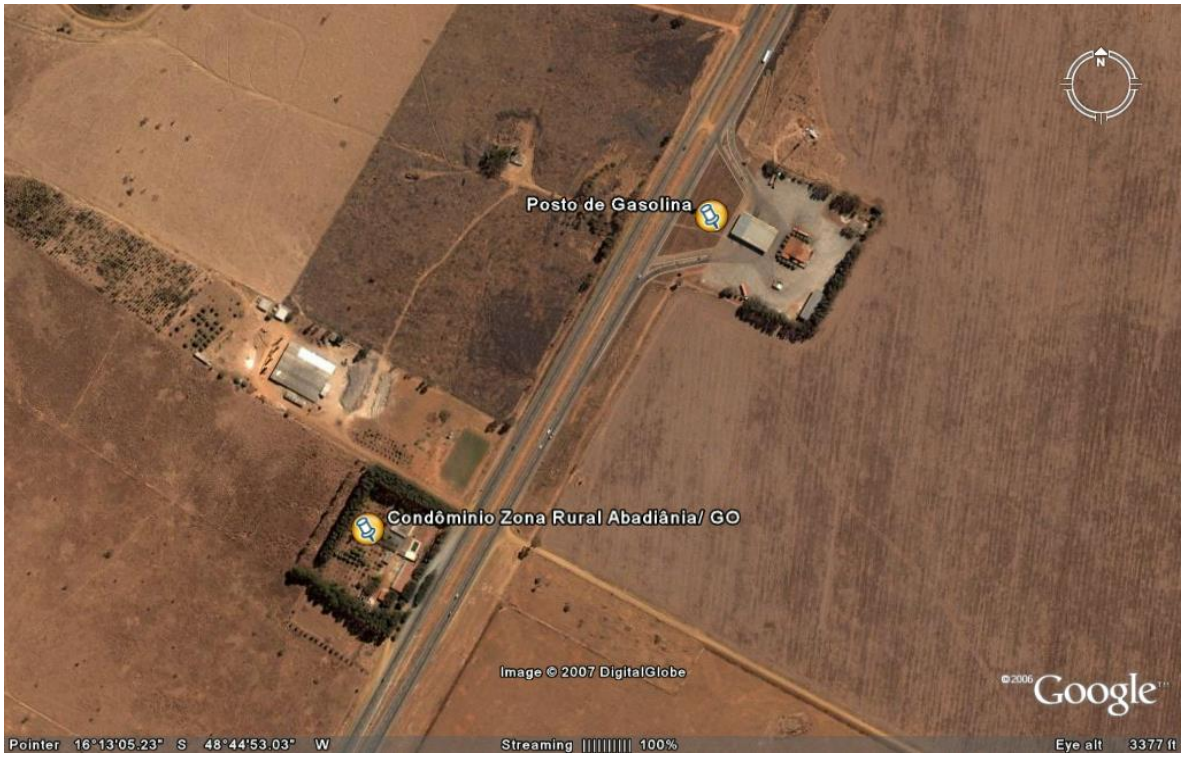
Figura 54: Venda de cerâmica às margens da BR-060.
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em 30 de janeiro de 2006.

Imagem 16: Restaurante de comida típica.



Fonte: *Google Earth,* em 15 de junho de 2007, às 14h33min.

Imagem 17: Condomínios, postos de gasolina e restaurantes instalados às margens da BR-060.



Fonte: *Google Earth*, em 15 de junho de 2007, às 14h33min.

5.1.2 A dinâmica territorial do município de Abadiânia

O início da ocupação do território do que é hoje o município de Abadiânia remonta ao Ciclo da Mineração no Século XVIII, quando bandeirantes passaram a abrir os primeiros caminhos interligando a Cidade de Goiás ao Triângulo Mineiro e São Paulo.

Nesse período surgem os povoados de Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte (1727), transformado posteriormente em distrito (1732) e no município de Pirenópolis (1890); Santa Luzia (1746), atual Luziânia; Santo Antônio do Descoberto (1750); Corumbá de Goiás (1750); além do Arraial de Couros (1736/ 1750), atual Formosa.

A ocupação do território intensificou-se no Século XIX com a expansão dos povoados existentes e a criação de novos núcleos urbanos, tais como Posse (1874), hoje distrito de Abadiânia; Mestre D'Armas (sem data), atual Planaltina (Distrito Federal), e Serra dos Cristais (sem data), atual Cristalina.

As origens do município remontam ao Século XIX, quando a fazendeira de nome Emerenciana inicia o culto em devoção à Nossa Senhora D'Abadia no ano de 1870. No início, as orações aconteciam na sede da fazenda. Com o aumento do número de devotos foi construída capela, em torno da qual se fixaram os primeiros moradores, procedentes da cidade de Corumbá de Goiás e do Estado de Minas Gerais.

O culto religioso e as terras férteis às margens do Rio Capivary e do Córrego Cururu atraíam novos moradores ao povoado. Em 17 de agosto de 1874, os fazendeiros João José Maia, Manoel Gomes Ferreira e Joaquim de Souza Cordeiro doaram as terras à Igreja Católica e o povoado passou a ser chamado de Posse D'Abadia.

Em 31 de dezembro de 1943, o povoado foi elevado à categoria de distrito, com a denominação atual de Abadiânia. Em 20 de outubro de 1953, tornou-se município a partir do desmembramento de Corumbá de Goiás. Na década de 1960, inicia-se movimento para transferir a sede municipal para as margens da BR-060. A proposta de mudança resultou no descontentamento dos moradores em relação à mudança. Ao contrário de Alexânia, que nasceu a partir de um loteamento imobiliário, a ocupação de Abadiânia deu-se de forma desordenada, com a construção de moradias e comércio às margens da rodovia e a 18 km do núcleo histórico do município.

O atual distrito de Posse D'Abadia, localmente conhecido como Abadiânia Velha. O distrito encontra-se relativamente isolado dificultando a modernização desse núcleo histórico.

O distrito de Posse D'Abadia localiza-se em vale encaixado, em área de relevo movimentado e tem reduzido número de casas residenciais e comerciais. Em volta da praça principal estão localizados os antigos prédios públicos do Fórum, da agência de Correios e Telégrafos, o posto de saúde e o telefônico; todos esses prédios não tem mais o uso original e são ocupados por atividades de comércio e moradia. Destaca-se a Igreja Nossa Senhora D'Abadia nesse conjunto, construção simples e sem grande expressão arquitetônica.

O isolamento dos distritos é agravado pela falta de linhas de ônibus para circulação interna, ausência de transporte coletivo e fracas ligações intramunicipais. Por outro lado, o fluxo expressivo de veículos na BR-060 em direção a Brasília, Goiânia e Anápolis e a proximidade desses centros com o município revela um quadro de inter-relações já consolidado.

5.1.3 O despertar do Turismo

O turismo em Abadiânia não é estruturado e não tem apoio dos órgãos oficiais. A prefeitura não tem secretaria destinada ao setor e não há vontade política em desenvolver a atividade. Porém, existem atividades relacionadas principalmente ao turismo religioso, a partir da existência do médium João de Deus e da Festa de Nossa Senhora D'Abadia (15 de agosto), padroeira oficial. A Festa de Nossa Senhora D'Abadia é a mais tradicional e importante festa religiosa do município, atraindo grande fluxo de visitantes para o Distrito de Posse D'Abadia.

Não existem propriedades do governo federal e nem unidades de conservação. O município não participa dos programas do governo federal e do Estado de Goiás

referentes ao turismo. Não há conselho municipal de turismo e nem participação nos roteiros formatados pela Agetur/ GO.

O município não dispõe de Secretaria de Turismo ou qualquer outra correlata às atividades de turismo, como cultura e desenvolvimento econômico.

Correia (2006) informa que:

> Por questões políticas inerentes ao município, o prefeito acabou com todas as secretarias e exonerou todos os secretários. Tudo aqui é resolvido pelo prefeito, nada acontece sem o consentimento dele e caso alguma empresa queira instalar um hotel, clube ou pousada deve abrir processo de negociação com a prefeitura, que, com certeza, o prefeito vai dar algum apoio.

Com o poder público centralizado nas mãos de uma única pessoa, o quadro de desenvolvimento e proposição de políticas públicas é extremamente limitado a questões pontuais e burocráticas.

A centralização de poder impede a discussão com a sociedade civil e compromete a participação do município em programas dos governos federal e estadual. Exemplo disso é o Programa de Regionalização do Turismo Brasileiro, no qual o município não consta de nenhum roteiro turístico, não está inserido no inventário da oferta turística e não recebe recursos para o desenvolvimento do setor.

O setor de artesanato local, importante alternativa de renda para a população, também encontra-se desarticulado, não havendo nenhum associação que represente os artesãos e nem sistema de cooperativa de produção. O município não participa do Programa do Artesanato Brasileiro e não tem nenhum catálogo ou registro dos artesãos e suas práticas. Foi informado que existe projeto para a criação da Associação de Artesãos de Abadiânia.

Entretanto, segundo Correia (2006):

> Por questões políticas até a presente data não foi viabilizado. O município produz artesanato em tecelagem, cerâmica, pintura e palha, mas a produção é toda vendida na beira da estrada (BR-060). Esse pessoal da estrada deve levar essas peças para as suas cidades, só que nós não sabemos quais.

Embora Abadiânia conte com poucas atividades de lazer, elas atendem principalmente à população jovem, deixando crianças e idosos sem opções de inserir-se em programas de lazer e cultura. A produção artesanal de doces, cerâmicas, bordados e alimentos regionais é realizada principalmente por mulheres e crianças dos bairros mais pobres, como a Vila Mutirão. A venda é feita no comércio local, ao longo da BR-060.

A criação do lago de Corumbá IV pode gerar alguma transformação no município. Como já foi discutido anteriormente nesse trabalho[32], o plano de manejo do lago prevê múltiplos usos, entre eles a construção de clubes, marinas e condomínios direcionados ao turismo. Cerca de 10% da área territorial do município foi alagada para a formação do lago, algo em torno de 18 km2.

As práticas esportivas são muito limitadas, existindo apenas uma escola de futebol para jovens e crianças, uma quadra poliesportiva coberta, com iluminação, cercada e com capacidade para 1.500 pessoas sentadas em arquibancada. Há também 02 piscinas instaladas em escolas públicas, 01 campo de futebol gramado e 02 campos de futebol de terra. As modalidades esportivas praticadas são futebol e *futsal*.

A falta de organização e de professores capacitados limita as práticas e eventos esportivos ao âmbito local, com a ocorrência de um único evento esportivo: o campeonato amador de futebol de Abadiânia, o qual conta com a participação de cerca de oito times locais. O evento atrai apenas o público local, aproximadamente 500 pessoas.

No que diz respeito à existência de legislação municipal, segundo Correia (2006), as leis de uso e ocupação do solo, Plano Diretor e legislação de proteção ao patrimônio natural e cultural estão sendo elaboradas por equipes multidisciplinares

[32] Aspectos do Turismo em Alexânia.

formadas por técnicos da prefeitura, do governo estadual e da Faculdade Lions de Goiânia.

As ações de promoção de eventos e *marketing* do município são limitadas apenas aos municípios vizinhos, a partir da divulgação de festas religiosas e eventos como o campeonato de futebol e a exposição agropecuária realizada com periodicidade anual no mês de outubro. Não há na prefeitura nenhum profissional com diploma de curso superior em *marketing* para acompanhar a divulgação dos eventos e promover a comercialização do turismo municipal.

Os meios de hospedagem existentes são dois hotéis com 60 leitos e 40 pousadas com capacidade para hospedar cerca de 600 visitantes: uma pensão com 20 leitos; e um hotel-fazenda com 30 leitos. Existe procura por aluguel de casas para temporada no bairro Lindo Horizonte. Imobiliárias locais alugam esses imóveis para turistas que passam por trabalhos de cura na centro espírita de João de Deus. A Prefeitura Municipal informou que existem cerca de 30 imóveis para aluguel de temporada (2006).

Os serviços de alimentação contam com 30 restaurantes de comida brasileira, 03 restaurantes de comida típica regional (Jerivá, Ficus e Sabor Goiano), 10 lanchonetes, 04 confeitarias, 05 sorveterias, 30 bares e 06 quiosques. Os restaurantes de comida típica regional estão localizados nas entradas da área urbana às margens da BR-060 e atendem os fluxos de veículos. Os restaurantes de comida brasileira encontram-se também às margens da rodovia (vide figura 55 e 56), mas atendem ao público local e a turistas.

Os equipamentos de entretenimento e lazer contam com duas danceterias e três pesque-pague. Há um estádio de futebol (não utilizado) e um parque de exposições agropecuárias. Não há nenhuma agência de turismo no município.



Figura 55: Propaganda de restaurante de comida típica às margens da BR-060.
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em 30 de janeiro de 2006.



Figura 56: BR-060 trecho duplicado/ Restaurante Jerivá ao final da curva.
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em 23 de janeiro de 2005.

O principal atrativo turístico natural é o lago de Corumbá IV, ainda não explorado (figuras 62 e 63). As cachoeiras e corredeiras dos Rios Corumbá e das Antas desapareceram com a formação do lago. Havia uso turístico de cerca de cinco cachoeiras que não existem mais.

Os atrativos de turismo cultural limitam-se ao núcleo histórico de Posse D'Abadia, que não é tombado pelo patrimônio histórico. Os atrativos do turismo religioso são dois: a Igreja de Nossa Senhora da Abadia no distrito de Posse, e a Casa Espírita Dom Ignácio (vide figura 57), onde o médium espírita João de Deus atende grande fluxo de visitantes (vide figuras 58 a 61).

Não há nenhuma forma de contabilizar o fluxo de visitantes em dias de atendimento, mas informações preliminares de Correia (2006), "o centro atende em média mil e quinhentas pessoas por semana, muitas delas vindas do exterior".

Os registros do Bureau de Atendimento ao Turista do Aeroporto de Brasília informam que a procedência desses turistas é diversificada, incluindo norte-americanos, australianos, japoneses, alemães e italianos. Brant[33] (2006) informa que:

> Sempre aparece algum turista estrangeiro procurando vôos para Abadiânia, ai nós informamos que não existe aeroporto lá e que a melhor forma de chegar é através de ônibus interestadual ou táxi. Fechamos a corrida em torno de U$150 com os motoristas daqui do aeroporto que levam e trazem esses turistas. Tenho até medo de soltar um alemão sem falar uma palavra em português na rodoviária de Brasília. O serviço do táxi pode ser até caro, mas é seguro, nunca tivemos problemas com taxistas e turistas nesse trajeto. Ano passado, apareceu uma turista australiana que ouviu falar do João de Deus em um programa de televisão em Melbourne. Ela estava com câncer e atravessou meio mundo para ter a cura, Chegou ao aeroporto daqui de Brasília às 23 horas de um domingo, nós já estávamos fechando as portas do *Bureau* e atendemos essa senhora. Outra vez foi um grupo de europeus, cerca de 40 pessoas que vinha de São Paulo querendo conhecer o centro espírita. O grupo era formado de alemães, italianos, franceses. Olha, são muitos casos que eu tenho para te contar: de norte-americanos, espanhóis, portugueses. Acho que tem brasiliense que nunca ouviu falar desse homem e os estrangeiros já. Não sei como é feita essa divulgação, acho que é boca a boca, só pode.

[33] Entrevista com o responsável pelo Bureau de Atendimento ao Turista do Aeroporto Internacional de Brasília Juscelino Kubistchek em janeiro de 2006.

Correia (2006) informou que existem cerca de 200 estrangeiros residindo no bairro Lindo Horizonte, onde se encontram os seguidores do médium João de Abadiânia.

> São pessoas que fazem parte da seita religiosa e que se mudam para Abadiânia para trabalhar nas atividades do centro espírita. Não sei de quê esse povo vive, acho que devem receber ajuda do estrangeiro, pois o centro não cobra nada dos pacientes, mas o povo gasta dinheiro com hospedagem, alimentação, aluguel de casas para temporada e tudo é cobrado em dólar e euro. Acho que esses estrangeiros controlam esse comércio. Inclusive, no meio daquelas casas pobres tem umas bem estruturadas. As pessoas se envolvem demais com religião, largam tudo, família, emprego e vem para esse interior de Goiás viver sei lá do quê.

Não existe nenhum controle do fluxo de turistas no município, mas Correia (2006) este gira em torno de 50 mil turistas/ano direcionados principalmente ao turismo religioso. A permanência média é de dois dias em finais de semana e não existem períodos de alta e baixa temporada, havendo sempre visitantes na cidade.

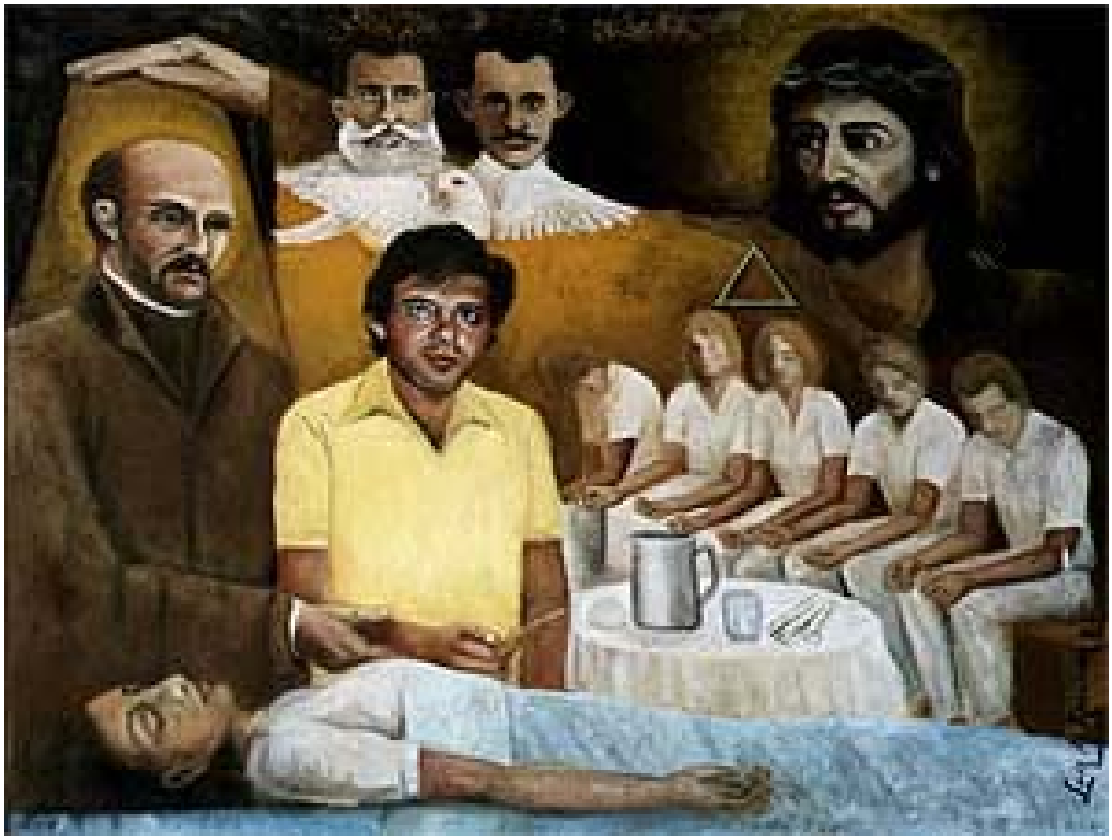


Figura 57: Mural pintado no Centro Espírita Casa de Dom Ignácio.
Fonte: http://www.casalumiere.org/, em 15 de junho 2007, às 11h41 min.



Figura 58: Sinalização comercial escrita em inglês no Bairro Lindo Horizonte.
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em 30 de janeiro de 2006.



Figura 59: Sinalização turística escrita em inglês na BR-060 (entrada da área urbana).
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em 30 de janeiro de 2006.



Figura 60: Restaurante comunitário mantido pelo Centro Espírita Casa de Dom Ignácio.
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em 30 de janeiro de 2006.



Figura 61: O mediúm João Teixeira de Faria, conhecido como João de Deus.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Casa_de_Dom_In%C3%A1cio_de_Loyola, em 15 de junho 2007, às 12h01min.



Figura 62: Lago de Corumbá IV.
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em 29 de janeiro de 2006.



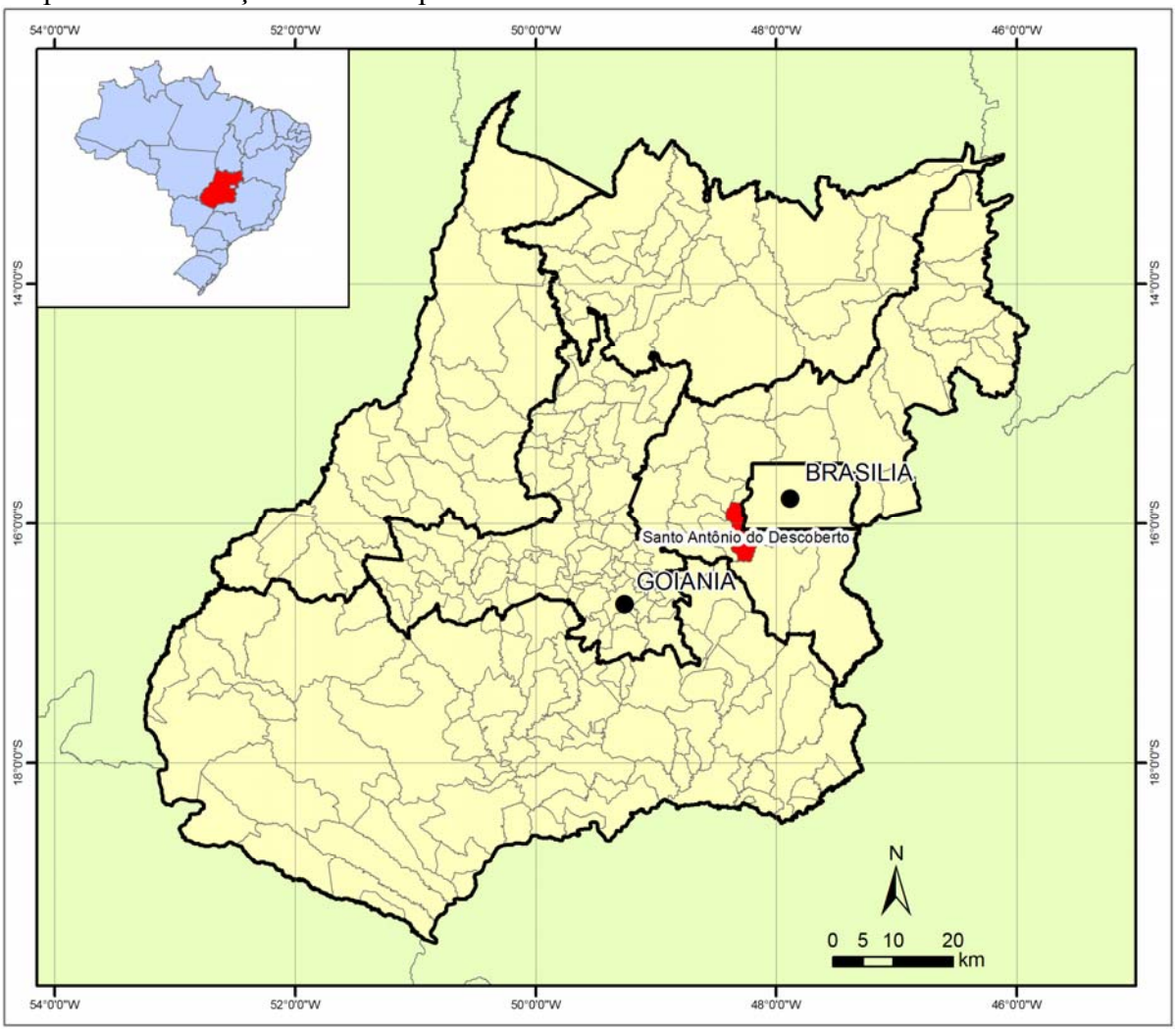
Figura 63: Veículos de pescadores às margens da BR-060 e do Lago de Corumbá IV.
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em 29 de janeiro de 2006.

5.2 Santo Antônio do Descoberto

5.2.1 As origens do município: do Ciclo do Ouro à periferia de Brasília.

O município de Santo Antônio do Descoberto envolve a divisa sudoeste do Distrito Federal, limitando-se com as Regiões Administrativas RA IV- Ceilândia, RA XII – Samambaia, RA XV - Recanto das Emas e RA II – Gama. Delimita-se também com os municípios goianos de Novo Gama a leste; Luziânia ao sul; Alexânia, Corumbá e Cocalzinho de Goiás a oeste; e Águas Lindas de Goiás ao norte (vide mapa 10).

Mapa 10: Localização do Município de Santo Antônio do Descoberto - Goiás



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Santo_Ant%C3%B4nio_do_Descoberto, em 15 de junho de 2007, às 13h02min.

O município é cortado pela rodovia federal BR-060 que faz a interligação entre Brasília e Goiânia. A BR-060 atravessa pequeno trecho de cerca de 20 km dentro do município. Destaca-se que a área urbana encontra-se distante da BR – 060, sendo interligada a essa BR pela rodovia DF – 280 e pela GO – 225, e ao município de Águas Lindas de Goiás pela rodovia estadual GO - 547.

As origens do município de Santo Antônio do Descoberto remontam ao ciclo do ouro no Século XVIII (vide figura 64), quando este fazia parte do Julgado de Santa Luzia, atual município de Luziânia.

A mina de ouro que deu origem ao município era a terceira em importância na região. Em 1764, foi erguida a capela de Santo Antônio por José Pereira Lisboa, a qual posteriormente passa a ser sede de famosa romaria.

Bertrand (1994, p. 112) relata a descoberta da mina de ouro:

> [..]sabendo o capitão José Pereira Lisboa um caçador morador das margens do Despenhado, lavando o bucho de um veado, encontrou algumas folhetinhas de ouro, tratou de examinar o lugar e tanto ouro encontrou que se passou imediatamente para ali com sua escravatura e abriu largo serviço.... o ribeirão Despenhado, por causa da aparição do ouro, ficou se chamando Descoberto, e o lugar em que Lisboa colocou seu arranchamento, Montes Claros.

Até 1982, Santo Antônio do Descoberto era parte integrante do município de Luziânia–GO, antiga Santa Luzia. Nessa época, ocorre a criação do município a partir do desmembramento de Luziânia. Posteriormente, em 1995, ocorre nova divisão a partir da criação do município de Águas Lindas de Goiás.

O município foi criado pela Lei n° 9.167, de 14 de maio de 1982. Além da sede municipal existem dois distritos: Santa Rosa e Cidade Eclética. A tabela a seguir demonstra a evolução da população do município de Santo Antônio do Descoberto desde a sua criação até os dias atuais.

Tabela 43: Santo Antônio do Descoberto - Evolução Demográfica (1980-2005)

	População residente segundo sexo e distribuição urbana e rural				
	Total	Homens	Mulheres	Urbana	Rural
1980	-	-	-	-	-
1991	35.509			28.606	6.903
2000	51.897	26.128	25.769	48.398	3.499
2005	74.867				

Fonte: Censos Demográficos do IBGE: 1980, 1991, 2000.

- Dados 2005: estimativa feita pela SEPLAN – GO segundo estimativa pelo método logístico.
- http://portalsepin.SEPLAN.go.gov.br/

Santo Antônio do Descoberto detém área territorial relativamente extensa, abrangendo 938,4 km2, com população predominantemente urbana e taxa de urbanização de 93,26% em 2000.

A densidade demográfica é de 67,35 hab/ km2. Até 1995 o município apresentava taxa de crescimento demográfico elevada, cerca de 8%, e após a criação de Águas Lindas essa taxa chegou ao percentual de 2,95% ao ano.(IBGE, 2000).

O município possui carências em diversos setores do serviço público, a exemplo do abastecimento de água e da coleta e destino final de resíduos sólidos e efluentes.

Segundo o IBGE (2000), o lixo coletado representa 53,22% do total produzido, o restante é descartado pela população de forma irregular em terrenos baldios ou nos cursos hídricos. O lixo coletado não possui sistema de deposição e tratamento adequado, pois o lixão da cidade não possui controle ambiental, contribuindo assim para o agravamento da qualidade ambiental no município.

Mas existem algumas alternativas locais interessantes relativas ao meio ambiente. Na área urbana de Santo Antônio do Descoberto existem diversas paradas de ônibus construídas a partir da reutilização de restos de construção e sucata.

A Prefeitura Municipal tem em andamento vários projetos na área de saneamento básico, como a construção da estação de tratamento de esgoto na confluência do Córrego do Coqueiro com o Rio Descoberto.

A criação da RIDE e o estabelecimento de parcerias entre os governos do Distrito Federal e de Goiás possibilitou a assinatura de convênios entre a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – Caesb e a Companhia de Saneamento de Goiás – Saneago, com o objetivo de implantar sistemas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos domésticos e industriais no entorno do Distrito Federal.

O município apresenta contigüidade territorial com o Distrito Federal; o Rio Descoberto separa a área urbana do município de Santo Antônio do Descoberto do Distrito Federal em uma fronteira bem próxima. Pode-se atravessar o rio a pé em alguns trechos e ultrapassar facilmente a fronteira das unidades da federação.

De um lado da fronteira fica a sede municipal e do outro lado estão condomínios e chácaras da Região Administrativa de Samambaia. Apesar da localização da sede municipal em umas das bordas do Distrito Federal (vide figura 65), há pouca concentração de atividade econômica no território municipal. Conforme dados da Sepin – Goiás (2005), o município contava com a existência de 33 estabelecimentos industriais e 185 estabelecimentos de comércio varejista.

A agricultura e a pecuária são importantes atividades econômicas, indicando a existência de 28.700 cabeças de gado bovino em 2003, rebanho que cresceu em período recente, como pode ser verificado na tabela abaixo. A produção agrícola é voltada principalmente para a produção de milho e cana-de-açúcar, como pode ser verificado na tabela seguinte.

Tabela 44: Santo Antônio do Descoberto - Efetivo da pecuária (1998-2003)

Produtos	1998	1999	2000	2003
Aves (cab)	100.000	100.000	100.000	83.800
Bovinos (cab)	21.000	22.000	31.000	28.700
Produção de Leite (1.000 litros)	1.100	1.110	1.070	2.160
Produção de Ovos (1.000 dúzias)	210	210	21	33
Suínos (cab)	3.600	3.600	3.600	2.450
Vacas ordenhadas (cab)	3.000	3.100	3.000	3.000

Fonte: Governo de Goiás/ Governo do Distrito Federal – Sepin: 2003 e 2005.

- cab = cabeças

Tabela 45: Santo Antônio do Descoberto - Produção agrícola (2000-2004)

Produtos	2000		2003		2004	
	Área (ha.)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (T)	Área (ha)	Produção (t)
Arroz de sequeiro	10	6	4	3	200	240
Banana	7	105	5	50	7	70
Cana-de-açúcar	60	1.200	25	500	25	500
Feijão de 1ª safra	15	24	-	-	40	32
Laranja	3	30	-	-	-	-
Limão	6	48	2	16	2	16
Mandioca	10	120	20	240	25	300
Milho	200	600	105	378	2.000	8.400
Soja	-	-	-	-	300	750

Fonte: Governo de Goiás/ Governo do Distrito Federal – Sepin: 2000, 2003 e 2004.

- ha = hectares
- t = tonelada



Figura 64: Monumento aos garimpeiros. Resgate das origens do município.
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em 17 de janeiro de 2006.



Figura 65: Rio Descoberto, fronteira entre o Distrito Federal e o município.
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em 17 de janeiro de 2006.

Na área rural do município merece destaque a implantação da usina hidroelétrica de Corumbá IV, que tem múltiplo aproveitamento: o abastecimento de água ao Distrito Federal e cidades do entorno e a geração de energia. O represamento do rio Corumbá provocou o alagamento de área de aproximadamente 173,3 km2, abrangendo parcelas do território dos municípios goianos de Luziânia, Santo Antônio do Descoberto, Alexânia, Abadiânia e Silvânia.

O lago de Corumbá IV provocou impacto significativo na zona rural desses municípios, pois inundou grande número de pequenas propriedades rurais e o Plano Diretor do empreendimento prevê a requalificação territorial das margens do lago, criando atrativos turísticos e paisagísticos.

A zona rural de Santo Antônio do Descoberto foi afetada pelo enchimento do lago e os Rios Descoberto e Areias tiveram aumento do volume de água e da largura da lâmina d'água. O município goiano que será mais afetado por Corumbá IV é Alexânia, que, segundo informações da Prefeitura Municipal, terá 50% do lago em seu território.

Conforme depoimento dos produtores rurais (2006) atingidos diretamente pela área alagada, houve o pagamento de indenização das propriedades. Porém, o poder público mostrou-se insatisfeito, ressaltando que o município teve grande área alagada, o que prejudica a arrecadação de impostos e a geração de emprego e renda.

Merece destaque a extensão do Gasoduto Brasil-Bolívia atravessando o território do município. O ramal principal está conectado à Paulínia no Estado de São Paulo e segue para Senador Canedo, município integrante da Região Metropolitana de Goiânia.

Em território goiano, o gasoduto passa por Goiânia e Anápolis, atingindo Brasília no Distrito Federal e tendo o terminal final em Niquelândia, no norte do estado. Foi aproveitado o poliduto como estrutura de distribuição de gás.

A possibilidade da instalação de *city-gates* confere ao eixo Brasília─Goiânia vantagem para a instalação de indústrias. Além da introdução do gás como combustível de uso industrial, comercial e residencial em vasta área, o gasoduto abre a possibilidade de construção de usinas termoelétricas.

A extensão do gasoduto corta o eixo Brasília─Goiânia e a sua implantação afetará a hierarquia regional por meio do desenvolvimento de novos potenciais econômicos e a redução dos custos de transporte.

A rodovia federal BR–060 é a principal via de acesso a Santo Antônio do Descoberto sendo interligada a essa BR pela rodovia distrital DF – 280. Distante cerca de 60 km do Plano Piloto de Brasília e 175km de Goiânia articula-se diretamente com as regiões administrativas de Samambaia, Recanto das Emas, Gama e Ceilândia no Distrito Federal e os municípios de Luziânia, Águas Lindas de Goiás e Alexânia no estado de Goiás (vide figura 66).

A duplicação da BR – 060 faz parte do projeto de desenvolvimento do eixo Brasília/Goiânia e a sua efetiva implantação irá viabilizar fluxos de transportes de carga rodoviária, transporte de passageiros e diminuir o tempo de deslocamento entre os municípios integrantes do eixo.

Com a duplicação da BR – 060 e a formação do lago de Corumbá IV haverá todo um processo de reordenamento territorial dos municípios envolvidos, a partir justamente de novos usos do espaço, como: turismo e lazer, chácaras de final de semana, empreendimentos de turismo rural e ecoturismo e até mesmo a criação de condomínios para moradia.

A acessibilidade dentro da área urbana do município é organizada sobre uma estrutura viária hierarquizada a partir da Avenida Goiás, que permeia toda a cidade, distribuindo o tráfego entre os diferentes bairros e a área central. A Avenida Goiás é a principal via de entrada e faz sua interligação à DF–280 por intermédio de ponte sobre o Rio Descoberto (vide figura 67).



Figura 66: BR-060, principal meio de acesso ao município de Santo Antônio do Descoberto
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em 17 de janeiro de 2006.



Figura 67: Placa de boas vindas na Avenida Goiás – principal via da área urbana.
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em 17 de janeiro de 2006.

Marginais a essa avenida encontram-se inicialmente a Igreja de Santo Antônio e o pequeno núcleo histórico original da cidade. A mancha urbana expandiu-se nas áreas próximas avenida configurando desenho urbano linear.

O transporte coletivo existente é marcado pela precariedade do sistema e das vias de circulação. Apesar da Avenida Goiás e das vias da área central possuírem pavimentação asfáltica, o mesmo não ocorre nos bairros, principalmente os de ocupação recente.

O município é servido por duas linhas de ônibus. A primeira é interestadual e operada pela Empresa Taguatur, cujo itinerário compreende a ligação da rodoviária local às rodoviárias do Plano Piloto e de Taguatinga. A segunda é formada por duas linhas distintas de ônibus circulares que interligam o centro da cidade aos bairros.

Segundo informações do posto de atendimento ao usuário da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT (janeiro de 2006), há a necessidade de maior dinamização do sistema e o embarque e desembarque são considerados semi-urbanos, distâncias de até 70 km são assim classificadas.

Vários loteamentos não são servidos pelo transporte coletivo, sendo que as *vans* e outras formas irregulares de transporte ocupam esse nicho de mercado. O terminal rodoviário possui estrutura física consolidada em área do centro comercial lindeira à Avenida Goiás.

No que diz respeito à frota de veículos, ocorre a predominância de automóveis, seguido de motocicletas (vide tabela 46). Apesar da vasta área rural do município, observa-se pequena quantidade de veículos de uso rural, como trator. Essa situação justifica-se pela prevalência da pequena produção agropecuária, que não utiliza equipamentos desse porte.

Tabela 46: Santo Antônio do Descoberto - Frota de Veículos (2004)

Tipo de Veículo	Número de unidades	Total
Automóvel	1.310	59,08%
Caminhão	180	8,11%
Caminhão trator	7	0,31%
Caminhonete	52	2,34%
Microônibus	13	0,58%
Motocicleta	437	19,71%
Motoneta	86	3,87%
Ônibus	132	5,95%
Trator de rodas	0	0%
Total	2.217	100%

Fonte: www.ibge.gov.br em janeiro de 2006 as 09 h.

A empresa Saneago é responsável pela captação e distribuição de água potável para o município. A captação é realizada por tributário do Rio Descoberto, o Córrego dos Porcos, situado a montante da área urbana. Os moradores cujas residências não são atendidas pela empresa utilizam o abastecimento feito por poços artesianos e cisternas.

O município não dispõe de rede de tratamento de esgotos domésticos que são lançados *in natura* no Rio Descoberto. Parte da população utiliza o sistema de fossas negras para lançamento de esgotos.Tanto a rede de abastecimento de água como a de esgoto não atendem a totalidade da área urbana e municipal (vide tabela 47).

Tabela 47: Santo Antônio do Descoberto - Abastecimento de água/ esgoto (2000-2004)

Abastecimento de água							
Extensão de redes (metros)				Ligações (número)			
2000	2002	2003	2004	2000	2002	2003	2004
134.014	136.074	180.528	181.666	6.997	7.776	7.932	8.426
Rede de esgoto							
Extensão de redes (metros)				Ligações (número)			
2000	2002	2003	2004	2000	2002	2003	2004
-	-	4.159	4.159	-	-	-	-

Fonte: Governo de Goiás/ Governo do Distrito Federal – Sepin: 2000, 2002, 2003 e 2004.

Com relação ao fornecimento de energia elétrica, o serviço é fornecido pela CELG. Nota-se que o consumo residencial atinge o maior percentual (62,09%) do consumo total enquanto que o industrial representa apenas 2,10% do total. A análise dos dados da tabela 48 referente ao consumo de energia elétrica reforça o papel de cidade-dormitório que o município desempenha na RIDE e mostra que o processo de

modernização produtiva baseada na agricultura e na industrialização ainda não foi efetivado nesse município.

Tabela 48: Santo Antônio do Descoberto - Consumo de energia elétrica (1999/ 2004)

	1999	2004
Consumidores (número)	11.381	14.361
Consumo residencial	16.399	16.276
Consumo Industrial	633	553
Consumo Comercial	2.204	2.496
Consumo Rural	2.049	2.032
Outros	4.200	4.855
Consumo total	25.485	26.212

Obs.: o consumo é medido em megawats de energia
Fonte: Governo de Goiás/ Governo do Distrito Federal – Sepin 1999 e 2004.

Os dados referentes à saúde em Santo Antônio do Descoberto apontam uma significativa melhora. Segundo informações da Sepin – GO (2005), o município possui 3 hospitais, que totalizam 101 leitos. A rede ambulatorial do SUS passou entre janeiro de 2001 e janeiro de 2002 de seis para 20 unidades, representando acréscimo significativo. Porém, os dados de 2003 mostram que a rede permanece do mesmo tamanho, resultando como alternativa para os moradores do município a busca pelos serviços de saúde no Distrito Federal.

Segundo IBGE (2002), o sistema de saúde municipal possui 270 profissionais divididos em vários postos de trabalho. A estrutura do serviço de saúde municipal não atende às necessidades locais, por isso os atendimentos mais especializados são supridos no Distrito Federal, como foi dito anteriormente. De acordo com o IBGE (2000), no que se refere aos leitos hospitalares do SUS, existem 54 no município, perfazendo total de um leito para cada grupo de 961 habitantes.

O sistema educacional do município, de acordo com a Sepin – GO (2003 e 2005), obteve crescimento significativo na oferta e procura dos serviços desse setor. Entre 2000 e 2004, o número de estabelecimentos de ensino passou de 34 para 44, aumentando o número de salas de aula de 235 para 340. Nesse período, o número de

docentes passou de 520 para 564 em atendimento ao aumento do número de alunos, praticamente 20% no período, efetivo que passou de 16.473 para 19.734. A maioria dos alunos, 13.894, encontrava-se matriculada no ensino fundamental; no ensino médio são 3.290 alunos; na educação de jovens e adultos são 1.586; no pré-escolar são 988; e no ensino especial foram contabilizados 66 alunos.

A taxa de alfabetização no município é de 85,7% em 2004. Destaca-se a criação da Faculdade Fênix, empreendimento de ensino superior privado. Não há no município nenhuma unidade federal de ensino profissionalizante ou superior.

A atividade econômica apresentou redução na oferta de empregos. De acordo com os dados da SEPIN-GO (2003), no ano de 1999 foram admitidos 701 empregados e desligados 660, registrando-se, portanto, o saldo positivo de 41 postos de trabalho incorporados ao mercado. Em 2000, o saldo permaneceu favorável, tendo sido admitidos 616 empregados e ocorrido 509 desligamentos, gerando, portanto, um acréscimo de 107 postos no mercado de trabalho local. Em 2001, foram admitidos 420 empregados e desligados 447, registrando-se saldo positivo de 27 empregos. Em 2002 e 2003, o saldo de empregos torna-se positivo novamente, havendo a incorporação ao mercado de 4 e 57 novos empregos, respectivamente.

Verifica-se, porém, a diminuição da oferta de postos de trabalho com carteira assinada. A Prefeitura Municipal informou que o Distrito Federal absorve grande parte dos trabalhadores do município nos setores de educação, saúde e segurança. É um município com muitos funcionários públicos do Distrito Federal, principalmente de baixo escalão.

O perfil da população local é predominantemente de baixa renda. Entre os 12.995 domicílios permanentes existentes no ano de 2000, em 74,8% registraram-se rendimentos de até 5 salários mínimos mensais e em 81,5% de até 10 salários mínimos

mensais. Desse total, em 16,3% dos domicílios declarou-se que não havia rendimentos e em apenas 21,4% foram informadas rendas superiores a 10 salários mínimos mensais (Sepin – GO: 2003).

O Proder/ Sebrae identificou fenômeno semelhante ao município de Águas Lindas de Goiás, com a utilização da margem da DF – 280 por estabelecimentos informais: pesque-pasque, chácaras para aluguel, setor alimentos e bebidas e casas noturnas. Os empreendimentos são em maioria informais, não constando dos dados oficiais da prefeitura.

O Produto Interno Bruto demonstra que o município possui concentração na atividade de prestação de serviços, seguido pelo valor adicionado na indústria[34]. Já no que se relaciona à agricultura e arrecadação de impostos, observa-se que são itens de menor destaque na composição do PIB municipal (tabela 49).

Tabela 49: Santo Antônio do Descoberto - Produto Interno Bruto (2004)

Composição do PIB	Valores expressos em R$	%
Valor adicionado na agropecuária	4.936,00	4,66
Valor adicionado na indústria	26.258,00	24,83
Valor adicionado ao comércio e serviços	72.474,00	68,55
Dummy	338,00	0,31
Impostos	2.392,00	2,26
Total	105.721,00	100

Fonte: www.ibge.gov.br acessado em janeiro de 2006 as 09h.

5.2.2 Os recursos do turismo

A evolução regional do relevo é constituída por um conjunto de superfícies planas intercaladas de superfícies intensamente erodidas e aplainadas. As altitudes no município de Santo Antônio do Descoberto variam entre 1.000 e 1.200 metros. A bacia hidrográfica do Rio Descoberto apresenta terrenos já bastante dissecados formados por

[34] A indústria local é representada por pequenos empreendimentos, tais como: serralherias, fábricas de móveis, lacticínios e confecções.

colinas e morrotes. Apresenta-se planície aluvial junto ao Córrego Capoeirinha, um dos afluentes do Rio Descoberto.

O Rio Areias constitui a divisa ocidental do município com Alexânia. Com uma extensão aproximada de 60 km, tem suas nascentes localizadas no município vizinho de Águas Lindas de Goiás e até a sua desembocadura no Rio Corumbá corre somente entre os municípios de Santo Antônio do Descoberto e Alexânia. A sua margem esquerda contrasta com a direita por apresentar afluentes de curta extensão, definindo um vale mais encaixado.

A bacia do Rio Areias caracteriza-se por apresentar pequenos afluentes com extensão aproximada de 6 km. Drena área pouco povoada e sem ocupação expressiva. Na divisa dos municípios, o Rio Areias sofreu alargamento da calha devido à formação do lago de Corumbá IV. Verifica-se uso ainda não estruturado para a pesca.

O Rio Descoberto, com extensão aproximada de 80 km, tem suas nascentes na Chapada Vargem Grande, e encontra-se represado próximo às suas nascentes, sendo a principal fonte de abastecimento de água do Distrito Federal.

Constatou-se na pesquisa de campo (janeiro 2006) a existência da Capela de Santo Antônio padroeiro da cidade (figuras 68). Essa capela está na origem do município durante o Ciclo do Ouro (Séc. XVIII) e foi erguida no ano de 1764. Apesar da importância do monumento histórico, o uso é apenas local. Seu entorno já se encontra totalmente descaracterizado e a praça existente ao redor da igreja também.



Figura 68: Praça da Matriz, ao fundo a igreja, o coreto e a estátua de Santo Antônio.
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em 17 de janeiro de 2006.

O município possui dois distritos, Santa Rosa e Cidade Eclética. Este último surgiu a partir da criação de fraternidade espiritualista composta por 12 filiais em diversos estados brasileiros e duas localizadas na América do Sul (Argentina e Paraguai).

A Cidade Eclética é núcleo urbano formado pela seita religiosa fundada pelo médium Yokaanam Oceano de Sá em 1956. O distrito tem hábitos próprios, nenhuma moradia pode ostentar sinais de riqueza e não se utiliza dinheiro entre os membros da seita, que são chamados de obreiros. A seita oferece aos seus participantes moradia, alimentação, lazer com quadras de esporte, heliporto, padaria, lavanderia e salão de festa. Observa-se a criação de um enclave no território municipal, haja visto a gestão do distrito ficar sob responsabilidade da seita e não da prefeitura.

Na Cidade Eclética, destacam-se as atividades de saúde e educação, pois a fraternidade dispõe de hospital que atende gratuitamente os membros da comunidade e a população residente na vizinhança.

O templo é aberto à visitação diariamente, porém para entrar na comunidade é necessário observar normas impostas pela seita, como o acompanhamento de um membro da comunidade e atenção no vestuário.

A organização política e social da comunidade é dividida em vários departamentos, existe Presidente Social que é o representante oficial da instituição perante o poder público, e o Administrador Interno, espécie de prefeito local; vale ressaltar que a população da fraternidade é de cerca de 600 habitantes.

A arquitetura da Cidade Eclética tem no templo o principal exemplar de arquitetura religiosa, o restante das edificações são todas simples, sem nenhum aspecto considerável de atração turística (vide figuras 69 e 70). Na sede municipal também não há nenhuma edificação que represente uma arquitetura representativa. São edificações simples e o único exemplar do Ciclo do Ouro (Século XVIII) encontra-se bastante descaracterizado.

Verificou-se a ausência no município de incorporadoras imobiliárias. Registra-se quantidade de autoconstrução e um único conjunto habitacional denominado Gomes Rabelo. É a única área da cidade onde existem imóveis financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação via Caixa Econômica Federal.

Houve a identificação dos segmentos de turismo de aventura e ecoturismo no município. O atual Prefeito é o Sr. Moacir Machado, e o Secretário de Cultura e Turismo o Sr. Idelci Lopes dos Reis.



Figura 69: Fachada Templo Eclético Universal
Fonte: http://www.fraternidadeecletica.org.br/, em 10 de julho de 2007, às 15h55 min.



Figura 70: Templo Maior da Cidade Eclética
Fonte: http://www.fraternidadeecletica.org.br/, em 10 de julho de 2007, às 15h55 min.

Apesar da existência de secretaria de governo, não há no município existência de Conselho Municipal de Turismo e de Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Turismo. A prefeitura não disponibiliza nenhuma forma de incentivo ao turismo, seja por meio de fundo municipal ou de incentivos fiscais. Em janeiro de 2007, não havia também qualquer forma de inventário da oferta turística ou sinalização.

O município não participa de nenhum tipo de programa social e de desenvolvimento econômico sob supervisão do governo federal, como: Programa do Artesanato Brasileiro, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, Programa de Regionalização do Turismo, entre outros.

Verificou-se a existência de Plano Municipal de Desenvolvimento do Esporte contemplando, projetos como escolinhas de futebol para o público infanto-juvenil. No âmbito desse plano estão inseridos o Programa Esporte Solidário e Programa Esporte na Escola, com ocorrência de ruas de lazer para jovens e adultos.

Em Santo Antônio do Descoberto existem 05 quadras esportivas com iluminação, porém sem nenhuma cobertura, e 03 quadras poliesportivas, com cobertura e iluminação.

Esses equipamentos de lazer têm capacidade para um público de 3.000 espectadores e o estado de conservação é considerado bom. Há 1 ginásio público com iluminação, cerca de proteção e capacidade para 4.000 espectadores. Foram identificados também 02 campos de futebol, sendo um gramado e outro de terra.

As principais modalidades esportivas praticadas no município são: artes marciais, basquete, capoeira, ciclismo, corrida de rua, futebol e vôlei. Não existe nenhum espaço apropriado para práticas de atletismo.

Entre essas modalidades, quatro são contempladas pela prefeitura por meio da organização de campeonatos esportivos: artes marciais, capoeira, futebol e vôlei. A

prefeitura também apóia a participação de atletas locais em campeonatos fora do município.

No que diz respeito à legislação do município, o mesmo tem lei de uso e ocupação do solo, Plano Diretor, leis de proteção ambiental e de proteção ao patrimônio histórico, artístico e cultural. Destaca-se que o município faz parte da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Descoberto.

O município não possui nenhum meio de formação profissional ou curso superior na área de turismo e hotelaria e também não integra nenhum roteiro turístico comercializado.

O Governo do Estado de Goiás detém a concessão dos seguintes serviços públicos: energia elétrica, abastecimento e tratamento de água e esgotamento sanitário.

A rede de esgotos atende apenas a área urbana e não há nenhuma forma de tratamento desses resíduos, que são jogados *in natura* no Rio Descoberto. A prefeitura é responsável pelos serviços de limpeza pública e coleta de lixo, o qual é despejado em lixão a céu aberto. Esse local não tem licenciamento ambiental.

Os serviços de comunicação existentes são: correios, telefonia, emissoras de rádio, telefonia celular e posto de serviço telefônico. Não há nenhum provedor de internet ou *lan house* nem televisão local.

Os serviços de transporte são limitados aos ônibus que fazem a comunicação da sede municipal com o Plano Piloto, Samambaia, Ceilândia e Taguatinga no Distrito Federal. Dentro da área urbana e com os municípios vizinhos de Águas Lindas de Goiás e Alexânia existem diversas lotações particulares.

Na área da saúde pública existe 01 pronto-socorro e 19 postos de saúde. Os moradores utilizam a rede de saúde do Distrito Federal para situações de emergência e até mesmo para simples consultas.

A estação de distribuição de energia de Furnas Centrais Elétricas encontra-se localizada na junção da BR-060 com a DF-280 e as linhas de transmissão atravessam parte do território municipal (figura 72).

Esse pequeno trecho margeia o Rio Descoberto, com a existência de diversas pequenas propriedades rurais e condomínios de moradia e lazer. A venda de artesanatos, alimentos e bebidas é uma alternativa de renda para os pequenos produtores rurais e empreendedores locais (figura 71).

A estação rodoviária recebe ônibus interestaduais com freqüência diária e semanal. Porém, não há linha direta comunicando o município a Goiânia, capital do estado. O principal meio de acesso ao município é o transporte rodoviário.

A formação recente do lago de Corumbá IV ainda não provocou a criação de marinas ou locais para acomodação de embarcações. Esse aspecto da infra-estrutura deverá em um futuro próximo ser criado. O município não tem aeroporto e nem pista de pouso. A necessidade por transporte aéreo é suprida por Brasília.

A inexistência de atividade turística periódica e formal inibe a criação de meios de hospedagem oficialmente registrados ou alternativos. Não existem no município hotel, pousada ou hotel-fazenda, entre outros equipamentos de hospedagem. Porém, verificou-se na pesquisa de campo a criação de condomínios que são utilizados tanto como alternativa de moradia quanto para a locação em finais de semana. No setor de bares, restaurantes e similares foram identificados 32 estabelecimentos, como pode ser observado na tabela 50:



Figura 71: A venda de artesanato, alimentos e bebidas é uma das alternativas para os pequenos produtores rurais. Barraca às margens da DF-280.
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em 17 de janeiro de 2006.



Figura 72: Estação de energia de Furnas Centrais Elétricas que atende o Distrito Federal e o Entorno.
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em 17 de janeiro de 2006.

Tabela 50: Santo Antônio do Descoberto – Serviços de Alimentação (2006)

Tipo de estabelecimento	Quantidade
Restaurante de comida brasileira	05
Restaurante de comida internacional	-
Restaurante de comida típica regional	-
Lanchonetes	06
Casas de chá e café	02
Confeitarias	-
Sorveterias	04
Bares	05
Quiosques	10
Total	32

Fonte: Associação Comercial de Santo Antônio do Descoberto, 2006 (pesquisa de campo).

Foram identificados em pesquisa de campo 12 condomínios que atendem a essas características. O principal deles tem o nome de Chácara Shangri-lá , composta por uma casa principal, quatro casas menores, cinco chalés e área para *camping* (figura 73). Em entrevista com o responsável pelo estabelecimento o Sr. Ricardo Silva Martins[35], constatou-se que se trata de propriedade particular, a qual foi parcelada em oito lotes. Cada cotista construiu um tipo de imóvel para locação.

Destaca-se que nenhum proprietário reside no condomínio, sendo o mesmo utilizado apenas para locação a terceiros. Os visitantes alugam os imóveis por temporada, que pode ser de apenas um dia ou final de semana ou até mesmo períodos maiores de quinze a vinte dias.

Os visitantes são em sua maioria provenientes do Distrito Federal e utilizam a estrutura oferecida para descanso em períodos de férias e finais de semana, bem como em eventos. A locação dos imóveis é feita pelos proprietários por meio de anúncios em jornais de circulação no Distrito Federal e também por pequenas agências de viagens e turismo.

[35] Pesquisa de campo em janeiro de 2006.

O Sr. Ricardo (2006) informou que o Rio Descoberto que margeia a propriedade é bastante utilizado para banhos e a grande extensão do gramado existente no meio do condomínio já foi utilizada para eventos religiosos, festas de casamento e inclusive uma festa *rave* organizada por promotores de Brasília, a qual teve público aproximado de duas mil pessoas.

O levantamento sobre os equipamentos de entretenimento e lazer indicam a fragilidade do turismo e lazer no município. A única categoria de equipamentos existentes são os pesque-pague que atendem à população local e aos moradores do Distrito Federal (vide figuras 74 e 75).

Esse tipo de equipamento é usufruído durante o período diurno, portanto, não gera necessidade de hospedagem. Mas o deslocamento entre Brasília e o município goiano existe de fato.



Figura 73: Chácara Shangri-lá – os condomínios de lazer são umas das formas de "produzir" o espaço para o turismo na zona rural de Santo Antônio do Descoberto
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em 17 de janeiro de 2006.



Figura 74: Pesque-pague Fagundes – um dos empreendimentos para atrair visitantes ao município de Santo Antônio do Descoberto.
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em 17 de janeiro de 2006.



Figura 75: Barragem artificial construída para servir o Pesque-pague Fagundes.
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em 17 de janeiro de 2006.

Os serviços de agenciamento e transporte turístico não foram identificados. O único tipo de serviço de apoio ao turismo são duas agências bancárias.

Os principais atrativos turísticos do município são naturais. A bacia do Rio Descoberto e seus afluentes oferecem diversos locais para prática de banho de rio e cachoeira.

Os trechos dos Rios Areia e Descoberto alagados para a formação do lago passaram a ter uso ocasional por pescadores e banhistas. O principal atrativo natural é o lago de Corumbá IV. A Cachoeira Cascata, localizada no Rio Descoberto próximo à área urbana, é utilizada pela população local e visitantes para banhos e passeios.

A Igreja de Santo Antônio é o principal atrativo cultural do município. Localizada na área central da cidade é a edificação mais antiga. A igreja de estilo arquitetônico característico do período colonial goiano já sofreu diversas modificações em sua estrutura original. Esse bem patrimonial se encontra descaracterizado.

A Cidade Eclética foi citada como atrativo de turismo religioso, embora a Prefeitura Municipal não tenha nenhuma forma de controle de fluxo ou de inserção dessa comunidade em roteiro turístico. A comunidade local informa que existem visitantes de fora do município e até mesmo do exterior, mas não tem como dispor de dados sobre número de visitantes, origem e motivação da viagem.

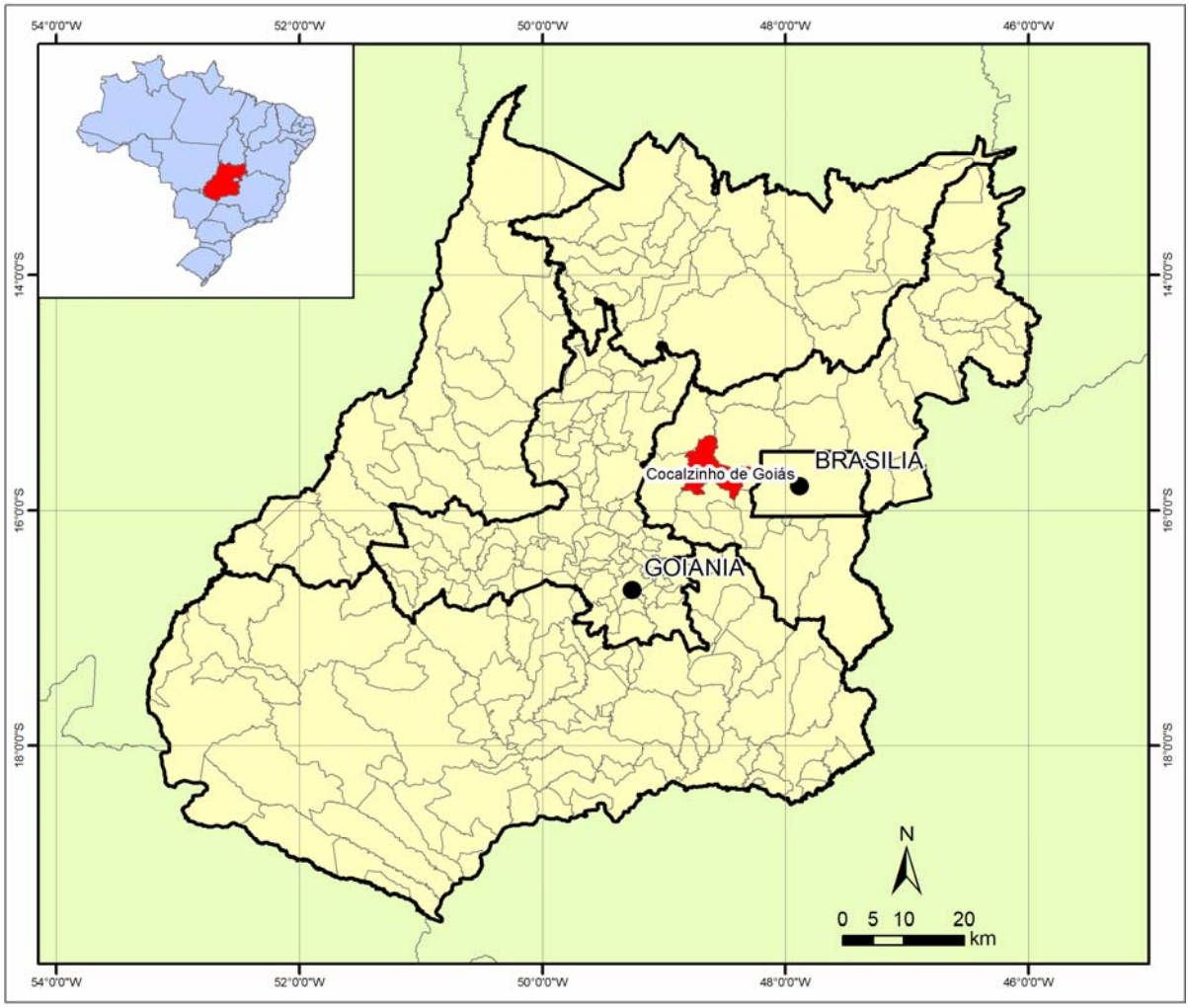
Anualmente é realizada a tradicional festa de Santo Antônio (13 de junho), organizada pela prefeitura e pela paróquia e com forte apelo popular. É o principal evento religioso. Não existe nenhuma forma de controle de fluxo turístico no município, portanto, não se pode mensurar o real fluxo de pessoas e recursos motivados pelo turismo em Santo Antônio do Descoberto.

5.3 Cocalzinho de Goiás

5.3.1 Breve Histórico do Município

O município de Cocalzinho de Goiás está localizado na Mesorregião Leste Goiano e Microrregião do Entorno do Distrito Federal (vide mapa 11). No que se refere à localização geográfica, o município é o portão de entrada do Parque Estadual da Serra dos Pireneus e ainda tem seu território na Área de Proteção de Águas Emendadas e faz parte do consórcio da Bacia do Alto Tocantins.

Mapa 11: Localização do Município de Cocalzinho de Goiás - Goiás



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Cocalzinho_de_Goi%C3%A1s, em 14 de junho de 2007, às 10h05min.

A Serra dos Pireneus domina a paisagem do município separando o mesmo dos vizinhos Pirenópolis e Corumbá de Goiás. A área urbana localiza-se no entroncamento rodoviário das BR-070 e BR-414. Nesse local, conhecido como "trevo dos Pireneus", encontram-se dois postos de gasolina e o centro de atendimento ao turista local (vide imagem 22). Cocalzinho de Goiás encontra-se distante de Goiânia cerca de 125 km pelas BRs-060/ 414 e 100 km de Brasília pela BR-070.

As origens do município remontam à construção de Brasília. Na década de 1970, o Grupo Votorantim, de propriedade da família Ermínio de Morais, instalou a fábrica de cimento Portland Itaú. Essa unidade fabril tinha por objetivo produzir cimento para o crescente mercado da construção civil que se expandia em Brasília e Goiânia.

A matéria-prima para o cimento era explorada nas proximidades da Serra dos Pireneus. A instalação da fábrica gerou naquele período cerca de 1.200 empregos diretos. A oferta de trabalho remunerado atraiu considerável número de pessoas dos municípios vizinhos e de Brasília. Nessa época, cria-se o distrito de Cocalzinho de Goiás, parte integrante do município de Corumbá de Goiás.

O crescimento do distrito e a implantação de comércio local levaram à sua emancipação política em 03 de julho de 1990 e a instalação definitiva deu-se em 01 de janeiro de 1993.

Em 1992, a concorrência de outras empresas cimenteiras que se instalaram no entorno do Distrito Federal, bem como o esgotamento das fontes de matéria-prima no município e o baixo custo do cimento importado levaram ao fechamento gradual da fábrica que encerrou suas atividades em 1996 (vide figura 76).

O município entra em período de decadência com o desemprego de parte considerável de seus moradores. As demais atividades econômicas como a agropecuária e o comércio local não conseguiram absorver essa mão-de-obra.

Tabela 51: Cocalzinho de Goiás - Evolução da População (1991-2006)

Ano	Total	Rural	Urbana	Densidade Demográfica hab/ km2
1991	-	-	-	-
1996	12.780	7.028	5.752	-
2000	14.626	8.626	6.000	9,68
2006	17.779	-	-	9,94

Fonte: IBGE (2006) e Sepin-GO(2006).

O município é área de nascentes de vários rios e córregos da Bacia Tocantins-Araguaria (rios Verde e Oliveira Costa) e do Prata (Corumbá e Areias). O rio Corumbá tem suas nascentes no município na área do Parque da Serra dos Pireneus. Outro rio importante é o Areias contribuinte do Corumbá.



Figura 76: Fábrica de Cimento Portland Itaú
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em 25 de janeiro de 2006

5.3.2 Inserção regional e dinâmica municipal

As principais atividades econômicas estão representadas pela produção de soja, pecuária de corte e leite, exploração da pedra Pirenópolis e, nos últimos anos, o turismo tem sido alternativa de geração de emprego e renda. A criação do "Roteiro do Ouro" e da Serra dos Pireneus levou à implantação de empreendimentos turísticos no município, fato esse que tem encontrado apoio da prefeitura local. Os dados específicos da atividade turística serão posteriormente detalhados.

O município de Cocalzinho de Goiás tem dois distritos: Girassol (40 km de distância da sede urbana) e Edilândia (30 km de distância da sede urbana), ambos às margens da BR-070 e limitando-se ao norte com Pirenópolis, Vila Propício e Padre Bernardo, ao sul com Corumbá de Goiás, a leste com Águas Lindas de Goiás e a oeste com Santo Antônio do Descoberto.

As atividades econômicas são muito restritas, o que indica a pouca expressividade do município no contexto regional. Existem 18 indústrias, todas de pequeno porte, tais como: 02 cerâmicas, 03 empresas de beneficiamento de pedras ornamentais, 01 laticínio, 01 frigorífico, 01 entreposto de embalagem de ovos e 09 fábricas de doces, biscoitos e farinhas (pequena produção).

Como as tabelas a seguir podem demonstrar, a agropecuária é a principal atividade geradora de emprego e renda no município verificando-se, também, a expansão da pecuária de corte e leiteira bem como a produção de arroz, milho e soja.

Tabela 52: Cocalzinho de Goiás - Efetivo da Pecuária (1998-2005)

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Aves (cab)	26.800	28.200	240.000	26.210	26.300	26.200	26.950	26.650
Bovinos (cab)	8.700	9.800	10.000	15.410	18.900	14.900	15.120	16.180
Prod. Leite (1.000 l)	1.192	1.275	1.300	2.001	2.002	1.880	2.118	2.231
Prod. Ovos (1.000 dz)	158	169	4.350	136	138	138	141	136
Suínos (cab)	950	1.015	1.100	1.210	1.265	1.160	1.220	1.290
Vacas ordenhadas (cab)	1.000	900	1.000	1.540	1.600	1.500	1.690	1.780

Fonte: Sepin-GO (2006).

Tabela 53: Cocalzinho de Goiás - Produção Agrícola (2000-2005)

Produtos	2000		2001		2003		2004		2005	
	Área (ha)	Prod. (t)	Área (ha)	Prod. (t)	Área (ha)	Prod. (t)	Área (ha)	Prod. (t)	Área (ha)	Prod. (t)
Arroz (total)	60	90	70	140	80	140	180	324	180	330
Arroz (sequeiro)	60	90	70	140	80	140	180	324	180	330
Mandioca	10	150	10	150	10	150	10	150	5	80
Milho (total)	250	750	150	375	150	380	100	400	100	400
Milho 1ª safra	250	750	150	375	150	380	100	400	100	400
Soja	-	-	25	87	-	-	1.100	2.000	1.110	2.000

Fonte: Sepin-GO (2006).

As condições de infra-estrutura urbana atendem de forma satisfatória o município. A rede de energia elétrica, responsabilidade da CELG, atende a toda área urbana e rural. A rede de água também é de responsabilidade do governo do Estado, por intermédio da Saneago. As nascentes do Rio Corumbá são o manancial onde a água é captada, porém sem tratamento. Elemento limitador é a falta de rede de coleta e tratamento de esgoto. Todo o município é servido por fossa séptica.

A limpeza urbana é de responsabilidade da prefeitura, que diariamente coleta o lixo e varre todas as ruas da área urbana. Inexiste rede de águas pluviais. A destinação do lixo é a deposição em lixão no distrito de Edilândia, situado cerca de 30 km da sede municipal. Há licenciamento ambiental para a destinação final de resíduos sólidos.

Os serviços de comunicação dispõem de 01 agência dos correios, 01 posto de telefonia, 01 emissora de rádio local, serviços de telefonia celular (Brasil Telecom, Vivo, Tim e Claro) e 02 provedores de internet.

Em relação aos serviços de transporte, foram identificados 01 ponto de táxi com 03 veículos, 06 *vans* de lotação que fazem o percurso Corumbá de Goiás, Pirenópolis e Alexânia.

O setor de saúde dispõe de 01 hospital e 01 posto de saúde mantidos pela prefeitura. Casos mais graves são direcionados à rede de saúde do Distrito Federal. O

setor de segurança pública conta com 01 delegacia da Polícia Militar, cujo efetivo é de 10 policiais. Não há cadeia pública.

Os principais meios de acesso ao município são a BR-070 e a GO-414, ambas pavimentadas e com boas condições de tráfego. Existem 04 linhas de ônibus que interligam o município à capital Goiânia e outras 04 direcionadas à Brasília. Não existem linhas direcionadas especificamente a outros municípios.

Inexistem outros meios de acesso além do rodoviário. Não há nenhum aeroporto, pista de pouso ou estação ferroviária no município.

5.3.3 O turismo uma nova atividade que produz o espaço

O município de Cocalzinho de Goiás encontra-se na categoria de município com potencialidade turística de acordo com a classificação Rintur/ Embratur (2001). Foram identificados os seguintes segmentos de turismo na localidade: turismo de aventura, ecoturismo, rural e religioso.

Não existem propriedades do governo federal no município, porém deve ser destacado que parte dele integra o Parque Estadual da Serra dos Pireneus, propriedade do governo do Estado de Goiás.

O atual Prefeito é o Sr. Salomão Costa Araújo. A prefeitura local conta com 8 secretarias de governo, sendo uma delas destinada ao turismo. O secretário de Turismo do município é o Sr. Edimar Bezerra. A prefeitura localiza-se à Quadra 03 - Área Especial - Lote1. Nesse local encontram-se todas as secretarias, câmara de vereadores, gabinete do prefeito, entre outras autarquias de governança municipal.

O município conta apenas com o site de divulgação do Centro de Atendimento ao Turista - CAT, (www.catcocalzinho.com.br); a prefeitura ainda não dispõe de site especifico para as secretarias e outras autarquias de governança.

Bezerra (2006)[36] assinalou "que a prefeitura dispõe de poucos equipamentos de informática e a prioridade é o CAT, por isso o site do CAT já está na rede enquanto o restante da prefeitura não".

Quanto às estruturas de participação popular e gestão do turismo, identificou-se a existência de conselho municipal de turismo, o qual tem plena atuação. O conselho foi criado dentro da filosofia do PNMT, que privilegia a participação de diferentes representantes da comunidade local, do *trade* turístico e dos órgãos públicos.

A atual gestão encomendou a preparação de plano municipal de desenvolvimento do turismo, o qual foi elaborado pela Secretaria de Turismo local no ano de 2005.

Nesse plano constam 04 projetos que visam desenvolver o turismo no município, sendo consideradas prioridades a instalação de sinalização turística, a divulgação do município no eixo Brasília─Goiânia, a capacitação de guias turísticos, empreendedores e mão-de-obra local e a ampliação das atividades do CAT.

A prefeitura criou fundo municipal para o desenvolvimento do turismo, o qual conta com recursos provenientes do MTur destinados à implantação dos projetos anteriormente citados. A atual gestão criou também portarias municipais que objetivam incentivar investimentos privados em turismo no município.

Isenção ou redução de impostos municipais, desoneração de taxas, cessão de equipamentos, treinamento de mão-de-obra especializada, terraplenagem e limpeza da área de implantação do projeto e cessão de terrenos são alguns dos incentivos ofertados aos empreendedores locais ou de fora que desejem implantar pousadas, hotéis-fazenda, pesque-pague, entre outros empreendimentos relacionados ao turismo.

[36] Entrevista com o Secretário de Turismo em janeiro de 2006.

O inventário da oferta turística foi desenvolvido pela Universidade Estadual de Goiás,- *campus* Pirenópolis, ao longo do segundo semestre de 2006, porém os dados ainda não foram divulgados pela Agetur-GO e pelo Ministério do Turismo.

O projeto de criação e instalação do CAT foi o primeiro a ser implantado, antes mesmo da aprovação da Câmara de Vereadores.

Segundo Bezerra (2006):

> O CAT é a prioridade número 1, pois temos de receber o turista que chega aqui e não conhece nada do município; ele passa no trevo da BR-070 e vai direto para Corumbá e Pirenópolis, nem olha para a nossa cidade e aqui tem muita coisa boa, bonita pra se ver. Nós temos de fazer com que o turista olhe para a nossa cidade. O turismo gera muita riqueza e nós aqui estamos vendo os carros passarem e não aproveitamos em nada.

A maioria dos vereadores pertence à base de apoio ao atual Prefeito e segundo Bezerra (2006), "não haverá restrições ao plano de desenvolvimento do turismo. Quem pode ser contra o progresso? Aqui na nossa cidade, ninguém! O povo quer melhorias, quer empregos e nós que somos políticos temos de melhorar o município".

O segundo projeto que já se encontra elaborado, porém depende da liberação de recursos do MTur é o da sinalização turística, que deverá atender aos padrões técnicos pré-definidos no *Manual de Sinalização Turística (2001)* do próprio Ministério.

A Prefeitura Municipal também participa do Programa do Artesanato Brasileiro - PAB, desenvolvido pelo Ministério da Cultura - MinC em parceria com o Ministério do Turismo. Há cadastro municipal e associação de artesãos que conta com 100 associados. O programa desenvolveu cadastro de produtos artesanais, oficinas de capacitação de artesãos, entre outras ações de organização do setor.

A produção de artesanato local tem como principais produtos: esculturas em barro, peças em crochê e bolsas de diversos materiais (couro, palha, lona, tecido e bordados). A atividade artesanal é desenvolvida em grande parte por mulheres, sendo

comercializada na cidade, nos municípios da Serra dos Pireneus e nas capitais Brasília e Goiânia.

Como nos diz Bezerra (2006):

> A produção do artesanato tem sido muito importante para o município, gera dinheiro, cria ocupação, sem falar que a maioria do pessoal daqui é muito humilde, um dinheiro que aparece melhora a condição de vida deles. Os turistas de Brasília acham lindo o artesanato daqui, principalmente as mulheres.

O Pronaf também participa desse processo de expansão do turismo em Cocalzinho de Goiás. Foi elaborado cadastro de propriedades rurais com tendência para o turismo, bem como a capacitação de agricultores familiares e a organização destes para a comercialização de produtos turísticos. Existem cerca de quatro propriedades que desenvolvem o turismo rural, sendo duas delas de grande porte: a Fazenda Tabapuã dos Pireneus e a Girassol.

Ainda segundo Bezerra (2006):

> O despertar para o turismo ainda é recente na comunidade. Esses empreendimentos tem menos de 3 anos, porém vemos um potencial enorme de expansão, pois a lavoura e a pecuária estão em crise e o turismo é uma nova forma de ganhar dinheiro..

A atual gestão municipal tomou a iniciativa de criar cartilha direcionada aos estudantes da rede municipal de ensino. O objetivo é despertar nos jovens a consciência de preservação dos recursos naturais e incentivar o desenvolvimento do turismo. Participam do projeto da cartilha de conscientização e iniciação escolar para o turismo quatro escolas municipais, cerca de 20 professores de diversas áreas e 500 alunos.

> Os jovens daqui precisam estudar e a cidade tem apenas uma escola de ensino médio, o restante é primário e fundamental. Não existe nenhuma faculdade aqui e as de Brasília e Goiânia são muito caras; o filho da terra não tem como estudar. Mesmo os filhos dos fazendeiros mais ricos estudam com dificuldade, pois eles ajudam os pais na fazenda. A criação da UEG[37] aqui em Pirenópolis é uma esperança que o povo da região tem dos filhos estudarem e melhorar de vida. Já tem muitos alunos daqui que estudam nos cursos de turismo e gastronomia. É uma esperança que nós temos. (Bezerra, 2006)

[37] O campus avançado da Universidade Estadual de Goiás foi criado em Pirenópolis no ano de 2005. São oferecidos apenas dois cursos, Gastronomia e Turismo. Não existem turmas formadas ainda.

Quanto aos programas do Ministério do Turismo, a participação local tem sido ainda muito limitada. O município integra o roteiro turístico do "Caminho do Ouro", o qual foi apresentado no II Salão do Turismo em São Paulo no ano de 2006. Ainda não se mensurou a real eficácia desse programa, porém deve ser destacado que foi a primeira ação de política pública de turismo que inseriu o município em uma feira de turismo de alcance internacional.

O PNMT desenvolvido na gestão anterior do governo federal não chegou a ser implementado no município. O turismo é uma atividade recente e as ações para o seu desenvolvimento ainda pouco expressivas.

A infra-estrutura de esportes, que poderia ser a base para o desenvolvimento de eventos e turismo esportivo, é também pouco expressiva. O setor de esportes não tem secretaria especifica na prefeitura, sendo vinculado à pasta da educação. Foi desenvolvido plano municipal de desenvolvimento do esporte, mas as ações desse plano dependem de verbas federais para sua implementação e por enquanto essas ações ainda se encontram no papel.

O município de Cocalzinho de Goiás dispõe de uma quadra poliesportiva (coberta, iluminada e cercada), porém sem arquibancada. O ginásio municipal possui capacidade para público de 840 pessoas, sendo iluminado e cercado. Não existem piscinas em escolas públicas ou em parques municipais. Existem 10 piscinas no município, todas elas instaladas em pousadas e propriedades de turismo rural.

Existem 02 campos de futebol com medidas oficiais, sendo um gramado e outro de terra. O primeiro deles é iluminado, cercado e tem arquibancada com capacidade para 2.000 pessoas. O segundo não oferece nenhuma condição para eventos, pois não é iluminado nem cercado e não dispõe de arquibancadas e banheiros. Inexistem também

espaços apropriados para práticas de atletismo, entre outros esportes. Apenas o futebol, handebol, basquete e vôlei possuem espaços nos ginásios e campos de futebol local.

A prefeitura organiza campeonatos locais de corrida de rua e ciclismo, mas não há periodicidade nesses eventos, o que dificulta a promoção dos mesmos como eventos esportivos capazes de atrair público de fora do município.

No calendário oficial de eventos esportivos constam apenas campeonatos locais de futebol e *futsal* relacionados à rede pública de ensino local. O único evento esportivo de âmbito regional é o campeonato de truco e baralho realizado no mês de julho. O público é regional, atraindo participantes e espectadores dos municípios próximos.

Os aspectos relacionados à legislação específica do município encontram quadro favorável ao desenvolvimento do turismo, entre outras atividades. Foi identificada a existência de legislação de uso e ocupação do solo, Plano Diretor local aprovado pela câmara municipal, legislação de proteção ambiental e de proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural.

Os recursos turísticos locais estão relacionados ao ecoturismo, haja vista o fato de o município ter parte do seu território no Parque Estadual da Serra dos Pireneus. Quanto aos bens do patrimônio histórico e cultural, estes são praticamente inexistentes. Foi destacado anteriormente que Cocalzinho de Goiás foi criado a partir de outro município, mais antigo, Corumbá de Goiás. Portanto o centro urbano é de construção recente (década de 1970), não possuindo nenhuma edificação de excepcional valor histórico ou arquitetônico.

A política de turismo local procura inserir o município nos fluxos turísticos provenientes de Brasília. A localização do município às margens da BR-070 faz com que os turistas que se dirijam a Pirenópolis e Corumbá de Goiás passem pela área

urbana de Cocalzinho de Goiás, porém a grande maioria apenas passa, não fazendo parada ou conhecendo os atrativos que existem na área rural.

Nos últimos três anos, a prefeitura e diversas associações locais (artesãos, comerciantes, agricultores) têm procurado captar parte desse fluxo e desenvolver o turismo na localidade. Entre as ações propostas para esse fim, merece destaque a criação do Centro de Atendimento ao Turista no Posto Pireneus localizado no trevo da BR-070 com a GO-414. A localização estratégica do CAT faz com que todos os motoristas que trafegam pelas duas rodovias passem e vejam o equipamento.

O CAT tem por objetivo subsidiar diversas outras ações, pois o local é ponto de parada para motoristas e turistas, que buscam ali informações sobre atrativos, agências de viagem e receptivo, pousadas, restaurantes e diversos serviços. A Secretaria de Turismo disponibiliza no local folhetos promocionais de empreendimentos turísticos, mapas, vídeos promocionais, cartazes e posteres, cartões-postais, jornais e revistas de circulação nacional e regional, bem como calendário de eventos. O CAT foi inaugurado em fevereiro de 2005 e tem desenvolvido ações de promoção em âmbito regional e atendido cerca de 150 turistas em períodos de alta temporada (vide figuras 83 e 84).

Os meios de hospedagem encontrados na pesquisa de campo dividem-se em três tipologias: 01 hotel com 50 leitos, 10 pousadas totalizando cerca de 200 leitos, 02 hotéis-fazenda com 50 leitos. Verifica-se pequena capacidade de oferta de leitos, porém a instalação de novos empreendimentos deverá ampliar o número de leitos.

Existem 05 *campings* com capacidade para cerca de 50 barracas, instalações sanitárias e para banho (figura 78). Todos são de propriedade privada e considerados meios de hospedagem alternativos. Duas pousadas oferecem colônia de férias nos meses de julho e dezembro. Não existem imóveis para aluguel de temporada.

Os meios e serviços de alimentação contam com 05 restaurantes de comida brasileira, 02 de comida típica regional, 10 lanchonetes, 05 confeitarias, 03 sorveterias e 10 bares.

Os equipamentos de entretenimento e lazer consistem em 01 cinema com capacidade para 30 lugares, 01 arena de rodeio, 01 pista de *motocross*, 01 clube de lazer e 04 pesque-pague. Os equipamentos de eventos limitam-se ao auditório da prefeitura com capacidade para 100 pessoas.

As empresas de serviços turísticos estão assim distribuídas: 01 empresa de transporte, 07 empresas de receptivo (organização de passeios), 01 empresa de organização de eventos e 02 agências bancárias.

Os atrativos naturais locais explorados são chapadas, fontes hidrominerais, grutas e cavernas, lagos, picos e cumes, quedas d'água, o Rio Corumbá (figura 77), a Serra dos Pireneus e 01 unidade de conservação – o Parque Estadual da Serra dos Pireneus (figura 82). O quadro 06 destaca os principais atrativos de ecoturismo.

Os atrativos culturais limitam-se à Casa da Memória, Casa do Artista e Biblioteca Dona Agnes Jarbas. Porém, nenhum desses encontra-se estruturado para receber visitantes. Não existem bens imóveis tombados pelo Patrimônio Histórico e Cultural. Porém, na pesquisa de campo identificou-se que a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas, a qual delimitava o território brasileiro no período de 1494 a 1750, passa pelo município na BR-070 na altura do Km 47. Esse fato é a única atração de turismo cultural que poderia ser explorada.

A gigantesca estrutura da Fábrica de Cimento Itaú, que motivou a criação do município, permanece abandonada às margens da BR-070. A propriedade do Grupo Votorantim encontra-se desativada e não há qualquer forma de visitação às suas dependências.

Quadro 06: Cocalzinho de Goiás : Ecoturismo – Atrativos (2006)

Atrativo	Descritivo
Parque Estadual da Serra dos Pireneus	O Parque Estadual Serra dos Pirineus foi criado pela lei nº. 10.321 de 20 de novembro de 1987 e delimitado numa área de 2.833 hectares destinado à preservação da fauna, flora e mananciais, como as nascentes do Rio das Almas nos municípios goianos de Pirenópolis, Cocalzinho e Corumbá de Goiás. A região abrange a área dos Picos dos Pireneus, suas serras e encostas.
Fazenda Tabapuã dos Pireneus	Inaugurado no ano de 2003, o empreendimento localiza-se vizinho ao Parque Estadual da Serra dos Pireneus. A propriedade formada na década de 70 destinava-se inicialmente à criação de gado de corte. Oferece hospedagem, alimentação e destaca-se na prática do ecoturismo, turismo rural e turismo de aventura. Possui 11 apartamentos e 03 chalés, piscina de água corrente, pomar, horta, muro de escalada, 08 cachoeiras, tirolesa de 567 metros, passeios de cavalo, trilhas de *off-road*, atividades de caminhada, *rapel* e escalada. (figuras 85 a 90)
Cabana dos Pireneus	Hotel-fazenda que dispõe de lago para pesca e esportes náuticos, reserva ambiental para caminhadas, trilhas para caminhada, passeios a cavalo e pesque-pague. Oferece também hospedagem. A propriedade é direcionada apenas à visitação turística. (figura 81)
Recanto dos Pássaros	Localizado a 4 km do distrito de Edilândia. Propriedade rural com cerrado preservado. Oferece hospedagem em quartos e *camping*. Trilhas de caminhada e observação de pássaros. (figuras 79 e 80)
Cachoeira do Loiola	Cachoeira de cerca de 7 metros localizada na zona rural. Propriedade particular. Utilizada apenas para banho.
Cachoeira Sonho Meu	BR-070 Km 54. Propriedade rural que oferece serviços de hospedagem e alimentação. A Cachoeira Sonho Meu dá nome à propriedade. Queda d'água com cerca de 8 metros de altura. Própria para banhos. www.cachoeirapark.com.br

Fonte: Secretaria de Turismo, janeiro de 2006 (pesquisa de campo).

As manifestações e tradições culturais locais encontram na Festa de Santo Antônio (13 de junho) o seu principal evento. Outros três eventos merecem destaque: o primeiro é o Festival de Moda de Viola realizado com periodicidade anual na Casa do Artista no mês de maio; o segundo é o Rodeio do Distrito de Girassol que acontece no mês de abril; e, por fim, a Cavalgada Ecológica que ocorre em paralelo ao aniversário da cidade no mês de julho. Todas essas manifestações tem abrangência apenas regional, limitando-se aos municípios vizinhos.

O fluxo turístico destinado a Cocalzinho de Goiás é estimado em cerca de 50.000 turistas ao ano. A coleta de dados e as estimativas são feitas a partir do registro de atendimento de turistas e da contagem de veículos no trevo da BR-070. Porém, deve-

se destacar que são estimativas feitas pela Secretaria de Turismo local, sem maiores aperfeiçoamentos metodológicos. Os registros da prefeitura mensuram que o fluxo turístico de Cocalzinho de Goiás tem como origem o Distrito Federal na proporção de 70% dos turistas, Goiânia 20% e outras cidades e regiões 10%.

O período de maior visitação corresponde aos meses de dezembro a julho e a baixa estação ocorre no mês de agosto.O fluxo turístico ocorre principalmente nos finais de semana e períodos de férias escolares. O principal atrativo turístico é a Fazenda Tabapuã dos Pireneus e a motivação de viagem é o ecoturismo. A visitação de turistas estrangeiros ainda é pequena

Segundo Bezerra (2006):

> Sempre aparece um ou outro grupo de estrangeiros, principalmente americanos e europeus. Eles vêm de Brasília e se encantam com as cachoeiras e a Serra dos Pireneus. Tem também a Tabapuã dos Pireneus, que deixa os turistas impressionados com a beleza natural e os esportes radicais.



Figura 77: Nascentes do Rio Corumbá
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em 25 de janeiro de 2006.



Figura 78: Sinalização identificando empreendimento direcionado ao público evangélico
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em 25 de janeiro de 2006.



Figura 79: Recanto dos Pássaros - Toboágua
Fonte: www.catcocalzinho.com.br, em 16 de janeiro de 2007, às 12h21 min.

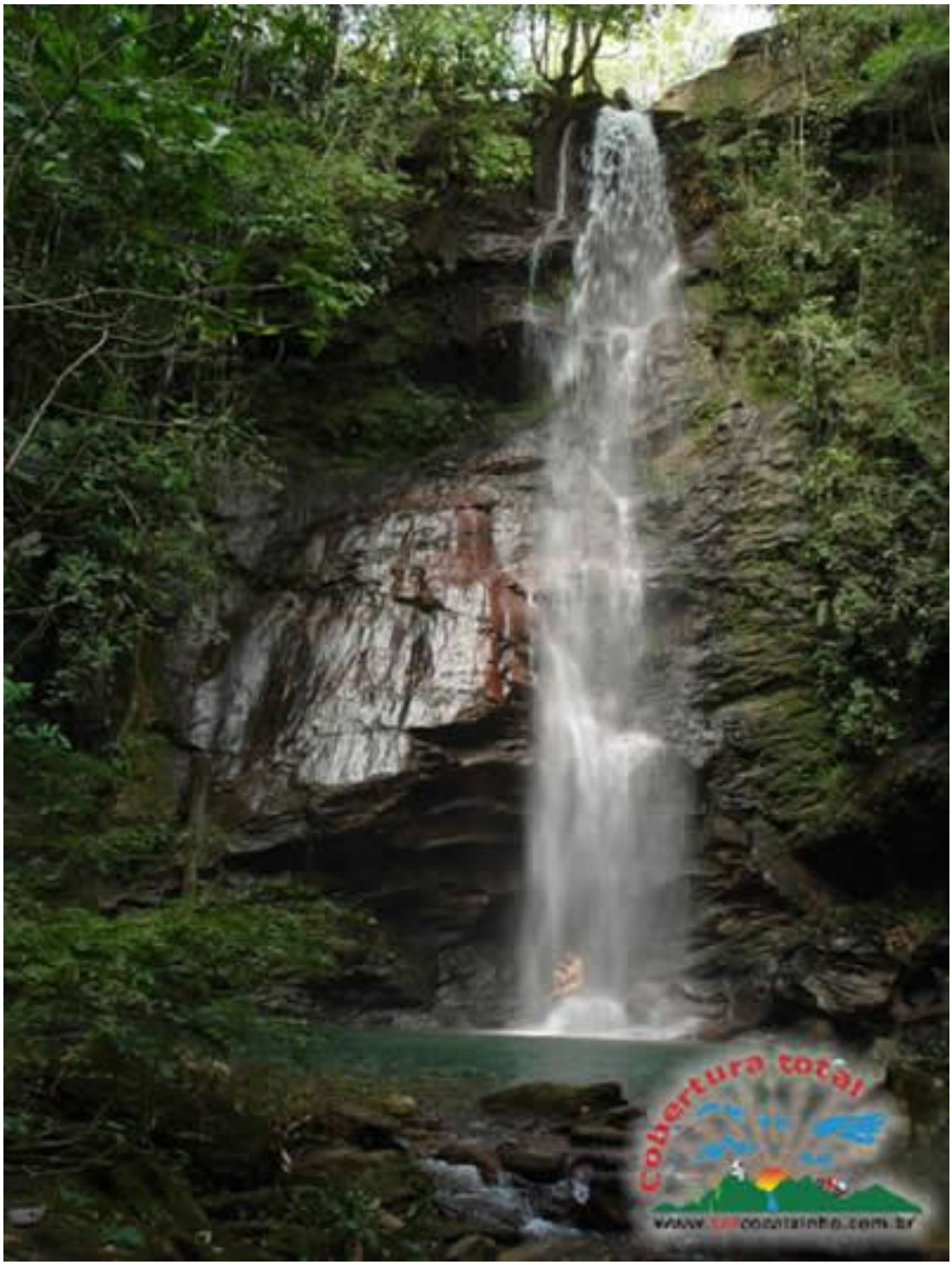


Figura 80: Recanto dos Pássaros
Fonte: www.catcocalzinho.com.br, em 16 de janeiro de 2007, às 12h21 min.



Figura 81: Cabana dos Pireneus
Fonte: www.catcocalzinho.com.br, em 16 de janeiro de 2007, às 12h21 min.



Figura 82: Portal de entrada do Parque Estadual da Serra dos Pireneus
Fonte: www.catcocalzinho.com.br, em 16 de janeiro de 2007, às 12h21 min.



Figura 83: Inauguração do Centro de Atendimento ao Turismo (Prefeito e Vice-Prefeito)
Fonte: www.catcocalzinho.com.br, em 16 de janeiro de 2007, às 12h21 min.



Figura 84: Inauguração do Centro de Atendimento ao Turismo
Fonte: www.catcocalzinho.com.br, em 16 de janeiro de 2007, às 12h21 min.



Figura 85: Hotel-fazenda Tabapuã dos Pireneus – Tirolesa de 567 metros de extensão
Fonte: www.tabapuadospireneus.tur.br, em 16 de janeiro de 2007, às 12h21 min.



Figura 86: Hotel-fazenda Tabapuã dos Pireneus – Turismo de Aventura
Fonte: www.tabapuadospireneus.tur.br, em 16 de janeiro de 2007, às 12h21 min.



Figura 87: Hotel-fazenda Tabapuã dos Pireneus – Cachoeira do Palmito
Fonte: www.tabapuadospireneus.tur.br, em 16 de janeiro de 2007, às 12h21 min.



Figura 88: Hotel-fazenda Tabapuã dos Pireneus – Muro de escalada
Fonte: www.tabapuadospireneus.tur.br, em 16 de janeiro de 2007, às 12h21 min.



Figura 89: Hotel-fazenda Tabapuã dos Pireneus – Piscina e restaurante
Fonte: www.tabapuadospireneus.tur.br, em 16 de janeiro de 2007, às 12h21 min.



Figura 90: Hotel-fazenda Tabapuã dos Pireneus - Apartamentos
Fonte: www.tabapuadospireneus.tur.br, em 16 de janeiro de 2007, às 12h21 min.

CAPÍTULO 6 .

MUNICÍPIOS POTENCIAIS: OS TERRITÓRIOS “AINDA” NÃO UTILIZADOS PELO TURISMO.

O presente capítulo destaca os principais aspectos característicos do município de Águas Lindas de Goiás, o qual ainda não apresenta condições para o pleno desenvolvimento do turismo.

A análise dos indicadores da metodologia do inventário da oferta turística da OMT (2001) possibilitou a inclusão desse município na categoria de potencial.

Os municípios potenciais são aqueles em que a atividade turística ainda não se encontra estruturada sob a forma de órgão público de gestão e associações do setor privado. O município não é ainda destino turístico comercializado e integrante de propostas de comercialização feitas por agências ou empresas correlatas.

O município de Águas Lindas de Goiás não integra nenhum dos roteiros propostos pelo Estado de Goiás no âmbito do Programa “Roteiros do Brasil”. A atividade turística não é organizada e não há secretaria municipal especifica para o setor. Atualmente, o turismo inclui-se entre as atribuições da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, não havendo ações políticas específicas para o setor.

O turismo enquanto atividade econômica ainda não representa importante fonte geradora de emprego e renda no município, além da inexistência de fluxo turístico contínuo ao longo do ano, de infra-estrutura de apoio (hospedagem, gastronomia, agenciamento, comércio local voltado ao atendimento das necessidades dos turistas, transporte e eventos) e de atrativos consolidados.

A área urbana do município é cortada pela BR-070 e por ele passa o fluxo turístico destinado aos municípios de Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás e Pirenópolis, bem como ao Parque Estadual dos Pireneus, à rodovia Belém–Brasília e à cidade de Anápolis. Porém, as condições precárias de infra-estrutura, a concentração de população de baixa renda e a desorganização das atividades produtivas impedem que parte desse fluxo seja captado pelo município, que não aproveita as potencialidades.

Entre os sete municípios pesquisados, apenas um apresenta aspectos que caracterizam a categoria de "potencial", portanto os demais foram considerados como espaços aproveitados pelo turismo. No transcorrer desse capítulo iremos definir a localização geográfica, caracterizar o cenário político-econômico local e discorrer sobre o estágio de desenvolvimento da atividade, identificando atores e os possíveis usos do turismo local.

6.1 Águas Lindas de Goiás

6.1.1 Aspectos socioeconômicos

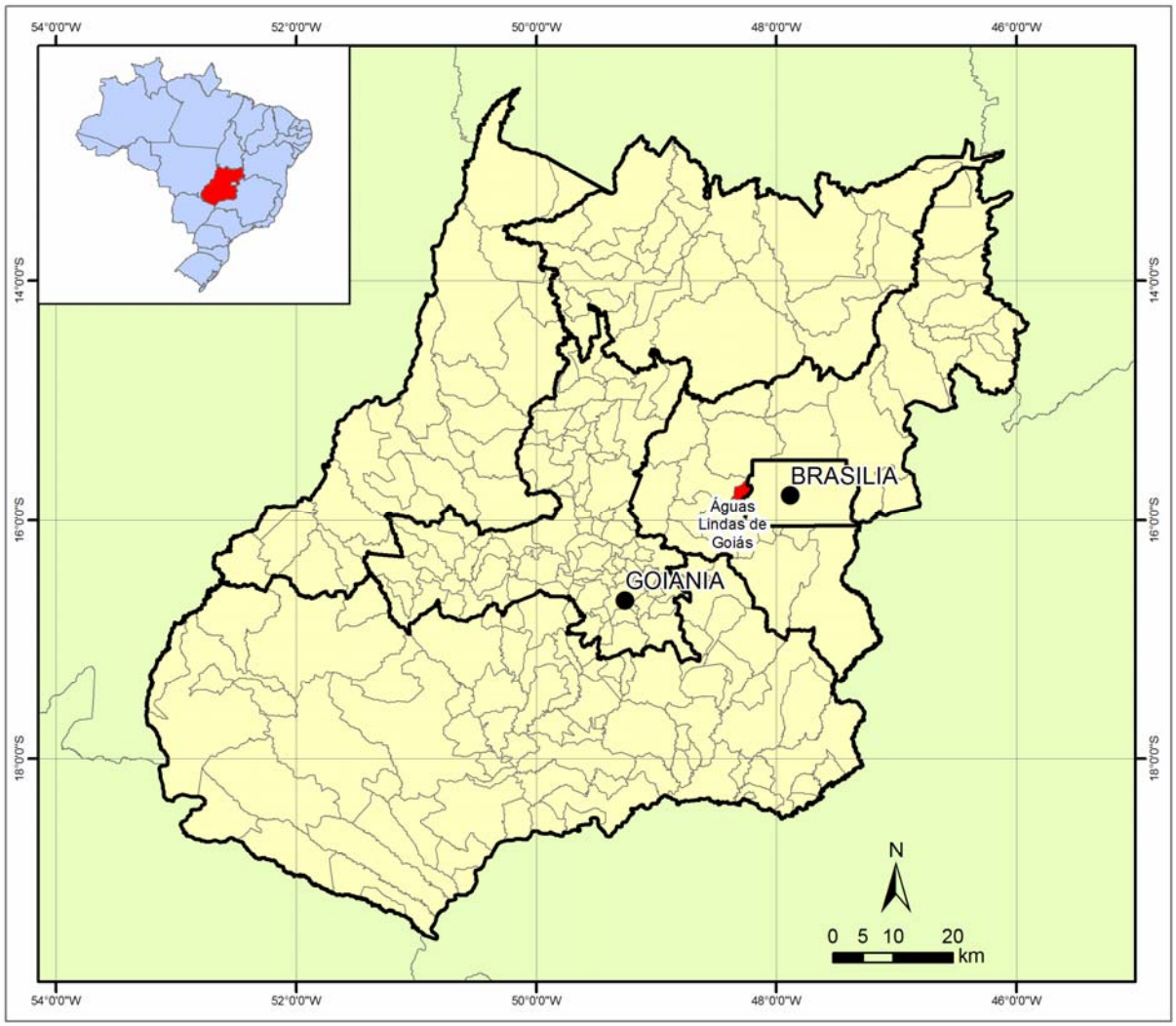
O município de Águas Lindas de Goiás é limítrofe ao Distrito Federal e encontra-se situado na Bacia Hidrográfica do Rio Descoberto (vide mapa 12). É associado à Associação dos Municípios Adjacentes à Brasília (AMAB) e à RIDE.

O Rio Descoberto delimita a fronteira do município goiano a oeste com as Regiões Administrativas IX (Ceilândia) e IV (Brazlândia) no Distrito Federal, a leste com o município de Cocalzinho de Goiás, ao sul com Santo Antônio do Descoberto e ao norte com Padre Bernardo.

O município interliga-se ao Distrito Federal e a municípios goianos por meio da rodovia federal BR- 070 e pela rodovia estadual GO –547 que interliga a RA IV – Brazlândia ao município de Santo Antônio do Descoberto em Goiás.

A Lei n° 12.297 de 27 de dezembro de 1995 criou o município a partir do desmembramento de Santo Antônio do Descoberto. As origens do município remontam a criação de loteamento de chácaras às margens da rodovia federal BR – 070 no final dos anos 80 (vide imagem 18 que mostra a área urbana e seus limites). A empresa responsável à época era a Marajó Imóveis. Posteriormente, outras empresas e proprietários de fazendas passaram a parcelar e vender lotes às margens da BR-070.

Mapa 12: Localização do Município de Águas Lindas de Goiás



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Piren%C3%B3polis, em 15 de janeiro de 2007, às 15h40min.

Imagem 18: Águas Lindas de Goiás – área urbana



Fonte: *Google Earth*, em 10 de janeiro de 2007, às 13h01min.

O crescimento demográfico do Distrito Federal gerou demandas por moradia e lazer no entorno goiano. Inúmeros loteamentos e chácaras isoladas foram criadas na área onde se encontra o município. A existência de diversas empresas imobiliárias e lojas de material de construção são elementos visíveis que comprovam esse processo de expansão urbana (vide figuras 91 e 92). O adensamento desses empreendimentos gerou a necessidade de criação de um novo município.

A tabela a seguir demonstra a evolução demográfica de Águas Lindas de Goiás desde a sua criação até os dias atuais:

Tabela 54: Águas Lindas de Goiás - Evolução Demográfica (1991-2005)

	População residente segundo sexo e distribuição urbana e rural				
	Total	Homens	Mulheres	Urbana	Rural
1991	23.819			19.189	4.630
2000	105.746			105.583	163
2005	159.294			-	-

Fonte: Censo Demográfico do IBGE: 2000.

- Dados 1991: estimativa informada pela Prefeitura Municipal de Águas Lindas de Goiás quando ainda era distrito de Santo Antônio do Descoberto. (pesquisa 2006).
- Dados 2005: estimativa feita pelo IBGE, www.ibge.gov.br, em 20 de abril de 2006, às 17h02min.

A análise desses dados indica que Águas Lindas passa por rápido processo de crescimento demográfico que se reflete na expansão da área urbana, enquanto a população rural sofre queda expressiva entre os censos de 1991 e 2000. Justifica-se essa situação pela transformação de condomínios rurais em áreas urbanas.

Parte do município encontra-se dentro da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Descoberto, criada pelo Decreto Federal n° 88.940, de 07 de novembro de 1983, abrangendo áreas do Distrito Federal e um trecho do Estado de Goiás. As figuras 93 e 94 mostram a proximidade da área urbana da APA do Descoberto.

O objetivo principal da criação dessa unidade de conservação é a proteção dos mananciais que alimentam o lago do Descoberto. Na caracterização que fez da APA a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH (2007) diz que:

> Maior parte da Região Administrativa IV - Brazlândia e uma pequena parte do município de Águas Lindas de Goiás compõem os 39.100 hectares. A maior parte dessa superfície está tomada por chácaras voltadas à produção de hortifrutigranjeiros e por reflorestamentos de pinus e eucaliptos.

Segundo o artigo 14 da Lei n° 9.985 de 18 de julho de 2000, APA constitui uma das categorias de unidade de conservação do Grupo das Unidades de Uso Sustentável e

os parágrafos 1º ao 5º do artigo 15 apresentam a seguinte definição sobre a Área de Proteção Ambiental disponibilizado pela SEMARH (2007):

> *Art.15. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.*

Os bairros Jardim das Oliveiras I e II, Bela Vista, Jardim Guairá, Parque da Barragem e Coimbra encontram-se dentro da poligonal da APA do Descoberto (imagem 19).

A implantação desses empreendimentos deveria passar por processo de licenciamento ambiental com elaboração de EIA/ RIMA[38] e aprovação pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA. Porém, as reais condições não atendem a esse aspecto e não existe nenhuma forma de fiscalização ou controle do adensamento urbano nessa área do município.

No Parque da Barragem e no Jardim Guairá as moradias chegam bem próximo ao lago e só não ocuparam as margens devido a BR-070 ser limite a essa expansão (vide imagem 25). Segundo Isaura[39] (2006): "as casas tão bem perto da barragem, só não encostou por causa da pista, atravessando a pista tem moradias, mas do outro não".

Apesar da localização vizinha ao maior manancial de abastecimento de água potável para o Distrito Federal, o sistema de captação e tratamento de água, sob responsabilidade da Saneago, não atende grande parte da população.

Os problemas ambientais podem comprometer a qualidade da água e os custos do seu tratamento. Isaura (2006) expressa sua preocupação com a frase: "futuramente vamos beber dessa água".

---

[38] Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente.
[39] Entrevista com corretora de imóveis e moradora desde 1998.



Figura 91: Abdel Imóveis, umas das várias empresas imobiliárias do município.
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em janeiro de 2006.



Figura 92: Loja de materiais de construção Serra Forte.
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em janeiro de 2006.



Figura 93: BR-070 no trecho urbano de Águas Lindas de Goiás, ao fundo o Lago do Descoberto.
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em janeiro de 2006.



Figura 94: Lago do Descoberto limite entre o Estado de Goiás e o Distrito Federal.
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em janeiro de 2006.

Imagem 19: Barragem do Descoberto e arredores – Divisa Distrito Federal e Goiás



Fonte: *Google Earth,* em 10 de janeiro de 2007, às 13h09min.

Águas Lindas cumpre a função de cidade-dormitório do entorno de Brasília. A atividade agropecuária é inexpressiva no município, bem como a indústria, a qual é praticamente inexistente. O município possui área territorial de 191,198 km2, com população predominantemente urbana. A taxa de urbanização era de 99,85% em 2000.

Conforme IBGE (2000) o município apresenta densidade demográfica de 552,52 hab/km2[40] e taxa de crescimento demográfico de 14,4% no período de 1996 a 2000, considerada uma das mais elevadas do país. Nóbrega (2006, p. 27) identificou que as

[40] O município possuí 191,2 Km2.

origens do município estão relacionadas à expansão da mancha urbana do Distrito Federal nas cidades do entorno.

> Observa-se na freqüência das respostas que os informantes de Águas Lindas de Goiás vêem a cidade numa esfera de realidade social e econômica, pois a associam como "escapatória do aluguel", "sem desenvolvimento", "precisa de indústrias", "necessidades". Essas expressões transmitem a realidade da imagem revelada pela população no que diz respeito à imagem real do município. Portanto, a cidade vivida pelos moradores retrata uma situação social e econômica de município com carência extrema de infra-estrutura. (NÓBREGA, 2006, P. 27)

Imagem 20: Águas Lindas de Goiás: BR-070 e Barragem do Descoberto



Fonte: *Google Earth,* em 10 de janeiro de 2007, às 13h09min.

Cerca de 87% dos moradores do município residiam anteriormente no Distrito Federal, sendo que desse total 60% são provenientes da Ceilândia e 40% de outros estados. Ceará, Goiás e Paraíba representam respectivamente os principais estados de

origem da população local. No que se refere à questão da propriedade, destaca-se a predominância do imóvel próprio (77% dos moradores).

Existem inúmeras facilidades que contribuem para a aquisição de moradia, tais como: existência de imobiliárias e intermediários, baixo preço dos imóveis e apoio para financiamento próprio. Esses fatores auxiliam a população de baixa renda no sentido de adquirir seu imóvel particular. Como informa Luciene[41]:

> O preço do terreno aqui é da forma mais variável possível. Você compra um terreno desde R$1.200,00 (um mil e duzentos reais) até R$120.000,00 (cento e vinte mil reais), o que vai influenciar é o lugar aonde você vai comprar. No Jardim Brasília, o bairro é planejado, os lotes são grandes, dá para você verticalizar, construir um comércio embaixo e moradia em cima, dá para você construir umas salas para alugar, daí ser o bairro mais valorizado e caro daqui. Os mais pobres são o Jardim Pérola e o Jardim Ana Lúcia, que você encontra terrenos bem baratinhos, e o comprador pode ser desde aquele coitado que faz diárias no Plano Piloto e ganha uma miséria até o cara fichado em empresa e ganhando mais, a vantagem é que o comprador pode dividir em muitos anos com o dono do terreno (as imobiliárias e proprietários). O povo pobre é honesto, paga diretinho. O problema é que não tem infra-estrutura nenhuma. Mas quem viveu na pobreza a vida toda, ter uma casa própria é um luxo, mesmo que em Águas Lindas. (vide figuras 95 e 91)

De acordo com PELUSO (1999, p. 118), a propriedade de uma casa é elemento importante para:

> Territorializar o distanciamento desejado pelo sujeito que desliza em direção às classes superiores, até pela própria maneira como foi imposta aos trabalhadores. Portanto, o significado da casa própria é impregnado de uma ideologia de dominação e legitimação de uma ordem que induz a idéia de respeito, autoridade, obediências às leis e às regras, bem como, honestidade e confiabilidade. Pois, a ideologia da casa própria tem suas raízes em um contexto histórico da crise da habitação para a população de baixa renda marcada pela industrialização e acelerada urbanização.

Com base no estudo de LYNCH (1997) quanto aos cinco elementos da estrutura física que constituem a imagem da cidade, a saber: as vias, limites, bairros, pontos nodais e marcos, observou-se na pesquisa que, de modo geral, esses elementos foram lembrados como:

---

[41] Entrevista com Professora da rede pública de ensino e corretora de imóveis. Moradora de Águas Lindas de Goiás desde 1991.

O bairro que é “cheio de burracos”, com “matagal”, “muita poeira”, “lama”, “as ruas são péssimas”, “cheio de lixo”, “é feio”, “é pobre”, “tem erosão”. Nota-se que é forte a ausência de referência dos elementos da estrutura física e que sob esses sobressaí os problemas dessa ausência, como a falta de infra-estrutura que pudesse fornecer o estímulo visual ao reconhecimento das vias, dos limites, dos marcos, dos nós, bem como dos bairros, não se evidencia os limites entre os bairros. (vide figuras 95 a 97)



Figura 95: Lixo jogado na rua em pleno centro comercial.
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em janeiro de 2006.



Figura 96: Centro Comercial Águas Lindas.
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em janeiro de 2006.



Figura 97: Feira do Tatico, local que exerce a função de centro comercial da cidade.
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em janeiro de 2006.

O município não dispõe de infra-estrutura de esgotamento sanitário, ficando a cargo da população o seu destino final, a partir da utilização de fossas negras, assim como o esgotamento a céu aberto. A coleta de lixo é deficitária, havendo o uso das mais diversas formas de coleta, entre elas: carroças particulares, tratores com carroceria, caminhão convencional para coleta ou simplesmente o depósito e queima de lixo em terrenos baldios.

Águas Lindas concentra pouca atividade econômica em seu território. Dados da Secretaria de Pesquisa e Informação do Governo do Distrito Federal - Sepin/GDF apontavam a existência, em 2005, de 49 estabelecimentos industriais e 440 estabelecimentos de comércio varejista. A agricultura e pecuária são precariamente desenvolvidas, tendo a primeira produção inexpressiva. Os dados indicavam também a existência de 1.000 cabeças de gado bovino em 2003, rebanho que vem apresentando decréscimo no período, como pode ser verificado na tabela abaixo:

Tabela 55: Águas Lindas de Goiás - Efetivo da pecuária (1998-2003)

Produtos	1998	1999	2000	2003
Aves (cab)	5.000	2.500	2.500	1.300
Bovinos (cab)	4.000	3.000	2.000	1.000
Produção de Leite (1.000 litros)	360	270	180	216
Produção de Ovos (1.000 dúzias)	15	8	8	2
Suínos (cab)	1.200	600	360	180
Vacas ordenhadas (cab)	1.000	750	500	300

Fonte: Governo de Goiás/ Governo do Distrito Federal – Sepin: 2003 e 2005.

- cab = cabeças

Durante as atividades de pesquisa de campo nos anos de 2005 e 2006 verificou-se a presença de elevado índice de informalidade em vários setores. No município de Águas Lindas essa informalidade mostra-se mais presente no comércio de confecções, de alimentos e bebidas e nas atividades de lazer. A rodovia federal BR-070 atravessa o município, bem como a sede urbana. Podemos afirmar, inclusive, que a cidade surgiu em decorrência da proximidade de Brasília e da existência da rodovia, que possibilita a integração do município ao Distrito Federal.

A BR–070 é caracterizada como rodovia de pista única, de mão dupla, com intenso tráfego de transporte coletivo e circulação intra-urbana. Ela também é utilizada pelo transporte de carga, pois possibilita a comunicação do Distrito Federal com o norte goiano e com a rodovia Belém-Brasília (BR-153).

No trecho urbano, ela perde o seu caráter rodoviário, confundindo-se com uma avenida principal da cidade, sendo que o seu acostamento é utilizado para circulação de pedestres, pontos de parada de ônibus e comércio informal (vide imagem 21). A rodovia divide a cidade em duas partes, que se articulam por meio de vias ortogonais à BR – 070, gerando cruzamentos perigosos, pois a cidade carece de sinalização de trânsito.

Imagem 21: Trecho urbano da BR-070 em Águas Lindas de Goiás.



Fonte: *Google Earth*, em 10 de janeiro de 2007, às 13h20min.

Essa rodovia articula o Plano Piloto de Brasília com as regiões administrativas de Taguatinga, Ceilândia e os municípios goianos de Águas Lindas de Goiás, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás e Pirenópolis. Verifica-se a necessidade imediata de soluções referentes à duplicação, pavimentação e sinalização do trecho da BR- 070 nos municípios pesquisados.

O transporte coletivo de Águas Lindas é direcionado ao deslocamento de seus moradores ao Distrito Federal, configurando transporte interurbano independente do controle da Prefeitura Municipal.

Essa questão dá-se em função da dependência da população do entorno em relação aos serviços e ao mercado de trabalho no Distrito Federal. Os destinos principais das linhas de transporte coletivo são o Plano Piloto e a cidade de Taguatinga.

As linhas são consideradas interurbanas e o custo das passagens é cobrado dessa forma, sendo considerado elevado pelos moradores locais. No mês de janeiro de 2006, o custo da passagem entre Águas Lindas de Goiás e o Plano Piloto de Brasília era de R$3,30 (três reais e trinta centavos) por trajeto, devendo ser acrescentado o valor do deslocamento entre a rodoviária e o local de trabalho, cerca de R$2,00 a R$2,50 por trajeto. Em média, o morador de Águas Lindas de Goiás que trabalha no Distrito Federal gasta R$10,00 (dez reais) por dia para chegar ao local de trabalho.

Nóbrega (2006, p. 39) destaca que "67% dos moradores trabalham no Distrito Federal e que utilizam o ônibus como principal meio de transporte". Apesar da existência de empresas regulares de ônibus, nota-se que o transporte "pirata" ou "ilegal" ocupa uma fatia do mercado. As lotações irregulares, as chamadas *vans*, fazem parte do sistema de transporte. 30% dos informantes deslocam-se a pé da rodoviária do Plano Piloto para o seu local de trabalho (área central de Brasília e arredores).

As linhas interligam duas unidades distintas da federação, apesar da distância de apenas 50 km entre o centro urbano de Águas Lindas e a rodoviária do Plano Piloto. São linhas operadas por seis empresas –Viação Águas Lindas, Viação Santo Antônio, Viação Taguatur, Viação Vastur, Viação São Vicente, Viação Rodoil.

Em função da característica interurbana, os ônibus dessas linhas circulam prioritariamente na BR – 070 e secundariamente nas vias locais que ligam a rodovia aos bairros de Águas Lindas. O transporte coletivo público é complementado pelo transporte alternativo operado por *vans* que circulam pelos bairros e entre Águas Lindas, Santo Antônio do Descoberto, Cocalzinho de Goiás e o Distrito Federal.

Esses percursos não são permanentes e dependem de condições variáveis como a ausência ou não de pavimentação das vias, o que no período de chuvas muitas vezes implica desvios ou interrupção do serviço. Outro elemento apontado na pesquisa de campo e que dificulta o transporte no município é o elevado índice de violência, fazendo com que grande parte das linhas interrompa seu funcionamento a partir das 20h, mantendo-se basicamente a circulação na BR – 070. Os usuários percorrem, em condições precárias, extensos trajetos a pé entre as suas residências e as paradas de ônibus.

As informações fornecidas pela Prefeitura Municipal através da pesquisa de campo em janeiro de 2006 sobre o fluxo de passageiros partindo de Águas Lindas em direção ao Plano Piloto e a Taguatinga são imprecisas. Estima-se que o fluxo seja de cerca de 10.000 passageiros/dia com destino a Taguatinga/Distrito Federal e de 15.000 passageiros/dia para o Plano Piloto.

A precariedade dos serviços de transporte tende a agravar-se em função da falta de planejamento e fiscalização por parte do governo municipal, que não tem estrutura e gerência sobre as linhas controladas por empresas do Distrito Federal. O sistema de

transporte intra-urbano é predominantemente irregular e resistente ao controle do poder público.

O terminal rodoviário de Águas Lindas existe apenas no papel. A Prefeitura Municipal informou a existência do terminal, porém o que se verifica é uma estrutura desativada e sem uso efetivo. As garagens das empresas de transporte interurbano assumem o papel de terminal de embarque de passageiros desprovidas das mínimas condições para isso.

A captação de água para uso urbano é realizada por cisternas e poços profundos, os quais inicialmente eram particulares e foram posteriormente adquiridos pela Saneago para controle e distribuição de água. Ainda assim observa-se graves problemas na distribuição e na exploração dos recursos hídricos.

O uso intensivo da água subterrânea ocasiona o rebaixamento do lençol freático e a contaminação por esgoto doméstico, segundo Relatório Técnico do Plano Diretor Local de Águas Lindas de Goiás (Prefeitura Municipal de Águas Lindas, 2000).

Conforme a tabela 56, no período de 2000 a 2002 não constam no município dados sobre a extensão da rede de água e ligações, pois predominava a existência de poços particulares.

Com relação ao esgotamento sanitário é verificado que não existe sistema de tratamento, com isso as águas servidas são lançadas nos rios e os esgotos não coletados lançados em fossas negras.

O fato de o município localizar-se em grande parte na bacia hidrográfica do Rio Descoberto é de grande preocupação, pois a barragem do Descoberto é o principal manancial de abastecimento de água do Distrito Federal. Apesar da beleza cênica, o lago artificial não tem uso turístico.

Tabela 56: Águas Lindas de Goiás - Abastecimento de água/ Rede de esgoto (2000-2004)

Abastecimento de água							
Extensão de redes (metros)				Ligações (número)			
2000	2002	2003	2004	2000	2002	2003	2004
-	-	214.894	214.894	-	-	8.787	18.855
Rede de esgoto							
Extensão de redes (metros)				Ligações (número)			
2000	2002	2003	2004	2000	2002	2003	2004
-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Governo de Goiás/ Governo do Distrito Federal – Sepin: 2000, 2002, 2003 e 2004.

O fornecimento de energia elétrica é feito pela Centrais Elétricas de Goiás – CELG. Observa-se o predomínio do consumo residencial e a inexpressividade do consumo na zona rural, comprovando o papel de cidade-dormitório desempenhado pelo município.

Tabela 57: Águas Lindas de Goiás - Consumo de energia elétrica (1999/2004)

Águas Lindas de Goiás		
	1999	2004
Consumidores (número)	23.251	33.976
Consumo residencial	34.084	38.872
Consumo Industrial	772	788
Consumo Comercial	5.518	5.501
Consumo Rural	720	738
Outros	3.962	15.255
Consumo total	45.056	61.154

Obs.: o consumo é medido em megawats de energia
Fonte: Governo de Goiás/ Governo do Distrito Federal – SEPIN 1999 e 2004.

Em Águas Lindas de Goiás os únicos equipamentos de saúde existentes são um hospital particular, localizado no bairro Parque da Barragem, às margens da BR – 070, o qual funciona também como pronto-socorro e maternidade em convênio com o Sistema Único de Saúde – SUS; e quatro postos públicos de saúde localizados nos bairros Jardim Brasília, Morada da Serra, Recreio Águas Lindas III e no Parque da Barragem.

O hospital particular não consegue atender a demanda local de saúde, assim como os postos públicos não possuem recursos humanos nem materiais essenciais à prestação eficiente de serviços. O município não dispõe de leitos hospitalares suficientes para o atendimento da população, fato esse que sobrecarrega a rede pública de saúde do

Distrito Federal. Em função da carência e má qualidade dos serviços de saúde a maioria dos usuários procura atendimento médico-hospitalar em Taguatinga, pressionando a infra-estrutura disponível no Distrito Federal – hospitais, postos de saúde e outros equipamentos, que foram dimensionados para determinada população e mostram-se insuficientes para atender a demanda crescente representada pela população do entorno.

De acordo com os dados do IBGE (2000) relativos à educação, estima-se que 12.480 crianças estão na faixa etária entre 2 e 4 anos, considerada fase pré-escolar. Todavia, apenas uma pequena parte desse segmento é atendida pelas 27 escolas e creches da rede particular, algumas com convênio com a prefeitura. O processo de exclusão social inicia-se, portanto, na fase pré-escolar, na medida em que essas crianças não têm condições de acesso à creche ou à pré-escola.

O Programa Especial de Emprego e Renda – Proder, desenvolvido em parceria com o Sebrae[42], identificou 25.701 alunos do ensino fundamental distribuídos em 21 escolas do município: 08 escolas de gerência estadual e 25 particulares. De acordo com dados do IBGE (2000), a população em idade escolar é de 23.920 habitantes e o segmento compreendido na faixa etária entre 5 a 14 anos representa 23% desse total.

Merece destaque a carência de infra-estrutura urbana no entorno das escolas públicas e privadas de Águas Lindas: falta de calçamento para tráfego de pedestres, pavimentação das ruas, deposição de lixo em vias públicas e terrenos baldios, erosão, ausência de muros e equipamentos de esporte e lazer. Em relação ao ensino médio, o Proder/ Sebrae identificou 1.317 alunos matriculados em 11 escolas, das quais 08 estabelecimentos são estaduais e 3 particulares. Considerando a pirâmide etária tem-se uma população de 9.360 jovens entre 15 e 19 anos, que corresponde a 9% da população

[42] Os resultados do Proder/ Sebrae foram baseados nos dados do IBGE (2000).

total, portanto, cerca de 8.043 jovens não freqüentam a escola no município usufruindo desse serviço no Distrito Federal.

O Proder/ Sebrae identificou intervenções urbanas capazes de melhorar o nível de emprego no município, embora a ausência de atividades produtivas mantenha a dependência em relação ao Distrito Federal, em especial à RA III – Taguatinga, a qual constitui-se no segundo maior centro de atividades econômicas do Distrito Federal, atrás apenas do Plano Piloto.

A inexpressividade das atividades econômicas no município e a ausência de propostas de desenvolvimento local são os grandes geradores de deseconomia local, acentuada pelo custo elevado do transporte público de passageiros, que gastam até uma hora e meia de viagem entre a residência e o local de destino.

Verifica-se que nas margens da rodovia BR – 070 há quantidade significativa de empreendimentos relacionados ao comércio informal, a exemplo de postos de gasolina, restaurantes, bares, casas de show, motéis, lojas de material de construção e igrejas evangélicas.

Grande parte dos empreendimentos observados não são registrados nos órgãos da Prefeitura Municipal, atuando assim na informalidade. Quanto à composição do Produto Interno Bruto – PIB municipal constata-se que o maior valor está associado à atividade de prestação de serviços referente ao setor terciário, enquanto o setor primário registra o menor valor, conforme tabela a seguir.

Tabela 58: Águas Lindas de Goiás - Produto Interno Bruto (2004)

Composição do PIB	Valores expressos em R$	%
Valor adicionado na agropecuária	462,00	0,21
Valor adicionado na indústria	62.888,00	29,33
Valor adicionado ao comércio e serviços	147.923,00	69,00
Dummy	173,00	0,08
Impostos	3.260,00	1,52
Total	214.360,00	100

Fonte: www.ibge.gov.br acessado 12 de janeiro de 2006 as 10 h..

6.1.2 A ausência de atrativos turísticos e pobreza: fatores limitantes do turismo

O município de Águas Lindas de Goiás encontra-se inserido em quatro categorias geológicas distintas – áreas de chapadas, encostas de chapadas, faixas marginais e áreas úmidas. As áreas de chapadas são caracterizadas por extensas áreas planas e contínuas localizadas em altitudes elevadas, geralmente acima de 1.000 metros de altitude.

Nessa área o solo é recoberto por latossolo vermelho na porção central e latossolo vermelho amarelo nas bordas, ainda ocorrendo outras tipologias de solo, como: gleissolos, plintossolos e neossolos quartazrênicos.

As encostas das chapadas estendem-se até o fundo dos vales com relevo irregular e acidentado. A cobertura do solo é variável, tendo a presença de cascalho laterítico e alguns afloramentos rochosos. As faixas marginais situadas ao longo dos cursos hídricos e as áreas úmidas de pouca inclinação formam bacias de drenagem com a presença de solos arenosos e orgânicos de baixa resistência, tornando essas áreas propícias aos processos erosivos quando se dá a retirada da cobertura vegetal existente.

A Prefeitura Municipal (2006) informa que a falta de rede de drenagem de águas pluviais e escoamento de esgoto tem provocado o surgimento e crescimento de inúmeras voçorocas na área urbana do município e em seu entorno próximo. As áreas naturais, que poderiam ter uso turístico, de lazer ou preservação ambiental, sofrem processos de degradação intensa, diminuindo a qualidade da paisagem natural local.

O clima predominante no município é o tropical continental, caracterizado pela alta concentração de chuvas no período entre outubro a abril e altas taxas de evaporação entre maio e setembro. A média de pluviosidade anual é de 1.700 mm, concentrando-se

80% deste índice (cerca de 1.369 mm) em apenas quatro meses (dezembro a março), o que se traduz em chuvas pesadas com forte ação erosiva e impacto ambiental.

O município encontra-se no domínio do cerrado apresentando diferentes tipologias, como: cerrado, cerradões, campos limpos e matas-galeria. As bacias de captação são cobertas por campos limpos e circundadas por matas-galeria, formando corredores vegetais. O principal curso hídrico é o Rio Descoberto, cujos principais afluentes são os seguintes córregos: Moreira, Coqueiro, Mato do Buraco e Rio dos Macacos (vide figura 98) na sua margem direita e os Córregos Corguinho e Buriti e o Rio Melchior na margem esquerda.



Figura 98: Rio dos Macacos, um dos afluentes do Rio Descoberto.
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em janeiro de 2006.

O Rio Descoberto tem extensão aproximada de 80 km e suas nascentes estão localizadas na Chapada Vargem Grande. É próximo às suas nascentes que esse rio encontra-se represado, vindo a constituir-se na principal fonte de abastecimento de água do Distrito Federal.

A sub-bacia abriga as regiões administrativas de Brazlândia, Taguatinga, Ceilândia, Samambaia, Recanto das Emas e Gama no Distrito Federal e os municípios goianos de Águas Lindas de Goiás e Santo Antônio do Descoberto.

O Lago do Descoberto é a única referência do quadro natural que se destaca no município, e nas palavras de um morador descritas por Nóbrega (2006, p. 28) "é o único local onde se pode tomar um banho no final de semana".

Nobréga (2006, p. 28) traz uma discussão oportuna sobre a imagem que a população local tem sobre a paisagem. Foi identificado que "parte da população associa a paisagem preferida à áreas verdes, arborização, ao cerrado, horizonte, à barragem e avenidas".

Verifica-se que o conceito de paisagem está associado aos objetos sociais, embora com forte cunho bucólico.

De acordo com Santos (2004(a), p. 53-54):

> A paisagem compreende dois elementos: 1. Os objetos naturais, que não são obra do homem nem jamais foram tocados por ele. 2. Os objetos sociais, testemunhas do trabalho humano no passado, como no presente. A paisagem nada tem de fixo, de imóvel. Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variados. A mesma coisa acontece em relação ao espaço e à paisagem que se transforma para adaptar às novas necessidades da sociedade.

A paisagem imaginada pela população local revela-se utopia, fruto daquilo que eles vêem em outras áreas urbanas do Distrito Federal, porém não possuem em sua cidade. A paisagem atual do município não é valorizada, muito pelo contrário. Percebe-se que "o desenho urbano disperso e a constituição de diversos bairros e loteamentos

sem planejamento induz aos moradores a não saberem se a cidade tem um "centro" e que o comércio é o principal elemento de valorização da paisagem". (NÓBREGA, 2006, p. 29)

Oficialmente não há uso turístico do lago cuja principal função é a captação de água para o abastecimento do Distrito Federal, porém a carência de meios e equipamentos para o lazer faz com que a população de Águas Lindas de Goiás e moradores de regiões administrativas próximas utilizem o lago e o curso do Rio Descoberto situado abaixo da barragem para banhos, passeios e recreação.

Esse uso "irregular" ocorre de forma mais intensa nos finais de semana, feriados e períodos de férias (janeiro e julho - vide figuras 99 e 100).

Com área de drenagem de aproximadamente 1.400 km2, 80% da extensão dessa bacia hidrográfica é drenada em sua margem direita pelas terras do município de Santo Antônio do Descoberto com uma série de afluentes.

A grande potencialidade explorada do Rio Descoberto é a geração de energia e abastecimento de água. Esse rio é afluente do Rio Corumbá (Bacia do Paraná), local onde o GDF e o Governo do Estado de Goiás têm desenvolvido a construção de uma série de usinas hidroelétricas, sendo a primeira delas, Corumbá IV, inaugurada em 04 de fevereiro de 2006.

A usina encontra-se localizada no município de Luziânia e o seu lago ocupa terras dos municípios goianos de Luziânia, Santo Antônio do Descoberto, Alexânia, Abadiânia e Silvânia.



Figura 99: Rio Descoberto no trecho abaixo da barragem: poucas alternativas de lazer.
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em janeiro de 2006.



Figura 100: O lazer local se dá de forma irregular e sem o mínimo de condições de higiene.
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em janeiro de 2006.

A área urbana não possui nenhuma edificação de relevante valor histórico e técnico-científico. As habitações são em maioria de população de baixa renda, constituindo-se em casas e edifícios em processo de autoconstrução, o qual se estende por anos. Os prédios públicos são todos recentes, haja vista o pouco tempo de emancipação política do município. Nenhum deles apresenta aspecto significativo no que concerne à concepção arquitetônica.

O projeto do Parque do Cristo nunca conseguiu sair do papel, sendo a imagem do Cristo de braços abertos a única ação desse projeto que foi efetuada. Porém, o vandalismo e a falta de manutenção impedem o acesso ao monumento. Verificou-se pichações e a obstrução do caminho de acesso pela mato(vide figuras 101 e 102).

Quanto aos valores funcionais ou urbanísticos e estéticos relativos ao conjunto da cidade, Nóbrega (2006, p. 28) diz que:

> Houve entre os entrevistados menção a esses valores, somente quanto à infra-estrutura no sentido de carência, ausência desses serviços, evidenciando o quanto à estética da cidade é negativa, pois foi registrado como cidade "feia", "um lixo", "palavra bonita, mas não vale nada", "pensei que fosse bela", entre outras**.**

O Proder/ Sebrae identificou mais de 200 artesãos residentes no município. Há toda uma diversidade de produtos artesanais em cerâmica, pintura, escultura, móveis e utensílios domésticos, porém a comercialização e consumo não se dá na sede municipal, mas na Feira da Torre e em outras feiras do Distrito Federal.

Com relação à infra-estrutura de hospedagem observou-se que os empreendimentos estão localizados às margens da rodovia BR – 070, sendo a maioria de caráter econômico (vide figuras 103 e 104). Os empreendimentos de hospedagem são em grande parte irregulares por não possuírem registro na Prefeitura Municipal e não conseguem atrair público de melhor poder aquisitivo.



Figura 101: Monumento do Cristo em estado de abandono.
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em janeiro de 2006.



Figura 102: Parque do Cristo, marco na entrada da cidade.
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em janeiro de 2006.

Segundo dados informais colhidos em entrevista com moradores locais, esses empreendimentos servem a práticas sexuais (vide figuras 103 e 104). A cidade não tem potencialidade turística explorada e a Prefeitura não possui sequer Secretaria de Turismo.

A população local não tem espaços públicos acessíveis e são poucas as alternativas de lazer. Outras duas situações conflitantes são os elevados índices de violência e a insegurança na travessia da BR-070, descrita por moradores locais, como: “perigosa”, “sem sinalização”, “escura" e de “muito trânsito” (NÓBREGA, 2006, p. 28).

O único empreendimento que consegue atrair público de maior nível socioeconômico é o Spa Ortomolecular – Clínica de Medicina Estética de propriedade do médico brasiliense Herval Cavalcanti Pereira de Sá Martins. O público da clínica é em sua maioria proveniente de Brasília e o empreendimento dispõe de quadras de esportes, piscinas, heliporto e pronto-atendimento médico.

Os elementos da paisagem, como a vegetação e os recursos hídricos, oferecem a possibilidade de uso turístico e de preservação. O desafio consiste em conciliar a proteção e o uso desses recursos com as práticas culturais e as demandas da população local.

Em Águas Lindas, verificou-se a existência de diversas casas noturnas, bares, restaurantes, campos de futebol, os quais oferecem de certa forma uma alternativa de lazer à população local e atraem tímido fluxo turístico de moradores de regiões administrativas do Distrito Federal (vide figura 105). Porém, não há no município Secretaria de Turismo, posto de informações turísticas ou qualquer associação que represente os empreendedores do setor.



Figura 103: Hotel Morada da Serra, empreendimento irregular e que aluga quartos por hora.
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em janeiro de 2006.



Figura 104: Recanto das Goianas, prostíbulo local.
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em janeiro de 2006.



Figura 105: Boite Golden Night, uma das poucas alternativas locais de lazer.
Fonte: ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz, em janeiro de 2006.

O turismo insere-se no cotidiano de forma totalmente amadora e informal não se constituindo em atividade econômica expressiva na localidade.

As potencialidades existem, porém pela pobreza extrema e a própria situação de carência material da localidade o turismo não é sequer visto como uma alternativa de desenvolvimento, pois para a população local não existem horizontes mais amplos de organização e possibilidades de reverter esse quadro.

Em pesquisa sobre as imagens que a população de Águas Lindas de Goiás tem sobre a sua cidade, Nóbrega (2006, p. 27) identificou que:

> A imagem revelada da cidade que evidencia o vivido foi analisada considerando o questionamento: Em que você pensa quando houve o nome Águas Lindas de Goiás? A interpretação dos resultados revela que esse nome foi associado com aspectos negativos, como: "não tem futuro", "precisa melhorar muita coisa", "constrangimento", "lugar agitado", "violência", "poeira", "péssimo", "sem desenvolvimento", "transtorno", "tudo ruim", "abandonada", entre outras... A incidência predominante é referente aos aspectos negativos e neutros que foram lembrados, Entre os 30 entrevistados, por 13 que associaram a cidade com aspectos negativos e 13 associaram com aspectos neutros. O que representa 86,6% dos entrevistados.

Portanto, diante da análise da realidade local verifica-se baixíssimo nível de desenvolvimento do turismo no município, o que o caracteriza como potencial.

As transformações no território de Águas Lindas de Goiás são intensas e rápidas. Desde o seu surgimento no início da década de 1990 até a atualidade, o município apresenta índices de crescimento demográfico significativos e que acabam por gerar transformações não avaliadas em suas reais dimensões.

A conjunção de crescimento urbano e concentração de miséria denota ao município caráter de periferia avessa a qualquer atração de investimentos em turismo e lazer.

Portanto, a configuração territorial do Entorno do Distrito Federal seleciona áreas propícias a expansão do turismo enquanto outras ainda caracterizadas como excluídas dessa dinâmica.

CAPÍTULO 7 .

AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO TERRITÓRIO REGIONAL: ANÁLISE DOS USOS E POSSIBILIDADES.

7.1 A Teoria do Espaço Turístico: em busca da compreensão das diferentes formas de uso e ocupação.

Para Boullón (2002, p.69) "tanto os atrativos turísticos como o empreendimento e a infra-estrutura têm a presença física e uma localização precisa no território". Ao observar como se manifestam no espaço físico, vemos que nenhuma atividade produtiva tem como resultado a ocupação absoluta de um território por essa atividade. Nem as áreas agrícolas que ocupam vastas extensões de terras, são absolutamente homogêneas, Boullón (2002, p.70) justifica que "entre as terras intercalam-se pequenas indústrias, algumas manchas de terra árida e outras partes destinam-se à pecuária ou a granjas".

Raffestin (1993, p.143) destaca que espaço e território não são termos equivalentes. "É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação produzida por um ator sintagmático em qualquer nível".

Os atrativos turísticos na concepção de Boullón (2002, p.70) são pontuais, "com a única diferença de que os atrativos turísticos abrangem áreas maiores, às vezes bastante extensas, como nos parques nacionais, reservas naturais e bosques". Cada atrativo turístico estabelece "uma área de influência" na área contígua a sua localização e extensão territorial, porém, cada atrativo produz um corte espacial até que se encontre o próximo atrativo.

Nessas partes intermediárias é comum encontrar todo tipo de atividade não-turística, como fábricas, áreas agrícolas, áreas de vegetação sem qualidade turística, cidades, entre outras atividades e fixos.

Boullón (2002, p.71) considera "a tendência dos bens e serviços de ficarem concentrados em alguns aglomerados urbanos e em sua capacidade de estender sua influência para além dos limites urbanos, alcançando uma parte do espaço rural que os rodeia", surge então outra qualidade das regiões, que é a sua polarização.

A concepção de "região turística" defendida por Boullón (2002, p.72) compreende que "os sistemas de planejamento optam por atuar em certos espaços geográficos que consideram estratégicos". Esses territórios, encontram seus limites e tamanho em decisões político-econômicas, e são denominados por região-plano ou região-programa.

Boullón (2002, p.72) entende que planejamento "é uma técnica que pertence às categorias experimentais do conhecimento científico". A finalidade é o ordenamento das ações do homem sobre o território, e ocupa-se em resolver de maneira harmônica a construção de todo tipo de coisa, bem como antecipar o efeito da exploração dos recursos turísticos.

O planejamento turístico do território surgiu como tentativa de dar resposta racional à necessidade de resolver os problemas criados pelo uso anárquico do espaço, a partir do momento em que a expansão das atividades humanas, trouxe como conseqüência a competição pelo uso nas áreas territoriais em exploração e o avanço rumo à conquista de outros territórios ainda inexplorados.

Boullón (2002, p.72) entende que o campo de ação do planejamento turístico é "toda a superfície da terra, seu objetivo é a organização do espaço e sua função é a de

aperfeiçoar o uso atual, procurando fazer com que não entre em crise pelo esgotamento prematuro e irracional dos recursos turísticos".

O planejamento turístico, deve determinar a potencialidade de adaptação do território, mediante a análise de sua capacidade de absorver a expansão dos sistemas produtivos atuais e a dinâmica do mercado, provocada pelo surgimento de novas necessidades de consumo do espaço e do tempo-livre criadas pelo mundo moderno.

Boullón (2002, p.74) afirma que, "há dois modos de apreciar-se o espaço": primeiro, mediante o tamanho dos objetivos materiais (fixos), e, segundo, pelas distâncias que os separam (e que definem os fluxos), pois tanto os objetos materiais como os vazios entre eles tem uma forma. "O espaço ou território turístico é conseqüência da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos que, não devemos esquecer, são a matéria-prima do turismo" Boullón (2002, p.79)

Para Raffestin (1993, p.143) "ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço". A produção do espaço dá-se através das redes, circuitos e fluxos que ai se instalam: rodovias, comércio, informação, turistas entre outros.

Nessa perspectiva Raffestin (1993, p.144) o território "é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a prisão original, o território é a prisão que os homens constroem para si".

Segundo Santos (1996), o espaço é formado por um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação. Estes sistemas interagem: o de objetos condicionam a forma como se dão as ações e o de ações leva a criação de objetos novos ou ocorre sobre os preexistentes. E assim, o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma constantemente.

Com o processo de globalização, o espaço é produzido, ocupado e transformado de acordo com as modernas tendências mundiais. Enquanto mundialidade apresenta tendência à homogeneização ao mesmo tempo em que permite a diferenciação. Isto porque os lugares, segundo Santos (1996, p.59):

> Redefinem as técnicas. Cada objeto ou ação que se instala se insere num tecido preexistente e seu valor real é encontrado no funcionamento concreto do conjunto. Todos os objetos e ações vêem modificada sua significação absoluta (ou tendencial) e ganham uma significação relativa, provisoriamente verdadeira, diferente daquela do momento anterior e impossível em outro lugar.

É assim que os lugares se criam, e se recriam e se renovam, a cada novo movimento da sociedade. O lugar se apresenta como fragmento do espaço onde se pode apreender o mundo moderno. De acordo com Carlos (2002, p.303;307):

> O lugar se produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular. Deste modo o lugar se apresentaria como o ponto de articulação entre a mundialidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta, enquanto momento. Mundializado o espaço, fragmenta-se através de formas de apropriação para o trabalho, para o lazer, para o morar, para o consumo.

A diferenciação espacial, decorrente de seus diversos usos, pode ser percebida por meio da análise dos lugares. O uso do espaço pela atividade turística não produz efeito diferente. A produção do espaço turístico no eixo Brasília-Goiânia não foge desse contexto, pois, o turismo se implanta aproveitando da base territorial produzida em outros momentos da história.

O desenvolvimento do turismo nos municípios do eixo Brasília-Goiânia é um processo/ movimento de transformação que traz consigo alterações espaciais e novas configurações territoriais.

Cria ou altera formas por meio da construção dos elementos de infra-estrutura necessários a esse desenvolvimento, tais como hotéis, pousadas, restaurantes, postos de gasolina, duplicação e construção de rodovias. Redefine funções ao apropriar-se de elementos espaciais pré-existentes como fazendas, casarios e igrejas coloniais, matas,

cachoeiras e hábitos característicos da cultura goiana que são transformados em atrativos turísticos. Transforma ainda a estrutura pela qual os objetos estão inter-relacionados.

O conjunto dos atrativos turísticos delimitado em um mapa, os empreendimentos e a infra-estrutura turística, são os elementos necessários para definir o território turístico de qualquer país.

A partir dessa afirmação pode-se compreender a relação entre o turismo e a Geografia destacada por Cruz (2001, p.5) ao dizer que "ao menos uma característica intrínseca da prática social do turismo pode nos ajudar a compreender esse fenômeno: o turismo é a única prática social que consome elementarmente espaço".

A partir da constatação de que a prática do turismo consome o espaço regional dos municípios do eixo Brasília-Goiânia pode-se referir a esses como lugares turísticos. Ainda de acordo com Cruz (2001), a expressão lugar turístico refere-se àqueles lugares já apropriados pela prática social do turismo e também a lugares considerados com potencialidade turística.

E o turista opta pelo lugar a ser visitado influenciado pelas características físicas e humanas do mesmo. Yazigi (1999, p.71) afirma que:

> O espaço pode ser considerado como a matéria-prima do turismo e, sem subestimar os outros fatores, as condições geográficas desempenham um papel de primeiro plano, frequentemente essencial, na atração de um lugar turístico. As condições naturais, o patrimônio cultural e histórico, o potencial técnico e o ambiente econômico são igualmente critérios geográficos que intervêm, seja sozinho, seja em combinação nos diferentes tipos de turismo (segmentos).

Os municípios pesquisados oferecem uma série de fatores que possibilitam o consumo do espaço e a criação de territorialidades relacionadas ao turismo, mesmo que de forma descontínua e fragmentada.

O aspecto da descontinuidade/ fragmentação é destacado por Boullón (2002, p.79) ao dizer que "uma das características físicas dos atrativos turísticos é que, mesmo

quando próximos, só excepcionalmente se tocam; a outra, é que até nos países que contam com uma maior densidade de atrativos nota-se grandes áreas do território que carecem delas".

Visto que os territórios turísticos são entrecortados, não se pode recorrer a técnicas que delimitem regiões homogêneas ou a grandes superfícies que não são tão turísticas quanto parecem.

Para Boullón (2002, p.80) "a melhor forma de determinamos o espaço turístico é recorrer ao método empírico", por meio do qual podemos observar a distribuição territorial dos atrativos turísticos e dos empreendimentos, a fim de detectar os agrupamentos e concentrações que são notadamente turísticos.

Dessa forma, por meio da aplicação de metodologias de pesquisa podemos encontrar os chamados "componentes do espaço turístico" que possuem diferenças quanto ao tamanho de sua superfície, respectivamente: zona, área, complexo, centro, unidade, núcleo, conjunto, corredor, corredor de translado e de estada.

A *zona turística* é a maior unidade de análise e estruturação do espaço turístico de um país. Sua superfície varia, já que depende da extensão territorial do território nacional e da forma de distribuição dos atrativos turísticos.

Para que exista, uma zona turística deve contar com número mínimo de dez atrativos turísticos suficientemente próximos, sem importar a que tipo e a que categoria pertençam.

Na região em estudo, o único município que tem estrutura territorial adequada a esse conceito é Pirenópolis, que concentra quantidade bem superior a dez atrativos em seu território municipal com dimensões relativamente pequenas.

Outros elementos que justificam essa afirmativa se baseiam na visão de Boullón (2002, p.82):

> Além dos atrativos turísticos, para funcionar adequadamente uma zona turística deve contar, em seu território, com equipamentos, serviços turísticos e dois ou mais centros turísticos, e estar provida de uma infra-estrutura de transportes e comunicações, que relacione entre si os dois principais elementos que a integram e com outras zonas e elementos do espaço turístico.

A *área turística* corresponde às partes em que se pode dividir uma zona e, portanto, sua superfície é menor que a do todo que as contém; no entanto, as zonas turísticas "devem ser dotadas de atrativos turísticos contíguos, em número também menor que os da zona, e necessitam, da mesma forma, de infra-estrutura de transporte e comunicação que relacione entre si todos os elementos turísticos que a integram" Boullón (2002, p.83). No caso de Pirenópolis, o território municipal também pode ser dividido em áreas turísticas, haja visto, que o município como um todo conforma uma zona turística, podendo ser dividido em áreas.

O conceito de *centro turístico* defendido por Boullón (2002, p.84) diz que "é todo conglomerado urbano que conta em seu próprio território ou dentro de seu raio de influência com atrativos turísticos de tipo e hierarquia suficientes para motivar uma viagem turística". Outro elemento que deve ser destacado é a possibilidade de uma viagem turística entre uma zona turística e o centro turístico ter a duração de duas horas de distância-tempo, o suficiente para ir e voltar em um mesmo dia.

Essa relação é uma medida que estabelece a extensão do caminho que, nessa unidade de tempo, um ônibus de transporte turístico ou automóvel de passeio pode percorrer. Portanto, a distância é variável, já que o número de quilômetros que pode ser percorrido depende da topografia do terreno, do tipo de caminho (auto-estrada, asfalto, terra, via duplicada ou mão dupla) e de seu estado de conservação.

O limite de duas horas é aproximado e serve para se calcular a magnitude do território turístico que se pode abranger a partir de um centro determinado (Brasília ou Goiânia).

Na região em estudo, os demais municípios por suas características de distribuição e existência de atrativos turísticos e distância-tempo em relação ao pólo-emissor de turistas, podem ser caracterizados como centros turísticos: Alexânia, Abadiânia, Corumbá de Goiás, Cocalzinho de Goiás e Santo Antônio do Descoberto.

A duplicação da BR-060 e a curta distância entre as cabeças da rede urbana (Brasília e Goiânia) permitem deslocamentos dentro do período de 1 dia. Apesar de que foi identificado na pesquisa que os deslocamentos em média tem a duração de 1 final de semana (3 dias em média). Para Boullón (2007, p.87):

> veremos que os centros turísticos se assemelham aos pólos de desenvolvimento, mas com a particularidade de que o raio de influência de um centro turístico envolve uma situação diferente, porque esse setor só é capaz de gerar desenvolvimento dentro de um espaço abrangido pelos atrativos dispersos em seu entorno, com a condição de que seu empreendimento turístico conte com os seguintes serviços: hospedagem, alimentação, entretenimento, agências de viagem de ação local, informação turística, comércio turístico, postos telefônicos e correios, sistema de transporte interno organizado que conecte o centro aos atrativos turísticos compreendidos em sua área de influência, conexões com os sistemas de transporte externo em âmbito internacional, nacional, regional ou local, de acordo com a hierarquia do centro.

Pode ser que o conglomerado urbano onde se assenta um centro turístico viva exclusivamente do turismo ou esta seja uma atividade a mais. Nesse caso, revela-se o espaço fragmentado aonde apenas uma parte do conglomerado urbano seja efetivamente turístico.

De acordo com a função que desempenham como pólos receptores de turistas, os centros turísticos podem ser de quatro tipos: de distribuição, de estada, de escala ou de excursão.

Os *centros turísticos de distribuição* tem essa denominação porque, do conglomerado urbano que lhe serve de base, os turistas visitam os atrativos incluídos em seu raio de influência e retornam para dormir. Os equipamentos de hospedagem

encontram-se na área urbana do município, mas parte dos atrativos encontram-se na área rural, como por exemplo os município de Alexânia e Corumbá de Goiás.

Os *centros turísticos de estada* o turismo começou a se desenvolver por meio da exploração de um único atrativo, como ocorre em Abadiânia com a exploração do turismo místico-religioso do Centro Espírita Dom Ignácio e em Santo Antônio do Descoberto com a Cidade Eclética.

Os *centros turísticos de escala* coincidem com as conexões das redes de transporte e com as etapas intermediárias dos percursos entre um pólo emissor e um receptor. Nesse caso tanto Alexânia quanto Abadiânia possuem infra-estruturas para dar suporte ao deslocamento entre Brasília e Goiânia.

Os *centros turísticos de excursão* são os que recebem, por menos de 24 horas, turistas procedentes de outros centros. Colcazinho de Goiás com o empreendimento Tabapuã dos Pireneus enquadra-se nessa categoria, pois, parte significativa dos turistas que visitam esse empreendimento e seus atrativos encontra-se hospedado em Pirenópolis.

A tipologia de *complexo turístico* são conformações pouco freqüentes, pois dependem de um ou mais atrativos da mais alta hierarquia, cuja visitação associada à de outros que os complementam, supõe uma permanência igual ou superior a três dias. Parques temáticos, reservas naturais, estâncias hidrominerais, resorts e complexos turísticos litorâneos encontram-se nessa categoria, porém, nos municipios do eixo Brasília-Goiânia não se verifica nenhum complexo turístico. A curta duração dos deslocamentos turísticos comprova essa situação.

A *unidade turística* corresponde às concentrações menores de equipamentos que se produzem para explorar intensivamente um ou vários atrativos situados um junto do outro, ou, o que é mais exato, um dentro do outro, como é o caso de uma localidade

com um único atrativo que contêm equipamentos reduzidos a hospedagem, cafés, supermercados para o abastecimento de excursionistas e centrais de informação.

Os *núcleos turísticos* referem-se a agrupamentos de atrativos turísticos de qualquer hierarquia e categoria, isolados no território e, portanto, tem funcionamento turístico rudimentar.

O *conjunto turístico* apresenta uma situação transitória, porque desde o momento em que, devido à construção de um novo caminho, conecta-se à rede de estradas, muda sua situação espacial e transforma-se em novo elemento do espaço turístico. Depois de relacionar-se com o sistema turístico, os antigos núcleos devem consolidar seu funcionamento como conjunto mediante a construção de empreendimento turístico que esteja de acordo com a natureza e a hierarquia de seus atrativos.

Na área da pesquisa não foram encontrados *unidades turísticas,* porém, os distritos de vários municípios como Posse da Abadia (município de Abadiânia), Serra do Ouro e Olhos D'Água (município de Alexânia), Cidade Eclética (município de Santo Antônio do Descoberto) possuem condições para serem agrupados na categoria de núcleos turísticos que posteriormente podem ser elevados a categoria de conjunto turístico.

As rodovias federais BR-060 e 070 são as vias de conexão entre as diferentes tipologias do espaço turístico regional do eixo Brasília-Goiânia. Essas rodovias funcionam como elemento estruturador do espaço turístico regional e seus territórios. Conforme sua função, podem ser caracterizadas como corredor turístico de translado ou de estada.

Os *corredores turísticos de translado* constituem "a rede de estradas e caminhos de uma região por meio dos quais de deslocam os fluxos turísticos para completar seus itinerários" Boullón (2002, p.97).

Os corredores turísticos estendem seu campo de ação para além de sua própria superfície, e como a dimensão física é longitudinal, a qualidade da paisagem ao seu redor e as vias de interligação entre os atrativos turísticos próximos pode influenciar na criação desses corredores.

Os *corredores turísticos de translado* oferecem diversos equipamentos fundamentais ao desenvolvimento do turismo em escala regional tais como: postos de gasolina, borracharias, serviços de mecânica rápida, locais para alimentação e hospedagem, locais para compra de artesanato ou produtos regionais. As edificações desses equipamentos encontram-se instaladas e localizadas a pouca distância da estrada, para facilitar o deslocamento de ônibus e veículos que circulam por esse corredor.

Daí a importância desses equipamentos na geração de emprego e renda dos municípios que compõem os corredores turísticos de translado. Devido a sua fácil localização e visualização, os viajantes param nesses equipamentos consumindo os serviços oferecidos.

Na região em estudo, as autoridades locais não se ocupam em fiscalizar ou ordenar a construção desses equipamentos, muito menos em verificar a qualidade dos serviços a serem prestados. O aparente aspecto de desorganização ou as tentativas de organizar na área municipal essas atividades ainda são ações pontuais.

Boullón (2002, p.101) destaca que o "problema do abandono do espaço que circunda as estradas é mais uma das expressões do subdesenvolvimento e da pobreza que predominam nos países latino-americanos". Tal questão não encontrara uma solução integral, até que um dia, a presente situação socioeconômica melhore.

Para esse mesmo autor, “as autoridades de turismo devem assumir que seu campo de ação não se esgota nos centros turísticos, e devem compreender que não se pode falar em turismo em estradas sem dotar as mesmas de um equipamento que cumpra com os mesmos padrões de higiene e comodidade que requer um viajante comum, seja rico ou pobre”.

A concepção de corredor turístico deve ser compreendida pelo significado estratégico para o desenvolvimento do turismo, porque implica na seleção de algumas estradas, entre as que formam a rede viária de um país, para submetê-las a regulamentos e planejamentos especiais. As lideranças do turismo e os órgãos responsáveis pela infra-estrutura de transporte devem assumir programas e recursos orçamentários para pôr em prática medidas que visem melhorar a qualidade dos deslocamentos nessas estradas.

O *corredor turístico de estada* desempenha função combinada de centro com corredor turístico. O que distingue um corredor turístico de estada de um de translado é que os atrativos turísticos encontram-se dispostos ao longo de um percurso linear. O turista realiza o roteiro ou percurso turístico ao longo desse corredor, visitando atrativos e centros turísticos em determinado período. Por exemplo: a rota do vinho no Rio Grande do Sul indica que o turista irá visitar diferentes atrativos e centros turísticos ficando hospedado um dia ou mais em determinado centro. O roteiro ou percurso pode ser linear ou indicar vários deslocamentos a partir de um centro. O turista pode se deslocar em excursões ou isoladamente.

O roteiro dos Pireneus e o do Ouro podem no futuro virem a ser classificados como corredores turísticos de estada. O planejamento atual ainda encontra-se em fase inicial de organização e sensibilização do turismo. O desenvolvimento da atividade pode vir a se caracterizar como possibilidade futura de desenvolvimento de tal corredor e suas devidas infra-estruturas.

Se um corredor de estado é colocado no mercado turístico destacando-se suas singularidades, é muito fácil captar dois tipos de turista: um, o aficionado do turismo intinerante, que pode passar suas férias alojando-se por curtos períodos em qualquer umas das alternativas oferecidas e, outro, aquele que ano após ano pode voltar para alojar-se por períodos mais prolongados em apenas um dos lugares oferecidas e passar nele todo ou parte de seu tempo livre de férias, fazendo excursões ao restante.

Boullón (2002, p.108) destaca que:

> Atualmente, as superestruturas de comercialização e promoção funcionam desconectadas de uma visão integral do espaço que pretendem vender, porque, na realidade, desconhecem o conceito de espaço, limitando-se a enfocar suas ações para atrativos e centros que são vistos como peças isoladas. Daí as grandes contradições em que incorre a superestrutura oficial, quando, ao pretender desenvolver o setor em seu conjunto, apóia promoções de locais que lutam entre si, todos projetando a mesma imagem e recorrendo a já esgotada técnica da fraseologia utilizada para vender artigos domésticos.

A teoria do espaço turístico é a base para organizar as ações do setor turístico , já que permite a elaboração de políticas, partindo da realidade local com a clara definição do produto turístico a ser comercializado.

Para Boullón (2002, p.108) “de todos os produtos, a zona será o maior e mais importante para projetar-se no mercado”, porque permite apresentar diversos atrativos e imagens. Essas zonas e as áreas em que se subdividem, devem ter suas potencialidades estudadas e analisadas para que as estruturas de poder local possam elaborar políticas que visem desenvolver o turismo e a iniciativas locais.

De acordo com as potencialidades e projeções de demanda, pode-se estabelecer os limites de crescimento e os projetos viáveis a realidade local, para que cada êxito parcial redunde em benefício do conjunto local.

Na maior parte dos centros turísticos existentes, a destruição quase total da paisagem natural é fato irreversível, de modo que algumas ações podem ser consideradas enquanto possibilidades futuras de desenvolvimento local e regional:

a) Identificar os atrativos turísticos e proceder ao estudo de capacidade de carga/ demanda;
b) Manter a escala das construções locais, a fim de evitar a descaracterização do patrimônio cultural e processos de crescimento desordenado da área urbana;
c) Estabelecer através dos planos diretores locais a regulação do uso do solo destacando as áreas de uso turístico e de outras atividades locais;
d) Tentar melhorar a infra-estrutura urbana dos centros turísticos;
e) Ampliar e facilitar a rede de circulação entre os atrativos turísticos urbanos e rurais;
f) Evitar a ocupação desordenada e irregular da paisagem;
g) Melhorar a qualidade ambiental dos municípios integrantes do eixo; incrementar áreas verdes e de preservação ambiental bem como o paisagismo dos centros urbanos;
h) Cuidar do desenho, manutenção e limpeza dos equipamentos urbanos;
i) Controlar as possíveis fontes de degradação da paisagem local (inexistência de tratamento de esgoto, lixo, etc...).

O turismo ocorre em um dado território, impactando-o e sendo por este impactado, positiva ou negativamente. Em face da importância para o turismo, a ordenação e a gestão territorial tornam-se instrumentos fundamentais para a transformação de vantagens comparativas, baseadas no aproveitamento intensivo dos recursos turísticos, em vantagens competitivas, pautadas na oferta e consumo do espaço.

Uma vez que se entende o espaço como objeto de consumo do turismo, é pertinente analisar como a atividade turística o altera. Para Portuguez (2001, p. 98):

> Como toda atividade de consumo, o turismo é bastante seletivo e segregador, na medida em que oferece a oportunidade de inclusão e exclusão de lugares, de empresas e de pessoas. É um setor altamente competitivo, complexo em seus aspectos operacionais e disputado por distintos setores da produção. Do ponto de vista geográfico, produz e reproduz espaço, constrói e reconstrói (e inclusive destrói) identidades, materializa e desmaterializa formas e muda, por vezes bruscamente as funções de determinados espaços. Projeta-se territorialmente das mais distintas formas.

Os municípios do Eixo passam por transformações rápidas em sua configuração territorial e na sua cultura local. A chegada do turista e dos empreendedores traz novas alternativas de sobrevivência para a economia dos lugares, porém, essa relação é contraditória.

De um lado gera-se emprego, novos investimentos, valorização da propriedade privada, por outro lado nem todos se inserem no mercado de trabalho que necessita de mão-de-obra qualificada, os elementos da cultura local se adaptam ao gosto dos visitantes e transformam os centros históricos e as zonas rurais em espaços de especulação imobiliária.

Yazigi (2002, p.21;22) caracteriza o uso do espaço pela atividade turística dizendo que:

> O turismo é a procura do espaço que se desloca como decorrência da necessidade de aplicação do dinheiro poupado. O turismo é o deslocamento comercial do espaço, sem necessariamente mudar as suas características; não raro, o pacote turístico supõe uma troca entre grandes centros urbanos, metrópoles mundificadas que mimetizam imagens, serviços, hábitos e valores. Na nossa economia global já não há tempo livre, mas a necessidade de empregar através do deslocamento no espaço, o dinheiro poupado ao tempo do trabalho. Para o turismo, a parte vale pelo todo, e é suficiente para despertar sonhos, lembranças, nostalgias, e sobretudo, o grande fator do mercado, a necessidade de repetir a experiência.

Carlos (2002, p.26;29) retrata as conseqüências da transformação do espaço em mercadoria:

> Ao vender-se o espaço, produz-se a não-identidade e, com isso, o não-lugar, pois longe de se criar uma identidade produz-se mercadorias para serem consumidas em todos os momentos da vida, dentro e fora da fábrica, dentro e fora do ambiente de trabalho, nos momentos de trabalho e de não trabalho. Assim o não-lugar é a simples negação do lugar, mas uma outra coisa, produto de relações outras; diferencia-se do lugar pelo seu processo de constituição, é nesse caso produto da indústria turística que com sua atividade produz simulacros ou constroem simulacros de lugares, através da não-identidade, mas não para por ai, pois também se produzem comportamentos e modos de apropriação destes lugares.

Os "lugares turísticos" do eixo Brasília-Goiânia tendem a reproduzir elementos característicos da vida metropolitana, lugar de onde vem grande parte dos turistas que consome os seus "produtos".

As pousadas e resorts oferecem as facilidades do mundo moderno (ar condicionado, Tv a cabo, internet, segurança e isolamento). Os restaurantes padronizam pratos e recorrem a termos estrangeiros, como: pizza e o self service.

O artesanato local transforma-se em souvernirs da experiência da viagem: a camiseta com a imagem da cachoeira, o imã de geladeira em forma de réplica da casa colonial, os produtos da pequena produção rural (queijo, farinha, pimenta, doces) destinados ao consumo dos turistas.

Yazigi (2002, p.56) porém aponta que o "uso turístico do território" apresenta limitações de diversas ordens. "O consumo do espaço pelo turismo caracteriza-se pelo uso efêmero do território, num processo contínuo de desterritorialização e reterritorialização".

A dialética da construção e reconstrução do espaço pelos sistemas de objetos e de ações, ambos dinâmicos é o que indica a diversidade regional de usos e possibilidades que o turismo oferece. Como nos diz Cruz (2001, p.15):

> O turismo, tal como outras atividades – e concorrendo com elas – introduz no espaço objetos definidos pela possibilidade de permitir o desenvolvimento da atividade. Além disso, objetos preexistentes em dado espaço podem ser igualmente absorvidos pelo e para o turismo, tendo seu significado alterado para atender uma nova demanda de uso, a demanda de uso turístico.

A intensificação do uso turístico de cada porção do espaço geográfico leva a introdução, multiplicação e em geral, concentração espacial de objetos cuja função é dada pelo desenvolvimento da atividade.

7.2 Territórios Turísticos e Região: os usos e possibilidades do Eixo Brasília-Goiânia

As belezas naturais, a religiosidade, a cultura e a gastronomia dos municípios do Entorno do Distrito Federal constituem reconhecidos atrativos turísticos usados em grande parte por moradores de Brasília como alternativa de descanso e lazer nos períodos de tempo livre (férias e finais de semana).

A transformação dos municípios em destinos turísticos, porém é um fenômeno local. Com exceção de Pirenópolis e Alto Paraíso de Goiás, os demais tem sido pouco divulgados para os mercados nacional e internacional.

Na última edição do Relatório de Municípios Turísticos no ano de 2001 o Distrito Federal e os municípios goianos de Alto Paraíso de Goiás, Pirenópolis, Corumbá de Goiás, Formosa e Cristalina foram inseridos na lista dos municípios turísticos brasileiros. Esse fato reforça a importância do turismo no cenário regional do eixo Brasília-Goiânia e demais municípios do Entorno do Distrito Federal.

A expansão do turismo a partir de Brasília para os municípios próximos configura o que Steinberger e Silva (2007, p. 01) chamam de "Região Turística de Brasília" compreendida como o conjunto de "circuitos que liga a capital, como local de turismo cívico, de negócios e eventos, a alguns municípios onde possam ser desenvolvidas modalidades complementares de turismo."

A necessidade de discutir o turismo enquanto alternativa de desenvolvimento regional justifica-se por razões relacionadas ao uso corrente dessa expressão no discurso das políticas públicas e a indefinição e desconhecimento sobre as reais dimensões e realidades da região do Entorno do Distrito Federal e do Eixo Brasília-Goiânia.

Os termos "desenvolvimento regional" e "turismo" partem de duas visões distintas, a primeira ancorada no conceito de região criado pela ciência geográfica e a segunda na noção de turismo, que como foi discutido anteriormente no primeiro capítulo pode contemplar diferentes enfoques e aspectos distintos. Não se pode confundir o desenvolvimento regional como uma premissa calcada apenas no turismo e muito menos acreditar que o turismo é a única alternativa de inserir as regiões periféricas na dinâmica capitalista global.

O entendimento do conceito de turismo, aparentemente simples, esconde na verdade uma diversidade de formas em que o mesmo se materializa no espaço. Santos (1985, p. 50) diz que a forma é "o aspecto visível de uma coisa e ou o arranjo ordenador de objetos". Nesse sentido, o resgate do conceito de turismo proposto pela OMT (2003, p. 19) como "as atividades que pessoas viajando para ou permanecendo em lugares fora do seu ambiente usual, por não mais do que um ano consecutivo, a lazer, negócios ou outros objetivos" revela-se genérico.

Outros autores buscaram ampliar essa visão teórica, como Trigo (1998, p.11) que entende o turismo como parte de um universo maior denominado lazer, cuja compreensão envolve "toda atividade desenvolvida fora do sistema produtivo, das obrigações sociais, religiosas e familiares"

Knafu (2001, p.63) destaca que o turismo relaciona-se as práticas sociais e as atividades econômicas, "o turismo é uma atividade humana multiforme que se repousa sobre um aparelho econômico heteróclito, porque utiliza equipamentos que não lhe

pertence (transportes, hospedagem, alimentação, etc.)". Já Faria e Carneiro (2001, p.12) defendem a visão do turismo enquanto processo de desenvolvimento local e regional.

> O turismo é um processo completo que vai desde a divulgação correta da imagem local, por meios diversos, até o turista, sua permanência e satisfação, até a sua volta ao local de origem , de modo que a localidade turística permaneça conservada, no longo prazo, para a continuidade do atendimento qualificado, a garantia de uma boa qualidade de vida para a população local e a preservação do meio ambiente envolvido.

Desde a criação da EMBRATUR na década de 1960, passando pela criação do Ministério do Turismo (2001) até a atualidade, o que se verifica e a emergência do turismo como atividade capaz de ampliar a sua participação na composição do Produto Interno Bruto e na geração de emprego e renda, levando o governo brasileiro a implementar políticas públicas com diversos objetivos mas que visem no final ao pleno desenvolvimento da atividade. A *Política Nacional de Turismo* proposta pela EMBRATUR (1992, p.23), adotou a seguinte proposição de turismo:

> É uma atividade econômica representada pelo conjunto de transações, compra e venda de serviços turísticos efetuados entre os agentes econômicos do turismo. É gerado pelo deslocamento voluntário e temporário de pessoas para fora dos limites da área ou região em que têm residência fixa, por qualquer motivo, excetuando-se o de exercer alguma atividade remunerada no local que visita.

O conceito de região é também compreendido por diferentes concepções. Santos (1985, p.66-68) compreende região como:

> O lócus de determinadas funções da sociedade total em um momento dado...a cada momento histórico...o que se convencionou chamar de região, isto é, um subespaço do espaço nacional total, aparece como o melhor lugar para a realização de certo número de atividades...a região se definiria, assim, como o resultado das possibilidades ligadas a certa presença...de capitais fixos, exercendo determinado papel ou determinadas funções técnicas, e de seu funcionamento econômico, dadas pela rede de relações sociais...a região, como lugar de realização de atividades produtivas...a região e o lugar são funcionais do todo.

O conceito de região criado pela Geografia Francesa do Século XIX passou por transformações e questionamentos, principalmente a partir da segunda metade do Século XX. Steinberger e Silva (2007, p.3) justificam o repensar desse conceito afirmando que "a sua validade, no âmbito da reestruturação econômica, da integração econômica internacional e do modismo da globalização, tem sido questionado".

Gomes (1995, p.71) destaca que alguns autores chegaram mesmo a decretar a morte do conceito de região na década de 1980, seja devido à homogeneização do espaço ou à uniformização das relações sociais, porém, o autor ressalta que "os movimentos regionais ou regionalistas são em geral vistos como movimentos de resistência à homogeneização, movimento em defesa das diferenças".

As questões regionais foram resgatadas na virada do século sendo discutidas pela academia e fazendo-se presente em diversas planos do Governo Federal como: o Plano Avança Brasil (1999), o Plano Nacional de Turismo em suas duas versões (2003-2007) e (2007-2010), bem como na criação do Ministério da Integração Nacional que desenvolve diversas políticas com esboço regional.

O "novo regionalismo" definido por Vainer (1993, p.9) destaca a emergência de "processos de geração de novas identidades territoriais, que se associam a estratégias de grupos sociais, configuram espaços simbólicos referidos as práticas econômicas e formas de articulação territorial em diferentes escalas."

É necessário compreender as várias significações de região aos diversos contextos em que o conceito aparece como elemento-chave, sejam contextos políticos, institucionais, econômicos e culturais. A região enquanto fundamento teórico de políticas públicas expressa "o fundamento político, de controle e gestão de um território...na afirmação de uma regionalidade há sempre uma proposição política, vista sob um ângulo territorial...o regionalismo, ou seja, a consciência da diversidade,

continua a se manifestar...a região é um conceito que funda uma reflexão política de base territorial" Gomes (1995, p.73).

As concepções teóricas de Vainer (1993) e Gomes (1995) destacam que subjacente ao conceito de região encontra-se o de território. Mesquita (1994, p.81) ressalta que:

> A primeira vez que a palavra território aparece no índice remissivo da revista L'Espace Geographique é no ano de 1981, com quatro artigos classificados sob esta rubrica. Porém em 1980 o sueco Malmberg já publicara em inglês o livro Human Territoriality, e Raffestin também trata do tema em *Por uma Geografia do Poder* neste ano sem esquecer que Gottmann já os antecedera em 1973 com The Significance of Territory e que Sack os sucede em 1986.

Sabourin (2002, p.23) destaca que o termo território aparece no âmbito de outras áreas do conhecimento, além da Geografia:

> Território faz referência à gestão de um espaço governado (Andrade, 1995). No sentido socioantropológico, Tizon (1995) chama de território o "ambiente de vida, de ação e de pensamento de uma comunidade, associado a processos de construção de identidade". Para Abramovay (1998) "um território representa uma trama de relações no próprio desenvolvimento econômico". Chia, citado por Cirad-Sar (1996), define território como "um espaço geográfico, construído socialmente, marcado culturalmente e delimitado institucionalmente". Segundo Cirad-Sar (1996)... território não é um simples suporte físico de atividades econômicos ou um quadro de localização de agentes é intensamente condicionado pelos laços de proximidade e pelo fato de pertencer a esse espaço. O território então é um resultado e não um dado.

O autor baseado nas conceituações acima expostas, conclui que a "construção de territórios a partir das estratégias de atores envolvidos e de mecanismos de aprendizagem coletiva, quer dizer, a aquisição de conhecimentos, de informações comuns, por meio da prática ou da experiência coletiva" Sauborin (2002, p.23)

Andrade (1995, p.78) afirma que "deve-se ligar sempre a idéia de território à idéia de poder", ou seja, as diferentes manifestações do poder que Brasília e os atores envolvidos no processo de desenvolvimento regional exercem sobre os municípios do Entorno.

De acordo com a perspectiva de Raffestin (1993, p.158):

> A territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens vivem ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder... é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele.

Souza (1995, p.79) destaca o papel das relações de poder na produção do território considerando que "o território é, fundamentalmente um espaço definido por e a partir de relações de poder...o território é essencialmente um instrumento do exercício de poder".

A concepção teórica de território proposta por Souza (1995, p.86) é calcada na visão clássica do geógrafo alemão Ratzel (Século XIX) que propõe o entendimento do território "como um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre nós (o grupo, os membros da coletividade ou comunidade, os insiders) e os outros (os de fora, os outsiders)".

Esse campo de forças forma-se a partir de relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um espaço social, posto que todo território pressupõe um espaço ocupado por grupos sociais e campo de conflitos entre os mesmos.

Souza (1995) destaca também o caráter da mobilidade dos limites territoriais, razão pela qual eles são construídos e desconstruídos nas mais diversas escalas e podem ser mais permanentes ou ter uma existência periódica, cíclica.

O território indica contigüidade, mas pode-se falar em território descontínuo quando se introduz a visão de rede, como conjunto de pontos (nós), conectados entre si por segmentos (arcos), que correspondem aos fluxos de bens, pessoas ou informações que os interligam, ou seja, a costura dos nós viabiliza o deslocamento dos fluxos, a

exemplo das estradas que interligam os diversos destinos turísticos e possibilitam os fluxos de turistas entre eles.

O texto de Knafu (2001) *Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo* destaca o esforço de buscar vínculos entre o turismo e o conceito de território. São identificadas três fontes de turistificação dos lugares: os turistas, o mercado e os planejadores e promotores territoriais. O autor afirma que são os turistas e suas práticas, e não os produtos, que estão na origem do processo de turistificação dos lugares.

A análise do turismo a partir de suas relações com o território proposta por Knafu (2001) tomou por base a existência de três tipos de situação: territórios sem turismo, turismo sem território e territórios turísticos. A primeira situação indica que apesar da turistificação de grande parte do espaço mundial, ainda há inúmeros territórios ainda não afetados pelo turismo.

A segunda situação explicita um contexto de turismo que não procede da iniciativa de turistas, mas sim de agências e operadoras de turismo que vendem produtos no mercado. Apesar de o produto configurar-se em um ponto localizado no município, ele não é suficiente para configurar um território turístico, isto é, território apropriado pelos turistas. Exemplo marcante são alguns resorts que representam a "forma mais acabada de turismo sem território, isto é, do turismo que se contenta com sítios e lugares equipados, é o turismo fora do solo, quase completamente indiferente à região que o acolhe e onde a extensão planejada nada mais é do que um espaço-receptáculo" Knafu (2001, p.72).

A terceira situação é a dos territórios turísticos "inventados e produzidos pelos turistas, mais ou menos retomados pelos operadores turísticos e pelos planejadores" Knafu (2001, p.73).

A abordagem de Knafu (2001) torna possível relacionar turismo e território, de maneira a ampliar a relação turismo e região. A expressão *turismo e desenvolvimento regional* evoca o conjunto de atividades e ações que de maneira incipiente ou consolidada, estão assentadas em uma dada região pronta, já existente, precedente ao fenômeno turístico.

Os planejadores e agentes produtores do turismo que, com a intenção de promover a atividade, geralmente, fazem referência a uma região pré-definida indicando à possibilidade de localizar atividades turísticas em um espaço dado, relativamente extenso, que comumente é mencionado como região.

Dá-se a impressão de que a região pode existir antes da construção de seu território, independente de quem ou do que lhe dá sentido. Essa visão comum nas políticas regionais de turismo parece vazia, oca, despida do rico conteúdo social da região.

O território é o espaço apropriado por agentes produtores/ transformadores das formas e dos conteúdos, campo de forças carregado de identidade e especificidades, o desenvolvimento regional do turismo deve partir do entendimento dessa identidade territorial que enseja a demarcação dos limites da região. Portanto, o processo de turistificação proposto por Knafu (2001) praticado por agentes antecede a região e não o contrário.

A compreensão da dinâmica territorial do turismo no eixo Brasília-Goiânia pressupõe reconhecer que Brasília construiu um território turístico na região do Entorno do Distrito Federal. Esse processo é seletivo e não abarca a totalidade dos municípios integrantes da RIDE e nem do eixo de desenvolvimento.

Steinberger e Silva (2007, p.5) afirmam que “em linhas gerais, pode-se afirmar que alguns municípios do Entorno de Brasília transformaram-se em territórios turísticos,

não por obra do Estado, mas por obra dos moradores do Distrito Federal que, principalmente, a partir do início dos anos 90, o inventaram se apropriando cada vez mais intensamente de seus atrativos".

Essa afirmação revela um dos aspectos desvendados na pesquisa. Em entrevistas com diversas lideranças da atividade turística nos municípios do eixo foi identificado que essa apropriação tem origens mais distantes. Os "primeiros turistas" chegam a esses municípios ainda no período de instalação da capital (Anos 60). A criação do Clube Nova Flórida em Alexânia é prova que já naquele período (1960) começavam a surgir demandas para uso turístico dos recursos locais.

A construção da BR-070 possibilitou também a inserção dos municípios da Serra dos Pireneus nessa dinâmica, portanto, afirmamos que as origens do processo de produção de territórios na área da pesquisa se dá em conjunto com a construção e instalação da capital federal nos anos 1980.

O crescimento demográfico de Brasília e o aumento da complexidade das atividades econômicas fez com que o processo de turistificação fosse intensificado nos anos 1990. Destaca-se que os fluxos e a formatação/ comercialização de produtos turísticos cresceu nesse período por diversos fatores, dentre eles o cenário macroeconômico de crescimento da economia global, a estabilização da inflação, o fortalecimento da moeda nacional e as próprias políticas públicas de turismo que ainda eram de alcance limitado no período posterior.

O cenário macroeconômico criou condições para a expansão da cultura do viajar e do tempo-livre. O turismo consolida-se a cada dia como conjunto de atividades, empresas e agentes cada vez mais poderoso e presente no cotidiano do Brasil.

Brasília é desde os anos 1970 um dos principais pólos emissores de turistas que se utilizam principalmente do transporte aéreo e rodoviário para seus deslocamentos. A

análise dos anuários estatísticos editados pela EMBRATUR comprova o papel emissor de Brasília no contexto do turismo brasileiro, porém, o fato novo que as estatísticas trazem é que em paralelo a emissão há também a recepção de turistas.

O papel político de capital federal concentrando a máquina pública é um dos fatores tantas vezes utilizado para justificar essa situação, porém, a instalação de outras formas, principalmente aquelas identificadas ao meio técnico informacional (universidades, empresas, centros de pesquisa) e consumo explicam o crescimento do número de turistas que visitam o Distrito Federal.

O aeroporto internacional desempenha a função de *"hub"* da malha aérea nacional e já começa a receber novos fluxos internacionais. A descida de passageiros em conexão é contabilizada como fluxo turístico. Mesmo que o passageiro não consuma hospedagem entre outros serviços locais cria-se a expectativa e a possibilidade de em futuro próximo conhecer a cidade e seus atrativos.

A cultura do viajar e do tempo-livre encontra no alto poder aquisitivo de parte da população do Distrito Federal a possibilidade de alternativas de turismo, além daquele organizado pelas operadores e agências.

Viagens curtas de final de semana ou feriados em direção aos municípios mais próximos é opção viável em termos de custo financeiro e tempo de deslocamento. Os municípios goianos estão ao alcance do morador do Distrito Federal em curto período de tempo e espaço.

Todos os municípios pesquisados encontram-se num raio de até 120 km da capital federal sendo todos eles servidos por eficaz rede de transporte rodoviário instalada inicialmente para possibilitar a ligação com Goiânia e as Região Norte e Centro-Oeste. Posteriormente parte dessa rede foi modernizada para atender o

crescimento de demandas e políticas públicas, dentre elas as de expansão do agronegócio, industrialização e turismo.

A EMBRATUR no período inicial de sua atuação destacava o Brasil como destino turístico do segmento sol e praia, porém, a expansão da atividade e o entendimento de que o turismo não se limita a um ou dois segmentos apenas fez com que novos segmentos fossem demandados, como o turismo de aventura, o ecoturismo, o turismo rural, o turismo cultural entre outros.

O projeto geopolítico de Juscelino Kubistchek impôs-se como centro político de comando e tomada de decisões que afetam o território nacional e outros países e, com isso, a instalação da máquina pública federal (Ministérios, empresas e autarquias públicas, as Forças Armadas, os centros de ensino e pesquisa) possibilitou a criação/ instalação de considerável parque hoteleiro e equipamentos para a prática do turismo de negócios e eventos.

O turismo de negócios e eventos é na atualidade o principal segmento que motiva a entrada de turistas no Distrito Federal. O parque hoteleiro de Brasília é o terceiro maior do país em quantidade de empreendimentos e leitos disponíveis.

Os equipamentos para eventos e negócios (centros de convenção, salas, auditórios, business center) configuram a capital federal como o terceiro destino com maior capacidade para atrair e gerar eventos, perdendo apenas para São Paulo e Rio de Janeiro no cenário nacional.[43]

O Distrito Federal conta com mais de 460 espaços para eventos entre auditórios, clubes sociais, salões de festa e salas de espetáculos. O parque hoteleiro conta com 60 hotéis localizados no Plano Piloto e cerca de 30 hotéis em outras regiões administrativas

[43] Dados informados pelo Presidente da Brasiliatur – Empresa Brasiliense de Turismo, Sr. César Gonçalves em palestra realizada no auditório da UPIS em 21 de fevereiro de 2008. A Brasiliatur foi criada pelo Governador José Roberto Arruda em abril de 2007 e tem por objetivos coordenar e gerenciar as ações de turismo do Governo do Distrito Federal e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

conveniados à ABIH – Associação Brasileira da Indústria Hoteleira que perfazem cerca de 9 mil apartamentos.

A rede hoteleira oficialmente credenciada à ABIH oferece 18.000 leitos nos hotéis do Plano Piloto e mais 5.000 nas outras regiões administrativas.

A taxa média de ocupação hoteleira segundo dados do BRASILIA CONVENTION BUREAU é de 2 a 3 dias por semana ocupando um total de 12.446 leitos[44] em média com picos de demanda em períodos específicos (segunda a quarta-feira).

O período de ocupação ainda é considerado pequeno em comparação a outros destinos turísticos brasileiros que apresentam períodos maiores de até 7 dias, porém, o que os dados revelam é que existe elevada rotatividade de hóspedes e períodos específicos de demanda (segunda a quarta-feira), o que coincide com os períodos de funcionamento da máquina pública, porém, as empresas do setor hoteleiro dispõem de ações de marketing como promoções para o público local e visitante com o objetivo de aumentar as taxas de ocupação e efetivamente lucrar no período de quinta-feira a domingo.

Há outra infinidade de equipamentos de hospedagem não oficialmente registrados na ABIH-DF. Pequenas pousadas e hotéis, campings, motéis, pensões que se encontram concentrados em áreas específicas do Plano Piloto como ao longo da avenida W3 sul e norte, em algumas quadras comerciais e residenciais locais (a exemplo das quadras 700 do Plano Piloto), nas áreas comerciais de diversas regiões administrativas (Núcleo Bandeirante, Taguatinga, Samambaia, Sobradinho).

[44] Dados informados através de http://www.brasiliaconvention.com.br/eventos_capacidade_hoteleira.htm em 24 de fevereiro de 2008 às 12h e 32 min.

7.3 A "Região Turística de Brasília"

A criação do Distrito Federal e a transferência da capital para Brasília ensejou uma nova dinâmica territorial na Região Centro-Oeste do Brasil. Desde o período anterior à construção da nova capital vários estudos tentaram esboçar os reais limites territoriais e área de influência de Brasília. Porém, esses estudos ainda não conseguiram desvendar todas as nuances dessa dinâmica territorial existente ao redor do Distrito Federal.

Steinberger (2003, p.294) em seu texto *O zoneamento ecológico-econômico como instrumento estratégico para o Distrito Federal* organizou cronologia sobre os estudos e políticas que propuseram denominações e delimitação distintas para o conjunto de municípios localizados em torno do Quadrilátero Cruls.

> É muito comum ouvirmos falar de região do Entorno. A expressão é carregada de um sentido negativo e equivocado, pois se refere geralmente aos municípios localizados na periferia do Distrito Federal que estão prontos para sugar o que aqui há de bom. Estigmas à parte, o fato é que, quando se fala do entorno, cada vez mais temos que perguntar: de que entorno está se falando? Existem pelo menos seis delimitações, cada uma com objetivos diferentes....As primeiras são da década de 1970: a Região Geoeconômica e a Região da AMAB. Todas as demais são da década de 1990, a começar pela utilizada no ZEE do entorno elaborada pelo IBGE/GO em 1994, seguida pelo Aglomerado Urbano de Brasília definido pelo NEUR-UnB/ IPEA em 1997, pela Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) em 1998 e, por último, da mesorregião de Águas Emendadas, proposta pela Secretaria de Políticas Regionais e encampada pelo Ministério da Integração Nacional em 2000. Steinberger (2003, p.294).

Além das seis delimitações citadas, podem ainda ser acrescidas mais quatro: a divisão regional oficial do Estado de Goiás criada pelo IBGE/GO (1996) e que delimita a microrregião do Entorno do Distrito Federal; o Eixo de Desenvolvimento Brasília – Goiânia instituído pelos governos de Goiás e do Distrito Federal (2004) e descrito no capítulo 2 deste trabalho; a criação de roteiros turísticos a partir do agrupamento de municípios denominado Roteiros do Brasil, parte integrante do Programa de Regionalização do Turismo proposto pelo Ministério do Turismo (2004) e a mais

recente proposta pelo IPEA denominada Área Metropolitana de Brasília (2007).Cabe destacar de maneira sucinta os objetivos de cada um desses estudos:

O crescimento acelerado e desordenado do Distrito Federal nos primeiros anos após a transferência da capital induziu o Governo do Distrito Federal a elaborar o estudo *Região Geoeconômica de Brasília* cujo objetivo era conter os fluxos migratórios para Brasília e redirecionar partes deles para a região circunvizinha. Em 1975 foi criado o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília - PERGEB, envolvendo 88 municípios. Nos anos 80 verificou-se a necessidade de revisar a composição dessa área de influência. A justificativa oficial era a de que a área delimitada era muito grande e que muitos dos municípios integrantes do programa não tinham influência direta do Distrito Federal. Em 1981, o IBGE definiu a Microrregião 12 do Estado de Goiás, denominada Entorno do Distrito Federal com 12 municípios inclusos.

Em 1989, os 12 prefeitos da microrregião do Entorno do Distrito Federal criaram a AMAB – Associação dos Municípios Adjacentes à Brasília, instituindo oficialmente região de mesmo nome que conta com 42 municípios e abrange 96.036 km2, 17 vezes a área territorial do Distrito Federal. A associação atua até os dias atuais, porém, outras denominações regionais foram criadas e suplantaram a Região da AMAB.

O ZEE - Zoneamento Ecológico Econômico foi concebido com instrumento de organização do território, a ser seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas, estabelecendo medidas de proteção ambiental, dos recursos hídricos e do solo e conservação da biodiversidade, além disso, o estudo preconizava o *desenvolvimento sustentável* e as melhorias das condições de vida da população do Entorno e do Distrito Federal. O ZEE atendeu o dispositivo legal da Lei Federal no 6.938 de 31 de agosto de 1981, que “dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação”.

O Decreto s/n de 28 de dezembro de 2001 institui a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional que por sua vez instituiu o Grupo de Trabalho Permanente denominado Consórcio ZEE-Brasil. O estudo foi desenvolvido por esse grupo em parceria com os governos locais (Goiás e Distrito Federal). O estudo contemplou dezesseis municípios: Abadiânia, Água Fria de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Vila Boa. Dentre os mapas e informações produzidos pelo ZEE destacam-se os seguintes mapeamentos: geoambiental, dinâmica da paisagem, qualidade ambiental, potencial dos recursos naturais e zonas para reordenamento.

Em 1998, foi instituída a RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, sancionada pela Lei Complementar no 4 de 19 de fevereiro de 1998, com o objetivo de promover atividades econômicas regionais e ampliar seus serviços públicos essenciais. Composta de 22 municípios, sendo 18 pertencentes ao Estado de Goiás e 2 ao de Minas Gerais, além do Distrito Federal. A justaposição de autonomias administrativas estaduais e distrital revelam a complexidade da proposição de políticas comuns ao conjunto dos municípios, porém, o que é fato constatado é que todos os municípios integrantes da RIDE são dependentes do Distrito Federal.

A dependência se expressa nas demandas relacionadas à assistência médica, geração de empregos, abastecimento, educação, segurança e até mesmo lazer, sendo que os municípios procuram no Distrito Federal aquilo que inexiste ou é pouco ofertado em suas localidades.

O estudo *Rede Urbana do Brasil* produzido pelo IPEA (1997) em parceria com o Núcleo de Estudos Urbanos Regionais da Universidade de Brasilia - UnB e IBGE

propôs a delimitação da região de influência e a instituição do Aglomerado Urbano de Brasília. A composição desse aglomerado contemplou em sua composição doze municípios contíguos ao limite territorial com o Distrito Federal, respectivamente: Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa, todos pertencentes ao Estado de Goiás. A justificativa para a inclusão desses municípios e que de fato há um grupo de indicadores caracterizando o processo de metropolização desses municípios com a mancha urbana do Distrito Federal.

A Secretaria de Assuntos Regionais do Ministério da Integração Nacional propôs a delimitação da chamada Mesorregião das Águas Emendadas (2000) que engloba 99 municípios sendo 23 no Estado de Minas Gerais e 76 em Goiás. A delimitação dessa mesorregião baseou-se em critérios físico-naturais e econômicos englobando áreas pertencentes a três importantes bacias hidrográficas: a do Tocantins-Araguaia, a do Prata e a do São Francisco identificando as potencialidades econômicas para a superação das desigualdades regionais existentes. Verificou-se que grande parte dos municípios integrantes da mesorregião encontram-se em situação de estagnação e pobreza. A identificação das potencialidades e a criação dos chamados "arranjos produtivos locais" visa à organização das comunidades envolvidas e a possibilidade de implantar políticas que visem o desenvolvimento local.

A Divisão Regional do Estado de Goiás foi proposta pelo IBGE/GO propõe a revisão da divisão anteriormente produzida na década de 80. É composta de cinco mesorregiões subdividas em 18 microrregiões. A mesorregião Norte de Goiás abarca as microrregiões da Chapada dos Veadeiros e Porangatu; a mesorregião Noroeste de Goiás é composta pelas microrregiões de Aragarças, Rio Vermelho, São Miguel do Araguaia;

a mesorregião Centro de Goiás é composta pelas microrregiões de Anápolis, Anicuns, Ceres, Goiânia e Iporá; a mesorregião do Sul Goiano é composta pelas microrregiões de Catalão, Meia Ponte, Pires do Rio, Quirinópolis, Sudoeste de Goiás e Vale do Rio dos Bois e a mesorregião do Leste de Goiás abarca duas microrregiões: a do Vão do Paraná e a do Entorno do Distrito Federal.

A microrregião do Entorno do Distrito Federal é composta por 20 municípios, na seguinte ordem: Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás, Vila Boa e Vila Propício.

A proposição do Eixo Brasília-Goiânia é desdobramento do estudo *Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento* desenvolvido pelo Consórcio Brasiliana e financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Esse estudo integrou o Programa Avança Brasil e fundamentou as ações do Plano Plurianual – PPA 2000/ 2003.

O Estudo dos Eixos teve por objetivo principal a identificação de oportunidades de investimentos públicos e privados e a proposição preliminar de projetos para atender essas oportunidades.

O objetivo estratégico da delimitação dos eixos e a proposição de projetos visa complementar a infra-estrutura econômica, principalmente a de transportes, energia e telecomunicações. Outros projetos complementares em informação e conhecimento, desenvolvimento social e meio ambiente deveriam ter em seu escopo a visão do desenvolvimento sustentável dos municípios integrantes desses eixos. O Eixo Brasília-Goiânia é composto de 65 municípios organizados no quadro 01 da tese.

O mais recente estudo regional sobre o processo de metropolização do Distrito Federal é a Área Metropolitana de Brasília (2007). Nesse trabalho adota-se a configuração territorial definida anteriormente na Aglomeração Urbana de Brasília (1997), porém, o estudo destaca especificidades sobre a dinâmica urbana de Brasília e Entorno. Classificam-se os municípios em dois grupos: os já conurbados à área urbana do Distrito Federal (08 municípios) e os que se encontram em processo de conurbação (04 municípios).

É feita a análise de indicadores socioeconômicos enfatizando a dependência anteriormente identificada em outros trabalhos. Outros aspectos apresentados por esse trabalho fazem referência a distribuição espacial da violência e a atuação de programas de assistência social na área metropolitana de Brasília.

Em paralelo a esses estudos e delimitações, os estudos regionais sobre o desenvolvimento do turismo são relativamente recentes. Em 1995, o PNMT sob coordenação da Embratur propôs desenvolver o turismo com base no município. O processo denominado de municipalização visava despertar a vocação para o turismo e criar condições para o pleno desenvolvimento do setor a partir da sensibilização e conscientização (sic) da população local. Para tanto, no ano de 2001, o programa através do formulário RINTUR classificou cerca de 2.025 municípios brasileiros.

Além de Brasília outros sete municípios da microrregião do Entorno do Distrito Federal foram avaliados e classificados. Na categoria de município turístico foram classificados: Corumbá de Goiás, Formosa, Luziânia e Pirenópolis e na de potencial turístico: Cocalzinho de Goiás, Cristalina e Planaltina de Goiás.

A inserção dos municípios nesse programa parte da de duas premissas: a primeira é a definição da importância estratégica para o desenvolvimento do turismo feita pelo governo estadual e a segunda o interesse do poder municipal em fazer parte

do programa. Nesse período (1995-2001) verifica-se o pouco interesse dos prefeitos em desenvolver o turismo em seus municípios. A microrregião do Entorno é composta por 19 municípios, apenas 07 buscaram se integrar diretamente ao PNMT.

A criação recente do MTur (2003) transformou o PNMT em outro programa de maior abrangência o Programa de Regionalização do Turismo que concebe o desenvolvimento do turismo a partir do enfoque regional em detrimento do municipal. A classificação do PNMT elaborada a partir do RINTUR ainda encontra-se em vigor carecendo de atualização, pois, a atividade turística cresceu muito nos últimos anos e a configuração espacial dessa dinâmica tem muitos aspectos a serem revelados.

A real compreensão do fenômeno turístico e as espacialidades e territorialidades dele geradas ainda carecem de fontes de dados para traçar um esboço mais fiel do processo. Pensar a região de desenvolvimento turístico de Brasília necessita em primeiro instante conhecer e reconhecer os recortes territoriais anteriormente esboçados sobre a região. A partir dessa descoberta pode-se pensar e formular alternativas e políticas para priorizar o turismo.

Considerando que a cultura da viagem e do tempo-livre encontra-se disseminada em grande parte da população do Distrito Federal, define-se Brasília como o ponto de partida para entender a sua região de desenvolvimento turístico. Os dados da Setur-DF sobre o embarque de passageiros revelam que as demandas de turistas são significativas no Distrito Federal (tabela 59).

Outro dado revelado pelo Ministério do Turismo é o de que Brasília encontra-se entre os 10 destinos brasileiros mais visitados por turistas brasileiros (1,2% do fluxo nacional).[45]

[45] Ministério do Esporte e Turismo (2002; e)

Steinberger e Silva (2007, p. 7) definiram quatro circuitos turísticos da "região turística de Brasília" a partir dos critérios de conhecimento prévio da demanda; identificação de atrativos turísticos relevantes nos municípios próximos do Distrito Federal tais como: patrimônio histórico, belezas naturais, festas folclóricas e ou religiosas, entre outros; utilização do traçado dos principais eixos rodoviários de saída de Brasília. Os circuitos turísticos definido no estudo de Steinberger e Silva (2007) são os seguintes:

a) Brasília →Cocalzinho de Goiás →Corumbá de Goiás →Pirenópolis: via Br-070, segmentos de ecoturismo, turismo rural, gastronômico, religioso e cultural.

b) Brasília →Luziânia →Cristalina: via Br-040, segmentos de ecoturismo, turismo rural e de compras.

c) Brasília →Planaltina de Goiás →Formosa →Alto Paraíso: via Br-010/ Br-020, segmentos de ecoturismo, turismo religioso, esportes, místico e de eventos.

d) Brasília → Unaí →Buritis: via Br-251, segmentos de ecoturismo, turismo rural e cultural.

A proposição de região turística e seus respectivos circuitos proposta por Steinberger e Silva (2007) contempla a diversidade de atrativos e segmentos turísticos, bem como as suas peculiaridades, demonstra que o turismo no Entorno se estabelece a partir de uma malha viária tendo Brasília como o centro de origem e os municípios as destinações.

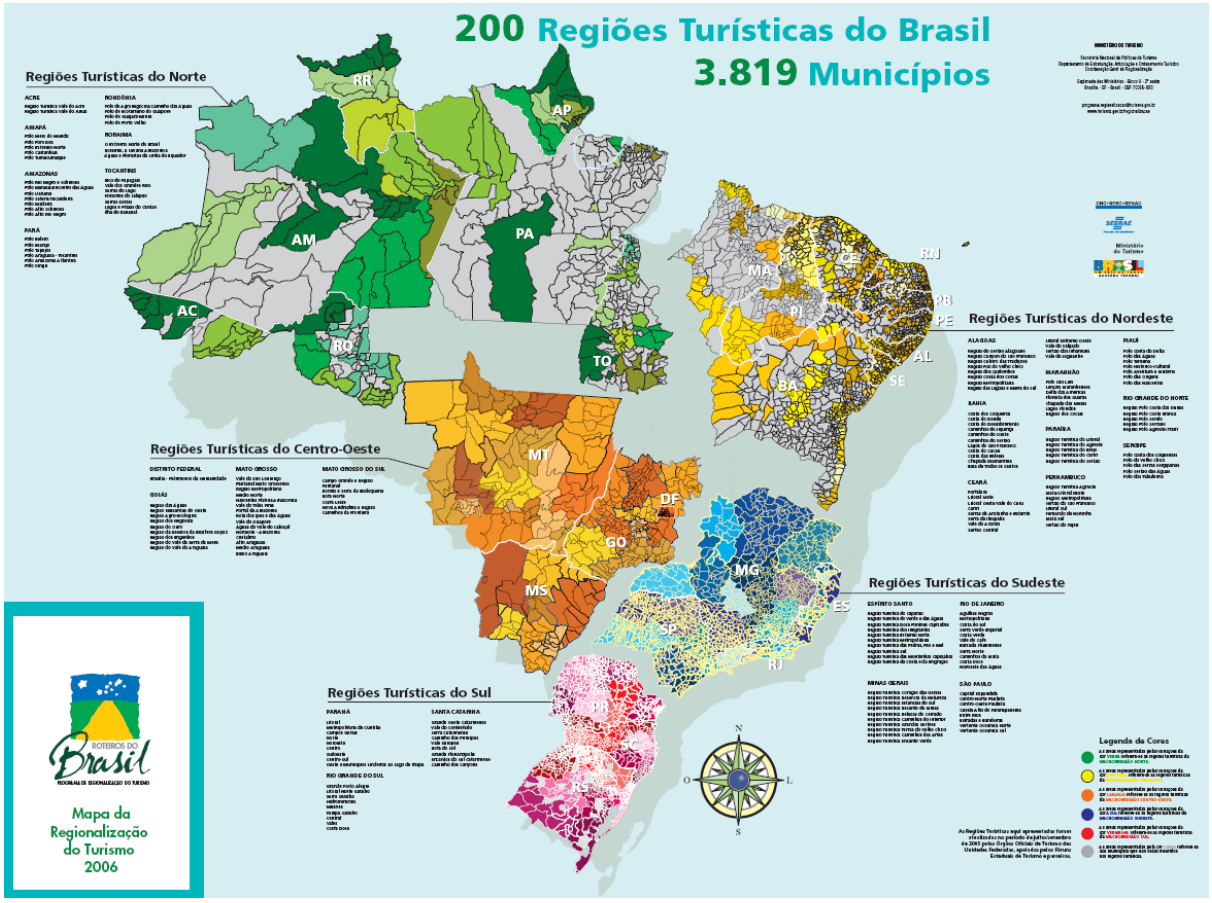
Porém, a pesquisa desconsiderou os municípios interligados pela BR-060, por exemplo: Alexânia e Abadiânia. Não temos subsídios para questionar a ausência desses municípios. Os capítulos 4 e 5 destacam que estes se encontram plenamente inseridos na dinâmica do desenvolvimento regional do turismo.

O Programa de Regionalização do MTur destaca outra proposta de "região turística" a partir da formatação de roteiros/ produtos turísticos direcionados aos mercados nacional e internacional (vide mapa 13)

A regionalização turística do Estado de Goiás propõe a existência de nove regiões: região agro-ecológica, região Vale do Araguaia, região Vale da Serra da Mesa, região Reserva da Biofesra Goyaz, região dos Engenhos, região das Águas, região Nascentes do Oeste, região dos Negócios e região do Ouro (vide mapa 14).

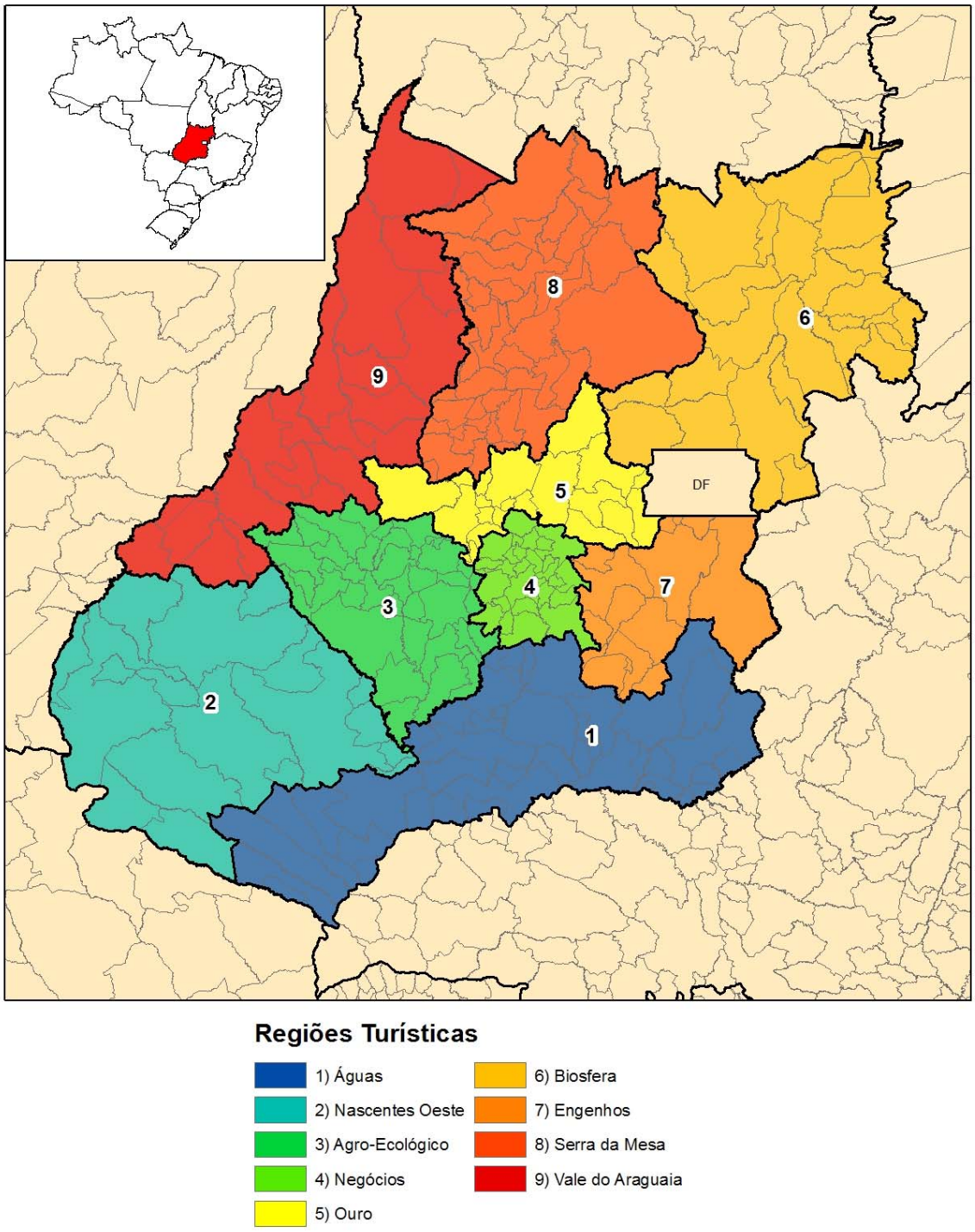
Cada região turística compreende vários municípios que tem contigüidade espacial, atrativos e segmentos turísticos que possibilitam a atração de fluxos turísticos. A rede rodoviária possibilita que o turista visite atrativos em diferentes municípios o que caracteriza a formatação de um roteiro turístico.

Mapa 13: 200 Regiões Turísticas do Brasil/ 3.819 municípios



Fonte: Ministério do Turismo, 2006 (d).

Mapa 14: Regiões Turísticas do Estado de Goías e Distrito Federal



Fonte: Ministério do Turismo, 2006 (d).

Tabela 59: Embarque e desembarque de passageiros no Distrito Federal (ano 2005)

MÊS	PASSAGEIROS EMBARCADOS					PASSAGEIROS DESEMBARCADOS				
	Aeroviário			Rodoviário	Total Geral	Aeroviário			Rodoviário	Total Geral
	Doméstico	Internacional	Subtotal			Doméstico	Internacional	Subtotal		
Janeiro	**170.259**	**1.289**	171.548	**125.446**	296.994	**315.455**	**2.825**	318.280	**154.592**	472.872
Fevereiro	**151.753**	**1.394**	153.147	**83.770**	236.917	**273.218**	**1.394**	274.612	**113.958**	388.570
Março	**194.324**	**1.322**	195.646	**75.554**	271.200	**298.084**	**891**	298.975	**85.311**	384.286
Abril	**191.964**	**1211**	193.175	**64.820**	257.995	**313.889**	**892**	314.781	**76.776**	391.557
Maio	**198.350**	**1.001**	199.351	**65.986**	265.337	**332.919**	**937**	333.856	**81.859**	415.715
Junho	**194.659**	**1.273**	195.932	**63.729**	259.661	**317.405**	**1.048**	318.453	**73.171**	391.624
Julho	**231.741**	**2.969**	234.710	**64.929**	299.639	**383.803**	**3.051**	386.854	**132.408**	519.262
Agosto	**202.026**	**1.059**	203.085	**65.009**	268.094	**341.604**	**1.730**	343.334	**67.414**	410.748
Setembro	**204.311**	**1.407**	205.718	**60.002**	265.720	**320.108**	**1.194**	321.302	**68.994**	390.296
Outubro	**211.977**	**1.393**	213.370	**59.879**	273.249	**345.435**	**1.282**	346.717	**75.009**	421.726
Novembro	**198.317**	**1.282**	199.599	**63.373**	262.972	**323.106**	**1.226**	324.332	**71.899**	396.231
Dezembro	**392.191**	**1.274**	393.465	**115.509**	508.974	**479.637**	**978**	480.615	**103.897**	584.512
TOTAL	2.541.872	16.874	2.558.746	908.006	3.466.752	4.044.663	17.448	4.062.111	1.105.288	5.167.399

Fonte: Secretaria de Turismo – Distrito Federal, 2006.
Dados fornecidos pela Setur-DF e organizados pelo autor.

O Estado de Goiás definiu três destinos turísticos para promoção internacional de acordo com a atual política do MTur, respectivamente: Pirenópolis, Alto Paraíso de Goiás e Caldas Novas.

No Distrito Federal, a regionalização turística depara-se com uma menor extensão territorial, porém, o que torna rica a proposta é o fato de se descobrir a diversidade de atrativos e segmentos existentes dentro da pequena extensão do Quadrilátero Cruls.

Existem três regiões turísticas no Distrito Federal que integram as diversas regiões administrativas que compõem essa unidade político administrativa, respectivamente: região da Grande Brasília, região da Integração Candanga e região do Distrito Federal Nativo.

Quando se analisam os programas de regionalização do turismo dos governos do Estado de Goiás e do Distrito Federal, além da própria delimitação da RIDE, anteriormente descrita, verifica-se que, por um lado, há pontos de divergência entre as delimitações territoriais e a classificação do RINTUR já superada pela inclusão de municípios ainda não classificados nos *Roteiros do Brasil.*

A análise dos quadros com os indicadores do turismo local nas regiões turísticas de Goiás permite a compreensão de que a atividade turística apresenta desigualdades no mosaico regional e ainda tem grande potencial de crescimento.

Nesse capítulo iremos analisar os indicadores das regiões turísticas aonde se encontram os sete municípios pesquisados. As demais regiões turísticas do Estado de Goías e do Distrito Federal serão analisadas no anexo 2 CD-ROOM.

A região turística do Ouro é formada por 19 municípios (vide quadro 07), grande parte deles integrantes do eixo Brasília - Goiânia. A proximidade geográfica das duas principais metrópoles da Região Centro-Oeste favorece a expansão da atividade turística nesse conjunto regional. Oito desses municípios integram a RIDE sendo que dois apresentam traços de contigüidade espacial com a mancha urbana do Distrito Federal, respectivamente Águas Lindas de Goiás (105.746 hab.) e Santo Antônio do Descoberto (51.897 hab.).

Esses dois municípios apresentam em sua configuração territorial as contradições inerentes ao processo de metropolização do Distrito Federal, anteriormente caracterizados nos capítulos 5 e 6 se identifica claramente os papéis de cidades-dormitório e bolsões de pobreza desempenhados por essas duas unidades. Santo Antônio do Descoberto é remanescente dos primórdios da ocupação da Região Centro-Oeste no Ciclo do Ouro (Século XVIII) e tenta resgatar esse passado enquanto possibilidade de desenvolver o segmento de turismo cultural.

Já Águas Lindas de Goiás apresenta indicadores socioeconômicos deficitários e precariedade em sua infra-estrutura urbana, esses elementos permitem afirmar que o desenvolvimento de qualquer produto turístico será de difícil desenvolvimento e ainda muito longe de se tornar fato concreto.

Com exceção dos dois municípios acima descritos o restante apresenta o típico perfil dos pequenos municípios do Centro-Oeste com a economia baseada no setor primário com destaque para a produção de grãos, a pecuária e avicultura além da extração mineral de ouro (Mineração Sertão na Cidade de Goiás), calcário e a quartzito micáceo (a Pedra de Pirenópolis).

Quadro 07: Região Turística do Ouro/ Estado de Goiás: indicadores do turismo local (2006).

MUNICÍPIOS	POP. *	POPULAÇÃO URBANA *	POPULAÇÃO RURAL *	MEIOS DE HOSPED. **	AGÊNC. DE TURISMO **	TRANSP. TURÍST.**	ORG. DE EVENTOS **	GUIAS DE TURISMO **	ATRATIVOS TURÍSTICOS ***
Abadiânia	11.452	7.206	4.246	3		3			Natural: Parque Estadual de Serra Dourada / Parque Estadual dos Pirineus / Cachoeira: Salto de Corumbá, Abade, Lázaro / Rios / Balneários: Santo Antônio, Sucuri / Gruta: Ecos, Vila Propício. Cultural: Patrimônio histórico / Museus / Igrejas / Casarios / Festa do Fogaréu / Festa do Divino / Cavalhadas / Folias / Esotérico / Religioso / Mosteiro Zen Budista / Centros espiritualistas / Semana Santa / Cavalhada. Ativ. Econômicas: Agricultura / Pecuária e avicultura / Extração mineral de ouro, calcário, pedra de Pirenópolis. Eventos: FICA / Canto da Primavera. Outros: Turismo de aventura: rappel, tirolesa, arvorismo, trilhas, off - road, bóia-cross, etc.
Águas Lindas de Goiás	105.746	105.583	163						
Alexânia	20.047	15.935	4.112	1		1			
Cidade de Goiás	27.120	19.801	7.319	1				1	
Cocalzinho de Goiás	14.626	6.000	8.626						
Corumbá de Goiás	9.679	5.597	4.082	6		1			
Heitoraí	3.445	2.289	1.156			1			
Itaberaí	27.879	21.249	6.630						
Itaguari	4.385	3.508	877			1			
Itaguaru	5.696	4.571	1.125						
Itauçu	8.277	6.157	2.120						
Jaraguá	33.284	24.673	8.611			4			
Jesúpolis	2.123	1.509	614			4			
Pirenópolis	21.245	12.475	8.770	9		2			
Santa Rosa de Goiás	3.548	2.297	1.251			2			
Santo Antônio do Descoberto	51.897	48.398	3.499			1			
São Francisco de Goiás	6.028	4.041	1.987			1			
Taquaral de Goiás	3.587	2.367	1.220						
Vila Propício	4.492	1.174	3.318						
TOTAL	364.556	294.830	69.726	20	0	21	0	1	

Fonte: Agetur-GO (2006), pesquisa de campo.

O município de Jaraguá conta também com pólo de confecções com cerca de 800 empresas que produzem mais de dois milhões de peças por mês. Grande parte da produção é voltada ao abastecimento dos mercados consumidores da Região Centro-Oeste.[46]

O que destaca essa região das outras é o fato de concentrar conjunto de cidades históricas remanescentes do período do Ciclo do Ouro e do Século XIX. O conjunto denominado "cidades históricas de Goiás" é formado pelas seguintes cidades: Cidade de Goiás (1727), Corumbá de Goiás (1730), Itaberaí (1868), Jaraguá (1882), Pirenópolis (1727) e São Francisco de Goiás (1740).

Esse conjunto de cidades começa a ser organizado com o claro objetivo de se criar no Centro-Oeste roteiro turístico semelhante ao já existentes em Minas Gerais, como os roteiros do Ouro, Diamante, Estrada Real, entre outros.

As cidades históricas dessa região apresentam especificidades e diferenças em relação às cidades históricas mineiras. Uma delas refere-se à quantidade de bens históricos tombados em número maior nas cidades mineiras do que nas goianas e a falta de conhecimento dos aspectos históricos específicos do roteiro.

Dentre os recursos possíveis de exploração turística, a região do Ouro contém seis cidades históricas, sendo que nem todas elas têm os seus centros históricos tombados pelo IPHAN e a Cidade de Goiás contempla a lista de 18 bens patrimoniais inscritos na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO.

O centro histórico da Cidade de Goiás foi tombado pelo IPHAN em 1978 e inscrito na lista do Patrimônio Mundial em 2001. Além deste centro histórico encontramos na lista oficial dos centros históricos tombados no Brasil apenas Pirenópolis tombada em 1990 e o monumento histórico, a Igreja de Nossa Senhora do

[46] http://www.sebraego.com.br/site/site.do?idArtigo=1581 em 11 de março de 2008 às 15hs e 53 min.

Rosário em Jaraguá tombada em 1985, de acordo com o Arquivo Noronha Santos desse órgão federal.[47]

O rico patrimônio histórico das cidades da região do Ouro se expressa nos museus, igrejas, casarios coloniais e nas festas e manifestações religiosas como a Procissão do Fogaréu, a Festa do Divino, as Cavalhadas, Semana Santa e as Folias de Reis e do Divino. Todo esse patrimônio cultural é herança dos primórdios da colonização da região e da forte presença do catolicismo enquanto religião predominante no Brasil.

Porém, o uso turístico desse rico patrimônio ainda necessita de ações mais efetivas no sentido de sua preservação, uso turístico, levantamento de dados entre outras necessidades, tais como: sinalização e interpretação turística dos bens culturais, formação de restauradores e guias turísticos especializados em turismo cultural, organização do acervo dos museus já existentes bem como a criação de novos, respeito às normas do tombamento e sensibilização das comunidades locais para a preservação e tombamento de seus bens culturais materiais e imateriais.

Nenhuma festa ou manifestação religiosa da região foi inscrita no livro de Tombo do IPHAN enquanto patrimônio imaterial. Nem mesmo a rica gastronomia goiana teve algum de seus pratos elevado a essa categoria, fato esse que já ocorre em outros Estados brasileiros como a Muqueca Capixaba no Espírito Santo, o queijo de Minas em Minas Gerais e o Acarajé na Bahia.

O tombamento de centros históricos, conjuntos urbanos e monumentos pelo IPHAN é um importante instrumento para o desenvolvimento do turismo cultural. Sem regras claras para a preservação desses bens, o turismo pode vir a ser um elemento destruidor ou descaracterização dos mesmos. Nada pior que o turismo de massa e os

[47] http://www2.iphan.gov.br/ans/inicial.htm em 11 de março de 2008 às 16 hs e 07 min.

efeitos nocivos da especulação imobiliária e da falta de infra-estrutura em localidades que não possuem instrumentos para organizar e desenvolver o turismo.

A existência de bens na lista do Patrimônio da Humanidade é outro elemento ainda pouco explorado na realidade do turismo brasileiro. A EMBRATUR e o MTur tem feito vários esforços no sentido de divulgar essas destinações no Brasil e exterior, porém, as dificuldades locais e a falta de interesse de parte das comunidades locais ainda são elementos que dificultam a atração de turistas nacionais e estrangeiros.

O Estado de Minas Gerais consegue a duras penas desenvolver o Roteiro Turístico da Estrada Real e posicioná-lo no mercado internacional de turismo. A existência de potencialidade não é o único elemento a ser considerado na promoção de destinos turísticos, além disso a infra-estrutura de transportes, meios de hospedagem e alimentação, a comunidade local aberta ao turista e a vontade política local de desenvolver a atividade turística são elementos que contribuem para a inserção da destinação no mercado nacional e internacional.

O plano de promoção dos destinos turísticos brasileiros prevê a divulgação de três destinações de cada unidade da federação no exterior. O Estado de Goiás promove três destinos locais: Alto Paraíso de Goiás, Caldas Novas e Pirenópolis, sendo este último o principal município turístico da região do Ouro e o segundo em importância no contexto regional.

O capítulo 4 detalhou os principais aspectos relacionados ao turismo em Pirenópolis no que refere à infra-estrutura e atrativos. Porém, verifica-se a inconsistência com os dados oficiais da Agetur/ GO detalhados no quadro. Constam apenas nove empreendimentos de hospedagem oficialmente registrados no órgão de turismo estadual quando a pesquisa de campo feita no ano de 2006 revelou a existência

de noventa pousadas e cerca de cem residências para aluguel na localidade. Mais uma vez comprova-se a forte "informalidade da atividade turística" no turismo em Goiás.

A situação de informalidade e discrepância com os dados oficiais da Agetur/GO se repete em outros municípios vizinhos. Corumbá de Goiás apresenta apenas seis empreendimentos oficialmente registrados, enquanto a pesquisa de campo na localidade aponta a existência de vinte e dois empreendimentos.

Cocalzinho de Goiás não apresenta no quadro nenhum meio de hospedagem oficialmente registrado enquanto na pesquisa de campo constatou-se a existência de treze empreendimentos. O mesmo fato repete-se em Abadiânia, Águas Lindas de Goiás e Santo Antônio do Descoberto.

Os outros indicadores de empresas habilitadas para o transporte turístico e guias de turismo credenciados também seguem a mesma perspectiva. A inconsistência e falta de dados por parte do poder público proporciona análises e imagens deturpadas das regiões turísticas, não se conhecendo a essência do processo de desenvolvimento do turismo.

A escolha de destinações para promoção de políticas públicas é carregada de critérios subjetivos e sem referencial de apoio. E os outros municípios? Ficaram à margem dessas políticas? Se não há conhecimento das reais potencialidades e nem articulação das comunidades locais o quadro não irá se alterar ou então ficará se esperando o desenvolvimento espontâneo de fluxos turísticos em algum outro município.

A região turística do Ouro apresenta a maior diversidade de atrativos dentre as demais do Estado de Goiás. A Agetur/GO destaca dois aspectos distintos em relação aos atrativos turísticos, o primeiro as belezas naturais e em segundo a riqueza histórica e

cultural dos municípios. A região conta com dois parques estaduais (Serra Dourada e Pireneus) que garantem a qualidade ambiental para o uso de rios, cachoeiras e matas.

O Salto Corumbá e as cachoeiras do Abade e Lázaro são atrativos importantes na oferta do produto turístico dos municípios de Corumbá de Goiás e Pirenópolis. Os balneários Santo Antônio e Sucuri localizados no município da Cidade de Goiás são alternativa para atrair a localidade o público que procura rios e cachoeiras como alternativa de lazer.

Outro equivoco que demonstra as dificuldades provocadas pelo desconhecimento é a inserção da Gruta dos Ecos como atrativo turístico com o objetivo de atrair público.

A gruta poderá no futuro se tornar em atrativo importante para o turismo em Cocalzinho de Goiás, mas ao que consta no levantamento da pesquisa de campo não há menor infra-estrutura para se organizar visitação ao local.

Falta sinalização, falta mapeamento da gruta, não há autorização do IBAMA para o uso turístico da gruta e os dados da Agetur/GO indicam a gruta no município de Vila Propício enquanto a mesmo localiza-se na zona rural de Cocalzinho de Goiás próxima ao Distrito de Girassol e ao município de Águas Lindas de Goiás.

A gruta com 1.380 metros de extensão foi bastante degradada pela ação de vândalos que necessariamente não se pode afirmar que sejam turistas, pois, não há comercialização desse produto em nenhuma agência, pousada ou guia local.

A estruturação do turismo na localidade pode contribuir para a preservação da mesma. A capacitação de guias especializados, mapeamento, pagamentos de taxas de visitação, sinalização, estudo de capacidade de carga são ações relativamente baratas e que possibilitam que o atrativo seja visitado e conhecido. A simples proibição no papel

não impede a descaracterização desse bem de fato. O IBAMA através da portaria no 14 de 23 de fevereiro de 2001 proibiu o uso turístico dessa caverna.

Os segmentos de turismo de aventura e ecoturismo configuram-se como possibilidades concretas de uso turístico para os municípios da região do Ouro. Os municípios da Serra dos Pireneus como já destacado anteriormente no capítulo 3 e 4 apresentam diversos atrativos turísticos relacionados a esses segmentos, como cachoeiras, áreas de mata ciliar, rios, morros e serras.

A Agetur/ GO destaca as seguintes atividades de turismo de aventura exploradas na região: rappel, tirolesa, arvorismo, trilhas, off-road, bóia-cross além do turismo de eventos aonde são identificados dois importantes eventos o Festival Internacional de Cinema Ambiental - FICA em sua 10ª edição prevista para o mês de junho de 2008 e o Festival Canto da Primavera em sua 8ª edição prevista para setembro de 2008 e Jaraguá Expofashion em sua 8ª edição no ano de 2008.

Ambos os festivais são alternativas locais para inserir as cidades aonde eles são realizados nos roteiros nacionais e internacionais de eventos. O FICA tem abrangência internacional enquanto que o Canto da Primavera é de abrangência regional, porém, com atrações regionais e nacionais.

A periodicidade de vários anos desses eventos é indicador das potencialidades para esse tipo de produto nas cidades da região. Ambos festivais são divulgados em jornais, revistas e telejornais de abrangência nacional e internacional, como o Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão que alcança todo o território nacional e chega a mais de 50 países em diferentes regiões do mundo.

Com a modernização das atividades econômicas e o rompimento do isolamento regional, novos fluxos e relações se estabelecem nesse espaço. A construção de Brasília e a abertura dessa região para outras regiões do país e do mundo levou a emergência de

movimentos religiosos alternativos como a Cidade Eclética em Santo Antônio do Descoberto, a Casa Espírita Dom Ignácio em Abadiânia e a recente informação da construção do Mosteiro Budista Zen Eisho-Ji na propriedade rural denominada Várzea do Lobo em Pirenópolis.[48]

A construção do mosteiro budista não é o único empreendimento que interliga o município de Pirenópolis (local) ao global. O grupo espanhol Promobarna já investe em estudos para subsidiar o licenciamento e implantação de mega resort no município, segundo informações da imprensa local.

> O grupo espanhol Promobarna apresentou ontem ao governador Alcides Rodrigues o Projeto Interpirineus, que, se implantado, será o maior investimento privado da história de Goiás, chegando a US$ 2,5 bilhões – cerca de R$ 4,5 bilhões. O grupo planeja construir um complexo turistico-imobiliário a 17 quilômetros da cidade de Pirenópolis, com três hotéis, condomínio de apartamentos e de lotes residenciais, centros esportivos, centro eqüestre e centro comercial.[49]

A proximidade com Brasília e seu aeroporto internacional e a expansão do turismo em escala global conectam a região do Ouro a dinâmica global. As transformações territoriais ainda se encontram em fase inicial e novos usos e possibilidades irão surgir nesse processo.

7.4 A região turística do Eixo Brasília-Goiânia: percepções do desenvolvimento do turismo

A superposição de propostas de regionalização e de ações por parte do poder público indica a falta de comunicação e convergência das diversas políticas e programas dos governos estaduais, distrital e federal. Essa superposição acaba por gerar diversas terminologias e dificuldades de interpretação desses termos. É comum ainda ouvir o termo "cidade-satélite" algo superado e retirado da nomenclatura oficial desde 1995.

---

[48] Informação fornecida pelo Secretário de Turismo de Pirenópolis, Sr. Beto Rêgo em fevereiro de 2008.
[49] http://bheto.blogspot.com/ em 05 de março de 2008 às 11h e 29 min.

As prefeituras também acabam por sofrer o desconhecimento de todas essas propostas e ações. A falta de integração entre as instâncias do poder público, a iniciativa privada e os órgãos de turismo acabam por gerar a cada momento novas propostas de regionalização e ações desconectadas. O desenvolvimento regional do turismo dos municípios do eixo deve estar integrado ao desenvolvimento do pólo emissor. Ações integradas e investimentos em infra-estrutura, na melhoria das condições de acessibilidade aos atrativos e destinos turísticos, na recuperação e preservação do rico patrimônio cultural e natural, na melhoria dos equipamentos urbanos e na capacitação de recursos humanos são possibilidades a serem contempladas.

Deve-se destacar que o desenvolvimento do turismo no eixo Brasília-Goiânia deu-se em primeiro momento por fluxos espontâneos de turistas vindos de Brasília em busca de lazer e descanso nos municípios. A atividade turística surgiu de forma espontânea e foi pouco a pouco sendo estruturada. Na maioria dos municípios as primeiras tentativas de organizar a atividade podem ser consideradas até amadoras e mesmo na atualidade ainda verifica-se a falta de profissionais especializados ou com formação profissional em turismo e áreas correlatas.

As iniciativas de políticas públicas devem levar em conta as especificidades da formação territorial da região requerendo ações conjuntas entre projetos e as diretrizes nacionais e regionais de desenvolvimento do turismo. Como afirmam Steinberger e Silva (2007, p. 11):

> Uma união entre Brasília, considerada Patrimônio da Humanidade, uma cidade moderna, totalmente construída e sede do Governo Federal, e os 16 municípios citados com suas histórias de colonização que remontam ao século XVIII, recursos naturais reconhecidos, gastronomia variada, religiosidade e misticismo, será um elo entre o passado e o presente, o moderno e o tradicional, a arquitetura dos homens e a arquitetura da natureza. Um resgate da nossa história.

Apesar de contarem com poucas ações em conjunto, os municípios goianos e o Distrito Federal tem visões individualizadas do turismo. Alguns municípios já conseguiram certo êxito na disputa por mercados e fluxos turísticos, outros seguem o mesmo caminho, mas nem todos alcançam o mesmo nível de desenvolvimento.

O turismo no eixo contou nas suas origens com investimentos de empresários locais em sua grande maioria com pequenos investimentos e sem formação específica no ramo, porém, a evolução do turismo levou ao surgimento de cursos superiores e técnicos bem como o aumento da concorrência a partir da profissionalização do setor. A entrada de redes internacionais no setor de hotelaria e de entretenimento bem como o aumento dos fluxos (turistas estrangeiros) tende a mudar a estrutura econômica e a configuração territorial do turismo na região.

Apesar de não haver indicadores precisos sobre a participação do turismo na composição do emprego e renda no Distrito Federal e nos municípios do Entorno, pois a renda gerada pelo turismo encontra-se diluída em vários setores da economia, pode-se ratificar a sua importância, pois segundo o SEBRAE-DF (2005, p.64) "cada ação de turismo movimenta 52 segmentos diferentes da cadeia produtiva, sendo que os eventos, são os que geram mais emprego, mais renda, mais arrecadação, além de serem a porta de entrada do turista em Brasília."

A divulgação de Brasília, Goiânia e de alguns dos municípios do Entorno leva ao aumento dos fluxos em escala nacional e internacional. A política atual de turismo apoiada na criação das "regiões turísticas" é um dos elementos importantes nessa divulgação, já que divulga roteiros e regiões tanto nos pólos emissores nacionais (São Paulo e demais estados do Sudeste e Sul) e internacionais (Estados Unidos, Portugal, Espanha, França, Alemanha, Japão e países do Mercosul).

As sucessivas administrações do Governo do Distrito Federal e Goías, independente da ideologia omitiram a divulgação do eixo nos mercados nacional e internacional, por falta de visão e sensibilidade para com o turismo. Brasília tem localização privilegiada, num ponto eqüidistante entre todas as capitais do Brasil e acessível como porta de entrada internacional. Possui aeroporto internacional de alto nível, capaz de absorver movimento grande de vôos e passageiros. A cidade era vista como local transitório, de passagem ou apenas sede do poder político nacional.

O turismo no Eixo Brasília-Goiânia acontecerá de uma maneira ou de outra, desordenado ou planejado, conseqüência de tendências internacionais e nacionais e de vocação natural pela importância de sua concepção urbanística e arquitetônica para o Século XX, pela qualidade de vida e de sua infra-estrutura econômica, pela sua localização geográfica e condição de Capital Federal. O desenvolvimento do turismo em escala local e regional se expressa no posicionamento do setor entre as principais atividades econômicas, integrando os municípios em rede com ramificações nacionais e internacionais.

Os atrativos turísticos, base material e imaterial para a atração de visitantes são apropriados e utilizados pela atividade. Novos territórios e formas de ocupação se manifestam no espaço geográfico e a Geografia busca compreender essas manifestações. A tecnificação da atividade e a expansão dos fluxos e da importância econômica justificam a transformação de Brasília e de alguns dos municípios do Entorno em destinos/ territórios turísticos que compõem o cenário da capital do Brasil como centro urbano inserido numa região de grandes atrações e potencialidades.

CAPÍTULO 8

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao início do trabalho defendemos a tese de que existe uma atividade turística que ordena o espaço no Eixo Brasília-Goiânia. As cidades pontas da rede urbana regional exercem forte influência sobre os municípios mais próximos, sendo o turismo uma das diversas manifestações dessa dinâmica territorial. Na medida em que a "cultura do viajar" se instala nos centros urbanos metropolitanos criam-se demandas direcionadas a atender essa "necessidade de utilização do tempo livre" com atividades de turismo e lazer. Portanto, os municípios próximos passam a receber investimentos públicos e privados para oferecer infra-estrutura e atrativos aos mercados em expansão. O turismo cria estruturas para sua consolidação de acordo com as especificidades locais (questões políticas, atrativos, empreendedores) denotando assim uma hierarquia com diferentes níveis de desenvolvimento da atividade.

A partir da metodologia de pesquisa elaborada e aplicada utilizando-se como base o formulário RINTUR do Ministério do Turismo pode-se verificar no local que a hipótese de que o turismo ordena o espaço dos municípios do eixo comprovou-se verdadeira. Em todos os municípios pesquisados verificaram-se diferentes formas e usos turísticos das potencialidades locais.

Outro elemento que se mostrou significativo na aplicação e aferição dos dados da pesquisa foi que a expansão do turismo nos municípios deu-se a partir de fluxos espontâneos advindos da Capital Federal, principal núcleo metropolitano da Região Centro-Oeste.

A criação de infra-estrutura e formatação de atrativos turísticos, bem como investimentos públicos e privados também foi comprovada na aplicação da metodologia

de pesquisa. Portanto, os municípios do eixo conformam o que foi chamado no último capítulo da tese da "região turística de Brasília".

A região turística de Brasília por sua vez engloba diferentes destinações ao redor do Distrito Federal em um raio de cerca de 200 km de distância. A pesquisa evidenciou aspectos de um conjunto de destinações ao longo do eixo Brasília – Goiânia, porém, no último capítulo fez-se cotejamento com outras destinações.

Barreira e Teixeira (2004, p.100) destacam que a microrregião do Entorno do Distrito Federal dispõe de "rico potencial de recursos naturais, patrimônio histórico, artístico e cultural para exploração turística" e que "a construção de Brasília define um novo momento para os municípios que compõe o seu entorno. Estes municípios passam por um processo de crescimento populacional, aliado obviamente, a um relativo dinamismo em suas atividades econômicas, redundando em alterações substanciais na estrutura especial da microrregião do entorno."

Barreira e Teixeira (2004, p. 96 e 97) destacam que o "crescimento não se traduz numa (re)estruturação equilibrada do território usado, pelo contrário, está acarretando profundos problemas sociais tais como: violência, pobreza, má distribuição de renda, desemprego, segregação socioespacial, entre outros".

Os resultados da pesquisa comprovam a questão acima levantada. Na proposta de hierarquização que norteou o desenvolvimento da tese os sete municípios pesquisados foram agrupados em três conjuntos: os municípios turísticos, os municípios em consolidação do turismo e os municípios potenciais.

Os critérios adotados para o agrupamento dos municípios nessas categorias e a descrição do quadro local do turismo e inserção regional feita nos capítulos 4, 5 e 6 comprovam a fragmentação do espaço regional em diferentes territorialidades que atendem a diferentes fins e agentes. A proposição de hierarquização agrupou municípios

com características comuns compreendendo de que o turismo não ocorre de forma isolada de um contexto regional e nem se manifesta da mesma forma em todos os municípios.

A forte influência de Brasília e moderada de Goiânia sobre os municípios pesquisados não se manifesta apenas no turismo e atividades econômicas, mas nos setores de saúde e educação, denotando uma formação sócio-espacial caracterizada pela desigualdade e dependência.

O surgimento do turismo na região pesquisada dá-se em paralelo à implantação da nova capital. Toda uma estrutura econômica foi desenvolvida a partir dos anos 1960 para atender as demandas do turismo: hospedagem, gastronomia, comércio, atrativos entre outras. Essa dinâmica territorial só pode ser estabelecida de forma efetiva a partir da construção de duas grandes rodovias federais que interligam as duas cabeças da rede regional, as rodovias BR-060 e 070.

A implantação das rodovias induziu a um primeiro processo de reorganização do espaço regional, desarticulando os antigos núcleos municipais de Posse da Abadia e Olhos D`Água distantes da BR-060 e rearticulando novos núcleos urbanos a partir da criação de Abadiânia e Alexânia. O próprio nome e sede dos municípios foram modificados para atender a essa nova reorganização.

A economia local desses municípios foi reestruturada para atender as demandas geradas por Brasília e Goiânia. A conversão da pequena produção rural para suprimento das demandas urbanas e expansão dos setores secundário e terciário visa principalmente atender ao mercado do Distrito Federal.

O levantamento das informações do RINTUR indicou que todos os municípios possuem algum tipo de infra-estrutura relacionada ao turismo, alguns apresentam indicadores mais fortes enquanto outros a atividade ainda é pouco expressiva.

Em todos os municípios foram identificados atrativos potenciais e explorados, o que caracteriza o uso do território para as práticas de turismo e lazer. Diversos usos foram identificados através de suas respectivas formas: hotéis, pousadas, restaurantes, clubes, lojas de artesanato, empreendimentos de turismo rural e de aventura, eventos e empresas.

A existência de aparatos políticos (secretarias) nas prefeituras bem como a existência de associações de guias, empresários e artesãos denota a importância da atividade na realidade regional. Em todas as entrevistas feitas ficou latente que o poder público e o trade turístico acreditam no setor como indutor de desenvolvimento regional.

Foi identificado fluxo de veículos de cerca de 13 mil veículos diário e 17 mil aos finais de semana e feriados prolongados. A Prefeitura Municipal de Alexânia desenvolveu pesquisa para medir o fluxo de veículos que atravessam a sede municipal através da BR-060 utilizando-se de radar móvel para ter a sua exata dimensão. As prefeituras locais e a iniciativa privada criam estratégias para se aproveitar desse fluxo.

Ao longo da BR-060 e em menor quantidade na BR-070 é expressivo a quantidade de empreendimentos (postos de gasolina, restaurantes, venda de artesanato, vendedores, feiras e barracas) para a venda de produtos locais pelos turistas. A pequena produção agrícola e parte das atividades industriais estão direcionadas ao suprimento da demanda gerada pela criação de corredor turístico de translado e estada (Teoria do Espaço Turístico, Bóullon, 2002) e pelas práticas do turismo.

Dentro da proposta de hierarquização que embasa a tese, o município de Pirenópolis apresenta a atividade turística mais estruturada e organizada com existência de diversas associações, órgãos de fomento e empreendimentos. A importância do turismo para essa localidade começa a configurar expansão para os municípios vizinhos

através da criação do Roteiro da "Serra dos Pireneus" e da "Estrada Real do Planalto Central". Esses projetos representam real possibilidade de desenvolvimento da região com a criação de novos empreendimentos e de investimentos em infra-estrutura.

O turismo no eixo Brasília–Goiânia tem na origem fluxos locais e regionais, porém, verificou-se a existência de políticas para atrair fluxos e investimentos internacionais. A criação do aeroporto de Pirenópolis, a duplicação da BR-060, a modernização da GO-338, a definição do Roteiro do Ouro como produto internacional, as campanhas de marketing promocional, os investimentos do grupo espanhol Promobarna e a instalação de comunidades esotéricas e místicas são alguns dos elementos que permitem defender a idéia de que a região já apresenta tendências fortes e concretas no sentido da ampliação de seu mercado.

A duplicação da BR-060 e a modernização da GO-338 permitiram ampliar o fluxo de visitantes em escala local e regional. A criação do lago de Corumbá IV é outro elemento importante no processo de (re)produção do espaço regional e criação de novos territórios. A obra contempla em seu plano diretor a ocupação turística de parte de suas margens, o processo de ampliação de condomínios rurais de segunda moradia e lazer já é perceptível antes mesmo do pleno enchimento do lago e irá se potencializar nos próximos anos.

O levantamento de informações permitiu compreender que a região em estudo passou por diferentes processos e usos do território, o primeiro período compreendido pelas primeiras ocupações humanas remontam a períodos de cerca de 10.000 anos atrás (Bertran, 2000). O segundo período compreende o Ciclo do Ouro nos Séculos XVII e XVIII sendo caracterizado pelas entradas e bandeiras e pela constituição de rede urbana fortemente relacionada à mineração: Santa Luzia (atual Luziânia), Arraial dos Couros (Formosa), Meia Ponte (atual Pirenópolis) e Santo Antônio do Descoberto. O

esgotamento da mineração levou ao esvaziamento populacional e ao isolamento da região até a primeira metade do Século XX.

A terceira fase compreende a inserção do Centro-Oeste à dinâmica regional comandada pela região Sudeste e a modernização produtiva de seus espaços rurais. A criação de Brasília e Goiânia são eventos característicos desse período. O momento atual é caracterizado pelo processo de metropolização dessas cidades e a configuração de uma rede urbana composta de dois núcleos metropolitanos com diferentes escalas: Brasília (Nacional) e Goiânia (Regional) entremeados por diversos municípios havendo duas cidades médias: Anápolis e Luziânia e inúmeras pequenas cidades.

O turismo surge enquanto evento a partir da construção de Brasília. Os primeiros registros de viagens com fins turísticos foram feitos no período da construção da nova capital. Relatos de jornais da época registram a presença de jornalistas, empresários, estrangeiros e brasileiros das mais diferentes regiões que vem à Capital Federal em construção conhecer as obras e monumentos.

Após a inauguração de Brasília e principalmente com a consolidação da nova capital (anos 70), o turismo se consolida no Distrito Federal. A construção do novo aeroporto em 1972, a integração rodoviária, a transferência de órgãos públicos, a construção de hotéis, restaurantes, centros de convenção são elementos que justificam a expansão dos segmentos de turismo de negócios, eventos e cultural.

A transferência de funcionários públicos vindos da antiga capital, Rio de Janeiro e que já estavam habituados a viagens e práticas de lazer trouxeram ao Planalto Central novas demandas. A carência de locais para lazer e uso do tempo livre levou aos novos moradores do Distrito Federal a procurarem formas alternativas para a prática do turismo. Nos anos 70, as redes de transporte aéreo e rodoviário ainda não eram tão

eficientes. As grandes distâncias e os custos elevados de viagem faziam do turismo enquanto produto e prática de uso do território uma atividade ainda muito limitada.

A construção das rodovias BR-060 e BR-070, a modernização do sistema de transporte aéreo e o crescimento demográfico romperam o isolamento secular de diversos municípios goianos. A descoberta de atrativos culturais e naturais representados pela riqueza da cultura goiana, dos centros históricos coloniais ainda não alterados pela modernidade, pela existência de nascentes de importantes bacias hidrográficas (Tocantins-Araguaia, São Francisco e Paraná) e inúmeros rios encachoeirados e propícios ao banho e contemplação levou ao surgimento dos primeiros fluxos turísticos tendo como origem o Distrito Federal e destino as cidades goianas do entorno.

Em um raio de cerca de 200 km do Distrito Federal surgem vários destinos turísticos com diferentes segmentos. Alto Paraíso de Goiás e o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, Paracatu em Minas Gerais, Pirenópolis, Caldas Novas e Formosa. Essas destinações não tinham estrutura para receber esses fluxos e nem o turismo nesse período era compreendido como alternativa de desenvolvimento regional. O primeiro documento que denota o turismo enquanto política de desenvolvimento de cidades e regiões é a Carta de Quito (1968) elaborada pela Conferência das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

Conforme destaca Miragaya (2003), os sistemas urbanos de Brasília e Goiânia apesar de tão próximos se desenvolveram com papéis e regiões de influência distintas. Com o maior grau de inserção do Centro-Oeste à dinâmica regional brasileira, a expansão das atividades do agronegócio e a modernização das redes de transportes houve uma aproximação e integração dos dois sistemas urbanos. Com a duplicação da BR-060, inicia-se processo de redefinição do papel desempenhado pelas pequenas

cidades ao longo do eixo. Nesse processo o turismo enquanto atividade econômica assume papel significativo no desenvolvimento regional.

Desde a criação do Clube Nova Flórida em Alexânia (1960) até a atualidade, o turismo criou fluxos pendulares entre os municípios e as capitais, projetou o espaço regional no cenário internacional, gerou demandas para a proposição de políticas públicas, gerou impactos positivos e negativos. O turismo é um "novo uso" do território nos municípios do eixo. O conceito de território encontra-se fundamentado na idéia de poder. Em um determinado espaço, podem-se formar territórios na medida em que indivíduos, grupos, empresas e governos estipulam formas particulares de uso por meio da força cultural, militar ou política, ou ainda pela imposição econômica.

O turismo tem-se configurado como atividade econômica, prática social, modelo de desenvolvimento e, por assim dizer, em política pública e estratégia de mercado que se apropria, produz e reproduz espaços, caracterizando a formação de territórios nos quais o "poder" do turismo se manifesta a partir dos diversos usos e formas.

Uma das formas de compreender a formação e estruturação dos territórios turísticos na atualidade é através de sua segmentação, ou seja, a prática da segmentação do mercado possibilita o conhecimento dos principais destinos e modais de transporte utilizados, da composição demográfica dos turistas, como: faixa etária, nível econômico, posição social, gênero, entre outros dados.

O planejamento do turismo em nível nacional busca organizar as diferentes regiões que compõem o Brasil na disputa pelo mercado nacional e internacional de turismo. A proposta da regionalização do turismo através da criação de roteiros/ regiões turísticas e do inventário da oferta turística são ações que tem entre outros objetivos: "obter informações de qualidade e confiança para o planejamento; para o desenvolvimento adequado das potencialidades turísticas de uma região; para a

otimização de recursos públicos, evitando a sobreposição de ações, a fim de conhecer características e a dimensão da oferta e assim, tomar iniciativas necessárias para o desenvolvimento do turismo." (Ministério do Turismo, 2006 (a), p.12)

O inventário da oferta turística, em síntese, é levantamento detalhado do patrimônio turístico e seu estágio de desenvolvimento. A aplicação dessa metodologia nos municípios do eixo permitiu chegar a algumas conclusões: as prefeituras locais e os órgãos de turismo não tem a real dimensão das potencialidades existentes nos municípios; os dados oficialmente registrados divergem da realidade; forte presença de informalidade; falta de metodologia para análise do fluxo de visitantes e participação na composição da receita gerada pelo turismo; a falta de comunicação entre políticas públicas e comunidade local; a precariedade das prefeituras na proposição e execução de ações; o caráter informal e não profissional de vários empreendimentos do setor, entre outros.

Outro importante recurso teórico utilizado foi à teoria do ciclo de vida das destinações turísticas defendido por Butler e Pearce (2002). O modelo é dividido em seis momentos ou fases: exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação, declínio e renovação.

Aplicando-se essa teoria à realidade regional verifica-se que o município de Pirenópolis encontra-se na fase de consolidação, pois participa efetivamente do mercado turístico e todo um cenário é produzido/ organizado para o turismo. Os municípios de Alexânia, Abadiânia, Corumbá de Goiás e Cocalzinho de Goiás encontram-se na fase de desenvolvimento onde a ampliação do fluxo faz com que novas empresas sejam criadas e que surjam os primeiros problemas relacionados aos impactos do turismo e tentativas do poder público em organizar o setor. Os municípios de Santo Antônio do Descoberto

e Águas Lindas de Goiás encontram-se na fase de exploração, com pequenos fluxos turísticos que caracterizam as visitas espontâneas.

O município ou região turística, foco principal da política nacional de turismo, passa a ser denominado de destinação turística a partir do momento em que se identifica a sua vocação turística ou a existência da atividade.

Dentro dessa perspectiva o eixo Brasília-Goiânia compreende as duas maiores metrópoles da Região Centro-Oeste e os municípios dentro de sua área de influência direta, configurando assim uma região. Esse eixo apresenta características naturais e socioeconômicas bem diversas, porém a sua posição geográfica e a análise das transformações recentes em sua estrutura urbano-regional permitem considerar essa região como uma das mais dinâmicas do Brasil nas últimas décadas.

As facilidades de transporte, a implantação de infra-estrutura, o agronegócio e o significativo mercado consumidor, entre outros fatores, explicam a consolidação do eixo no cenário regional brasileiro e até mesmo global. Os municípios do eixo apresentaram notável crescimento econômico nos últimos anos, além do adensamento e crescimento de suas estruturas urbanas. As taxas de crescimento urbano chegam à década de 90 a uma média de 3,41% ao ano.

No sentido de melhor compreender o turismo e seus desdobramentos na configuração regional do eixo foi aplicada a metodologia do inventário da oferta turística em sete dos sessenta e cinco municípios do eixo (cerca de 10% do total). A análise dos indicadores possibilitou a caracterização e definição da hierarquia dos municípios turísticos.

Os municípios de Alexânia, Pirenópolis e Corumbá de Goiás foram inseridos na categoria de municípios turísticos onde a atividade turística encontra-se estruturada sob a forma de órgão público de gestão e associações do setor privado. Os municípios

configuram-se como destinos turísticos comercializados e integrantes de propostas de comercialização feitas por agências ou empresas correlatas.

Os três municípios constam do Programa Roteiros do Brasil como prioritários para a comercialização no mercado nacional e Pirenópolis no internacional. O turismo é relevante fonte geradora de emprego e renda com fluxos contínuos ao longo do ano bem como existência de infra-estrutura de apoio (hospedagem, gastronomia, agenciamento, comércio local) e atrativos explorados.

O município de Pirenópolis apresenta a formação de cluster de turismo caracterizado por um aglomerado de elementos (hospedagem, alimentação, entretenimento, lazer) que se estruturam no entorno dos recursos turísticos. Outra constatação é que esse é o único município a configurar uma zona turística devido à grande quantidade de atrativos com proximidade territorial.

Pirenópolis apresenta a maior quantidade de empreendimentos, atrativos e número de visitantes, constituindo-se como o principal destino turístico do eixo Brasília-Goiânia. Corumbá de Goiás capta parte do fluxo turístico destinado à Pirenópolis devido a sua contigüidade espacial e a existência de atrativos turísticos correlatos ao município vizinho.

O patrimônio turístico de Pirenópolis apresenta o maior conjunto de atrativos turísticos da região com cerca de 100 cachoeiras, 4 reservas particulares do patrimônio natural, 01 parque estadual, diversas áreas para prática de esportes radicais e turismo de aventura, diversas propriedades rurais históricas e com grande beleza natural, rico centro histórico tombado pelo IPHAN com 3 igrejas coloniais, 01 teatro, 01 cinema, 01 ponte histórica, 01 passadiço, 04 museus, diversas ruas e casarões históricos.

O município de Pirenópolis conta ainda com cerca de 450 artesãos (com destaque a produção de jóias de prata, cerâmica, metal, moveis, tecelagem, máscaras,

doces e frutas cristalizadas), 07 agências de turismo, 04 empresas de transporte, 01 associação de guias com 80 profissionais, 04 empresas de eventos, 200 estabelecimentos comerciais diversos, 04 agências bancárias, 20 restaurantes cozinha brasileira, 05 restaurantes cozinha internacional, 05 restaurantes cozinha típica, 10 lanchonetes, 10 cafés, 01 confeitaria, 05 sorveterias, 100 bares, 06 quiosques, 14 áreas de camping e cerca de 190 meios de hospedagem, sendo 90 pousadas e 100 casas de aluguel.

Verificam-se também modelos distintos de turismo, enquanto Pirenópolis optou por maior seletividade do fluxo, aumentando preços e buscando o turista de padrão de renda mais elevado, Corumbá de Goiás escolheu o turismo de preços e custos menores, criando ao longo do rio de mesmo nome complexo de clubes e pousadas de apelo popular (turismo de massa). Alexânia, por sua vez parte dos princípios do turismo com base local aproveitando as potencialidades locais (cultura, pequena produção) e a localização privilegiada as margens da BR-060.

Alexânia teve papel pioneiro no turismo regional, ao receber o primeiro clube de lazer da região, o Clube Nova Flórida criado em 1960. A zona rural e distritos desse município passam por transformações rápidas devido a expansão do turismo, tais como: a pequena produção agrícola direciona-se para atender ao mercado de turismo, a expansão de condomínios de lazer e propriedades particulares configurados como moradia de final de semana ou uso de lazer e a criação de novos empreendimentos às margens do lago de Corumbá IV.

O processo de produção do espaço e de novas territorialidades não é estático e a dinâmica de desenvolvimento regional é veloz. Novas formas, novos usos, novas territorialidades misturam-se às rugosidades do passado como o Distrito de Olhos D'Água, núcleo urbano que deu origem ao município e que conserva rico acervo de

tradições culturais e artesanato. O artesanato local produz objetos de cerâmica, tecelagem, cestaria, moveis de junco, palha, vime e bambu.

O município de Alexânia conta com cinco hotéis na área urbana, 01 pousada, 05 hotéis-fazenda (área rural), 03 campings, 15 restaurantes cozinha brasileira, 04 restaurantes cozinha regional, 15 lanchonetes, 04 confeitarias, 02 sorveterias, 80 bares, 01 clube de lazer, 10 pesque-pague, 03 fabricas de bebida e ainda com dados incompletos inúmeros condomínios e chácaras de lazer.

Corumbá de Goiás tem no rio de mesmo nome o seu principal atrativo turístico. Ao longo do seu curso encontram-se: 16 pousadas, 09 áreas de camping, 02 clubes e 06 hotéis caracterizando processo de ocupação desordenada de suas margens, típico do turismo de massa. O município conta ainda com 13 restaurantes cozinha regional, 20 lanchonetes, 03 cafés, 03 panificadoras, 02 sorveterias, 30 bares, 04 quiosques, 01 empresa de eventos, 02 lojas de artesanato, 01 centro de convenções, 07 atrativos de ecoturismo e 10 atrativos de turismo cultural.

Os municípios de Abadiânia, Cocalzinho de Goiás e Santo Antônio do Descoberto foram classificados como municípios em processo de desenvolvimento do turismo, ou seja, aqueles nos quais a atividade turística encontra-se em processo de estruturação e ainda não representa fonte significativa na geração de emprego e renda, apresenta fluxo turístico irregular ao longo do ano e a infra-estrutura e atrativos turísticos encontram-se em processo de consolidação.

O município de Abadiânia não possuía a época da pesquisa de campo (2006) Secretaria de Turismo ou similar. O principal atrativo turístico é o Centro Médico de Assistência Médica Espiritual – Casa de Dom Ignácio dirigido pelo médium João de Deus ou João de Abadiânia. O turismo religioso ocasionou a abertura de restaurantes, pensões e comércio no Bairro Lindo Horizonte onde se encontra localizado a seita

religiosa. Há fluxo de turistas estrangeiros que pode ser percebido na presença de visitantes de diversas partes do mundo e nos anúncios em inglês espalhados pelo comércio local. Porém, o turismo dá-se de forma desorganizada e espontânea havendo conflitos entre comunidade local, seguidores da seita e turistas.

O Bairro Lindo Horizonte concentra a maior parte dos equipamentos de hospedagem (40 pousadas) e alimentação (30 restaurantes), sendo que o município aproveita o fluxo de veículos para a venda de pequena produção agrícola local e artesanato. O Restaurante Jerivá encontra-se localizado na zona rural às margens da BR-060, próximo a sede urbana. Esse empreendimento é a matriz de uma rede de cerca de 6 restaurantes espalhados pelo Estado de Goiás. Além dele outros pequenos restaurantes de comida regional caracterizam o município como integrante de corredor turístico de translado.

O município de Santo Antônio do Descoberto remonta ao Ciclo do Ouro (Século XVIII) e apresenta contigüidade espacial com o Distrito Federal. Desempenha o papel de cidade-dormitório de população de baixa renda tendo reduzido conjunto histórico de bens particularmente descaracterizados. O rio Descoberto que atravessa o município e delimita a fronteira com o Distrito Federal tem as suas margens ocupadas por chácaras e condomínios de lazer para população de menor poder aquisitivo, cabe destacar que grande parte dessas ocupações são irregulares. A Cidade Eclética é o principal atrativo do município (turismo místico) e oferece condições precárias para hospedagem, alimentação e divulgação.

Cocalzinho de Goiás é outro pequeno município goiano. Criado na década de 70 a partir de desmembramento de Corumbá de Goiás. Cresceu em função da fábrica de Cimento Itaú. Com o fechamento da fábrica o município mergulhou em profunda crise. O turismo surge recentemente como alternativa de desenvolvimento, já que a maior

parte do fluxo turístico destinado a Pirenópolis e Corumbá de Goiás passa pela sede municipal. O principal atrativo é a Fazenda Tabapuã dos Pireneus empreendimento de turismo rural e de aventura.

Os três municípios classificados em processo de desenvolvimento do turismo apresentam baixo dinamismo econômico, dificuldades na geração de emprego e renda e indicadores socioeconômicos deficitários.

O último município pesquisado é Águas Lindas de Goiás sendo inserido na categoria de município potencial. Apesar da existência de Secretaria Municipal de Turismo, não há fluxo turístico contínuo, a infra-estrutura de meios de hospedagem e alimentação é deficiente, não existem agências de turismo, empresas de eventos e transportes turísticos. Mas o elemento que chama mais a atenção é a ausência de atrativos turísticos. O lago do Descoberto apresenta restrições ao uso turístico e as margens do rio a jusante da barragem apresenta o mesmo padrão espontâneo, irregular e deficiente de Santo Antônio do Descoberto. Na aplicação da metodologia do inventário verificou-se forte informalidade e precariedade nas atividades comerciais e de lazer, além de exploração de turismo sexual. O município é cidade-dormitório do Distrito Federal sendo um dos bolsões de pobreza e violência do Entorno.

Após a hierarquização dos municípios pesquisados outro recurso teórico utilizado foi a teoria do espaço turístico de Bóullon (2002, p.74). Para o autor, "há dois modos de apreciar-se o espaço": primeiro, mediante o tamanho dos objetivos materiais (fixos), e, segundo, pelas distâncias que os separam (e que definem os fluxos), pois tanto os objetos materiais como os vazios entre eles tem uma forma.

"O espaço ou território turístico é conseqüência da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos que, não devemos esquecer, são a matéria-prima do turismo" Boullón (2002, p.79)

A diferenciação espacial, decorrente de seus diversos usos, pode ser percebida por meio da análise dos lugares. E o uso do espaço pela atividade turística não produz efeito diferente. A produção do espaço turístico no eixo Brasília-Goiânia não foge desse contexto. O turismo se implanta aproveitando da base territorial produzida em outros momentos da história.

O desenvolvimento do turismo nos municípios do eixo Brasília-Goiânia é um processo/ movimento de transformação que traz consigo alterações espaciais e novas configurações territoriais.

Cria ou altera formas por meio da construção dos elementos de infra-estrutura necessários a esse desenvolvimento, tais como: hotéis, pousadas, restaurantes, postos de gasolina, duplicação e construção de rodovias. Redefine funções ao apropriar-se de elementos espaciais pré-existentes como fazendas, casarios e igrejas coloniais, matas, cachoeiras e hábitos característicos da cultura goiana que são transformados em atrativos turísticos. Transforma ainda a estrutura pela qual os objetos estão inter-relacionados.

A partir da constatação de que a prática do turismo consome o espaço regional dos municípios do eixo Brasília-Goiânia pode-se referir a esses como lugares turísticos. Ainda de acordo com Cruz (2001), a expressão lugar turístico refere-se àqueles lugares já apropriados pela prática social do turismo e também a lugares considerados com potencialidade turística.

O aspecto da descontinuidade/ fragmentação é destacado por Boullón (2002, p.79) ao dizer que "uma das características físicas dos atrativos turísticos é que, mesmo quando próximos, só excepcionalmente se tocam; a outra, é que até nos países que contam com uma maior densidade de atrativos nota-se grandes áreas do território que carecem delas".

Visto que os territórios turísticos são entrecortados, não se pode recorrer a técnicas que delimitem regiões homogêneas ou a grandes superfícies que não são tão turísticas quanto parecem. Para Boullón (2002, p.80) "a melhor forma de determinamos o espaço turístico é recorrer ao método empírico", por meio do qual podemos observar a distribuição territorial dos atrativos turísticos e dos empreendimentos, a fim de detectar os agrupamentos e concentrações que são notadamente turísticos.

Dessa forma, por meio da aplicação de metodologias de pesquisa podemos encontrar os chamados "componentes do espaço turístico" que possuem diferenças quanto ao tamanho de sua superfície, respectivamente: zona, área, complexo, centro, unidade, núcleo, conjunto, corredor, corredor de translado e de estada.

A *zona turística* é a maior unidade de análise e estruturação do espaço turístico de um país. Sua superfície varia, já que depende da extensão territorial do território nacional e da forma de distribuição dos atrativos turísticos. Para que exista, uma zona turística deve contar com número mínimo de dez atrativos turísticos suficientemente próximos, sem importar a que tipo e a que categoria façam parte. Na região em estudo, o único município que tem estrutura territorial adequada a esse conceito é Pirenópolis, que concentra quantidade bem superior a dez atrativos em seu território municipal com dimensões relativamente pequenas.

O conceito de *centro turístico* defendido por Boullón (2002, p.84) diz que "é todo conglomerado urbano que conta em seu próprio território ou dentro de seu raio de influência com atrativos turísticos de tipo e hierarquia suficientes para motivar uma viagem turística".

Outro elemento que deve ser destacado é a possibilidade de uma viagem turística entre uma zona turística e o centro turístico ter a duração de duas horas de distância-tempo, o suficiente para ir e voltar em um mesmo dia.

Essa relação é uma medida que estabelece a extensão do caminho que, nessa unidade de tempo, um ônibus de transporte turístico ou um automóvel de passeio pode percorrer. Portanto, a distância é variável, já que o número de quilômetros que pode ser percorrido depende da topografia do terreno, do tipo de caminho (auto-estrada, asfalto, terra, via duplicada ou mão dupla) e de seu estado de conservação.

O limite de duas horas é aproximado e serve para se calcular a magnitude do território turístico que se pode abranger a partir de um centro determinado (Brasília ou Goiânia). Na região em estudo, os demais municípios por suas características de distribuição e existência de atrativos turísticos e distância-tempo em relação ao pólo-emissor de turistas, podem ser caracterizados como centros turísticos: Alexânia, Abadiânia, Corumbá de Goiás, Cocalzinho de Goiás e Santo Antônio do Descoberto.

A duplicação da BR-060 e a curta distância entre as cabeças da rede urbana (Brasília e Goiânia) permitem deslocamentos dentro do período de 1 dia. Apesar de que foi identificado na pesquisa que os deslocamentos em média tem a duração de 1 final de semana (3 dias em média). Para Boullón (2007, p.87):

> veremos que os centros turísticos se assemelham aos pólos de desenvolvimento, mas com a particularidade de que o raio de influência de um centro turístico envolve uma situação diferente, porque esse setor só é capaz de gerar desenvolvimento dentro de um espaço abrangido pelos atrativos dispersos em seu entorno, com a condição de que seu empreendimento turístico conte com os seguintes serviços: hospedagem, alimentação, entretenimento, agências de viagem de ação local, informação turística, comércio turístico, postos telefônicos e correios, sistema de transporte interno organizado que conecte o centro aos atrativos turísticos compreendidos em sua área de influência, conexões com os sistemas de transporte externo em âmbito internacional, nacional, regional ou local, de acordo com a hierarquia do centro.

Pode ser que o conglomerado urbano onde se assenta um centro turístico viva exclusivamente do turismo ou esta seja uma atividade a mais. Nesse caso, revela-se um espaço fragmentado aonde apenas uma parte do conglomerado urbano seja efetivamente turístico.

De acordo com a função que desempenham como pólos receptores de turistas, os centros turísticos podem ser de quatro tipos: de distribuição, de estada, de escala ou de excursão.

Os *centros turísticos de distribuição* tem essa denominação porque, do conglomerado urbano que lhe serve de base, os turistas visitam os atrativos incluídos em seu raio de influência e retornam para dormir. Os equipamentos de hospedagem encontram-se na área urbana do município, mas parte dos atrativos encontram-se na área rural, como por exemplo os município de Alexânia e Corumbá de Goiás.

Os *centros turísticos de estada* o turismo começou a se desenvolver por meio da exploração de um único atrativo, como ocorre em Abadiânia com a exploração do turismo místico-religioso do Centro Espírita Dom Ignácio e em Santo Antônio do Descoberto com a Cidade Eclética. Os *centros turísticos de escala* coincidem com as conexões das redes de transporte e com as etapas intermediárias dos percursos entre um pólo emissor e um receptor. Nesse caso tanto Alexânia quanto Abadiânia possuem infra-estruturas para dar suporte ao deslocamento entre Brasília e Goiânia.

Os *centros turísticos de excursão* são os que recebem, por menos de 24 horas, turistas procedentes de outros centros. Colcazinho de Goiás com o empreendimento Tabapuã dos Pireneus enquadra-se nessa categoria, pois, parte significativa dos turistas que visitam esse empreendimento e seus atrativos encontra-se hospedado em Pirenópolis. A *unidade turística* corresponde às concentrações menores de equipamentos que se produzem para explorar intensivamente um ou vários atrativos situados um junto do outro, ou, o que é mais exato, um dentro do outro, como é o caso de localidade com um único atrativo que contêm equipamentos reduzidos a hospedagem, cafés, supermercados para o abastecimento de excursionistas e centrais de informação.

Na região da pesquisa não foram encontrados *unidades turísticas,* porém, os distritos de vários municípios como Posse da Abadia (município de Abadiânia), Serra do Ouro e Olhos D'Água (município de Alexânia), Cidade Eclética (município de Santo Antônio do Descoberto) possuem condições para serem agrupados na categoria de núcleos turísticos que posteriormente podem ser elevados a categoria de conjunto turístico. As rodovias federais BR-060 e 070 são as vias de conexão entre as diferentes tipologias do espaço turístico regional do eixo Brasília-Goiânia. Essas rodovias funcionam como elemento estruturador do espaço turístico regional e seus territórios. Conforme sua função, podem ser caracterizadas como corredor turístico de translado ou de estada.

Os *corredores turísticos* constituem "a rede de estradas e caminhos de uma região por meio dos quais de deslocam os fluxos turísticos para completar seus itinerários" Boullón (2002, p.97). Os corredores turísticos estendem seu campo de ação para além de sua própria superfície, e como a dimensão física é longitudinal, a qualidade da paisagem ao seu redor e as vias de interligação entre os atrativos turísticos próximos pode influenciar na criação desses corredores.

Os *corredores turísticos* oferecem diversos equipamentos fundamentais ao desenvolvimento do turismo em escala regional tais como: postos de gasolina, borracharias, serviços de mecânica rápida, locais para alimentação e hospedagem, locais para compra de artesanato ou produtos regionais. As edificações desses equipamentos encontram-se instaladas e localizadas a pouca distância da estrada, para facilitar o deslocamento de ônibus e veículos que circulam por esse corredor.

Daí a importância desses equipamentos na geração de emprego e renda dos municípios que compõem os corredores turísticos de translado. Devido a sua fácil

localização e visualização, os viajantes param nesses equipamentos consumindo os serviços oferecidos.

Boullón (2002, p.101) destaca que o "problema do abandono do espaço que circunda as estradas é mais uma das expressões do subdesenvolvimento e da pobreza que predominam nos países latino-americanos". Tal questão não encontrara uma solução integral, até que um dia, a presente situação socioeconômica melhore. Para esse mesmo autor, "as autoridades de turismo devem assumir que seu campo de ação não se esgota nos centros turísticos, e devem compreender que não se pode falar em turismo em estradas sem dotar as mesmas de um equipamento que cumpra com os mesmos padrões de higiene e comodidade que requer um viajante comum, seja rico ou pobre".

A concepção de corredor turístico deve ser compreendida pelo significado estratégico para o desenvolvimento do turismo, porque implica na seleção de algumas estradas, entre as que formam a rede viária de um país, para submetê-las a regulamentos e planejamentos especiais. As lideranças do turismo e os órgãos responsáveis pela infra-estrutura de transporte devem assumir programas e recursos orçamentários para pôr em prática medidas que visem melhorar a qualidade dos deslocamentos nessas estradas.

O *corredor turístico de estada* desempenha função combinada de centro com corredor turístico. O que distingue um corredor turístico de estada de um de translado é que os atrativos turísticos encontram-se dispostos ao longo de percurso linear. O turista realiza roteiro ou percurso turístico ao longo desse corredor, visitando atrativos e centros turísticos em determinado período. Por exemplo: a rota do vinho no Rio Grande do Sul indica que o turista irá visitar diferentes atrativos e centros turísticos ficando hospedado um dia ou mais em determinado centro. O roteiro ou percurso pode ser linear ou indicar vários deslocamentos a partir de um centro. O turista pode se deslocar em excursões ou isoladamente.

O roteiro dos Pireneus e o do Ouro podem no futuro vir a serem classificados como corredores turísticos de estada. O planejamento atual ainda encontra-se em fase inicial de organização e sensibilização do turismo. O desenvolvimento da atividade pode vir a se caracterizar como possibilidade futura de desenvolvimento de tal corredor e suas devidas infra-estruturas. A compreensão da dinâmica territorial do turismo no eixo Brasília-Goiânia pressupõe reconhecer que Brasília construiu um território turístico na região do Entorno do Distrito Federal. Esse processo é seletivo e não abarca a totalidade dos municípios integrantes da RIDE e nem do eixo de desenvolvimento.

Steinberger e Silva (2007, p.5) afirmam que "em linhas gerais, pode-se afirmar que alguns municípios do Entorno de Brasília transformaram-se em territórios turísticos, não por obra do Estado, mas por obra dos moradores do Distrito Federal que, principalmente, a partir do início dos anos 90, o inventaram se apropriando cada vez mais intensamente de seus atrativos". Essa afirmação revela um dos aspectos desvendados na pesquisa. Em entrevistas com diversas lideranças da atividade turística nos municípios do eixo foi identificado que essa apropriação tem origens mais distantes.

Os "primeiros turistas" chegam a esses municípios ainda no período de instalação da capital (Anos 60). A criação do Clube Nova Flórida em Alexânia é prova que já naquele período (1960) começavam a surgir demandas para uso turísticos dos recursos locais. A construção da BR-070 possibilitou também a inserção dos municípios da Serra dos Pireneus nessa dinâmica, portanto, afirmamos que as origens do processo de produção de territórios na área da pesquisa se dá em conjunto com a construção e instalação da capital federal nos anos 80.

O crescimento demográfico de Brasília e o aumento da complexidade das atividades econômicas fez com que o processo de turistificação fosse intensificado nos anos 90. Destaca-se que os fluxos e a formatação/ comercialização de produtos

turísticos cresceu nesse período por diversos fatores, dentre eles o cenário macroeconômico de crescimento da economia global, a estabilização da inflação, o fortalecimento da moeda nacional e as próprias políticas públicas de turismo que ainda eram de alcance limitado no período posterior.

O cenário macroeconômico criou condições para a expansão da cultura do viajar e do tempo-livre. O turismo consolida-se a cada dia como um conjunto de atividades, empresas e agentes cada vez mais poderoso e presente no cotidiano do Brasil. Brasília é desde os anos 1970 um dos principais pólos emissores de turistas que se utilizam principalmente do transporte aéreo e rodoviário para seus deslocamentos. A análise dos anuários estatísticos editados pela EMBRATUR comprova o papel emissor de Brasília no contexto do turismo brasileiro, porém, o fato novo que as estatísticas trazem é que em paralelo a emissão há também a recepção de turistas.

O papel político de capital federal concentrando a máquina pública é um dos fatores tantas vezes utilizado para justificar essa situação, porém, a instalação de outras formas, principalmente aquelas identificadas ao meio técnico informacional (universidades, empresas, centros de pesquisa) e consumo explicam o crescimento do número de turistas que visitam o Distrito Federal.

A cultura do viajar e do tempo-livre encontra no alto poder aquisitivo de parte da população do Distrito Federal a possibilidade de alternativas de turismo, além daquele organizado pelas operadores e agências. Viagens curtas de final de semana ou feriados em direção aos municípios mais próximos é opção viável em termos de custo financeiro e tempo de deslocamento. Os municípios goianos estão ao alcance do morador do Distrito Federal em curto período de tempo e espaço. Todos os municípios pesquisados encontram-se num raio de até 120 km da capital federal sendo todos eles servidos por eficaz rede de transporte rodoviário instalada inicialmente para possibilitar a ligação

com Goiânia e a Região Norte. Posteriormente parte dessa rede foi modernizada para atender o crescimento de demandas e políticas públicas, dentre elas as de expansão do agronegócio, industrialização e turismo.

A discussão desenvolvida compreende a região turística do Eixo Brasília-Goiânia a partir da análise da regionalização do turismo do MTur. Os indicadores possibilitam a identificação de divergências entre os dados oficiais e de instituições como a ABIH, o SINDOHBAR e ABAV, o que indica a fragilidade das políticas públicas do turismo a partir de base de dados inconsistentes.

A partir da análise das regiões turísticas propõe-se mapa temático sobre a segmentação de turismo e hierarquização do turismo na região. O desenvolvimento regional do turismo produz territórios fragmentados que são a manifestação clara dos "usos e possibilidades" dessa atividade no eixo Brasília-Goiânia. A superposição de propostas de regionalização e de ações por parte do poder público indica a falta de comunicação e convergência das diversas políticas e programas dos governos estaduais, distrital e federal. Essa superposição acaba por gerar diversas terminologias e dificuldades de interpretação desses termos. É comum ainda ouvir o termo "cidade-satélite" algo superado e retirado da nomenclatura oficial desde 1995.

As prefeituras do eixo também acabam por sofrer o desconhecimento de todas essas propostas e ações. A falta de integração entre as instâncias do poder público, a iniciativa privada e os órgãos de turismo acaba por gerar a cada momento novas propostas de regionalização e ações desconectadas. Ações integradas e investimentos em infra-estrutura, na melhoria das condições de acessibilidade aos atrativos e destinos turísticos, na recuperação e preservação do rico patrimônio cultural e natural, na melhoria dos equipamentos urbanos e na capacitação de recursos humanos são possibilidades a serem contempladas.

Deve-se destacar que o desenvolvimento do turismo no eixo Brasília-Goiânia deu-se em primeiro momento por fluxos espontâneos de turistas vindos de Brasília em busca de lazer e descanso nos municípios do Entorno. A atividade turística surgiu de forma espontânea e foi pouco a pouco sendo estruturada. Na maioria dos municípios as primeiras tentativas de organizar a atividade podem ser consideradas até amadoras e mesmo na atualidade ainda verifica-se a falta de profissionais especializados ou com formação profissional em turismo e áreas correlatas.

As iniciativas de políticas públicas devem levar em conta as especificidades da formação territorial da região requerendo ações conjuntas entre projetos e as diretrizes nacionais e regionais de desenvolvimento do turismo. Apesar de contarem com poucas ações em conjunto, os municípios goianos e o Distrito Federal tem visões individualizadas do turismo. Alguns municípios já conseguiram um certo êxito na disputa por mercados e fluxos turísticos, outros seguem o mesmo caminho, mas nem todos alcançam o mesmo nível de desenvolvimento.

O desenvolvimento do turismo em escala local e regional se expressa no posicionamento do setor entre as principais atividades econômicas, geradoras de emprego, renda e arrecadação, integrando os municípios em rede com ramificações nacionais e internacionais.

Os atrativos turísticos, base material e imaterial para a atração de visitantes são apropriados e utilizados pela atividade. Novos territórios e formas de ocupação se manifestam no espaço geográfico e a Geografia busca compreender essas manifestações. A tecnificação da atividade e a expansão dos fluxos e da importância econômica justificam a transformação do Eixo Brasília-Goiânia em destinos/ territórios turísticos que compõem o cenário da capital do Brasil como centro urbano inserido numa região de grandes atrações e potencialidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *O futuro das regiões rurais.* Porto Alegre, Editora UFRGS, 2003.

ACSELRAD, Henri. *A Duração das Cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas.* Rio de Janeiro, DP e A Editora, 2001.

AGÊNCIA GOIANA DE TURISMO. *Turismo em dados: Caminho do Sol.* Goiânia, Agetur, 2002.

_____. *Goiás – Brasil.* Goiânia, Agetur, 2005.

ALBANO, Celina e MURTA, Stela Maris. *Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar.* Belo Horizonte, Território Brasilis, Editora UFMG, 2002.

ALEXANDRE, Lílian Maria de Mesquita. Política de Turismo e Desenvolvimento Local: um Binômio Necessário. In: BEZERRA, Deise Maria Fernandes. *Planejamento e Gestão em Turismo.* São Paulo, Editora Roca, 2003.

ALFONSO, Edgar e DÍAZ, Hernández. *Planificación Turística: um enfoque metodológico.* Cidade do México, Trillas, 2001.

ALMEIDA, Maria Geralda e RATTS, Alecsandro J.P (orgs.). *Geografia: leituras culturais.* Goiânia, Editora Alternativa, 2003.

ALMEIDA, Joaquim Anécio; FROEHLICH, José Maros e RIEDL, Mário (organizadores). *Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável.* Campina, Papirus Editora, 2000.

ANDRADE, José Vicente de. *Turismo, fundamentos e dimensões.* São Paulo, Editora Ática, 1995.

ARENDIT, Ednilson José. *Introdução à Economia do Turismo.* Campinas/ SP, Editora Alínea, 2002.

AZEVEDO, Júlia e IRVING, Marta de Azevedo (orgs.). *Turismo: o desafio da sustentabilidade.* São Paulo, Editora Futura, 2002.

BAHL, Miguel. *Agrupamentos Turísticos Municipais.* Curitiba, Editora Protexto, 2004.

BAHL, Miguel (org.). *Mercado turístico: áreas de atuação.* São Paulo, Editora Roca, 2003.

BAHL, Miguel; MARTINS, Rosilene C.Rocha e MARTINS, Sérgio Fernandes. *O turismo como força transformadora do mundo contemporâneo.* São Paulo, Editora Roca, 2005.

BANDUCCI JÚNIOR, Álvaro e BARRETO, Margarita. *Turismo e identidade local: uma visão antropológica.* Campinas, Papirus, 2001.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. *O Despertar do Turismo: um olhar crítico sobre os não-lugares.* São Paulo, Editora Aleph, 2001.

BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes. *Região da Estrada do Boi: usos e abusos da natureza.* Goiânia, Editora UFG, 1997.

BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes e TEIXEIRA, Renato Araújo. *O Entorno de Brasília no contexto da efervescência socioespacial goiana".* Goiânia, Boletim Goiano de Geografia, v.24, 2004.

BARRETO, Margarita. *Manual de iniciação ao estudo do turismo.* Campinas, Papirus Editora, 2000 (a).

_____. *Turismo e legado cultural.* Campinas/ São Paulo, Editora Papirus, 2000 (b).

BARRETO FILHO, Abdon. *Marketing turístico para o espaço urbano: comentários acadêmicos e profissionais.* In: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (org). *Turismo urbano.* São Paulo, Editora Contexto, 2002.

BATISTA, Fernanda et alli. Análise *sócio-econômica dos municípios de Abadiânia e Alexânia.* Brasília, União Pioneira de Integração Social, 2005 (mimeo).

BANDEIRA, Pedro S. e BECKER, Dinizar F. *Desenvolvimento local-regional: determinantes e desafios contemporâneos.* Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2000.

BENI, Mário Carlos. *Análise estrutural do Turismo.* São Paulo, Editora Senac, 1998.

_____. *Globalização do Turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira.* São Paulo, Editora Aleph, 2003.

_____. *Política e Planejamento de Turismo no Brasil.* São Paulo, Editora Aleph, 2006.

_____. *Colecionando destinos: viagens, percepção, imaginário e experiências.* São Paulo, Editora Senac, 2007.

BELTRÃO, Otto Di. *Turismo: a indústria do Século XXI.* Osasco, Editora Novo Século, 2001.

BERTRAN, Paulo. *História da Terra e do Homem do Planalto Central: eco-história do Distrito Federal – do indígena ao colonizador.* Brasília, Verano, 2000.

BEZERRA, Deise Maria Fernandes. *Planejamento e Gestão em Turismo.* São Paulo, Editora Roca, 2003.

BEZZI, Meri Lourdes. *Região: uma (re)visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas.* Santa Maria, Editora UFSM, 2004.

BIGNAMI, Rosana. *A imagem do Brasil no turismo: construção, desafios e vantagem competitiva.* São Paulo, Editora Aleph, 2005.

BISSOLI, Ambrizi e MARQUES, Maria Ângela. *Planejamento Turístico Municipal: com suporte em sistemas de informação.* São Paulo, Editora Futura, 2000.

BOITEUX, Bayard. *Legislação do Turismo: tópicos de direito aplicados ao turismo.* Rio de Janeiro, Editora Campus, 2003.

BORGES, Ana Maria e PALACIN, Luiz. *Patrimônio Histórico de Goiás.* Brasília, SPHAN, 1987.

BOULLON, Roberto. *Marketing turístico: uma perspectiva desde la planificacion.* Buenos Aires, Librerias Turísticas, 1998.

_____. *Planejamento do Espaço Turístico.* Bauru, Edusc, 2002.

_____. *Cálidad turística em la pequeña y mediana empresa.* Buenos Aires, Ediciones Turísticas, 2003 (a).

_____. *Ecoturismo: sistemas naturales y urbanos.* Buenos Aires, Ediciones Turísticas, 2003 (b).

_____. *Atividades turísticas e recreativas: o homem como protagonista.* Bauru, Edusc, 2004 (c).

BOULLON, Roberto, MOLINA, Sérgio e WOOG, Manuel Rodríguez. *Um novo tempo livre.* Bauru, Edusc, 2004 (d).

BUTLER. Richard W. e PEARCE, Douglas G. (orgs.). *Desenvolvimento em turismo: temas contemporâneos.* São Paulo, Editora Contexto, 2002.

BRUHNS, Heloisa T. e SERRANO, Célia M.Toledo (orgs). *Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente.* Campinas, Papirus Editora, 1999.

CABRAL, Nájila Rejanne Alencar Julião e SOUZA, Marcelo Pereira de. *Área de proteção ambiental: planejamento e gestão de paisagens protegidas.* São Paulo, Editora Rima, 2002.

CALVENTE, Maria Del Carmen Matilde Huertas. *Turismo e excursionismo rural: potencialidades, regulação e impactos.* Londrina/ PR, Editora Humanidades, 2005.

CAMARGO, Haroldo Leitão. *Patrimônio Histórico e Cultural.* São Paulo, Editora Aleph, 2002.

CAMÂRA DOS DEPUTADOS. *Turismo em debate: ciclo de conferências.* Brasília, Comissão de economia, indústria e comércio. 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri e CARRERAS, Carles. *Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole.* São Paulo, Editora Contexto, 2005.

CARLOS, Ana Fani. *A cidade.* São Paulo, Editora Contexto, 1992.

CARVALHO, Adelmo de. *Pirenópolis: coletânea 1727-2000 – História, turismo e curiosidades.* Pirenópolis, Editora do autor, 2000.

CASASOLA, Luis. *Turismo y ambiente.* México, Trillas Turismo, 1990.

CASTELLI, Geraldo. *Turismo: atividade marcante do século XX.* Caixas do Sul, Educs, 1996.

CASTELLS, Manuel. *The information age: economy, society and culture – End of Millennium.* Oxford, Blackwell Publishers, 2004.

CASTELO, Roberto. *Brasília: monumentos, marcos e esculturas.* Brasília, Editora Cavaleiro dos Pireneus, 1999.

CASTOR, Belmiro Valverde Jobim e REZENDE, Denis Alcides. *Planejamento estratégico municipal: empreendedorismo participativo nas cidades, prefeituras e organizações públicas.* Rio de Janeiro, Brasport livros e multimídia, 2005.

CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato e GOMES, Paulo César da Costa. *Brasil: Questões atuais da reorganização do território.* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (org). *Turismo urbano.* São Paulo, Editora Contexto, 2002.

CAVALCANTI, Lana de Souza (org.). *Geografia da cidade: a produção do espaço urbano em Goiânia.* Goiânia, Editora Alternativa, 2001.

CENTENO, Rogelio Rocha. *Metodologia da pesquisa aplicada ao turismo: casos práticos.* São Paulo, Editora Roca, 2003.

COELHO, Gustavo Neiva. *Guia de bens imóveis tombados em Goiás.* Goiânia, Instituto de Arquitetos do Brasil, 1999.

COELHO, Márcio Ferreira e FERNANDES, Ivan Pereira. *Economia do Turismo: teoria e prática.* Rio de Janeiro, Editora Campus, 2002.

COLLIER, A. *Princípios do Turismo: perspectivas da Nova Zelândia.* Auckland, Addison Wesley Longman, 1997.

COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO/ SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE TURISMO. *Programa Brasileiro da Atividade Turística: emprego, renda e desenvolvimento.* Brasília, Câmara dos Deputados, Confederação Nacional do Comércio, 2002.

COOPER, Chris et alli. *Turismo: princípios e prática.* São Paulo, Editora Bookman, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. *Introdução à Geografia Cultural.* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.

CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira e SILVA, Sylvio C. Bandeira de Mello e. *Turismo e Geografia: abordagens críticas.* Fortaleza, Editora UECE, 2005.

CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira e VASCONCELOS, Fábio Perdigão. *O Turismo e a relação sociedade e natureza: realidades, conflitos e resistências.* Fortaleza, Editora UECE, 2007.

CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Tecera (org.). *O turismo de inclusão e o desenvolvimento local.* Fortaleza, Editora UECE, 2003.

_____. *Turismo com ética.* Fortaleza, Editora UECE, 1998.

COUTO, Ronaldo Costa. *Brasília Kubischek de Oliveira.* São Paulo, Editora Record, 2001.

CROCCO, Marco e DINIZ, Clélio Campolina (orgs.). *Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes.* Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006.

GROUGH, G.I. e RITCHIE, J.R.B. *Tourism, competitiveness and social prosperity. USA, Journal Business Research, vol.44, no 3, 1999.*

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. *Introdução à Geografia do Turismo.* São Paulo, Editora Roca, 2001.
_____. *Política de Turismo e Território.* São Paulo, Editora Contexto, 2000.

CURADO, Ramir. *A presença de Corumbá de Goiás na vida e obra de Bernardo Elis.* Anápolis, Gráfica e Editora Anápolis, 2005.

_____. *Querida Corumbá.* Anápolis, Gráfica e Editora Anápolis, 2006.

_____. *Corumbá de Goiás.* Brasília, Editora Ser, 1997.

DEÁK, Csaba e SCHIFFER, Sueli Ramos (orgs.). *O processo de urbanização no Brasil.* São Paulo, Edusp/ FUPAM, 1999.

DE LEMOS, Leandro. *Turismo: que negócio é esse? Uma análise econômica do turismo.* Campinas, Papirus Editora, 1999.

DE MASI, Domenico. *O ócio criativo.* Rio de Janeiro, Editora Sextante, 2000.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo.* São Paulo, Editora Futura, 2000.

DEUS, João Batista de. *O Sudeste Goiano e a Desconcentração Industrial.* Brasília, Ministério da Integração Nacional, Universidade Federal de Goiás, 2003.

DIAS, Reinaldo. *Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil.* São Paulo, Editora Atlas, 2003 (a).

_____. *Sociologia do Turismo.* São Paulo, Editora Atlas, 2003 (b).

DUDLEY, E. *The critical villager: beyond community participation.* Londres, Routledge, 1993.

DWYER, L. e KIM, C. *Destination competitiveness: determinants and indicators. Current issues in Turism.* New Zealand, EGL, 2003.

EMPRESA DAS ARTES. *Guia Arquitetura de Brasília.* São Paulo, Editora Abril, 2000.

EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO – EMBRATUR. *Política Nacional de Turismo.* Brasília, EMBRATUR, 1992.

_____. *Diretrizes do Programa Nacional de Municipalização do Turismo.* Brasília, EMBRATUR, 1995.

ENRIGHT, J.M. e NEWTON, J. *Tourism destination competitiveness: a quantitative approach.* New Zealand, Tourism Management, 2004.

FAGERBERG, J. *International competitiveness.* United Kingdom, Economic Journal, 1988.

FAJNZYLBER, F. *Competitividad internacional,evolución y lecciones.* Santiago/ Chile, CEPAL, 1988.

FARIA, Dóris e CARNEIRO, Kátia S. *Sustentabilidade ecológica do turismo.* Brasília, Editora UnB, 2001.

FAULKNER, D. e BOWMAN, C. *The essence of competitive strategy.* New York, Prentice Hall, 1995.

FERNANDES, Edésio e VALENÇA, Márcio Moraes (orgs.). *Brasil urbano.* Rio de Janeiro, Editora Mauad, 2004.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes. *Espaço, políticas de turismo e competitividade.* Natal, Editora da UFRN, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.* Rio de Janeiro, Editora UFRJ/ Minc/ Iphan, 1997.

FROMER, Betty e VIEIRA, Débora Dutra. *Turismo e terceira idade.* Brasília, A.R.Lopes, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo e PINSKY, Jaime (orgs.) *Turismo e patrimônio cultural.* São Paulo, Editora Contexto, 2001.

GASTAL, Susana. *Alegorias urbanas.* Campinas/ SP, Papirus Editora, 2006.

GASTAL, Susana (org.). *Turismo: investigação e crítica.* São Paulo, Editora Contexto, 2002.

GILBERT, D.C. e BAILEY, N. *Na examination of the consumer behaviour process related to tourism. Progress in tourism, recreation and hospitality management.* Londres, Belhaven Press, 1991.

GOMES, Paulo César C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias (org.). *Geografia: conceitos e temas.* Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1995.

GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. *Goiânia: uma modernidade possível.* Brasília, Ministério da Integração Nacional, Universidade Federal de Goiás, 2003.

GOOROOCHURN, N. e SUGIYARTO G. *Measuring competitiveness. In ther travel and tourism industry.* United Kingdom, University off Nottingham, 2004.

GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos e PAVIANI, Aldo (orgs.). *Brasília: controvérsias ambientais.* Brasília, Editora UnB, 2003.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL e GOVERNO DO ESTADO DE GOÍAS. *Proposal for the development of the Brasília-Goiânia axis.* Brasília, GDF, 2004.

GUERRIER, Yvonne; ROBERTSON, Martin e TYLER, Duncan. *Gestão de turismo municipal: teoria e prática de planejamento turístico nos centros urbanos.* São Paulo, Editora Futura, 2001.

HALL, G. Michael. *Planejamento Turístico: políticas, processos e relacionamentos.* São Paulo, Editora Contexto, 2004.

HIGGINS-DESBIOLLES, F. *More than an "industry". The forgotten power of tourism as a social force.* New Zealand, Tourism Management, 2006.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa.* Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2001.

HUGHES, Howard. *Artes, entretenimento e turismo.* São Paulo, Editora Roca, 2005.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Resultados da amostra do censo demográfico.* Rio de Janeiro, IBGE, 2000.

IGNARRA, Luiz Renato. *Fundamentos do Turismo.* São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 2003.

INSKEEP, E. *Tourism planning: an integrated planning approach.* United Kingdom, Van Nostrand Reinhold, 1991.

INSKEEP, E. e KALLERBERGER, M. *An integrated approach to re resort development.* Madri, WTO, 1992.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Bens Móveis e Imóveis Inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.* Brasília, Iphan, 1994.

_____. *Cartas Patrimoniais.* Brasília, Iphan , 1995.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Instrumentos de Planejamento e Gestão Urbanas: uma análise comparativa (volume 1).* Brasília, IPEA/ Unicamp, 2002 (a).

_____. *Instrumentos de Planejamento e Gestão Urbanas: Rio de Janeiro e Brasília (volume 3).* Brasília, IPEA/ Unicamp, 2002 (b).

_____. *Configuração atual e tendências da rede urbana (volume 1).* Brasília, IPEA/ IBGE/ UNICAMP, 2002 (c).

_____. *Estudos básicos para a caracterização da rede urbana (volume 2).* Brasília, IPEA/ IBGE/ UNICAMP, 2002 (d).

_____. *Desenvolvimento regional e estruturação da rede urbana (volume 3).* Brasília, IPEA/ IBGE/ UNICAMP, 2002 (e).

_____. *Redes urbanas regionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste (volume 4).* Brasília, IPEA/ IBGE/ UNICAMP, 2002 (f).

IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: indicadores por municípios brasileiros.* Brasília, IPEA/ FJP, 1992.

JOHNS, N. e MATTSON, J. *Destination development through entrepreneurship: a comparison of two cases.* New Zealand, Tourism Management, 2005.

KARASSAWA, Neuton S. *A Qualidade da Logística no Turismo: um estudo introdutório.* São Paulo, Aleph, 2003.

KLINK, Jeroen Johannes. *A cidade-região: regionalismo e reestruturação no grande ABC paulista.* Rio de Janeiro, DP & A Editora, 2001.

KNAFU, Remy. Turismo e território: uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, Adyr B. *Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais.* São Paulo, Hucitec, 2001.

KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do Turismo.* São Paulo, Aleph, 2000.

KUAZAQUI, Edmir e SANTOS, Célia Maria dos. *Consolidadores de turismo: serviço e distribuição.* São Paulo, Pioneira Thomsom Learning, 2004.

LAGE, Beatriz Helena Gelas e MILONE, Paulo César. *Turismo, teoria e prática.* São Paulo, Editora Atlas, 2000.

LASSANCE, Adalberto et alli. *Brasília: capital do Brasil: educação e cultura pelo turismo.* Brasília, Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal/ Editora Pórfiro, 2003.

LEMOS, Leandro de. *O valor turístico na economia da sustentabilidade.* São Paulo, Editora Aleph, 2005.

LEMOS, Amália Inês Gerairdes (org). *Turismo: impactos socioambientais.* São Paulo, Editora Hucitec, 2001.

LICKORISH, Leonard J. *Introdução ao Turismo.* Rio de Janeiro, Editora Campus, 2000.

_____. *Developing tourism management.* New Zealand, Longman/ Harlow, 1991.

LOHMANN, G. *Developing gateways as tourist destinations: ferry services and nodal functions in Wellington and Picton.* New Zealand, Victoria University of Wellignton, 2006.

LOPES, Ataíde Rodrigues. *O ABC do turismo: noções básicas.* Brasília, A.R.Lopes, 1994.

MAGALHÃES, Cláudia Freitas. *Diretrizes para o turismo sustentável em municípios.* São Paulo, Editora Roca, 2002.

MAMEDE, Gladston. *Direito do turismo: legislação especifica aplicada.* São Paulo, Editora Atlas, 2002.

MANSO, Celina Fernandes Almeida (org.). *Goiânia art déco: acervo arquitetônico e urbanístico – dossiê de tombamento(volumes 1,2 e 3).* Goiânia, SEPLAN, 2004.

MARTINS, Clerton (org.). *Turismo, cultura e identidade.* São Paulo, Editora Roca, 2003.

MATIAS, Marlene. *Turismo: formação e profissionalização: 30 anos de História.* São Paulo, Editora Manole, 2002.

MCGAHAN, A. *Competition, strategy and business perfomance.* USA, California Management Review, 1999.

MCIYNTYRE, G. *Sustainable tourism development: guide of local planners.* Madrid, WTO, 1993.

MELGAR, Ernesto. *Fundamentos de planejamento e marketing em turismo.* São Paulo, Editora Contexto, 2001.

MELIÁN-CONZÁLEZ, A. e GARCÍA-FALCÓN, J.M. *Competitive potential of tourism in destinations.* Madrid, Annals of tourism research, WTO, 2003.

MELO NETO, Francisco Paulo de. *Criatividade em Eventos.* São Paulo, Editora Contexto, 2000.

MENON, Francinalva Galdino; MENON, Rodrigo Magalhães e NÓBREGA, Maria das Dores Silva. *Análise da configuração espacial dos municípios de Águas Lindas de Goiás e Santo Antônio do Descoberto ao longo das rodovias BR 060 e 070.* Brasília, União Pioneira de Integração Social, 2005 (mimeo).

MENON, Rodrigo Magalhães. *A espacialidade dos fluxos de sustentação do turismo em Pirenópolis/ Goiás.* Brasília, UPIS, 2006.

MESQUITA, Zilá. *Um auxílio à pesquisa: bibliografia internacional seletiva sobre territórios e conceitos afins (1970-1991).* Rio de Janeiro, Cadernos Geociências no 10, IBGE, 1994.

MICHALET, C.A. *Competitiveness and internationalization.* Paris, Organization for Economic Co-operation and Development, 1981.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Cultura é um bom negócio.* Brasília, MinC, 1996.

_____. *Pirenópolis: restaurando patrimônios.* Brasília, MinC, 1999.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Cadernos MCidades: Política de desenvolvimento urbano (volume 1).* Brasília, MCidades, 2004 (a).

_____. *Cadernos MCidades: Planejamento territorial, urbano e política fundiária (volume 3).* Brasília, MCidades, 2004 (b).

_____. *Cadernos MCidades: Política de mobilidade urbana sustentável (volume 6).* Brasília, MCidades, 2004.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. *Plano estratégico de desenvolvimento do Centro-Oeste (2007-2020).* Brasília, Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste, 2007.

_____. *Bases para as Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional.* Brasília, Ministério da Integração Nacional, 2000.

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO. *Anuário Estatístico 2000.* Brasília, Embratur, 2000.

_____. *Anuário Estatístico 2001.* Brasília, Embratur, 2001 (a).

_____. *Anuário Estatístico 2002.* Brasília, Embratur, 2002 (b).

_____. *A indústria do Turismo no Brasil: perfil e tendências(1995/1996).* Brasília, Embratur, Sebrae, 1997.

_____. *Programa Nacional de Municipalização do Turismo (8 anos): retratos de uma caminhada – estratégia e gestão.* Brasília, Embratur, 2002 (c).

_____. *Pólos de Ecoturismo: Brasil.* Brasília, Embratur, 2001 (d).

_____. *Pólos de Ecoturismo: Planejamento e Gestão.* Brasília, Embratur, 2001 (e).

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Inventário da Oferta Turística: Instrumento de Pesquisa. Manual do Pesquisador (Módulo A).* Brasília, MTur, 2006 (a) (mimeo).
_____. *Inventário da Oferta Turística: Instrumento de Pesquisa. Manual do Pesquisador (Módulo B).* Brasília, MTur, 2006 (b) (mimeo).

_____. *Inventário da Oferta Turística: Instrumento de Pesquisa. Manual do Pesquisador (Módulo C).* Brasília, MTur, 2006 (c) (mimeo).

_____. *Mapa da Regionalização do Turismo.* Brasília, MTur, 2006 (d).

_____. *Segmentação do Turismo: marcos conceituais.* Brasília, MTur, 2006 (e).

MINOLE, Beatriz Helena Gelas Lage. *Turismo: teoria e prática.* São Paulo, Editora Atlas, 2000.

MIRAGAYA, Júlio Flávio Gameiro. *Dinâmica Econômica, Migrações e Integração do Território no Centro-Oeste: o impacto do eixo Brasília-Goiânia.* Brasília, Dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia UnB, 2003.

MOESCH, Marutschka. *A Produção do Saber Turístico.* São Paulo, Editora Contexto, 2000.

MOLINA, Sérgio. *O pós-turismo.* São Paulo, Editora Aleph, 2003.

_____. *Turismo, metodologia e planejamento.* São Paulo, Edusc, 2005.

MONICA, Laura Della. *Turismo e folclore: um binômio a ser cultuado.* São Paulo, Global Editora, 2001.

MONTEJANO, Jordi. Montaner. *Estrutura do mercado turístico.* São Paulo, Editora Roca, 2001.

NIEMEYER, Oscar. *As Curvas do Tempo: memórias.* Rio de Janeiro, Editora Revan, 1999.

NÓBREGA, Maria das Dores Silva. *Imagem urbana e ambiental: o caso do município de Águas Lindas de Goiás, um estudo exploratório.* Brasília, União Pioneira de Integração Social, 2006.

NETTO, Alexandre Panosso. *Filosofia do Turismo: teoria e epistemologia.* São Paulo, Aleph, 2005.

NUNES, Brasilmar Ferreira (org.). *Brasília: a construção do cotidiano.* Brasília, Paralelo 15/ Biblioteca Brasiliense, 1997.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. *Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização.* São Paulo, Editora Atlas, 2005.

OLIVEIRA, Fernando Vicente de. *Capacidade de carga nas cidades históricas.* Campinas, Papirus Editora, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Sinais e símbolos turísticos.* São Paulo, Editora Roca, 2003.
_____. *Introdução à metodologia da pesquisa em turismo.* São Paulo, Editora Roca, 2006.

OURIQUES, Helton Ricardo. *A Produção do Turismo: Feitichismo e Dependência.* São Paulo, Alínea Editora, 2005.

PALHARES, Guilherme Lohmann, *Transportes turísticos.* São Paulo, Editora Aleph, 2002.

PELUSO, Marília Luíza. *O papel das representações sociais do "comprar a casa" na identificação dos problemas habitacionais.* In: PAVIANI, Aldo (org.). *Brasília – gestão urbana: conflitos e cidadania.* Brasília, EdUnB, 1999.

PERALVA, Osvaldo. *Brasília: Patrimônio da Humanidade (um relatório).*Brasília, Minc, 1988.

PETROCCHI, Mário. *Turismo, planejamento e gestão.* São Paulo, Editora Futura, 2000.

PINTO, Antônio Carlos Brasil. *Turismo e meio ambiente: aspectos jurídicos.* Campinas, Papirus Editora, 1998.

PIRES, Mário Jorge. *Lazer e Turismo Cultural.* São Paulo, Manole Editora, 2001.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. *Turismo, memória e patrimônio cultural.* São Paulo, Editora Roca, 2004.

_____. *Consumo e espaço: turismo, lazer e outros temas.* São Paulo, Editora Roca, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEXÂNIA. Plano Diretor de Alexânia: diagnóstico preliminar. Brasília, Geo Lógica, 2005 (mimeo).

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ DE GOIÁS. Plano Diretor do Município de Corumbá de Goiás. Brasília, CGA/ Interplan, 2003 (mimeo).

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRENÓPOLIS. *Guia Turístico.* Pirenópolis, Secretária de Cultura e Turismo, 2006.

RABAHY, Wilson. *Turismo e desenvolvimento: estudos econômicos e estatísticos de planejamento.* São Paulo, Editora Manole, 2003.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder.* São Paulo, Editora Ática, 1993.

REJOWSKI, Mirian. *Turismo no percurso do tempo.* São Paulo, Editora Aleph, 2002.

RIBEIRO, Sandra Bernardes. *Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural.* São Paulo, Annablume, 2005.

RIPOLL, Graciela. *Turismo Popular: investimentos rentáveis.* São Paulo, Editora Roca, 2003.

RODRIGUES, Adyr Balastreri Rodrigues (org.). *Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais.* São Paulo, Editora Hucitec, 1996.

_____. *Turismo Rural.* São Paulo, Editora Contexto, 2001.

_____. *Turismo, Modernidade e Globalização.* São Paulo, Hucitec, 2000.

RODRIGUES, Adyr Balastreri Rodrigues. *Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdiciplinar.* São Paulo, Editora Hucitec, 1997.

RODRIGUES, Glauco Bruce e SOUZA, Marcelo Lopes de. *Planejamento urbano e ativismos sociais.* São Paulo, Editora Unesp, 2004.

ROSS, Glen F. *Psicologia do Turismo.* São Paulo, Editora Contexto, 2002.

RUSCHMANN, Doris. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente.* Campinas, Papirus Editora, 1999.

SABOURIN, Eric. Desenvolvimento rural e abordagem territorial. SABOURIN, Eric e TEIXEIRA, Olívio Alberto. *Planejamento e desenvolvimento de territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências.* Brasília, Embrapa Informação Tecnológica, 2002.

SALLES, Mary Mércia G. *Turismo Rural: inventário turístico do meio rural.* Campinas, Editora Alínea, 2003.

SANDES, Noé Freire. *Memória e Região.* Brasília, Ministério da Integração Nacional, Universidade Federal de Goiás, 2002.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira.* São Paulo, Editora Hucitec, 1993.

_____. *Espaço e método.* São Paulo, Editora Nobel, 1985.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo/ razão e emoção.* São Paulo, Editora Hucitec, 1996.

_____. *Pensando o espaço do Homem.* São Paulo, Edusp, 2004 (a).

_____. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países desenvolvidos.* São Paulo, Edusp, 2004 (b).

_____. *Por uma Geografia nova.* São Paulo, Edusp, 2004 (c).

SANTOS, Milton e Maria Laura Silveira. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.* Rio de Janeiro, Editora Record, 2001.

SENA, Clóvis. *Fronteira Centro-Oeste.* Goiânia, Editora Kelps, 1999.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC. *Turismo no Brasil: um guia para o guia.* Rio de Janeiro, Editora Senac, 2004.

SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO DISTRITO FEDERAL – SEBRAE – DF. *Perfil do Setor Hoteleiro do Distrito Federal.* Brasília, Sebrae, 2005.

SILVA, Fátima Sueli de Souza. *Turismo e psicologia no envelhecer.* São Paulo, Roca, 2002.

SILVA, Maria da Glória Lanci. *Cidades turísticas: identidades e cenários de lazer.* São Paulo, Editora Aleph, 2004.

SILVA, Lenyra Rique da. *A Natureza Contraditória do Espaço Geográfico.* São Paulo, Editora Contexto, 2001.

SILVA, Fernando Fernandes. *As Cidades Brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade.* São Paulo, Editora Peirópolis, Edusp, 2003.

SIRVINKAS, Luís Paulo.*Manual de Direito Ambiental.* São Paulo, Editora Saraiva, 2002.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. *Território brasileiro: usos e abusos.* Campinas, Edições Territorial, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *ABC do desenvolvimento urbano.* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.

_____. *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.* In: CASTRO, Iná Elias (org.). *Geografia: conceitos e temas.* Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1995.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas.* Presidente Prudente, Editora Unesp, 2001.

STEINBERGER, Marília (org). *Território, ambiente e políticas públicas espaciais.* Brasília, Paralelo 15 e LGE Editora, 2006.

STEINBERGER, Marília. *O zoneamento ecológico econômico como instrumento geoestratégico para o Distrito Federal.* In: PAVIANI, Aldo e GOUVEIA, Luiz Alberto (orgs.). *Brasília: controvérsias ambientais.* Brasília, Editora UnB, 2003.

STEINBERGER, Marília e SILVA, Ângela Meneses de Souza. *A região turística de Brasília: uma proposta de trabalho.* Brasília, Anpas, 2007 (mimeo).

SWARBROOKE, John. *Turismo Sustentável: conceitos e impacto ambiental (volume I).* São Paulo, Editora Aleph, 2000 (a).

_____. *Turismo Sustentável: meio ambiente e economia (volume II).* São Paulo, Editora Aleph, 2000 (b).

_____. *Turismo Sustentável: setor público e cenários geográficos (volume III).* São Paulo, Editora Aleph, 2000 (c).

_____. *Turismo Sustentável: gestão e marketing (volume IV).* São Paulo, Editora Aleph, 2000 (d).

_____. *Turismo Sustentável: turismo cultural, ecoturismo e ética (volume V).* São Paulo, Editora Aleph, 2000 (e).

TAUK, Sâmia Maria et alli. *Análise ambiental: uma visão multidisciplinar.* São Paulo, Editora Unesp/ Funatura,1995.

TAVARES, Adriana de Menezes. *City tour.* São Paulo, Editora Aleph, 2002.

THOMAZI, Silvia. *Cluster de Turismo: introdução ao estudo do arranjo produtivo local.* São Paulo, Editora Aleph, 2006.

TRIBE, John. *Economia do Lazer e do Turismo.* São Paulo, Manole, 2003.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. *Turismo e qualidade: tendências contemporâneas.* Campinas, Papirus Editora, 2000 (a).

_____. *A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo.* Campinas, Papirus Editora, 2000 (b).

_____. *Turismo e Civilização: mergulhando nos berços da humanidade.* São Paulo, Editora Contexto, 2001.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (organizador). *Turismo: como aprender e como ensinar.* São Paulo, Editora Senac, 2001.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi et alli. *Análises regionais e globais do turismo brasileiro.* São Paulo, Editora Roca, 2005.

TRIGO, Luiz Gonzaga Trigo e PANOSSO NETTO, Alexandre. *Reflexões sobre um novo turismo: política, ciência e sociedade.* São Paulo, Aleph Editora, 2003.

UNIVERSIDADE VALE DO ITAJAI. *Turismo: visão e ação – glossário.* Itajaí, Editora da Univale, 2000.

VAINER, Carlos B. *A questão regional no Brasil: uma reflexão sobre regionalismos velhos e novos.* Rio de Janeiro, IPUR/ UFRJ, 1993.

XAVIER, Herbe. *A percepção geográfica do turismo.* São Paulo, Editora Aleph, 2007.

YÁZIGI, Eduardo. *Civilização urbana: planejamento e turismo.* São Paulo, Editora Contexto, 2003.

_____. *A Alma do Lugar: turismo, planejamento e cotidiano.* São Paulo, Editora Contexto, 2001.

_____. *A Pequena Hotelaria e o Entorno Municipal: guia de montagem e administração.* São Paulo, Editora Contexto, 2000.

_____. *Turismo: uma esperança condicional.* São Paulo, Global Editora, 1999.

YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri e CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (org.s). *Turismo: espaço, paisagem e cultura.* São Paulo, Editora Hucitec, 2002.

YOUELL, Ray. *Turismo uma introdução.* São Paulo, Editora Contexto, 2002.

WANHILL, S. *Tourism development and sustainability. In:* COOPER, C. P. *Tourism development environment and community issues.* Londres, Willey, 1997.

WARNIER, Jean-Pierre. *A mundialização da cultura.* Bauru, Edusc, 2003.

WORLD ECONOMIC FORUM. *The travel and tourism competitiveness report 2007. Furthering the process of economic development.* Genebra, Swuiterzland, FMI, 2007.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. *Guide for local authorities ond developing sustainable tourism.* Madrid, WTO, 1998.

_____. *Sustainable tourism development: lessons for local planers.* Madrid, WTO, 1993.

_____. *Tourism: 2020 vision.* Madrid, WTO, 1998.

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS

http://www.abih-df.com.br acesso em março de 2008.

http://www.antt.gov.br/diversos/mapas.asp acessado em 04.11.2005.

http://www.ibge.gov.br acessado em novembro de 2005.

www.abraselgo.com.br acessado em março de 2008.

www.agdr.goias.gov.br acessado em outubro de 2006.

www.brasiliaconvetion.com.br acessado em março de 2008.

www.capes.gov.br acessado em janeiro de 2007.

www.correioweb.com.br acessado em janeiro de 2006.

www.gestour.com.br acessado em março de 2008.

www.googleearth.com.br/imagens acessado em novembro de 2005.

www.huah.org.br acessado em janeiro de 2007.

www.ibama.gov.br acessado em março de 2008.

www.inep.gov.br acessado em janeiro de 2007.

www.iphan.gov.br acessado em março de 2008.

www.municipioonline.com.br acessado em dezembro de 2006.

www.paroutudo.com.br acessado em março de 2008.

www.portalmunicipal.org.br acessado em dezembro de 2005.

www.portugalmaispositivo.com/?q=node/2657 acessado em julho de 2007.

www.rc.unesp.br acessado em fevereiro de 2008.

www.ruralturdf.com.br acessado em março de 2008.

www.sde.df.gov.br/003/00301009.asp?ttCD_CHAVE=47844 acessado em março de 2007.

www.sebraego.com.br acessado em março de 2008.

www.seplan.go.gov.br acessado em abril de 2006.

www.transportes.gov.br/bit acessado em novembro de 2005.

www.unesco.org.br acesso em janeiro de 2007.

www.yokaanam.kit.net acessado em novembro de 2005.

APÊNDICE

Relação de entrevistados

Abadiânia 31 de janeiro de 2006.

Prefeito Itamar Vieira Gomes
Av. Geraldo Rodrigues dos Santos 712 Cep 72.940.000
062.3343.1113/ 1334

Pesquisa feita com o Sr. Raimundo Correia, Chefe de Gabinete do Prefeito.

Vanderli Carlos, motorista de táxi

Águas Lindas de Goiás 18 de janeiro de 2006.

Isaura Rodrigues Silva, moradora local
Luciene de Jesus Ribeiro, moradora local

Alexânia 19 e 20 de janeiro de 2006.

Prefeito Ronaldo Fernandez Queiroz
Av. XV de Novembro – área especial 06 – Centro Cep 72.920.000
062.3336.4216/ 3336.4296

Secretaria de Meio Ambiente, Turismo e Cultura
Secretária Maria Alice Nery

Brasília

Brasília Conventions Bureau
Márcio Dantas
061.3328.6878

Secretaria de Turismo do Distrito Federal
061.3429.7652 Cristina
061.3429.7683 Jucimar – Regionalização

Leonardo Brant
Bureau de Atendimento ao Turista
Aeroporto Internacional de Brasília Juscelino Kubistchek

Ministério da Integração Nacional 23 e 24 de março de 2006.
Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-0este
Contato com Sr. Júlio Flávio Carneiro Miragaya

Cocalzinho de Goiás 25 de janeiro de 2006.

Prefeitura Municipal - Secretaria de Turismo
Secretário Edmar Bezerra

Corumbá de Goiás 24 de janeiro de 2006.

Prefeitura Municipal - Secretaria de Turismo
Secretário Itamar de Queiroz Ferreira

Goiânia 29 a 30 de janeiro de 2006.

Flávia Rabelo, servidora da Agetur-GO

Pirenópolis 23 a 28 de janeiro de 2006.

Prefeito Rogério Abreu Figueiredo
Avenida Comendador Joaquim S/N Cep 72.980.000
062.3331.2835 fax 062.3331.3393

Secretaria de Cultura e Turismo
Secretário Luiz Carlos Basílio Oliveira
Secretário Carlos Alberto do Rêgo
Rua do Bonfim S/N Cep 72.980.000
062.3331.2729
9686.6696

Santo Antônio do Descoberto 17, 18 e 19 de janeiro de 2006.

Prefeito Moacir Machado
Quadra 33 Lote 24 Cep 72.900.000
061.3626.1262/ 3626.1289
prefeiturasad@ibest.com.br

Prefeitura Municipal - Secretaria de Cultura e Turismo
Secretário Edelci Lopes dos Reis
Quadra 33 Lote 26 Cep 72.900.000

Responsável pelas informações
Karina M.A. Fonseca
Assessora parlamentar
061.3626.1262/ 3626.1289
Karina.ayres@pop.com.br

Ricardo Martins da Silva, proprietário Chácara Shangri-Lá

ANEXOS EM CD-ROOM

1. Formulários da pesquisa RINTUR
2. As regiões turísticas do Estado de Goías e Distrito Federal
3. Arquivos tese de doutorado